

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, CULTURA E POLÍTICA  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA POLÍTICA**

**HELENA RAGUSA GRANADO**

**REPRESENTAÇÕES SOBRE O JUDEU NA HISTÓRIA PÚBLICA:  
TELEVISÃO E CIBERCULTURA (2000-2018)**

**TESE DE DOUTORADO**

**Maringá  
2022**

HELENA RAGUSA GRANADO

**REPRESENTAÇÕES SOBRE O JUDEU NA HISTÓRIA PÚBLICA: TELEVISÃO E  
CIBERCULTURA (2000-2018)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Estadual de Maringá,  
como requisito para a obtenção do grau de Doutora  
em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz

Maringá

2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

G748r

Granado, Helena Ragusa

Representações sobre o judeu na história pública : televisão e cibercultura (2000-2018)

/ Helena Ragusa Granado. -- Maringá, PR, 2022.

182 f.: il., figs.

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

CDD 23.ed. 909.04

Helena Ragusa Granado

**REPRESENTAÇÕES SOBRE O JUDEU NA HISTÓRIA PÚBLICA: TELEVISÃO E  
CIBERCULTURA (2000-2018)**

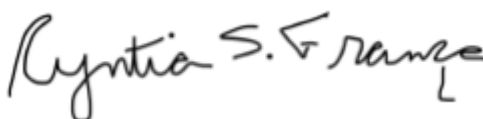
Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA:



---

Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz  
Presidente/Orientador



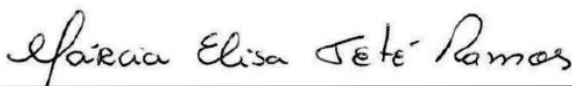
---

Prof.ª Dr.ª. Cyntia Simioni França  
Membro Convidado (UNESPAR)



---

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva  
Membro Convidado (UFRJ)



---

Prof.ª. Dr.ª. Márcia Elisa Teté Ramos  
Membro Corpo Docente (UEM/PPH)



---

Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori  
Membro Corpo Docente (UEM/PPH)

Maringá

2022

Dedico aos meus pais, Mila Ragusa e Silvestre  
Ragusa (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Ter um espaço em que eu possa explicar toda a minha gratidão é um alívio e um acalanto.

Agradeço ao meu orientador, amigo e professor Dr. Francisco César Alves Ferraz, que, com tanto profissionalismo e sempre tão sábios e exatos conselhos, me conduziu até aqui. Obrigada pela confiança, pelo respeito e pelos materiais valiosos que contribuíram para essa pesquisa, mas, acima de tudo, para a minha formação, esta que é um eterno contínuo e que me acompanhará por toda minha vida.

Agradeço à CAPES, pela bolsa de estudos que foi fundamental para a realização desta pesquisa.

Meus agradecimentos se estendem aos demais membros de minha banca de qualificação e banca examinadora: Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva, Prof.a Dr.a Márcia Elisa Teté Ramos, Prof.a Dr.a Cyntia Simioni França, Prof. Dr. Angelo A. Priori, Prof. Dr. Sidnei José Munhoz e Prof. Dr. Marco Antonio Neves Soares, que dedicaram parte do seu tempo a fim de contribuir com o meu estudo. Estou certa de que suas sugestões e contribuições nortearam os caminhos desta pesquisa.

A todos os servidores públicos que estiveram de forma direta e indireta envolvidos com minha vida estudantil universitária nas universidades públicas pelas quais passei, inclusive essa que tanto me acolheu e me agregou. Desse modo, agradeço a todos os funcionários administrativos da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História (PPH), especialmente Beatriz Cavalcante, que atua na secretaria do curso e com excelência busca atender as nossas necessidades e dúvidas.

Obrigada a toda família Granado, que traz festa e calor para minha vida e me faz sentir que tenho um lugar no mundo. Agradeço aos meus familiares pela torcida e incentivo.

Ao amigo Gilberto da Silva Guizelin, por, desde o mestrado, acompanhar meus passos e por ter contribuído de forma generosa e atenciosa para com meu amadurecimento acadêmico, ainda em processo, claro.

À amiga, para sempre professora e que no mestrado me orientou, Ana Heloísa Molina, a qual sempre estive de ouvidos abertos para mim e para minhas dúvidas. Entre chás e bolos, boas discussões, dessas algumas frutificaram e me trouxeram contentamento e aprendizado.

À minha psicóloga, Rosangela, que, com tanta sensibilidade e competência, vem fazendo um trabalho maravilhoso que me mantém firme, corajosa e mais amorosa comigo

mesma. A essa profissional estudiosa, que me disse uma vez: “Não tem problema se você se perder. Hoje você sabe o caminho de volta”. Obrigada!

Aos familiares do coração e amigas(os) que nessa Londrina diminuíram o sentimento de estrangeiridade em mim, meus mais sinceros agradecimentos.

Meus agradecimentos àqueles que, mesmo sem me conhecer pessoalmente, abriram as portas do conhecimento e o compartilharam comigo, como o professor Michel Guermann, com quem espero que um dia poder me encontrar e apertar as mãos.

O mesmo digo a Marcelo Silveira, responsável pela correção da tese, excelente profissional e que, em pouco tempo, compreendeu como funciona a minha escrita e os mecanismos para realizá-la. Também espero que um dia possamos apertar as mãos.

Obrigada a toda equipe do Museu do Holocausto de Curitiba, Laura Nicolli, Michel Ehrlich, Denise Weishof, ao diretor e coordenador Carlos Reiss, em especial à querida amiga que o doutorado me deu e colega de profissão, Luzilette Falavinha Ramos, que não mediu a escuta e os esforços para que eu pudesse estar aí e conhecer uma das minhas fontes de pesquisa *in loco* e todos os que nela atuam, inclusive ela mesma. Não esquecerei esse espírito de comunidade que vi e senti em vocês, esse amor à educação que vocês levam tão a sério e essa fé na humanidade, grandes aprendizados. Trabalhar com memória em tempos de esquecimento é uma tarefa hercúlea, e vocês a fazem não apesar de, mas exatamente pela resistência e resiliência que cada um carrega e deposita em seus esforços.

Agradeço ao meu companheiro, André, de quem recebi afeto e cuidados dobrados. Entre afagos e lembretes como: “tomar água”, “levante um pouco”, “ande um pouco”, o ombro e mão estendida estavam sempre ali, aliás quando não estiveram? Agradeço por dividir meus sonhos comigo.

Aos meus pais amados e nunca esquecidos, que dedicaram a vida ao ensino, à pesquisa; vocês, que deram asas a tanta gente, mas, acima de tudo, a mim. Viver sem vocês tornou-se uma lição diária que preciso fazer todos os dias, mas devo confessar ficou mais leve nesses anos do doutorado, porque pude sentir a cada movimento do escrever e apagar, ou a cada leitura, por vezes difícil, a presença de vocês. Eu os amo e os guardarei para sempre em meu coração.

A nossa querida Melzinha, nosso amorzinho, ela que desde o início esteve nessa jornada, paciente ficou comigo até o final, aguentou firme esperando minha última linha. Te amo minha doçura obrigada por tanto. Você se foi e ainda fiquei devendo.

*"Se não é raça, que é então que faz um judeu? Religião? Eu sou ateu. Nacionalismo judaico? Sou internacionalista. Dessa forma, em nenhum dos dois sentidos sou judeu. Sou judeu, entretanto, pela força de minha incondicional solidariedade aos perseguidos e exterminados. Sou judeu porque sinto a tragédia judaica como minha própria tragédia; porque sinto o pulsar da história judaica; porque daria tudo que pudesse para assegurar aos judeus auto-respeito e segurança reais e não fictícios".*

Isaac Deutscher (1970, p. 49)



## RESUMO

A proposta é articular uma pesquisa voltada para as representações existentes acerca do judeu na esfera pública entre os anos 2000 e 2018 buscando perceber como essa identidade está consolidada no imaginário social brasileiro. Levando-se em conta as tendências que formam o cenário cultural atual, alguns espaços em que o judeu se faz presente foram selecionados como é o caso da minissérie com fundo histórico, *A Muralha*; do Museu do Holocausto situado em Curitiba em seu formato digital; e de uma rede social conhecida como *Sinagoga sem Fronteiras*. Compreender como o judeu se insere no cenário político e social atual, como a história e a memória em torno desse grupo vem se construindo, retoma algumas feridas ao mesmo tempo em que o recoloca em lugares dos quais parece nunca ter saído, como o de bode expiatório, do ódio e da intolerância. Também, discursos que se aproximam de uma visão mítica acerca do universo judaico preocupam na medida em que promovem mais do que distorções um judeu que não existe. Nesse sentido e a partir das noções as quais considero básicas acerca da História Pública, isto é, aquela não especializada, não acadêmica, optei por selecionar alguns espaços de modo a pensar nas possíveis potencialidades e contribuições que oferecem tanto no que se refere à escrita da história em torno desse grupo, como também na forma como se relacionam com o presente, sem perder de vista as formas de divulgação, recepção e público, este atento a esses outros suportes onde a narrativa histórica também acontece.

**Palavras-chave:** judeu; História Pública; conhecimento histórico.

## **ABSTRACT**

The proposal is to articulate a research focused on the existing representations about the Jew in the public sphere between the years 2000 and 2018, seeking to understand how this identity is consolidated in the Brazilian social imaginary. Taking into account the trends that form the current cultural scenario, some spaces in which the Jew is present were selected, such as the miniseries with a historical background, *A Muralha*; the Holocaust Museum located in Curitiba in its digital format; and a social network known as *Sinagoga sem Fronteiras*. Understanding how the Jew is inserted in the current political and social scenario, how the history and memory around this group has been building, recovers some wounds at the same time that it puts him back in places he seems to have never left, such as the goat scapegoat, hatred and intolerance. Also, discourses that approach a mythical view of the Jewish universe are worrying insofar as they promote more than distortions to a Jew who does not exist. In this sense and based on the notions that I consider to be basic about Public History, that is, the non-specialized, non-academic one, I chose to select some spaces in order to think about the possible potentialities and contributions that offer so much in terms of the writing of history around this group, as well as in the way they relate to the present, without losing sight of the forms of dissemination, reception and public, attentive to these other supports where the historical narrative also takes place.

**Keywords:** Jewish; Public History; historical knowledge.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b>	“Frente Branca” homenageia aniversário de Hitler em Santa Catarina.....	52
<b>Figura 2:</b>	Comentário sobre vídeo postado na rede social <i>Facebook</i> .....	54
<b>Figura 3:</b>	Comentário sobre vídeo postado na rede social <i>Facebook</i> .....	54
<b>Figura 4:</b>	Comentário sobre vídeo postado na rede social <i>Facebook</i> .....	55
<b>Figura 5:</b>	Comentário sobre vídeo postado na rede social <i>Facebook</i> .....	55
<b>Figura 6:</b>	Mensagem de Abraham Weintraub no <i>Twitter</i> .....	61
<b>Figura 7:</b>	Mensagem de Abraham Weintraub no <i>Twitter</i> .....	61
<b>Figura 8:</b>	Mensagem da Conib sobre fala de Weintraub.....	62
<b>Figura 9:</b>	Mensagem do Museu do Holocausto em Curitiba sobre fala de Weintraub	63
<b>Figura 10:</b>	Comparação de Roberto Alvim e Joseph Goebbels .....	64
<b>Figura 11:</b>	Manifestante bolsonarista em Brasília agita mastro com bandeiras de Brasil, Israel e EUA .....	68
<b>Figura 12:</b>	Bandeira de Israel usada em ato que defendia o presidente Jair Bolsonaro.	71
<b>Figura 13:</b>	Página do MHC, 2021 <sup>a</sup> .....	106
<b>Figura 14:</b>	Estudantes são investigados por mensagens com ameaças a judeus no Ceará.....	125
<b>Figura 15:</b>	<i>Purim</i> .....	129
<b>Figura 16:</b>	Lançamento do livro <i>O resgate</i> .....	132
<b>Figura 17:</b>	Berrante nordestino.....	134

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1:** Informações quantitativas gerais da linha do tempo da página do MHC no período de 04 de setembro de 2011 a 12 de janeiro de 2021.....107
- Quadro 2:** Informações quantitativas gerais de fotos da página do MHC no período de 04 de setembro de 2011 a 12 de janeiro de 2021.....108
- Quadro 3:** Programação semanal de publicações quanto aos conteúdos criados e postados pelo MHC. 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.....110

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO DA PESQUISA .....</b>	<b>13</b>
<b>1 A HISTÓRIA PÚBLICA NO BRASIL: UM CAMPO PRÓPRIO .....</b>	<b>35</b>
1.1 Na contramão da História: os conteúdos digitais e os novos “enquadramentos” da memória.....	42
1.2 Expressões antidemocráticas da extrema-direita na conjuntura brasileira atual: neonazismo, negação do Holocausto e antissemitismo.....	48
1.3 Ecos de uma política nociva: como começam onde terminam .....	56
1.4 A nova direita no Brasil e a utilização de símbolos judaicos: um estudo recente. 65	
1.5 Para toda ação uma reação: os judeus vão às redes .....	69
<b>2 TRAMAS DA HISTÓRIA NO FOCO MIDIÁTICO: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO EM TORNO DO JUDEU NA MINISSÉRIE A MURALHA .....</b>	<b>75</b>
2.1 De invisível a televisionado: o judeu na minissérie <i>A Muralha</i> do ano 2000.....	81
2.2 Os judeus na formação da identidade paulista: apropriação, divulgação e problematização do conhecimento histórico.....	88
<b>3 O MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA E O JUDEU QUE NELE SE INSERE: A HISTÓRIA PÚBLICA NAS REDES SOCIAIS E O DEVER DE LEMBRAR.....</b>	<b>95</b>
3.1 O MHC na rede social <i>Facebook</i> : uma história pública ativa .....	105
3.2 O judeu no MHC: representatividade, identidade e pluralidade .....	113
<b>4 TRADIÇÃO, MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: O JUDEU NA REDE SINAGOGA SEM FRONTEIRAS.....</b>	<b>117</b>
4.1 Uma sinagoga, um rabino e um judaísmo sem fronteiras .....	126
4.2 Do silêncio ao grito: a história dos <i>B'nei Anussim</i> na <i>web 2.0</i> pela voz da SSF. 130	
4.3 Entre tensões e contradições: perspectivas para um judaísmo plural pela rede Sinagoga sem Fronteiras .....	135
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>147</b>

## APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

“Nada passa, nada expira, o passado é um rio que dorme e a memória uma mentira multiforme.”

José Eduardo Agualusa (2004, p. 4).

A pesquisa aqui apresentada é de certo modo uma continuação do estudo desenvolvido ao longo do meu mestrado defendido junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social, com ênfase em História e Ensino, da Universidade Estadual de Londrina, no ano de 2012. Este mesmo estudo deu origem a obra *Os Cristãos-Novos no Brasil Colonial e a Escrita nos Livros Didáticos: uma história a ser contada* (2019) a qual entendo permanece atual na medida em que os limites da escrita da História em torno dos judeus no Brasil nos livros didáticos – muito embora tenham avançado – ainda se fazem sentir.

Na época em que o tema surgia, atuava como professora de História do Ensino Fundamental e Ensino Médio, onde me dei conta de que a expressiva quantidade de trabalhos sobre a presença judaica na América Portuguesa, a contar das últimas décadas do século XX para cá, sob diferentes perspectivas e interpretações, estava ausente das narrativas didáticas. Foram as noções vinculadas à ideia de *cultura escolar*<sup>1</sup> que ajudaram a perceber as lacunas, os silêncios, as distorções ou equívocos presentes nessas narrativas, vindo a contribuir para uma ausência no que toca à história dos judeus no Brasil, uma história que surge quase que juntamente com a chegada dos primeiros portugueses, na qualidade inclusive de partícipes do projeto colonizador português.<sup>2</sup>

Passados alguns anos dessa primeira empreitada, entendo que o estudo em torno do judeu no Brasil é algo ainda a ser feito; por essa razão, o trabalho outrora realizado me levou a ampliar esta pesquisa, isto é, visitando outros espaços onde também se dão as representações em torno dele, buscando perceber como essa identidade está consolidada no imaginário social brasileiro. Estendo agora o campo de observação para a História Pública, nessa história não especializada, não acadêmica, mas que se apresenta como “uma possibilidade não apenas de

<sup>1</sup> Dominique Julia define *cultura escolar* como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente socialização)” (JULIA, 2001, p. 10).

<sup>2</sup> Sobre essa questão, Ronaldo Vainfas e Angelo Adriano Faria Assis, em *A esnoga da Bahia: cristãos-novos e criptojudaísmo no Brasil quinhentista*, cogitam a possibilidade de Fernando de Noronha, um dos primeiros arrendatários no comércio do pau-brasil, ser um judeu convertido. Há o destaque também para os cristãos-novos fortemente atuantes na economia açucareira na região nordeste atuando como traficantes, senhores de engenhos e grandes mercadores (VAINFAS; ASSIS, 2005, p. 46).

conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões” (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 7).

Interessa-nos aqui mapear a rede onde essa presença está diluída, de modo a perceber como se dão as representações em torno dos judeus em outros espaços. Nesse processo de construção da memória onde se inserem diversos atores individuais e coletivos é preciso levar em consideração as tendências que formam o cenário cultural atual e selecionar alguns espaços que buscam “legitimar seus argumentos no debate público” como aqueles voltados para o campo artístico, compreendendo-o como espaço de reconstrução de memória, e também para o ambiente virtual, enquanto um *locus* relativamente novo de sociabilidade<sup>3</sup> (NAPOLITANO, 2015, p. 16), são eles: a minissérie de televisão *A Muralha*; o Museu do Holocausto de Curitiba nas redes sociais; a rede social *Sinagoga Sem Fronteiras*; e a escola.

O recorte de tempo delimitado para esta pesquisa – 2000 à 2018 – tem razão de ser, pois é em 2000 que ocorre a comemoração dos 500 anos do Descobrimento, período em que é exibida a minissérie *A Muralha*, na Rede Globo de televisão, ao mesmo tempo em que também é nesse período que, conforme discutirei mais adiante, ocorrerá um *boom* na historiografia judaica brasileira, incorporando-se a ela novas abordagens e perspectivas em torno dos estudos do judeu no Brasil. No que toca ao ano de 2018, mais de um fator corroborou para que esse fosse o outro marco da pesquisa, mas o aumento considerável e a recorrência das tendências revisionistas e negacionistas em especial no ambiente digital – algo que será discutido por todo o estudo – foram determinantes para a escolha.

José D’Assunção Barros (2010) compreende que se o “‘Problema’ construído pelo historiador sinaliza para algumas possibilidades de ‘Fontes’, determinadas fontes também recolocam novos problemas para os historiadores” (BARROS, 2010, p. 72). No nosso caso, as fontes aqui selecionadas no intuito de refletir acerca da produção do conhecimento histórico em torno do judeu no Brasil se enquadram no que o autor chamou de *fontes dialógicas*, ou seja, “aquelas que permitem ao historiador que sejam acessadas diversas vozes nas sociedades por ele examinadas” (BARROS, 2010, p. 73).

É cada vez mais difícil ficarmos indiferentes ao que ocorre no virtual, afinal “vivemos nele”. Régine Robin revela-se pouco otimista em relação a esses “novos suportes imateriais digitais”, enquanto formas de criar o que chama de uma “memória justa”. Para a autora, corremos o risco de não conseguir lidar com essa “multiplicidade de discursos e representações

---

<sup>3</sup> Assim como Marcos Napolitano (2015), reconheço a relevância que as redes sociais e outras plataformas digitais passaram a ter na primeira década do século XXI na *disseminação de perspectivas e opiniões sobre o passado*.

sobre o passado, essa infinidade de informações recebidas pela internet ou pela televisão, as publicações ou os filmes” (ROBIN, 2016, p. 21).

Quanto ao meio digital, “as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado” (MALERBA, 2017, p. 142) foram subvertidas, a memória passa por novos “enquadramentos” (POLLAK, 1989), e a isso não se pode ignorar. Trata-se de uma “galáxia” que

[...] não se restringe a uma área particular de expressão cultural. Atravessa todas elas. Além disso, sua comunicação está em geral embutida na prática social, não isolada em algum tipo de mundo imaginário, o domínio da representação e das identidades falsas. É usada para a divulgação de mensagens políticas, para a comunicação por e-mail com as redes da vida, para a transmissão de ideias e a busca de informação (CASTELLS, 2003, p. 164).

Ainda que parecesse um desafio lidar com as fontes ora aqui selecionadas para a tessitura deste trabalho, tive claro desde o início que cada um dos espaços analisados possui uma natureza própria e, ao lidar com essa variedade de fontes, estarei diante de “diferentes e novas possibilidades de expressão – uma questão que cada vez mais tem sido abordada nos tempos recentes” (BARROS, 2010, p. 74).

Se é possível identificar um denominador comum entre as fontes ora aqui arroladas, seria a ideia de um território complexo e difícil não só porque “incorpora formas não institucionais de história e memória”, mas pela “batalha constante entre o conteúdo e apresentação, com cortes, compressões, diminuições, condensações” (SANTHIAGO, 2016, p. 29).

A “dimensão pública da história e a atuação do historiador para além dos limites acadêmicos não é uma novidade” (CARVALHO, 2016, p. 36). Trata-se de “uma nova era da memória que aparece em toda parte”, a qual, se não compreendida, colocada numa certa ordem, corre o risco de ser estocada e cair no esquecimento (ROBIN, 2016, p. 22).

Henry Rousso compreende que, “após as mídias, após o acontecimento, o historiador do presente deve interessar-se pelo que não é ainda identificado como “a memória”, mas como “o peso do passado sobre o presente” (ROUSSO, 2016, p. 205).

As recentes ondas de ataques antissemitas e de discursos negacionistas do Holocausto, por exemplo, ainda que com mais força no contexto europeu e norte-americano, reverberam e vem ecoando na vida pública brasileira, principalmente na *web 2.0*.<sup>4</sup> Trata-se de manifestações

---

<sup>4</sup> O termo foi criado em 2004 e, de acordo com a definição trazida por Ian Davis, trata-se de ativar e incentivar a participação por meio de aplicativos e serviços abertos...tecnicamente aberto... mas também, mais importante,



as quais “coincidem numa dada hora e espaço, provocam seu impacto através do mundo da mídia, e atuam sobre instituições e organizações (empresas, por exemplo) por meio das repercussões de seu impacto sobre a opinião pública (CASTELLS, 2003, p. 117).

Refiro-me aqui aos episódios de negação da *Shoah*<sup>5</sup> ou aos eventos que dela decorrem e também aqueles de hostilidade e ameaça por parte de alguns indivíduos a grupos que, como os judeus<sup>6</sup>, nos últimos tempos, tornaram-se alvos de ódio e racismo nas diversas plataformas digitais existentes.<sup>7</sup> Uma temática que vem sendo suscitada por vários estudiosos e pesquisadores não só vinculados ao campo da História<sup>8</sup>, mas que sobre diferentes abordagens – teóricas e metodológicas – vêm buscando compreender<sup>9</sup> o antissemitismo e o negacionismo como espécies de contínuos na história.

“A bobina da história está em permanente rebobinação (rewinded) acelerada” (ROBIN, 2016, p. 25) e a nova face dos ataques aos judeus, mais especificamente a Internet, este “frágil” suporte, é onde os discursos que fomentam os elementos principais do antissemitismo, como o ódio, o racismo e o ressentimento, passaram a ganhar novos formatos, atingindo também outros públicos e adquirindo novos adeptos.

Tão antigo quanto a história do antissemitismo é a história do ódio aos judeus. Foram diversas as denominações usadas ao longo do tempo – algumas de forma deliberada – para ocultar-lhes da multidão, para marcá-los como indesejáveis e outras “criadas” para que fossem

---

socialmente aberto, com direitos concedidos para usar o conteúdo em contextos novos e emocionantes (DAVIS, 2005).

<sup>5</sup> Muito embora a palavra em hebraico seja mais condizente com o evento – massacre, destruição –, no Brasil o termo *Holocausto* é mais recorrente, tanto nos livros escolares, nos mais diversos espaços onde se dá a produção desse conhecimento e também no meio acadêmico, porém hoje cada vez menos.

<sup>6</sup> Aqui refiro-me não só a outros grupos étnicos negros, indígenas, ciganos, mas também de outras identidades de gênero, como os LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queers* e intersexuais).

<sup>7</sup> Em 05/06/2019, a plataforma digital *YouTube*, que conta com mais de 2 bilhões de usuários, publicou em seu site as novas diretrizes em relação às políticas que proíbem discursos de ódio em sua plataforma: “o discurso de ódio não é permitido no Youtube. Removeremos todo conteúdo que promova a violência ou o ódio contra indivíduos ou grupos com base em qualquer uma das seguintes características: idade, classe social, deficiência, etnia, identidade e expressão de gênero, nacionalidade, raça, situação de imigração, religião, sexo/gênero, orientação sexual, vítimas de um evento violento em grande escala e os familiares dessas pessoas, veteranos de guerra”. O texto também foi adaptado em formato de vídeo, uma animação chamada *Hate Speech Policy: Youtube Community Guidelines*, com duração de 2:02 minutos e traduzido para 27 idiomas (YOUTUBE, 2019).

<sup>8</sup> Grin e Gherman, por exemplo, indicam que esta não é exclusividade do estudo em torno do judeu no Brasil; áreas como a História, que vem estudando desde os anos 2000, e aquelas oriundas da sociologia e da língua/literatura, “mostram-se cada vez mais autônomas nas formas de tratar as expressões da diáspora judaica no contexto cultural brasileiro, afastando-se pouco a pouco dos rígidos padrões conceituais de interpretação e representação desse grupo no Brasil” (GRIN; GHERMAN, 2017, p. 35).

<sup>9</sup> Um desses estudos seria o da antropóloga Adriana Abreu Magalhães Dias (2007), que há algum tempo vem mapeando e investigando a atuação de grupos neonazistas na Internet e em entrevista recente, observou que num primeiro momento “eram muitos os sites individuais, mas eles passaram a migrar para fóruns coletivos, que são espaços de diálogo, o que eu já via como um sinal de perigo” (BARRETO, 2019, p. 1).

facilmente identificáveis. Esta é uma história que no Brasil começou com os *crístãos-novos*<sup>10</sup>, personagens que remontam à época do “Descobrimento”, tema frequente em nossa historiografia, mas desconhecida ainda para o grande público.<sup>11</sup>

A tarefa de fazer um estudo acerca da História dos judeus no Brasil não é simples. Para aqueles que buscam realizá-la, um dos desafios diz respeito à questão da periodização. Referimo-nos aqui à perspectiva de uma história de “longa duração”, ou seja, que “nasce” com a chegada dos primeiros portugueses<sup>12</sup>, a qual culminou na colonização da América Portuguesa, passa pelo processo de independência, pelo Período Imperial, Republicano e chega aos dias atuais (FALBEL, 2008).

Foi na segunda metade do século XVI que um grande fluxo de judeus oriundos dos reinos da Espanha e de Portugal<sup>13</sup> chegou ao que mais tarde viria a se chamar Brasil, desempenhando os mais diversos papéis nos diferentes setores da sociedade. Este e outros elementos surgiram a partir da contribuição dos estudos realizados principalmente por Anita Novinsky, no início da década de 1970, uma espécie de propulsor no que toca a historiografia judaica no Brasil, ao investigar a presença de neocrístãos – ou também chamados de crístãos-novos – na sociedade baiana do século XVII. O estudo da autora mudou o rumo das pesquisas sobre o judeu no Brasil, trazendo novos elementos e, ao mesmo tempo, novas perspectivas, inclusive de ordem conceitual e metodológica, que podem ser identificadas nos diversos trabalhos científicos que desde então vêm sendo feitos.

Ressalto, contudo, que os estudos que contribuíram para que a pesquisa em torno da temática judaica na historiografia brasileira avançasse – essa que se refere aos tempos coloniais – não devem ignorar o contexto que tornou essa história possível. Refiro-me aqui às mudanças e às transformações pelas quais passou a Disciplina de História no Brasil e que ocorre sobre diferentes enfoques graças ao hibridismo ou interdisciplinaridade dos benefícios trazidos pelas

<sup>10</sup> Recorremos à clássica denominação dada por Sonia Siqueira de judeus recém-convertidos, a partir da obrigatoriedade da conversão, ordenada por D. Manuel (SIQUEIRA, 1978).

<sup>11</sup> O conceito de público adotado para este estudo perpassa pela história pública, “uma noção de público como compartilhamento – como mundo comum” (SCHITTINO, 2016, p. 45).

<sup>12</sup> Como é o caso do espanhol físico, cirurgião d’el rei João Faras ou João Emeneslau, que, após converter-se em crístão-novo, passou a se chamar mestre João «de Paz» conforme Carta de física, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fl. 81v. (WEHLING, 1999). Supostamente a ideia mais aceita entre os historiadores é que o mestre João teria três nacionalidades, um judeu de nacionalidade castelhana; um judeu de nacionalidade grega; ou um judeu de nacionalidade alemã. O consenso de que ele era judeu existe, pois a cosmologia era muito difundida entre os judeus no século XV e início do século XVI e foi levada para Portugal após sofrerem o edito de expulsão outorgado Fernando de Aragão e Isabel de Castela em 1492.

<sup>13</sup> Seriam os chamados *conversos* – no caso da Espanha – ou crístãos-novos aqueles que viviam em Portugal e que passaram pelo processo de conversão a mando do Rei D. Manuel, iniciado no ano de 1497 (SIQUEIRA, 1978).

tendências historiográficas<sup>14</sup> que adentraram no cenário brasileiro entre 1960 e 1970<sup>15</sup> impactando não somente no ofício do historiador, mas também na abertura de arquivos em centros e instituições de pesquisa, grande parte deles localizados em Portugal<sup>16</sup> e mais recentemente no Brasil.

Neste sentido, situo os avanços na pesquisa histórica em torno do judeu no Brasil a partir de dois momentos que estão aparentemente entrelaçados, ou seja, a evolução política e social do país e as forças de mudanças que, de modos muito variados, corroboraram para a produção de um conhecimento tão amplo quanto à diversidade de lugares para onde seguiram a vinda dos primeiros grupos, “fazendo germinar marcas que expressam sua integração na cultura do território, em termos culturais e materiais” (GEIGER, 1998, p. 93).

Por esta razão, meu entendimento acerca do judeu com o qual estou lidando não é aquele preso a uma única condição, filiado a uma instituição religiosa, dentro de uma comunidade até porque

O termo frequentemente utilizado “comunidade judaica” é enganoso se referirmo-nos apenas aos afiliados a organizações judaicas, sinagogas, clubes sociais ou movimentos de juventude. Se documentarmos histórias de vida e recuperarmos as memórias de judeus não-afiliados, forneceríamos importantes lições sobre a natureza da identidade nacional e étnica. Os estudos poderiam ser conduzidos a partir de judeus casados com não-judeus, indivíduos que expressem sua identidade judaica com base antes em sua cultura, do que em sua religião ou etnia e autores que não explicitamente expressem seu judaísmo (LESSER, 2011, p. 84-85).

Como a autora aqui em questão. Para Monica Grin e Michel Gherman (2017), a experiência judaica no Brasil estaria associada “a um fenômeno que comporta adaptação, negociação e heterogeneidade nos termos de uma ‘etnicidade situacional’“, a qual definem como algo que tende a revelar, “na prática, as formas pelas quais os indivíduos negociam e reelaboram suas diversas identidades conforme as situações com as quais eles são confrontados” (GRIN; GHERMAN, 2017, p. 37). Estaríamos lidando então com um indivíduo “com uma identidade judaica forte mas não exclusiva” (LESSER, 2011, p. 85).

---

<sup>14</sup> Em *História e Poder*, Francisco Falcon (1997) atentar-se para o repertório vasto e dilatado de nossa historiografia, atribuindo-lhe as influências trazidas pela Nova História e também por aquelas tendências de origem anglo-saxã e, não menos importante, a micro-história italiana.

<sup>15</sup> O acesso ao que vinha de fora no período em questão se deu primeiramente em alguns centros universitários, até que ocorresse de fato a abertura política no país na década de 1980.

<sup>16</sup> Neste caso, um dos principais destaques é o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, situado em Lisboa. No Brasil, temos o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, onde atualmente é possível encontrar algumas poucas fontes sobre judeus e cristãos-novos, mas que, de acordo com Angelo Adriano Faria de Assis, “primam pela riqueza e importância e constituem-se de fontes oficiais, como ordens régias, alvarás, correspondências, ocorrências policiais e livros de memória, referindo-se a momentos distintos do problema judaico em Portugal” (ASSIS, 2018, p. 1).

É em meados da década de 1990 que localizamos uma produção historiográfica mais consistente em torno dos judeus na escrita da História do Brasil, seguindo para os primeiros anos do novo século, quando os estudos passaram a crescer, trazendo questões até então pouco exploradas, ou inéditas, e assim tem sido.<sup>17</sup> Grupos de pesquisa, a começar por aqueles vinculados à Universidade de São Paulo (USP)<sup>18</sup>, passaram a mapear e investigar essa presença de forma mais ampla para além da região que compreende o Recôncavo Baiano, mas também nas adjacências, grande parte do Nordeste brasileiro e pouco a pouco avançando para a região sudeste.

A geração de historiadores liderada pela professora Anita Novinsky, a qual ao final da década de 1980 passa a publicar os estudos que direta ou indiretamente traziam a figura do judeu, era formada por nomes hoje conhecidos no meio acadêmico como Ronaldo Vainfas, Laura de Melo e Souza, Luis Mott, Maria Luiza Tucci Carneiro, Lina Gorenstein, Lana Lage, Luis Nazario e outros (NOVINSKY, 2009, p. 2-3).

Vainfas, por exemplo, não deixa dúvidas quanto ao conhecimento em torno da atuação dos judeus no Brasil Quinhentista. Porém, alguns temas centrais marcam a obra do autor, que, desde o fim da década de 1990 até o início do ano 2000, dedica-se a investigar a presença deste grupo no período que remonta ao domínio holandês e que também esteve sob *as malhas da Inquisição*, discussões que perpassam pela questão da intolerância religiosa e também pelas estratégias e mecanismos usados pelos cristãos-novos no desejo de manterem os vínculos com o judaísmo.<sup>19</sup>

Lina Gorenstein Ferreira da Silva é pesquisadora do departamento de documentação do Museu da Tolerância (a ser construído) da Universidade de São Paulo e, assim como Vainfas, possui publicações, inclusive algumas delas com Novinsky, nas quais se pode notar a influência tanto no que se refere ao tema da Inquisição como dos Cristãos Novos no Brasil Colônia. Em seus trabalhos, o Rio de Janeiro surge como *locus* privilegiado; é onde busca, por meio de instituições como a família e a igreja, compreender os valores que norteavam as relações entre

---

<sup>17</sup> Andréa Telo da Côte compreende tratar-se de uma historiografia que permeia tanto a linha da História Social como a Cultural e Religiosa, tendo em comum o que ela considera serem temas centrais: antissemitismo, imigração e identidade (CÔRTE, 2009, p. 37).

<sup>18</sup> Até 2009, Côte indicava que mais de 50% das pesquisas em torno da temática podem ser encontradas na USP, a qual considera “um centro de reflexão sobre as questões relativas à presença judaica no Brasil contemporâneo”, algo que, segundo ela, se deve provavelmente ao número de instituições judaicas locais, a um “progresso econômico maior da própria coletividade judaica” e também ao tempo de existência do programa de pós-graduação da Universidade citada (CÔRTE, 2009, p. 34).

<sup>19</sup> Dentre esses podemos destacar, *A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso* (2006); *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição* (2008); *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês* (2010); *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil* (2010).

aqueles que na colônia viviam e o funcionamento da assim chamada *máquina inquisitorial*. O criptojudáismo<sup>20</sup>, prática comum entre os de origem hebraica – homens e mulheres – também estão entre os temas que vieram a ocupar a lista de publicações da autora.<sup>21</sup>

Sobre o legado do judaísmo à civilização brasileira, Novinsky (2009) alertava para as dificuldades em mapear as marcas deixadas pelos judeus nos diferentes setores em que atuaram, as quais ainda se fazem sentir, mas que é algo que se deve, segundo ela, ao “desaparecimento dos cristãos-novos na história enquanto ‘judeus’“, ao mesmo tempo, “representantes, na nossa memória, de todos os judeus que tiveram de abandonar sua identidade para poder sobreviver” (NOVINSKY, 2009, p. 8).

Ainda assim, os lapsos que contemplam essa mesma historiografia marcada por avanços, mas também limites, não impediram que a geração de historiadores que há pouco buscamos destacar trouxesse para essa escrita em torno dos judeus no Brasil um amplo leque de possibilidades em se pensar essa presença, o que muito contribuiu para o surgimento de novos núcleos de estudos judaicos.<sup>22</sup>

Da última década para cá temas que antes fugiam da agenda nacional historiográfica<sup>23</sup>, mas de relevância acadêmica, social e política, como é o caso da questão judaica no Brasil, permanecem ausentes na escrita da História. Ainda não encontramos os judeus nas revoltas ou movimentos revolucionários ocorridos nos diferentes períodos que marcaram a história da política brasileira, por exemplo. Mesmo ocupando significativamente as regiões que foram palco de tais eventos, a invisibilidade se mantém, como é o caso da Revolução Pernambucana, quando sua presença marcante na região – desde a ocupação holandesa quando tão entrelaçados estavam naquela sociedade, que ergueram a primeira Sinagoga das Américas<sup>24</sup> – passa

<sup>20</sup> Atribui-se a noção de criptojudeu àquele que “contentava-se em parecer igual aos demais. Reservava-se o direito de continuar sendo judeu, de permanecer, às vezes, heroicamente fiel a si mesmo, à religião herdada” (SIQUEIRA, 1978, p. 71).

<sup>21</sup> Dentre elas, destacamos: *Os Judeus que construíram o Brasil. Fontes Inéditas para uma nova visão da história* (2015); *A Inquisição contra as mulheres* (2005); *Ensaio sobre a Intolerância, Inquisição, Marranismo e Anti-semitismo* (2002); *Ensaio sobre a Intolerância, Inquisição, Marranismo e Anti-semitismo* (2002); *Heréticos e Impuros - Inquisição e cristãos-novos no Rio de Janeiro, século XVIII* (1995).

<sup>22</sup> Podemos citar o Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco instalado, desde o ano 2000, no Museu Sinagoga Kahal Zur Israel; o Núcleo de Estudos Judaicos da Universidade Federal de Minas Gerais, fundado em 2005; o Núcleo de Estudos Judaicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre; o Grupo de Pesquisa Diáspora Atlântica dos Sefarditas (GPDAS), coordenado pelo professor pesquisador Marcos Silva, da Universidade Federal de Sergipe, criado entre os anos de 2008-2009; e o mais recente Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos e Árabes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criado em 2018.

<sup>23</sup> Até então voltada para temas mais sensíveis à sociedade brasileira, como a escravidão, por exemplo.

<sup>24</sup> A Sinagoga *Kahal Zur Israel* foi erguida no ano de 1636, na cidade de Recife, capital de Pernambuco; “a partir de escavações realizadas entre 1999 e 2000, foram encontrados vestígios arqueológicos que comprovam a existência do local de culto, que estão expostos no espaço que funciona como museu e centro cultural judaico” (G1, 2017, p. 1).

despercebida. Onde estão os judeus nas revoltas que antecederam a saída de D. Pedro I, como a Confederação do Equador (1824), ou ainda após a sua saída no período regencial quando revoltas em diferentes províncias eclodiram?

E o que dizer sobre a presença significativa de judeus conversos na Bahia<sup>25</sup> completamente silenciada no que toca aos levantes que lá ocorreram, a começar pelo levante dos Tupinambás (1618), passando pela Conjuração Baiana (1798) e Malês (1835)? Presentes na região atuando como senhores de engenho, grandes proprietários ou ocupando cargos de confiança na primeira capital do Brasil Quinhentista, como explicar essa lacuna?

Embora restritos, é possível encontrar alguns poucos trabalhos que tragam o judeu ou sua participação nos movimentos sociais ou nativistas que ocorreram no Brasil. Um deles se encontra num dos estudos realizados por Luis Mott (1993), em que o personagem que deu o nome ao motim ocorrido no atual Estado do Maranhão, Tomás Beckman, surge numa das passagens em que o autor investiga a atuação da Inquisição na região e a acusação de heresia que recai sobre os irmãos.

Mais recentemente, ainda que de forma breve, o assunto aparecerá novamente<sup>26</sup>, mas é na obra de Maria Liberman (1983), *O levante do Maranhão “judeu Cabeça do Motim”: Manoel Beckman*, fruto de sua dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo (USP) no início da década de 1980, que a possível ascendência judaica do personagem ganha destaque.

Muito embora reconheça a escassez de documentos que comprovem a origem judaica dos irmãos, também conhecidos como “judeus, cabeças de motim”, é nos arquivos portugueses que a autora confirma as hipóteses que norteiam toda sua pesquisa, como o casamento com as irmãs Cáceres, de cuja família, alguns membros não escaparam da Inquisição<sup>27</sup> (LIBERMAN, 1983, p. 70).

O estudo de Liberman é, portanto, relevante na medida em que aos poucos o anonimato que por séculos da História do Brasil vem acompanhando os judeus e sua participação na sociedade que aqui se formou vem dando lugar a indivíduos que possuem nome e rosto.

Em 2015, a obra *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história* traz uma coletânea de estudos realizados pela equipe liderada por Anita Novinsky, todos eles voltados para o período da nossa colonização. Embora a obra apresente

<sup>25</sup> Novinsky, voltando-se para o contexto baiano nos Setecentos: “3/4 da população era cristã nova” (NOVINSKY, 1972, p. 144).

<sup>26</sup> Ver em *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história* (GORENSTEIN et al., 2015).

<sup>27</sup> Levando-se em conta que as famílias casavam-se entre si, mesmo na condição de cristãos-novos, uma vez que, ao menos até as leis pombalinas, o casamento entre cristãos novos e cristãos velhos não poderia ocorrer.

documentos até então desconhecidos acerca dos cristãos-novos, há um longo trabalho a ser feito de episódios e personagens de nossa história que ainda não foram contemplados pela historiografia.

A história do judeu no Brasil é uma história que se articula, como busco aqui evidenciar, com as histórias colonial e nacional e que, do ponto de vista político e social, e cujas novas interpretações históricas, acredito, podem contribuir para a desconstrução ou amenização de estereótipos, preconceitos e discriminação.

Mesmo apontando os silêncios e lacunas que ainda se fazem sentir em torno da historiografia judaica no Brasil, a diversidade de trabalhos em torno dos judeus nos tempos coloniais e que se renova a cada nova descoberta<sup>28</sup> é de fato substancial; no entanto, não deve servir de exemplo para pensar nos estudos que se ocupam dos períodos seguintes. Nachman Falbel (2008) atribui essa questão a alguns fatores os quais justificam, segundo ele, o “largo hiato histórico” entre os três séculos coloniais e o período imperial. Para o autor, “não há ponte de contato” entre os judeus que chegavam no Novo Mundo e aqueles que vieram no início do XIX a começar pela quantidade de fontes com as quais os historiadores se deparam ao concentrar seus estudos na América Portuguesa, as quais considera superior inclusive na questão da organização e da existência de arquivos; a questão do idioma também é um elemento dificultador, uma vez que boa parte se encontra em *ídiche* ou em hebraico; “o destino dos imigrantes” é outra incógnita para os pesquisadores da diáspora judaica, uma vez que, em relação às levas mais antigas, não se sabe “o quanto de descendentes deixaram e se permaneceram no país” (FALBEL, 2008, p. 170).

O que se sabe sobre a imigração judaica no século XIX é que as correntes imigratórias podem ser divididas entre aquela originária do norte da África, “portadora de um judaísmo extremamente conservador”, nas palavras de Falbel (2008), e que se estabeleceu mais ao norte do Brasil<sup>29</sup>, e uma outra corrente que, mais “contaminada” pelos costumes ocidentais, optou pela cidade do Rio de Janeiro, conforme é possível encontrar na obra de Frieda e Egon Wolff (1975)<sup>30</sup>, um casal de judeus alemães que, fugindo do nazismo, resolveram deixar a Alemanha

<sup>28</sup> Refiro-me aqui à descoberta, recém-realizada por um grupo de pesquisadores brasileiros da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) – uma *mikvé*, encontrada num hotel em Salvador, na região do Pelourinho (GONÇALVES, 2012).

<sup>29</sup> De acordo com Rachel Mizrahi, “o fluxo judaico marroquino deu início às comunidades na região amazônica, marcantes na história da imigração judaica ao Brasil pela proliferação de numerosos seringais dos judeus marroquinos e também, deu continuidade em direção ao sudeste, formando comunidades especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e S. Paulo” (MIZRAHI, 2016, p. 41).

<sup>30</sup> Conforme pudemos constatar, trata-se de uma obra que ainda se mantém como referência de grande parte dos trabalhos que buscam compreender a presença judaica no Brasil Imperial.

e vir para o Brasil no ano de 1936, primeiramente na cidade de São Paulo, seguindo depois para o Rio de Janeiro, de onde não mais saíram. Ao que consta:

O casal dedicou a vida às pesquisas acerca da historiografia judaico-brasileira, desde o descobrimento até os dias que testemunharam como ativistas dessa mesma comunidade judaico brasileira que pormenorizavam – baseando-se em fontes primárias –, constituindo um imenso legado para futuros historiadores e investigadores da cultura e da história judaica em nosso país. Por essa dedicação, Frida e Egon Wolff receberam menção honrosa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual eram sócios titulares e reconhecidos como Pesquisadores de Notório Saber (LEVY, 2008, p. 109).

Sobre o interesse dos autores em relação aos judeus no Brasil nos períodos que se seguiram aos tempos coloniais, Frieda Wolff justifica, em entrevista concedida, que, com o fim das diferenças entre cristãos-novos e cristãos-velhos a mando de Marquês de Pombal<sup>31</sup>, o estudo em torno dos judeus nos períodos posteriores, a exemplo do Brasil Imperial, teria ficado comprometido, fato esse que teria motivado tanto ela quanto seu companheiro, Egon Wolff, a iniciarem suas pesquisas<sup>32</sup> (LEVY, 2008, p. 113).

Pioneiros, portanto, no estudo dos judeus residentes no Império brasileiro, a publicação da obra *Judeus no Brasil Imperial: uma pesquisa nos Documentos e Noticiário Carioca da Época* (1975) trouxe para a época um ineditismo quanto à atuação desses personagens no período tratado tanto no aspecto social quanto no econômico. Influenciados pelas tendências historiográficas que adentravam no país na época em que deram início às suas investigações, foi “nos documentos da Polícia (passaportes), do Registro de Estrangeiros, da Junta do Comércio, no Arquivo. Nacional, nos Registros do Cemitério dos Ingleses e outros lugares” que realizaram o levantamento das fontes (WOLFF; WOLFF, 1975, p. XVI).

Keila Grinberg (2005) também analisa o mesmo tempo e espaço por onde passaram as investigações feitas por Frida e Egon Wolff (1975). No entanto, o foco principal da autora concentra-se nos efeitos que o decreto que colocava fim à “marca de sangue”, estabelecida pela política pombalina acabando com a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, provocaram. Segundo a autora, o evento inaugurava uma “nova fase” da história dos judeus no

<sup>31</sup> Para Nachman Falbel, a atitude de Pombal teria sido um modo de “acertar a luta contra o preconceito contra aqueles que carregavam a pecha de suspeitos, mesmo que batizados há várias gerações, por terem um antepassado condenado pelos tribunais inquisitoriais” (FALBEL, 2008, p. 153).

<sup>32</sup> Helena Lewin, num estudo recente, esclarece que muitos dos cristãos-novos desejaram se manter como convertidos, ou seja, inseridos de fato no catolicismo, não retornando ao judaísmo, primeiro “porque a aceitação cristã já se encontrava amplamente introjetada em sua visão do mundo, e, depois a inexistência de sinagogas ou instituições judaicas não ajudou no processo de ressocialização desses liberados ao caminho do judaísmo retornado” (LEWIN, 2019, p. 109).



Brasil, com menos restrições e também com mais tolerância<sup>33</sup>, a começar pela flexibilidade da política imigratória que promoveu a vinda de judeus ingleses e franceses (1975) para o Rio de Janeiro (GRINBERG, 2005, p. 202-203).

Com mais detalhes, mas se aproximando dos primeiros estudos em torno dos judeus nos tempos imperiais, Grinberg incluirá em sua narrativa aspectos referentes, por exemplo, à “visibilidade na sociedade carioca”, que passaram a ter logo que nela se estabeleceram, e a diversidade étnica dos grupos de origem judaica que foram se estabelecer em outras regiões do país, como foi o caso dos judeus marroquinos, que optaram por Pernambuco e Bahia ou a região amazônica (GRINBERG, 2005, p. 204).

Num estudo mais recente, Rachel Mizrahi (2016) trará mais detalhes sobre o clima mais tolerante na política imperial<sup>34</sup> outrora percebido por Grinberg (2005) e que permitiu a vinda de grupos que, como os judeus, fugiam da violência gerada pelo racismo e o preconceito disseminados por quase toda Europa, como foi o caso do conflito franco-prussiano de 1870<sup>35</sup>, o qual, segundo ela, teria provocado a vinda de dezenas de judeus de origem alsaciana:

Economicamente bem situado, o grupo posicionou-se nas prósperas cidades de Campinas, Rio de Janeiro e S. Paulo, negociando joias e artigos finos. Apresentavam-se com características diferenciadas: emancipados e partícipes do movimento iluminista do século XVIII. O século seguinte caracterizou-se pela transferência massiva de judeus procedentes da Europa, em particular nos países onde se questionavam seus direitos políticos, sociais e religiosos (MIZRAHI, 2016, p. 41-42).

O contato de D. Pedro II com “personalidades do mundo judaico” está presente nas discussões apresentadas por Nachman Falbel (1979) e também num artigo escrito por Reuven Faingold<sup>36</sup> (2018).

<sup>33</sup> Algo que pode ser constatado no estudo que busca recuperar a “genealogia, identidade e cultura Cristã-nova e Judaica brasileira nos séculos XIX e XX”, de Paulo Valadares (2007), o qual dedica-se a apresentar e o que considera “uma porção importante de nossa formação étnica” (VALADARES, 2007).

<sup>34</sup> De fato, havia uma tolerância maior no Brasil Imperial, como observa Helena Lewin, inclusive religiosa, uma vez que, ainda que fosse restrito somente ao ambiente doméstico, de “portas e janelas fechadas”, os cultos não católicos podiam ser realizados (LEWIN, 2019, p. 143).

<sup>35</sup> As novas formas de ódio aos judeus, de acordo com Gérard Rabinovitch, se concentrarão mais nos territórios da Alemanha e da França, “centros consagrados da construção do pensamento moderno”; o surgimento de novos estereótipos contra os judeus que se somarão ao que chama de fantasmagorias científicas, que em meados do século XIX, surgirão (RABINOVITCH, 2004, p. 34).

<sup>36</sup> Em ambos, é possível perceber o interesse de D. Pedro II pelo universo hebraico. Falbel (1979) investiga essa proximidade no texto intitulado: *Uma carta do Rabino Abraham Itzhaq Ha-Cohen kook no epistolário do Rabino Jacob Braverman de São Paulo (1880-1939)* e Reuven Faingold (2018) apresenta uma longa lista dos contatos do Imperador que o aproximariam com os de origem hebraica, mas também compreende que o imperador tido como “rei sábio” era um intelectual, “criado pelas letras e pelas artes” (FAINGOLD, 2018, p. 54). O autor analisa a forte paixão de D. Pedro II pela Bíblia e pelos manuscritos hebraicos a partir de uma pequena caderneta de viagem guardada no Museu Imperial de Petrópolis.

Mais recentemente, a pesquisa de doutorado realizada por Noely Zuleica Oliveira Raphanelli (2012) trouxe novos contornos para o tema, a começar pelo modo como nomeia essa proximidade de D. Pedro II com o universo judaico, chamando-a de *vínculo*.

Raphanelli (2012) traz, ao longo do trabalho, a dedicação de D. Pedro II à literatura e aos estudos judaicos e a preferência pelo idioma hebraico<sup>37</sup>, elementos que ajudam a compreender essa curiosa ligação de forma mais detalhada. A escrita é intrigante, mas, do ponto de vista histórico, deixa uma impressão de que a ideia de *vínculo* seria forçosa, algo que não se deve exclusivamente às limitações do estudo, devido ao acesso às fontes, como ela própria coloca, mas também ao modo como a narrativa se constrói. Um exemplo seria quanto à origem da Casa de Bragança, a qual considera *imprecisa*:

Pero Esteves, que nem sempre é o Barbarram referido na matriz da dinastia, e que aparece ora como um nobre português, ora como um judeu sapateiro castelhano; sua filha Isabel Perez (Pirez) Esteves, foi a bela judia que chamou a atenção do mestre de Avis (por sua vez também filho natural), e este é outro ponto interessante para investigação mais pormenorizada, visto que há certa imprecisão – para não dizer incoerência nos dados que se referem ao assunto (RAPHANELLI, 2012, p. 14).

As desconfianças em torno de uma possível mescla de sangue judeu na família bragantina nos levam a uma série de questionamentos, como o fato de que entre a primeira geração de Bragança – a qual teria uma ascendência judaica antes da conversão – e a geração do século XIX há uma grande distância, uma diferença acentuada de gerações. A autora mesma admite que

Sabe-se que a origem quase legendária da dinastia de Bragança perde-se na noite dos tempos. Apesar dos dados um tanto nebulosos e nem sempre precisos, o que se tem são relatos provindos da tradição e do imaginário popular, além de escassas fontes escritas (RAPHANELLI, 2012, p. 23).

Outro ponto a ser mencionado é a diferença entre o ramo brasileiro e o ramo português da Casa de Bragança, principalmente quando se dá conta de que D. Pedro II e suas irmãs não foram criados por Braganças, mas sim pelos tutores escolhidos pelo Parlamento Imperial durante a regência.

Neste caso, mais do que um desafio aos pesquisadores em enveredar por essa empreitada, a qual, segundo a pesquisadora, poderia “enriquecer mais as páginas da história dos judeus em Portugal e no Brasil, talvez confirmando, de modo irrefutável, a presença judaica na herança ibérica” (RAPHANELLI, 2012, p. 15), talvez seja o caso de analisar com mais

---

<sup>37</sup> Não estou convencida de que o fato de o Imperador dominar o hebraico se devesse a uma espécie de ancestralidade judaica, afinal outros idiomas também eram apreciados e dominados pelo imperador, como o francês, o inglês e o latim, conforme um dos relatórios redigidos pelo tutor Frei Pedro (CARVALHO, 2007).

afinco, uma vez que o número de biografias dedicadas ao Imperador supera a de qualquer outro personagem de nossa história, e a isso também se deve atenção.<sup>38</sup>

Mas, voltando ao clima favorável à imigração judaica no Brasil nos tempos do império, grande parte daqueles que para cá seguiram no período, deve-se em muito à fuga em massa do território russo, onde os *pogroms* fomentados pelo reinado de Alexandre III aumentavam consideravelmente.<sup>39</sup> As restrições que impediam o grupo de viver plenamente nos diferentes setores da sociedade<sup>40</sup> contribuíram fortemente para que um clima antissemita se instaurasse no Império Russo, não deixando outra opção a não ser deixarem a região. Foi nesse ínterim que Nachman Falbel (2008) constatou que o Brasil teria recebido quase 300 imigrantes com a ajuda da JCA (*Jewish Colonization Association*), uma das organizações filantrópicas criadas por judeus que viviam em melhores condições e que teriam “a responsabilidade de tutelar os demais, quer na preparação da sua emancipação, quer através da intervenção diplomática no caso de perseguições, quer através da educação ou do preparo para a emigração” (GUTFREIND, 2009, p. 109).

Ao que parece, o governo brasileiro na época da chegada dos primeiros judeus russos no Rio Grande do Sul – para onde seguiram as primeiras levas – em nada corroborou para o estabelecimento dos imigrantes, ficando a cargo da própria JCA as despesas de viagem, a divisão das terras que aos novos moradores seriam doadas e toda estrutura para que pudessem dar início à nova vida na nova colônia<sup>41</sup> (FALBEL, 2008, p. 183).

Se aos membros da JCA o judeu que aqui entrava era conhecido, no Rio Grande do Sul pouco ou nada sabia-se sobre eles. De acordo com Evelyne Heuffel, ao desembarcarem dos trens,

Misturando-se às numerosas crianças dos recém-chegados, a menina das redondezas ocorre para ver esses russos com barbas patriarcais, chapéus redondos, longas camisas e casacões escuros que se destacam na paisagem. Aqui, ninguém sabe o que é um judeu. A partir de agora, esses judeus serão “os russos” (HEUFFEL, 2012, p. 123).

---

<sup>38</sup> O estudo avança em direção ao envolvimento do Imperador com os judeus, inclusive aquela de foro mais íntimo – uma suposta relação amorosa que teria tido com uma condessa de Barral, a qual teria uma ascendência judaica, de acordo com a autora, presumidamente cristã-nova. Ocorre que a suposição de que a relação de ambos seria um outro laço mais forte do Imperador com o universo judaico parece frágil diante dos demais elementos que teriam de fato aproximado o casal, como a paixão pelos livros, viagens, etc.

<sup>39</sup> A intolerância religiosa de Alexandre III atingiu outros grupos que não partilhavam da mesma crença do governante, porém os judeus foram alvo de intensa perseguição (FALBEL, 2008, p. 167).

<sup>40</sup> De acordo com Ieda Gutfreind, entre os anos de 1749 e 1881 foram publicados mais de mil decretos e disposições legais restringindo os direitos até então facultados aos judeus (GUTFREIND, 2009, p. 108).

<sup>41</sup> O primeiro assentamento foi na colônia Philipson e, depois, Quatro Irmãos, ambas situadas no Rio Grande do Sul.

Os primeiros anos dos judeus no Brasil Republicano, esses saídos da Europa do século XIX “oriundos do emaranhado histórico das ideias libertárias, nacionalistas, imperialistas e racialistas que se fortaleciam paulatinamente no Velho Continente” (GUTFREIND, 2009, p. 108), é um estudo que, assim como aquele voltado para os judeus no Império, ainda está por ser feito.

Novamente nos deparamos com a colaboração dos estudos realizados por Frieda Wolff e Egon Wolff (1979), na obra *Os Judeus nos primórdios do Brasil República*, uma espécie de continuação de *Os Judeus no Brasil Imperial*, a qual tem como pano de fundo as transformações decorrentes do processo acelerado de urbanização, especialmente nas principais capitais da época, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O destaque maior fica para a sociedade carioca, mas ao contrário do que ocorre com o estudo anterior, o livro inicia com uma tensão partilhada pelos autores logo no início de sua narrativa, que é a apreensão dos israelitas frente à mudança de regime político no país, o que se justifica, pois “freqüentemente tornaram-se bode expiatório, principalmente se a nova forma de governo não deu o resultado esperado” (WOLFF; WOLFF, 1979, p. 27).

O que seria mera especulação deixa de ser na medida em que os autores percebem, especialmente no noticiário carioca, um clima de silêncio e espera por parte das associações israelitas sobre o que estaria por vir; algo que chama a atenção é um possível mascaramento da identidade judaica na imprensa carioca: “formou-se, inconscientemente, o que chamamos de MARRANO NOVO, o judeu que deu mais ênfase a sua condição de francês, inglês ou alemão” (WOLFF; WOLFF; 1979, p. 28).

Mas quem eram os judeus que para cá seguiram nas primeiras décadas do século XX? Onde e como se estabeleceram? Mantiveram os laços com o judaísmo? São muitas as questões que envolvem o processo imigratório de um povo. No caso dos judeus, a questão torna-se ainda mais complexa à medida que os judeus dos quais aqui trato, contemporâneos são daqueles que,

No milenar contato com povos dos velhos continentes, os judeus absorveram valores e padrões de comportamentos possibilitando a existência de diferenciados grupos culturais. Ao lado da maioria asquenaze em terras europeias, temos os sefaraditas, de idioma ladino, os judeus da Itália, os do Magreb (norte da África), os iraquianos, os sírio-alepinos, os iemenitas, os persas, os de Bukhara do Ubequistã, os falashas da Etiópia e outros mais (MIZRAHI, 2009, p. 160).

No caso do Brasil, a grande maioria que para cá seguiu “pertencia a grupos sociais originários de comunidades religiosas da Rússia, do Leste Europeu e do Oriente Médio” (MIZRAHI, 2016, p. 42).

Este é um traço que pode ser encontrado nos textos publicados pelo cronista e jornalista João do Rio (1976) – cujo pseudônimo era Paulo Barreto – em que descreve alguns aspectos da vida religiosa da comunidade judaica. Um exemplo é a sinagoga<sup>42</sup>, que aparece de forma constante em suas narrativas, tanto quando se refere aos judeus de origem mais pobre – “[...] nestas casas guardam não raro uma sala para costura e outra destinada à sinagoga [...]” – quanto àqueles mais afortunados – “[...] a sinagoga da Rua Alfândega é muito mais interessante. Ocupa todo o sobrado do prédio 363 [...]”.

Conforme constata Falbel (2008), antes e depois da Primeira Guerra Mundial a imigração judaica se intensificou; eram “judeus de diversas origens, acomodados em pavimentos de segunda e terceira classes” (MIZRAHI, 2016, p. 39).

As descrições acerca deste judeu imigrante que chega e se estabelece na capital carioca revelam

A existência de um judeu que num primeiro momento surge na condição de um homem rico, indiferente às dificuldades e à pobreza dos demais, e o outro, do “judeu real”, que como muitos imigrantes chegavam ao Brasil pobres, desempregados, tendo que recorrer a outros meios de sobrevivência, como foi o caso das mulheres judias que aderiram à prostituição, ou os judeus árabes que enveredaram pelo comércio ambulante (GRANADO, 2019, p. 104).

Contudo, mesmo vindo em condições tão difíceis, à medida que o tempo passava desde sua chegada, os judeus prosperavam economicamente<sup>43</sup>, e as construções de sinagogas – aquelas descritas por Rio (1976) – atestam isso. Elas começavam na sala de casa como descreve Rio, mas em alguns casos passam para uma arquitetura mais sofisticada, num espaço próprio. Associações e escolas, por sua vez, surgirão com o intuito de manter os laços com as tradições religiosas judaicas (FALBEL, 2008, p. 293-295).

Sobre o processo migratório de judeus para a cidade de São Paulo, Rachel Mizrahi (2016) divide-o em três frentes: a dos *asquenazis*, a dos *sefaradins* e aqueles que vinham do Oriente Médio. Não muito diferentemente do que ocorrera no Rio de Janeiro, o comércio parece ter sido a atividade primeira realizada pelos imigrantes e, por meio dele, não só a ascensão desses grupos, mas também as redes de sociabilidade aos poucos foram sendo construídas,

<sup>42</sup> Esta compreendida como um “centro catalisador da vida comunal judaica”, a qual não se limita somente à ideia de templo, mas um espaço onde se organizam vários “moldes e instituições os quais buscam atender a suas múltiplas necessidades, seja no campo educacional, beneficente, jurídico, cultural e os demais” (FALBEL, 2008, p. 284).

<sup>43</sup> Importante sinalizar que, desde o início da colonização, os judeus, ainda que na condição de cristãos-novos, se estabeleceram no Rio de Janeiro atuando em diferentes espaços, ocupando diversos cargos como aqueles “de prestígio na burocracia colonial, como almoxarifes da fazenda, procuradores da Câmara, meirinhos e escrivães da Câmara ou juiz da alfândega” (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 146-147).

refletindo diretamente nos tipos de comunidades que aos poucos foram se erguendo.<sup>44</sup> Sobre os judeus orientais, que seguiram para São Paulo<sup>45</sup>, a autora, os identifica como aqueles que, “embora identificados aos asquenazis pela fé, diferenciavam-se pelos costumes, posicionando-se em locais distintos de S. Paulo e tomando como matrizes suas comunidades de origem” (MIZRAHI, 2016, p. 47).

Os estudos em torno dos judeus no Brasil nos períodos que remontam o Império e os anos iniciais da República ainda são, como outrora disse, escassos. A maioria das pesquisas concentra-se nas principais capitais para onde seguiram, mas estão longe de alcançar a historiografia que remete aos tempos coloniais. Sobre esta última, também há muito que se investigar.

É possível sentir uma lacuna na produção acadêmica que lida com a escrita da História em torno dos judeus no Brasil, um não lugar ou não reconhecimento que também pode ser percebido quando nos deparamos com aqueles por quem falam esses judeus, a questão do atavismo.

No início da década de 1990, um grupo de estudiosos brasileiros e brasilianistas se volta para os estudos em torno da *questão judaica* no Brasil, conforme analisa Maria Luiza Tucci Carneiro (2012) num ensaio em que realiza uma espécie de balanço da produção acerca “das manifestações do moderno antissemitismo no Brasil”, a qual, segundo ela, é rodeada de “polêmicas sobre a prática de uma política antissemita sustentada pelos governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), alimentadas pela persistência de mitos e por posturas políticas” (CARNEIRO, 2012, p. 79).

A própria autora encontra-se no rol das pesquisas em torno da temática que ganha fôlego maior ao final da década de 1990 e início dos anos 2000. Carneiro manteve-se na Universidade de São Paulo (USP) onde também se formou e atua como coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER), fundado em 2006, onde desenvolve o projeto *Arqshoah – vozes do Holocausto* (ARQSHOAH, 2015). Suas produções tiveram o judeu como protagonista, porém, ainda que tenha trabalhado com a temática judaica no Brasil Colonial, o período varguista é – e tem sido – tema principal dos estudos

---

<sup>44</sup> As construções das sinagogas talvez sejam o marco central das comunidades que passarão a existir, principalmente se a compreendermos como verdadeiros centros catalisadores da vida comunal e “foro da expressão para todo tipo de manifestação social da minoria judaica, onde quer que ela se encontra” (FALBEL, 2008, p. 284).

<sup>45</sup> Segundo a autora, por volta de 50.000 (MIZRAHI, 2016, p. 47).

desenvolvidos pela autora, tanto no que se refere aos projetos de pesquisa por ela coordenados como também em suas publicações.<sup>46</sup>

Fruto da tese de doutorado defendida no ano de 1987, a obra *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930 – 1945)*, publicada primeiramente em 1988 e depois reeditada em 2001, numa edição ampliada pela Editora Perspectiva, ganha destaque e repercussão na mídia, trazendo para a esfera pública questões até então silenciadas, como o antissemitismo presente nas primeiras circulares secretas editadas pelo governo Vargas, as quais revelavam restrições para com os judeus que fugiam do nazismo no período que compreende a 2ª Grande Guerra.

Pouco mais de uma década após a publicação de seu trabalho, Carneiro (2012) atribui o ineditismo de sua pesquisa às fontes inéditas às quais teve acesso<sup>47</sup> e que possibilitaram que seu estudo abrangesse diversos aspectos “da política imigratória do Itamaraty, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e do Conselho de Imigração e Colonização” (CARNEIRO, 2012, p. 84-85).

No entanto, as questões que suscitaram inquietações no cenário político e social na época<sup>48</sup> – em que seu estudo ganhou destaque, ocupando, por exemplo, as páginas de jornais de grande circulação (CARNEIRO, 1997) – permanecem, inclusive em seu próprio ensaio escrito dez anos depois, *Rompendo o silêncio: a historiografia sobre o antissemitismo no Brasil*. Nele é possível perceber que a polêmica se estendeu para dentro do debate historiográfico, o qual a autora não somente apresenta como, por intermédio dele, também traz uma série de argumentos para sustentar aquilo que ao final da década de 1980 ela viria descortinar – as circulares secretas. O primeiro deles diz respeito a um suposto silêncio por parte de alguns segmentos da comunidade judaica, a qual, considera Carneiro (2012), afirma não possuir “visão histórica, confundem o acolhimento oferecido pelas associações judaicas brasileiras” com uma prática do governo brasileiro, o qual nada fez para receber os refugiados.

A necessidade de vistos de “católico ou turista”, ou o chamado “visto capitalista”, pelo qual, por meio de uma quantia paga ao Banco do Brasil, os judeus conseguiam entrar no país (CARNEIRO, 2012, p. 81) é um outro argumento que endossa a hipótese de Carneiro e aqui

<sup>46</sup> A primeira delas que iniciou toda discussão e que a autora trouxe à tona é a obra *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930 – 1945)* e a recém-publicada *Cidadão do Mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do Nazifascismo (1933 -1948)*, uma espécie de continuação das discussões que suscita no primeiro estudo entorno da sociedade e da política externa brasileira no período varguista.

<sup>47</sup> Ainda assim, a autora revela as dificuldades que enfrentou devido ao fato de que até 1994 alguns segmentos dessa pesquisa não podiam ser concluídos, pois o acesso à documentação sob a guarda do Itamaraty continuava proibido pela legislação brasileira (CARNEIRO, 2012, p. 85).

<sup>48</sup> Uma delas relaciona-se ao descontentamento, segundo a autora, em relação ao *teor do livro*, tanto por parte da imprensa como dos familiares do ex-chanceler Oswaldo Aranha (CARNEIRO, 2012, p. 85).

Avraham Milgram (1994), em *Os Judeus do Vaticano: A Tentativa de Salvação de Católicos – Não-Arianos – da Alemanha ao Brasil Através do Vaticano (1939-1942)*, ao investigar a política imigratória brasileira e sua atuação quanto à emissão dos vistos aos judeus convertidos ao catolicismo – que precisavam sair da Alemanha – e que corrobora a tese da autora (CARNEIRO, 2001). Segundo ele,

Primeiramente exigiram dos batizados que viessem providos de uma quantia de dinheiro a qual eles obviamente não possuíam pois haviam sido vitimados pela política de arianização do regime nazista; mais tarde opuseram-se a aceitar famílias mistas nas quais um dos conjugues era judeu. Ao chegarem os primeiros imigrantes no Brasil surgiu a suspeita quanto à origem legal dos seus certificados de batismo e assim por diante (MILGRAM, 1995, p. 102).

Os argumentos que endossam sua tese seguem ao longo do texto, incluindo a história dos diplomatas que teriam desafiado as ordens secretas do Itamaraty e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores do Brasil, concedendo vistos e, como ela descreve, “salvando centenas de vidas” (CARNEIRO, 2012, p. 82). A discussão ganha maior fôlego quando vários outros estudos são citados pela autora – inclusive os seus – em especial aqueles que dialogam com sua pesquisa.

O trabalho de Carneiro tem como fator determinante e protagonista o fenômeno do antissemitismo, esse que também aparece nos trabalhos de Roney Cytrynowicz (2002), o qual admite teria promovido “episódios terríveis” àqueles que aqui buscavam por refúgio. No entanto, para o autor as teorias da autora não definem a política brasileira do ponto de vista historiográfico como nazista ou fascista, e de fato, se assim o fosse, não teria sido possível que, entre 1937 e 1945, os judeus em São Paulo e no Rio de Janeiro tivessem vivido

Uma intensa e pública vida institucional, social, cultural e econômica. Foram anos de efervescência institucional que permitiram um boom de atividades e organizações, inclusive sionistas e comunistas, logo após 1945. Foram anos de sedimentação institucional e de definição de uma identidade “judaico-brasileira (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 394).

Importante salientar que Cytrynowicz (2002) não nega a existência de restrições e medidas impostas pelo Estado Novo em relação aos judeus – e que se estendeu a outros grupos estrangeiros<sup>49</sup> –, mas isso não afetara em sua análise o estabelecimento das instituições judaicas, as quais, entende, “trabalharam serenamente para adequar-se às restrições e funcionaram ativamente durante o período” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 395).

---

<sup>49</sup> Não estrangeiros também, como foi o caso dos negros e mulatos atingidos pelas restritivas incorporadas à política imigratória varguista e que estavam atreladas à matriz ideológica eugenista da época (LEWIN, 2019, p. 258).



Do mesmo modo compreende o brasilianista Jeffrey Lesser (1995), o qual também reconhece a postura antissemita por parte da política imigratória federal no período varguista; no entanto, em sua percepção, esta não teria sido determinante a ponto de impedir que os judeus que para cá vieram conseguissem se inserir na sociedade brasileira criando suas redes de sociabilidade. Dez anos passados desde a publicação de sua importante obra *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*, o autor reafirma a “intensa vida institucional” que os judeus tiveram, criando, por exemplo, “um movimento sionista forte e público”, mesmo diante das restrições oficiais (LESSER, 2005, p. 317).

Deste modo, parece-me que a crítica realizada por Monica Grin e Michel Gherman (2017) sobre a necessidade em rever os estudos históricos em torno dos judeus e seus descendentes no contexto brasileiro, especialmente quando remonta ao primeiro governo de Vargas, faz sentido. Há uma insistência, segundo eles, na “ameaça antissemita” como única possibilidade de pensar a inserção deste grupo naquela sociedade ou, ainda, uma unilateralidade no olhar histórico onde o que predomina é “a ação do Estado, da ideologia e das leis anti-semitas” (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 416).

Além disso, tais narrativas parecem remontar a uma “versão europeia”, que não condiz com o passado de grande parte dos judeus que aqui estiveram em “diferentes tempos” (GRIN; GHERMAN, 2017, p. 36).

O estudo de Carneiro (2001) reivindica a memória do Holocausto, ou da *Shoah*, e, como ela mesmo afirmou, revela a inadimplência do Brasil “na salvação dos judeus”. No que toca à historiografia judaica, é relevante na medida em que rompe um silêncio, como a própria autora coloca, e contribui para uma versão menos mitificada acerca de uma democracia “imaginada” que aqui teria se formado, mas, acima de tudo, traz um passado que cruza com o nosso; no entanto, é essencial compreender que,

Se na modernidade europeia a experiência judaica de interação social é fonte de angústia, de dilaceramento subjetivo e de vigorosa regulação, no Brasil, ao contrário, a ênfase na sociabilidade, nas relações primárias e, vale dizer, pouco reguladas, é um convite à diluição do trauma e das diferenciações rígidas (GRIN; GHERMAN, 2017, p. 37).

Neste sentido, compreendo que os judeus que aqui estiveram pertencem a diferentes tempos e espaços e, muito embora o cenário político e social atual – conforme aqui procurarei demonstrar – revele uma proximidade com as tendências negacionistas e revisionistas<sup>50</sup>, a

---

<sup>50</sup> Desde março de 2020, com a chegada da COVID-19, os fenômenos que antes eram restritos a grupos específicos da sociedade parecem ter ganhado força e novos adeptos, inclusive no âmbito político, haja vista os discursos oficiais e a política de Estado atual, conforme veremos ao longo da pesquisa.

*Shoah* não pode ser a única referência de passado para este grupo, bem como a história política do Brasil não deve ser determinada a partir de um único episódio.

Por esta e por outras seria interessante que os estudos que aqui são feitos passassem a extrapolar o “mainstream dos estudos judaicos, nos contextos acadêmicos internacionais, incorporando dimensões próprias às formas como as identidades judaicas foram e são reinventadas continuamente no contexto brasileiro” (GRIN; GHERMAN, 2017, p. 36).

O número de judeus que vive no Brasil atualmente ultrapassa a marca dos 100 mil. Sua chegada, conforme buscamos aqui apresentar, ocorreu desde a chegada dos primeiros portugueses, dentre os quais, muitos possuíam origem hebreia. Desde então, o processo migratório nunca cessou, e judeus de outras partes do mundo e por razões distintas passaram a ingressar no país, algumas vezes apresentando um fluxo maior ou menor, mas que nos leva a concluir tratar-se de uma identidade que nunca esteve apartada da nossa – ao contrário, mesclasse –, porém diferentemente de como ocorreu na Europa e que pode ser pensada a partir da ideia de “um fenômeno que comporta adaptação, negociação e heterogeneidade nos termos de uma “etnicidade situacional”, vis-à-vis os estímulos igualmente variados do contexto nacional” (GRIN; GHERMAN, 2017, p. 37).

Nesse processo de construção da memória onde se inserem diversos atores individuais e coletivos, optei por analisar o judeu em alguns dos espaços que buscam *legitimar seus argumentos no debate público*. Esses espaços, ao mesmo tempo que nossas fontes, são as *fontes dialógicas* das quais na fala José D’Assunção Barros (2010), importantes que são,

[...] além de permitirem que o historiador concretize o seu acesso a determinadas realidades ou representações que já não temos diante de nós, permitindo que se realize este “estudo do homem no Tempo” que coincide com a própria História, também contribui para que o historiador aprenda novas maneiras de enxergar a história e formas de expressão que poderá empregar em seu texto historiográfico (BARROS, 2010, p. 74).

Apresentado, portanto, o tema, as fontes com as quais lidei ao longo da pesquisa, a problemática e o tipo de abordagem da qual fiz uso, dividi e estruturei o trabalho de modo que, em cada capítulo e para cada tempo e espaço, atentei-me em compreender essas fontes como devem ser compreendidas dentro de seus contextos de produção ou circulação.

No primeiro capítulo, cujo título é “A História Pública no Brasil: um campo próprio”, as discussões permeiam a História Pública no Brasil e como essa *velha nova história* vem se construindo e se constituindo enquanto um campo de pesquisa. Ao mesmo tempo, minha intenção é perceber e discutir por onde circula e como se expressa a produção do conhecimento histórico em torno do judeu que, de certo modo, acaba formando o *imaginário social* brasileiro.

O segundo capítulo, apresentado sob o título “Tramas da História no foco midiático: a produção do conhecimento histórico em torno do judeu na minissérie *A Muralha*”, tem por pretensão trazer a narrativa televisiva, compreendendo que no Brasil “os folhetins televisivos têm grande audiência [e que] incontáveis minisséries de sucesso tiveram como enredo questões de fundo histórico” (MALERBA, 2014, p. 29). Deste modo, não podemos ignorar que a televisão está conectada ao conhecimento histórico e às representações que nela se constroem acerca do passado, no caso, do passado judaico no Brasil, ainda que escassas e que, por isso mesmo, merecem atenção.

No capítulo seguinte, “O Museu do Holocausto de Curitiba e o judeu que nele se insere: a história pública nas redes sociais e o dever de lembrar”, buscamos explorar o modo como ocorre a divulgação do conhecimento histórico em torno do judeu, para além da ampliação desse espaço e de sua visibilidade no formato de um museu que, como muitos, vem se abrindo para as experiências no âmbito da *World Wide Web*. Ao extrapolar a divulgação de atividades da instituição para outras, elementos suficientes nos instigam a mapear as possibilidades oferecidas por este ambiente dentro do conhecimento histórico que ali se produz.

O quarto e último capítulo “Tradição, modernidade e pós-modernidade: o judeu na rede Sinagoga sem Fronteiras” será dedicado a examinar e explorar as possibilidades e diálogos promovidos pela rede social *Sinagoga sem fronteiras*, essa história feita para mas também pelo público (SANTHIAGO, 2016, p. 28), a qual busca uma aproximação do público em geral com o universo judaico. Criada por volta do ano de 2016, pelo jovem Rabino Gilberto Ventura, mais conhecido como *Moré Ventura* e que conta com cerca de 85.000 seguidores, a proposta seria promover um espaço democrático, onde pessoas de outras religiões pudessem participar sobre a única condição de que o diálogo fluísse respeitosamente. Dentre as atividades postadas na rede *Sinagoga sem Fronteiras*, há também aquelas voltadas para denunciar e promover o fim do preconceito contra os judeus e transmissões ao vivo, diariamente em horários específicos, convidando o internauta a participar.

## 1 A HISTÓRIA PÚBLICA NO BRASIL: UM CAMPO PRÓPRIO

*“No nos engañemos; la imagen que tenemos de otros pueblos, y hasta de nosotros mismos, está asociada a la Historia tal como se nos contó cuando éramos niños. Ella deja su huella en nosotros para toda la existencia.”*

Marc Ferro (2007, p. 19).

Construir esse capítulo foi em parte um desafio e também uma necessidade, pois esta é uma pesquisa que nasce dentro da história pública – essa que possibilita “contribuições aos debates sobre a história feita para, com e pelo público” (MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016, p. 12). Trata-se de um estudo que “está ligado a como adquirimos nosso senso de passado” (LIDDINGTON, 2011, p. 31) e, ainda que tenha optado por investigar a produção do conhecimento histórico em torno de um determinado grupo, os espaços onde minha análise ocorre – audiovisual e digital – vão ao encontro daquilo que compreendo por história pública, aquela que extrapola o meio acadêmico, voltada para grandes audiências.

São espaços onde se elaboram as experiências históricas e onde as relações sociais e políticas estão imbricadas e, desta feita,

[...] uma arena de disputas vigorosas, na qual adversários ideológicos lutam pelo legado, patrimônio e memória pública de acontecimentos ocorridos há muito ou há pouco tempo, e que ainda estão se desdobrando” (ZAHAVI, 2011, p. 53).

É uma “história viva”, em movimento e que concentra-se “progressivamente no passado recente” nas “grandes catástrofes do século XX e do século XXI”, as quais “produziram figuras historiográficas novas, que participaram do enraizamento de uma história do tempo Presente no campo científico e no espaço público” (ROUSSO, 2016, p. 219).

Se “controlar o passado ajuda a dominar o presente” (FERRO, 2019, p. 19), a forma como o passado tem se apresentado nas diferentes narrativas produzidas e financiadas por alguns setores da nossa política atual e também pelo setor privado, empenhados na divulgação de uma “história verdade”, leva a um cenário preocupante.

Assim como François Hartog, acredito que “o pesquisador não visa desacomodar o impensado do lugar, mas, antes, reconstituir o que o tornou pensável” (HARTOG, 2013, p. 188). Por esta razão, não se pode mesmo, como no início dessa pesquisa busquei demonstrar, pensar mais em “escrever História do Brasil sem os judeus” (NOVINSKY, 2020).

A ideia de um não lugar para esses indivíduos que possuem uma história entrelaçada à nossa desde o início da colonização mantém uma não compreensão de quem vem a ser o judeu, o que pode levar, dentre outras, a corroborar com sentimentos que extrapolam o

“estranhamento” e que tem ido, ao menos no cenário social e político brasileiro atual, em duas direções: ondas de manifestações de ódio, negacionismo<sup>51</sup> e preconceito, ao mesmo tempo em que a fabricação de um “*judeu imaginário*” tanto por parte de grupos da chamada “Nova Direita” brasileira como também nos protestos de setores da esquerda local<sup>52</sup> (GHERMAN, 2020a).

Neste caso então, talvez a pergunta que leva o título da recém-publicada obra, *Qual a história pública que queremos?*, seria não somente pertinente, mas necessária se nos ativermos às contribuições que dela podem surgir e surgem; pode também colaborar para um diálogo com a historiografia, diminuindo as distâncias e promovendo mais e maiores aproximações no que toca às “noções de consciência histórica e de cultura histórica”, e, ao mesmo tempo, pensar que a história pública, se não cuidada, “pode tornar-se perversa” (MAUAD; SANTHIAGO; BORGES, 2018, p. 10).

Desde a década de 1970, a história pública passou a ser incorporada pelos países que dela passaram, sob diferentes aspectos, a fazer uso. Foi nesse mesmo período que “novas formas de curiosidade sobre o passado” surgiram:

Na Grã-Bretanha a história pública é marcada pela tensão entre uma “história popular” populista e uma exaltação turística do patrimônio cultural compartilhado. Na Austrália, a tensão marcante tem sido um pouco diferente: entre a necessidade da cultura colonizadora de estabelecer uma identidade nacional compartilhada e o engajamento daquela história feita por e para as comunidades indígenas que reivindicam cultura e história próprias. Na Itália, os governos – especialmente os locais – têm tido um papel mais determinante que em outros países. [...] Nos Estados Unidos, primeiro lugar onde a história pública tomou forma enquanto tal, sua inclinação tem, de modo geral, reforçado os valores consensuais da classe média através da celebração da história comunitária e da história nacional (FRISCH, 2016, p. 58).

Não é possível, portanto pensar em uma única definição que dê conta do que vem a ser a História Pública, pois há toda uma diversidade de contextos em que se insere e, “em cada país onde ela está em debate, algumas práticas nem aparecem no horizonte de discussão” (FAGUNDES; MELO; KOBELINSKI, 2019, p. 30).

No Brasil, Benito Bisso Schmidt (2018), já localiza profissionais da História atuando em outros nichos para construir suas carreiras desde o século XIX, antes mesmo da disciplina ser institucionalizada no meio acadêmico na década de 1930, “quando o principal espaço de

---

<sup>51</sup> Embora tenha adentrado no país na década de 1980, o negacionismo tem se mostrado cada vez mais forte, encontrando terreno fértil não só na esfera virtual das redes sociais, mas também nas plataformas digitais e de forma alarmante no mais alto escalão da política brasileira atual, discussão essa que não nos absteremos de realizar aqui neste capítulo.

<sup>52</sup> O professor Michel Gherman se referiu à esquerda local como aquela que considera uma esquerda identitária, com pouco vínculo com a esquerda de classe, sindicalizada.

narrativas sobre o passado nacional era o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)”, e de onde saíam os então “reconhecidos historiadores” atuando em “museus, arquivos, bibliotecas” além, de produzirem textos para livros didáticos e para a imprensa ( SCHMIDT, 2018, p. 17).

Mas, foi no Rio de Janeiro, mais precisamente nos anos 1960, no curso de história da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi/UB), que um movimento em torno da história pública iniciava, um grande debate sobre o papel da História para embasar e justificar toda uma militância política para aquilo que efervescia no Brasil em torno da transformação política. Debate esse que foi engajado principalmente nas cadeiras de História Moderna e Contemporânea, onde os estudos passaram a contemplar períodos “mais recentes”, de modo a “funcionar como um espaço de crítica, destinado a formar uma nova geração de professores com um ‘espírito democrático’ que não era comum nas outras cadeiras do curso de história” (FERREIRA, 2012, p. 618).

Os anos mais críticos e dramáticos que colocaram os historiadores na mira do governo brasileiro iniciaram na década de 1960, mais precisamente em 1964, quando “a Faculdade Nacional de Filosofia transformou-se num autêntico caldeirão de lutas e enfrentamentos político-ideológicos, quer entre seus alunos, quer entre a maioria do corpo docente”<sup>53</sup> (FALCON, 2012, p. 11).

A polarização entre esquerda e direita que se abateu sobre o Brasil no início da década de 1960 adentrou a academia. A história traumática da ditadura deve ser representada nas trajetórias de estudantes e professores<sup>54</sup>, os quais engajados em “atividades políticas”, foram denunciados e perseguidos por desafiam o governo militar colocando em risco a chamada *ideologia da segurança nacional*.<sup>55</sup>

Ações como a criação do chamado *Boletim de História*, por estudantes do curso de história da FNFfi que pretendiam “colocar o conhecimento histórico a serviço da compreensão do presente” (FERREIRA, 2012, p. 625), já dava indícios desse engajamento que ultrapassava os muros da academia. Dentre as pautas defendidas estavam a alteração curricular – tanto do

<sup>53</sup> Sobre essa questão, sugiro a leitura do relato feito por Francisco Falcon (2012), intitulado *O Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS/UFRJ – um ensaio de história e memória*, onde discorre sobre os acontecimentos que ameaçavam a cátedra do ensino de História na Universidade e também os professores.

<sup>54</sup> Integram a lista Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré e Maria Yedda Linhares, “tida ‘como comunista fanática’, ‘perigosa’ como ‘propagandista de ideias extremistas’ e acusada de ‘ter convidado para seus instrutores dois comunistas conhecidos’” (FERREIRA, 2013, p. 56).

<sup>55</sup> A temática está presente no trabalho de Ana Carolina Sade Pereira da Silva (2010).

secundário como do nível superior – e a renovação de conteúdos programáticos de forma a dialogarem mais de perto com as lutas sociais que no período estavam ocorrendo.<sup>56</sup>

Concomitante com as discussões que envolviam o ensino de História na universidade, a cadeira de História Moderna e Contemporânea levou e colocou à frente no espaço público o debate fundamental da História como sendo o elemento que poderia justificar, por exemplo, as *reformas de base*<sup>57</sup>, destacando a reforma agrária – mais urgente no nordeste brasileiro onde a situação era mais “explosiva” – e suas questões mais sensíveis e caras à população brasileira, como a origem do latifúndio, do escravismo, enfim, de toda a injustiça social.

Mesmo com o fim da FNFi no ano de 1968 e a reorganização dos departamentos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, a repressão e a cassação dos estudantes e professores não cessou e a instituição do decreto 477<sup>58</sup>, promulgado em fevereiro de 1969, só vinha agravar mais a situação.

Não é de hoje, portanto, que a área de atuação do historiador no Brasil extrapola o universo acadêmica<sup>59</sup> e, no que toca os cursos de história brasileiros, refletindo acerca dessa História Pública, entre “tradição e renovação”, pode-se afirmar que aqui “a palavra veio depois da coisa” (SCHMIDT, 2018, p. 18).

Trazendo o debate para a constituição de um campo de pesquisa, Ricardo Santhiago (2016), acerca do primeiro encontro ocorrido na USP no ano de 2011 afirma que a ideia de história pública voltava-se à “incorporação do historiador no mercado de trabalho e à inserção da história na cultura das mídias”. A preocupação inicial centrava-se na questão das audiências, vindo a se tratar, portanto, de uma “história feita para o público”, mas que agora pode ser pensada a partir de outros três tipos de história pública, como aquela que é “feita com o público; a história feita “pelo público”, desprovida de qualquer procedimento de escrita historiográfica e que tenha as preocupações próprias da disciplina enquanto ciência e a “história e público”, qual seja, a “conciliação entre a comunicação pessoal, íntima, que a entrevista de história oral

<sup>56</sup> Um dos editais referente ao ano de 1961 que trazia como tema “Reforma Universitária e escola pública”, só pode ser lançado em 1963 graças à ajuda externa (FERREIRA, 2012, p. 624).

<sup>57</sup> A política de repressão fortemente empreendida contra os trabalhadores rurais se estendia para outros setores. Para além do setor agrário e todas as questões trazidas por ele, as *reformas de base* contemplavam ainda a “reforma bancária (combate à inflação), a reforma universitária (democratização da universidade e da escola), etc. O Brasil deveria, assim, passar a limpo a herança colonial” (LINHARES; TEIXEIRA DA SILVA, 1999, p. 172).

<sup>58</sup> O decreto que tinha como premissa punir os acusados de subversão pode ser lido na íntegra em Brasil (1969). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12/05/2020.

<sup>59</sup> Essa é uma questão que perpassa a regulamentação da profissão de historiador, a qual Fagundes discute no texto e que até pouco tempo tramitava no Congresso Nacional. O texto está inserido no Projeto de Lei nº 4.699/2012 (BRASIL, 2012), conforme explica Fagundes (2015, p. 159-160), originário do primeiro Projeto de Lei nº 368/2009 (BRASIL, 2009).

possibilita, e a comunicação social, facultada pelas mídias que difundem conhecimento histórico para um público mais amplo” (SANTHIAGO, 2018a, p. 295).

Deste modo a consolidação da história pública é uma realidade<sup>60</sup>, principalmente se se atentar para tudo que vem sendo produzido e se encaixa na ideia dentro da noção de História Pública, como “usos do passado; demanda social; percepção pública da história; divulgação científica da história; interpretação e curadoria; empoderamento e pesquisa-ação; apropriações midiáticas, literárias e artísticas da história – e assim por diante” (SANTHIAGO, 2016, p. 26).

Enquanto solidificação de um campo, o movimento em direção a este tipo de história começou, de acordo com alguns historiadores, em forma de resposta política e, de certo modo,

Uma reação aos dilemas que tanto o campo historiográfico como a sociedade têm enfrentado: o anti-intelectualismo, o anticientificismo, o conspiracionismo, os ataques dirigidos ao meio acadêmico, sobretudo às universidades públicas no Brasil, os preconceituosos de seus preconceitos, a defesa da ditadura militar e o negacionismo do Holocausto (CARVALHO; TEIXEIRA, 2019, p. 19).

Pode-se dizer que dos “consensos e dissensos” que, tanto na esfera internacional quanto na nacional, nutrem o debate em torno da história pública, um denominador comum é a preocupação com os modos de produção, divulgação e circulação da história (ROVAI, 2018a). Por outro lado, há preocupação de que o processo de popularização da história viria a deslegitimá-la, o que pode ser um erro, uma vez que

A modalidade não acadêmica (ainda que praticada por um historiador de formação acadêmica) escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas. Isso não a torna pura e simplesmente falsa, mas ligada ao imaginário social contemporâneo, cujas pressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite (SARLO, 2007, p. 13).

Ao ignorar o que pode a publicização da História, o debate acadêmico mantém-se restrito. Os saberes que outrora foram rejeitados pela história oficial, muito embora tenham sido trazidos à superfície, ao serem descolados de suas “memórias, experiências e histórias”, permanecem coadjuvantes, presos ainda a grandes histórias (ROVAI, 2018a, p. 188).

A crítica outrora feita por Jurandir Malerba (2014), à ausência de um treinamento adequado para os historiadores engajados com a História Pública no Brasil como ocorre nos países anglo-saxões é pensada de outra forma por Ricardo Santhiago, o qual considera a história pública não como um:

---

<sup>60</sup> A contar daquilo que surgiu e vem surgindo no cenário acadêmico, como a criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP) criada em 2012 (RBHP, 2013).



[...] conjunto estável de técnicas a serem apreendidas e apenas consecutivamente emuladas, mas sim como uma prática reflexiva – um processo contínuo de aprendizado, baseado na reconstrução das práticas de trabalho a partir de experiências concretas [...] (SANTHIAGO, 2018a, p. 294)<sup>61</sup>.

Seguir na direção da História Pública não elimina o caráter analítico ou qualquer outra postura séria, ética ou profissional do historiador; ao contrário, até porque, tratando-se de um campo que se define como “um posicionamento intelectual e político” (ROVAI, 2018a, p. 187), ela se afina com uma das primeiras *lições* do historiador, qual seja, a de considerar “a sociedade em seu conjunto e em seus segmentos, que, afinal, são os destinatários de seu trabalho e para quem essa história tem, ou não sentido” (PROST, 2012, p. 14).

Os efeitos oriundos do clima de desconfiança e ressalva sobre a história pública podem ser sentidos quando nos deparamos com o sequestro da história como vem ocorrendo.

Ao longo da última década, produções brasileiras que atingem grandes públicos vêm construindo a fantasmagoria de uma “história oficial” diante da qual oferecem narrativas de uma “história paralela”, supostamente encoberta ou silenciada até então. O que chamam de “história oficial” corresponde, via de regra, à historiografia produzida nas universidades, que tem sido desacreditada por organizações e ideólogos da chamada “nova direita” (LIMA, 2019, p. 16).

Esta foi a temática suscitada em um dos trabalhos desenvolvidos por Márcia Elisa Teté Ramos (2016), ao debruçar-se sobre o *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, de Leandro Narloch<sup>62</sup>. Em suas análises a autora deixa claro:

[...] não contraponho o conhecimento histórico acadêmico como corretor dos desvios ou apropriações que considero indevidas dos Guias. Porém, também não entendo que minha análise seja apenas mais uma versão sobre o passado ou sobre a função social do professor de história. Trabalho em acordo com o interesse de promover a crítica, o questionamento daquela História que um público cada vez maior tem acesso. Subentendido neste objetivo, reflito sobre o estereótipo presente nos Guias, de que o mau professor de história, é o politicamente correto, porque “de esquerda” que ensina uma História mentirosa/ideológica (RAMOS, 2016, p. 101).

<sup>61</sup> Neste caso, o autor traz algumas das experiências que mostram a história pública no Brasil sendo colocada em prática, como aquelas realizadas em Universidades juntamente com outras áreas, como Comunicação, Artes, Jornalismo, resultando em produtos que levam à rearticulação das “dimensões alegadamente indissociáveis da pesquisa, da extensão e do ensino” (SANTHIAGO, 2018a, p. 295).

<sup>62</sup> Outros Guias passam pela análise da autora, como o *Guia Politicamente Incorreto da América Latina*, de Leandro Narloch e Duda Teixeira (2011) e *Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo*, de Leandro Narloch (2013). Quanto ao Guia referente à História do Brasil, sua análise se dá sobre “a versão de 2009 e com revisão ampliada em 2011 e também on line” (RAMOS, 2016, p. 100).

De grande sucesso editorial em sua empreitada de escrever o passado<sup>63</sup>, a autora considera a obra como aquela que “inaugura uma síntese do revisionismo no Brasil, uma história pública que funciona” (RAMOS, 2020).

O sucesso foi tamanho<sup>64</sup> que, em 22 de outubro de 2017, estreava a série documental *Guia Politicamente Incorreto* no canal *History Channel*. Adotando um tom humorístico, o programa prometia “lançar um novo olhar sobre fatos históricos do Brasil”, a partir de informações de especialistas sobre os principais acontecimentos do País ao longo dos séculos” (ROCHA, 2017, p. 1).

Logo no primeiro episódio<sup>65</sup> o programa gerou polêmica. Parte dos historiadores que apareceriam no programa<sup>66</sup> (coordenado por Narloch e apresentado pelo *YouTuber* Felipe Castanhari<sup>67</sup>) declarava ter sido entrevistada por uma produtora contratada pelo canal, sem serem informados de que as declarações seriam utilizadas no programa em questão.<sup>68</sup>

Ocorre conforme nos explica Ramos (2016) que “em termos de conhecimento histórico o que se apresenta é uma concepção que se movimenta nos extremos da ‘História-Verdade’ e do relativismo” (RAMOS, 2016, p. 120). Ainda assim, trata-se, segundo a pesquisadora, de “ideias que os jovens consideram muito mais atraentes e convincentes” (RAMOS, 2020, p. 120).

Outras obras que se tornaram verdadeiros *best-sellers* com narrativas no mínimo desprovidas de qualquer procedimento historiográfico vêm conquistando um público cada vez maior, contudo “o fascínio pelo passado na sociedade digital tem assumido muitas formas” (CARVALHO, 2018, p. 172), e isso é o que tem trazido preocupação e desconforto à comunidade acadêmica. Antes, porém, é preciso esclarecer que, de fato, o historiador não possui o monopólio da história e nem se pretende que tenha. O problema é que narrativas desse tipo e de alcance considerável trazem uma história que

[...] não recorre às questões ou a problemas; é uma história que quase sempre relaxa, estabiliza; uma história que fornece referências identitárias em

<sup>63</sup> Segundo reportagem de 2018, a série de livros teria vendido mais de 800 mil cópias (GENTIL, 2018).

<sup>64</sup> Passando a casa de 1 milhão de vendagem (NARLOCH, 2019).

<sup>65</sup> O episódio de estreia foi “Brasil com Z” e discorre por meio de suportes gráficos e de animações o que havia no país antes de 1500 (HISTORY, 2017).

<sup>66</sup> Dentre estes destaque as historiadoras Mary Del Priore, Isabel Lustosa e Lilia Schwarcz, as quais acabaram solicitando que suas participações no programa fossem cortadas (NETO; SCHWARCZ; GOMES, 2017, p. 1).

<sup>67</sup> Em entrevista, o apresentador criticou o programa e se disse arrependido de ter participado (CASTANHARI, 2020).

<sup>68</sup> O primeiro deles a reclamar publicamente por meio de suas redes sociais foi o historiador Lira Neto, o qual se sentiu “ludibriado” pelo programa (CAVALCANTE NETO, 2017, p. 1). Também, o jornalista Laurentino Gomes, pediu para que sua participação no programa fosse retirada (FOLHA PRESS, 2017, p. 1).

conformidade com a expectativa do leitor; reconfortante e que elimina a tensão inerente às relações sociais (CARVALHO; TEIXEIRA, 2019, p. 15).

Neste caso, não seria então a História Pública a “tábua de salvação”? Dentre as ações que desse tipo de história se pode esperar, acredito, é a de “promover situações e espaços de intercâmbio, discussões de boas práticas, em torno de atividades até então realizadas de maneira intuitiva ou voluntarista” (SANTHIAGO, 2018b, p. 326).

Também, acerca das muitas potencialidades da História Pública, acredito que o compartilhar de uma história que não seja perversa, *a história pública que queremos* depende do historiador em “assumir seu papel de escuta sensível e ética”, contribuindo para “a democratização do registro, do acesso, da divulgação e, mais do que isso, da construção de uma História Pública no sentido de contribuir para a promoção de um conhecimento capaz de sensibilizar e produzir a empatia e o respeito à alteridade humana” (ROVAI, 2018a, p. 189).

### **1.1 Na contramão da História: os conteúdos digitais e os novos “enquadramentos” da memória**

*“Lendas instáveis, formas diversas do esquecimento, mudanças de ritmo e novos tempos, muito frequentemente a memória oscilam ao capricho das razões e das razões do presente.”*

Régine Robin (2016, p. 40).

É preciso admitir que estabelecer novas formas de contar a história é algo recente e tímido ainda em nosso país, além disso deve-se considerar:

[...] As relações, as lutas e os projetos de movimentos sociais e políticos que buscam criar dinâmicas, imprevisíveis, que se apropriam inclusive das novas tecnologias para redefinir formas de atuação política, de preservação de memórias e de se fazer ouvir (ROVAI, 2018b, p. 308).

As forças que seguem contrárias à história parecem estar ganhando audiência no meio digital, um espaço bastante concorrido pelas organizações que vêm produzindo e divulgando o conhecimento histórico com o intuito de influenciar mudanças sociais, políticas e econômicas, como os chamados *think tanks*<sup>69</sup> (TTs), dos quais um dos mais acessados no Brasil atualmente

---

<sup>69</sup> De complexa definição os *think tanks* podem ser compreendidos como instituições ou organizações permanentes “de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas” (ROCHA, 2015, p. 262).

é a rede *Brasil Paralelo* ([www.brasilparalelo.com.br](http://www.brasilparalelo.com.br))<sup>70</sup>. Presentes no *Facebook*<sup>71</sup> ou no *YouTube*<sup>72</sup>, os criadores do projeto, que conta com milhares de seguidores e uma diversidade de conteúdos apresentados – esses chegam a bater a marca de aproximadamente 1 milhão de visualizações –, trazem enquanto proposta uma formação que traga uma História correta, verdadeira capaz de derrubar as *ideologias perversas*, as quais contaminaram “o imaginário popular, causando danos incalculáveis em jovens, que hoje estão perdidos e sem norte”<sup>73</sup>. Essas e outras “chamadas” que antecedem os episódios dos documentários produzidos pela *Brasil Paralelo* e os próprios integrantes que nela atuam<sup>74</sup> indicam os “conceitos e preceitos do campo político ideológico da direita liberal” (CARVALHO, 2018, p. 172).

Mas a *Brasil Paralelo* não é a única ameaça à legitimidade do trabalho do historiador, muito embora preocupe o fato de que, em dezembro de 2019, a empresa chegou até as escolas<sup>75</sup>, o que concretiza as suspeitas de que espaços como esses mantêm uma *agenda exclusivamente política*, mesmo quando “se apresentam como apolíticas” (CARVALHO; TEIXEIRA, 2019, p. 15).

O alerta feito por Peter Burke faz então sentido na medida em que:

O ‘o quê’ (conteúdo), o ‘quem’ (controle) e o ‘para quem’ (audiência) têm o mesmo peso. ‘Onde’ também interessa. As reações dos diferentes grupos de pessoas sobre o que ouvem, veem ou leem exigem estudo permanente (BURKE, 2006, p. 5).

Nem sempre de forma sutil, os exemplos que aqui mostramos dedicam-se a produzir materiais cujos objetivos são o de negar eventos já há muito debatidos e refletidos por historiadores acadêmicos, além de ocultar episódios e personagens relevantes de nossa história sob a alegação de que a história no Brasil precisa ser (re)escrita.

São conteúdos que apagam acontecimentos, fatos e personagens de nossa história, que poderiam levar a um *passado difícil*, e, neste ponto – e aqui concordo com Jurandir Malerba (2014) –, a profissionalização dos historiadores acadêmicos brasileiros na chamada *Public*

<sup>70</sup> Criada em 2016, primeiramente se apresentava como uma empresa cinematográfica, mas passaram a se descrever “como uma “plataforma de educação política”, oferecendo uma variedade de serviços, como núcleos de formação, mesas de debate, documentários, filmes, entrevistas – tudo de teor “histórico” (TURIN, 2020, p. 21).

<sup>71</sup> No Brasil, a rede *Facebook* atinge cerca de 127 milhões de usuários ativos mensais, representando 65% da população com 10 anos ou mais (OLIVEIRA, 2018, p. 1).

<sup>72</sup> Em termos de audiência, por exemplo, pode-se afirmar que em relação à concorrência, a plataforma digital tornou-se um “fenômeno mundial” (RODRIGUES, 2019, p. 74).

<sup>73</sup> Frase dita por Felipe Valerim, um dos sócios da produtora, antes do capítulo 2 da série documental produzida *A Última Cruzada* (BRASIL PARALELO, 2019).

<sup>74</sup> Além de juristas, empresários e advogados, a rede conta também com deputados da base de apoio do atual presidente Jair Bolsonaro.

<sup>75</sup> Um dos documentários da *Brasil Paralelo* foi exibido pela TV Escola, programa que, até dezembro de 2019, pertencia ao Ministério da Educação (MEC).

*History* torna-se urgente na medida em que no Brasil “a perícia narrativa e as articulações mercadológicas parecem ser suficientes para garantir a qualquer leigo o domínio do ofício” (MALERBA, 2014, p. 32).

Não há como ignorar o fato de que o setor midiático sofreu uma profunda reviravolta, trazendo dentre outras “celebridades de nicho, vastamente conhecidas entre determinadas faixas etárias ou outros recortes demográficos/temáticos” (RODRIGUES, 2019, p. 77). Este é o caso do *YouTuber* Luis Fernando de Moura Cagnin, mais conhecido como Nando Moura, cuja descrição no Google aparece como um músico brasileiro, instrutor de música e *YouTuber* que produz vídeos sobre a cultura do *heavy metal*, *videogames* e política (WIKIPEDIA, 2020).

O canal conta com 3,15 milhões de inscritos e é tido como o maior canal conservador-liberal do Brasil.<sup>76</sup> Os números de visualizações dos vídeos postados variavam ficando entre 150 a 300 mil visualizações cada, mas chegando a picos de 500 a 700 mil.<sup>77</sup> Os conteúdos dos vídeos passam pelo entretenimento – comentando sobre jogos, sobre outros *youtubers* – e assuntos aleatórias, intercalados com aqueles direcionados ao conhecimento histórico, de modo a atender a sua inclinação política, como ocorre no vídeo intitulado *Hitler era de DIREITA?* (MOURA, 2015).

A narrativa não deixa dúvidas quanto à postura conservadora do apresentador, muito embora, não se deve ignorar de que Moura se apropria da opinião do público para produção de seus vídeos algo muito comum entre os influenciadores digitais, algo para o qual Peter Burke (2006, p. 5), já parecia atentar ao constatar que “intenções imediatas, estratégias e táticas dos comunicadores precisam estar sempre relacionadas ao contexto no qual operam, assim como as mensagens que transmitem” (BURKE, 2006, p. 5).

Publicado em seu canal no ano de 2015, contando com quase 450.000 visualizações e 35 mil curtidas – das quais apenas cinco mil *dislikes*<sup>78</sup> –, a polêmica sobre o conteúdo postado pode ser sentida nos comentários sobre as mais diversas reações, oscilando entre favoráveis e contrários, mas o que chama a atenção é o impacto sobre a opinião pública, em especial o público jovem.<sup>79</sup>

<sup>76</sup> O *YouTuber* apoiou explicitamente o então presidente da República Jair Messias Bolsonaro durante a campanha presidencial, vindo a ser convidado para o jantar de posse no ano de 2019 (MOURA, 2028).

<sup>77</sup> O canal começou em 11 de setembro de 2011, porém, recentemente, o *YouTube* avaliou que Nando Moura, “propaga o ódio e dissemina fake news. Resultado: ele já não pode ganhar dinheiro com seu canal” (DIMENSTEIN, 2019).

<sup>78</sup> “Não gostei”.

<sup>79</sup> Em relação ao vídeo em questão, são 170 comentários – alguns recentes, sendo os últimos postados por internautas no ano de 2019.

O objetivo do vídeo é, nas palavras de Moura, apresentar “uma das maiores distorções históricas de todos os tempos”. Num tom ofensivo, o *YouTuber*, cuja fala é voltada para jovens e estudantes, promete possibilitar a este público “desmontar o seu professor comunistinha, socialista, pé sujo, maconheiro da escola ou da sua faculdade com fatos, com realidade, com aquilo que aconteceu de verdade” (MOURA, 2015, 22 s).

Não surpreende o uso de autores – um deles historiador acadêmico – que o *YouTuber* utiliza e recomenda aos internautas e membros inscritos em seu canal. *A infelicidade do Século: sobre o comunismo, o nazismo e a unicidade da Shoah*, do historiador Alain Besançon (2020), e *O Guia Politicamente Incorreto do Mundo*, de Leandro Narloch – como já vimos, de grande recepção entre o público brasileiro, jovem especialmente –, ambas de caráter conservador, endossariam ou, de certo modo, sustentariam os argumentos apresentados por Moura, como o de que “o comunismo ainda é pior do que o nazismo, certamente matou muito mais”, por exemplo (MOURA, 2015, 7 min 21 s).

As regras do método revisionista são “bastante simples”, como explica Pierre Vidal-Naquet; as estratégias mais evidentes, de acordo com o autor, são “a mentira pura e simples, o falso, o apelo a uma documentação completamente fantástica” (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 40).

Muito embora Moura seja o mais popular e com maior número de seguidores, como demonstrei há pouco<sup>80</sup>, outros atores sociais, comprometidos com o pensamento conservador da extrema direita que se instalou fortemente na política brasileira atual<sup>81</sup>, parecem engajados num projeto de apagamento da memória em que o objetivo baseia-se em “privar ideologicamente uma comunidade do que representa sua memória histórica” (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 40):

Vivemos uma era de revisionismo histórico: a esfera pública, apesar de toda resistência, é pressionada a se abrir para os discursos dos vencidos. A questão é não permitir que esta escalada da memória seja instrumentalizada pelos novos discursos da propriedade e da identidade estanque (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 103).

<sup>80</sup> Alegando ser perseguido e censurado pela plataforma Nando Moura, acabou migrando para outras redes sociais, das quais, atualmente possui 338 mil seguidores no Instagram; 288,1 mil seguidores no Twitter e também possui uma livraria virtual <https://livraria.nandomoura.com/index.php?route=common/home>.

<sup>81</sup> A lista é grande. Um exemplo é o *YouTuber* Diego Rox, contando com 1 milhão de seguidores; também, Bernardo Küster se apresenta como jornalista católico negacionista da ciência; outro, o jornalista Alexandre Garcia; Alberto Jubanski, o qual se apresenta como “Conservador & Patriota” (MESQUITA FILHO, 2019).

Temos portanto, um cenário preocupante de uma história “eclipsada por uma multiplicidade de discursos que, até então, tinham ocupado um papel muito marginal de disputas pelo passado” (CARVALHO, 2018, p. 171).

A narrativa *repulsiva* com a qual os acadêmicos lidam na atualidade ganhou, para além de um novo espaço, novos públicos e, conseqüentemente, uma maior audiência, que impactam no ofício do historiador, nas “formas tradicionais de narração do passado” (NOIRET, 2015, p. 34).

A ida do historiador para o meio digital no Brasil é algo muito recente na prática acadêmica desses profissionais, muito embora seja possível perceber um tímido engajamento por parte daqueles que, anteriormente à pandemia<sup>82</sup> que o país enfrenta na atualidade, já compreendiam que a produção do conhecimento histórico não poderia mais ser restrito.<sup>83</sup>

Icles Rodrigues (2019), um historiador público, adepto e criador de conteúdos no espaço digital<sup>84</sup>, admite serem inúmeras as razões que muitas vezes intimidam ou desanimam os historiadores a aderirem a Internet como forma de divulgação da História. Dentre eles ela cita o desafio em lidar com a “abundância de desinformação”; a “saturação de conteúdo” presente nas plataformas digitais e redes sociais que demandariam, dentre outros, um investimento por parte daqueles que por esse meio se aventuram – não só financeiro, mas também de tempo e, por último, mas não menos importante, a exposição a ataques de “discursos de ódio extremos”, “perseguição político-ideológica” (RODRIGUES, 2019, p. 80).

O “presenteísmo” – um dos “fenômenos mais característicos e lúgubres do século XX” e que ironicamente tem uma “sede manifesta pelo passado” como bem identificou Eric Hobsbawm (1995, p. 13; 1997) outrora, cabe muito bem aqui, hoje, uma condição inerente ao mundo digital e fomentado pelas redes sociais. Trata-se das reações rápidas às postagens, mas também da ação recorrente do uso do passado para firmar as “opiniões”, uma estratégia muito utilizada pelas sociedades autoritárias que tendem a buscar um passado mítico capaz de

<sup>82</sup> Os reflexos da pandemia da COVID-19 foram muitos e impactaram diferentes setores da sociedade mundial, e no Brasil não foi diferente. A educação que passou a ocorrer de forma remota desde março de 2020 levou para o meio digital os profissionais que ainda se encontravam fora dele – ao menos no que toca à sua prática. *Lives*, entrevistas, palestras, aulas, Congressos, Simpósios e Encontros sobre os mais diversos assuntos passaram a ocorrer nas redes e plataformas digitais de modo que a divulgação da História feita agora, por historiadores, teve uma ampliação de seus públicos e, conseqüentemente, de audiência.

<sup>83</sup> Tomamos o cuidado quanto às nomenclaturas que são direcionadas a esses profissionais quando passam a aderir ao novo meio, como passar a chamá-los de “historiadores digitais”, por exemplo, quando há uma clara divisão entre eles, qual seja, aqueles “que estavam profissionalmente envolvidos em ferramentas digitais e tecnologias em seu trabalho [...] e aqueles que não consideraram o assunto dentro de suas atribuições, apesar de regularmente usar e-mail, listas de distribuição, jornais digitalizados ou imagens e muitos outros on-line recursos” (WELLER, 2012, p. 2).

<sup>84</sup> Editora do canal *Leitura Obrigatória HISTÓRIA*. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCtMjnvODdK1Gwy8psW3dzrg>. Acesso em: 28 nov. 2020.

reverenciar o presente, uma nostalgia de uma realidade que nunca existiu, como no caso das *benesses* da Ditadura Militar. Quanto ao negro, indígena e a mulher, requer-se que fiquem “no seu lugar”. E quanto aos judeus? Que lugar seria esse? Essa é certamente uma das questões que, diante das inúmeras versões públicas da História, venho buscando responder, e, muito embora, não haja uma única resposta, as que aqui apresento, espero, tragam sentido.

Há muitos dilemas, portanto, que não se pode ignorar, ao menos no que toca à comunidade acadêmica de historiadores no Brasil na atualidade, dentre eles o fato de que “o conhecimento histórico e os profissionais da área terão de se decidir entre a complexidade analítica de sua especialidade, o que reduz a quase zero o seu público extra acadêmico, ou a massificação da produção historiográfica” (VALLE, 2020, p. 45).

Outro aspecto a ser levado em consideração é o desafio em confrontar os porta-vozes de um revisionismo que vemos cada vez mais presente, aquele carregado de “tendências apologéticas (e/ou reacionárias)”, como identifica Demian Bezerra de Melo (2013). Adeptos de tal corrente “conseguiram contaminar a linguagem e criar uma confusão considerável em torno do conceito de revisionismo”, o que implica “uma viragem ético política na nossa forma de olhar o passado” (TRAVERSO, 2012, p. 149-157). Habitam a Internet como se fosse seu “lar” – este que não pode ser “desativado ou aprisionado” – com um “revisionismo crítico”, quando “falta aparato, falta recurso”; aí uma possível solução, então, seria que o historiador buscasse usar a tecnologia a seu favor (RAMOS, 2020).

Vale aqui, porém, uma reflexão importante quanto ao conceito de *revisionismo* “largamente utilizado em vários contextos em debates historiográficos”, mas que, de alguns anos para cá, ao menos no que toca o Brasil, “atrelado a controvérsias recentes”, parece distanciar-se desse lugar.<sup>85</sup> Demian Bezerra de Melo (2013) localiza esse distanciamento “por volta da efeméride dos 40 anos do golpe”, quando passou a se difundir na mídia um discurso forte que “relativiza as responsabilidades históricas pelo golpe de Estado e pela ditadura, em leitura que busca fundamentalmente corresponsabilizar a esquerda: outrora parte da Resistência, [...] agora ‘no banco dos réus’” (MELO, 2013, p. 61).

Como uma avalanche, uma série de interpretações que levam a uma história “retorcida” acerca de fatos e episódios amplamente difundidos e debatidos entre os historiadores vem colocando em risco o conhecimento histórico e os efeitos nefastos disso com o alcance do negacionismo no ambiente digital não passam despercebidos.

---

<sup>85</sup> Uma discussão presente na obra de Demian Bezerra de Melo (2014), intitulada *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, bem como na que o autor organizou com Carlos Zacarias De Sena Júnior e Gilberto Grassi Calil (2019), cujo título é *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*.



Rechaçar, porém, tal meio não parece a decisão mais acertada, principalmente quando, através dele, pode-se “aumentar, de forma exponencial, as formas de se registrar, conservar, organizar e difundir experiências históricas em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação” (ROVAI, 2018a, p. 311).

As *memórias clandestinas e inaudíveis* que até então não se manifestavam parecem, conforme veremos mais à frente, “invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação” (POLLAK, 1989, p. 7):

Mas os mortos se rebelam. Eles erram como espectros, como fantasmas, nas paisagens desertas do presente e não se deixam facilmente esquecer ou convencer. Quando falamos sem cessar em nome deles, em seu lugar, quando os fazemos falar desta ou daquela maneira, eles têm sua própria maneira, bem particular, de lembrar dos cuidados dos vivos. Eles habitam os vivos, deixam seu traço, sua impressão até no coração da fortaleza da memória que é uma fantasmagórica máquina de esquecimento. Foi-nos preciso inventariar, juntamente com os ritmos da memória, os modos da presença do passado em nós, a maneira com a qual os passados habitam o presente, e não mais simplesmente a maneira com a qual o presente faz usos dos passados (ROBIN, 2016, p. 215).

## 1.2 Expressões antidemocráticas da extrema-direita na conjuntura brasileira atual: neonazismo, negação do Holocausto e antissemitismo

*“What happens to human beings when they are subjected to propaganda that consistently dehumanizes an ‘enemy’? What happens when the highest authorities and elites of a land call for the persecution of a minority? What happens when law is ‘illegal’ in a moral sense, as the Nuremberg Tribunal declared? What happens when good people says nothing?”*

Erna Paris (2002, p. 345).

Bodo Von Borries, em seu estudo acerca das “histórias difíceis”, compreende a apreensão da História sob três condições: “se novas perspectivas podem ser ligadas com as antigas, se ela estiver conectada a emoções – negativas ou positivas – e se é relevante na vida” (BORRIES, 2018, p. 33).

A *Shoah*, este “crime imprescritível”, é um exemplo claro daquilo que denominou-se de uma “história difícil”, contudo relevante para a vida, ainda que não tenham sido encontradas narrativas históricas capazes de promover um sentido para este evento, “um buraco na História” (RÜSEN, 2001). Tentar tirar algo de positivo ou capaz de transformar futuras gerações é um contrapeso que, de acordo com Michael Bess (2006), não existe.

Sobre a sensação de que é preciso falar de “crimes de natureza política”, como é o caso do extermínio judaico e de outros grupos nos campos de concentração nazista, Henry Rousso

explica que esses pertencem a um regime de “historicidade singular” algo que se deve ao fato de que

Ele abole a distância entre o passado e o presente, ele nos torna, no tempo do processo, artificialmente contemporâneos dos sofrimentos infligidos não a alguns, mas a toda uma coletividade. Ele nos obriga também a apreender de novo o passado pelo ângulo de normas e de categorias morais como nos momentos seguintes ao acontecimento. Ele participa de uma temporalidade em que não é tanto o presente que domina, ainda que se trate de aplicar qualificações forjadas após a catástrofe – mas da persistência do passado, ou mais exatamente a de um acontecimento insuperável, sem precedente e, portanto, matricial (ROUSSO, 2016, p. 221).

Ao mesmo tempo, a complexidade em lidar com esse “passado que não passa” em termos de pesquisa histórica não estaria relacionado apenas ao horror em si, afinal “o relato de horror é um claro imperativo histórico” (FRIEDLÄNDER, 2005, p. 65). No entanto, analisar, investigar, interpretar, escrever sobre os “traumas coletivos” só se torna uma “história possível” desde que o historiador encontre o “equilíbrio”, uma vez que não existe uma fórmula (FRIEDLÄNDER, 2005, p. 65). Sem este cuidado, esta forma de tratamento, incorreríamos na “saturação”<sup>86</sup>, a exemplo da “*Shoah*, a qual nenhuma memória foi mais objeto de vigilância contra os defensores do negacionismo, mas também nenhuma memória foi mais museificada, sacralizada, judicializada, ao mesmo tempo banalizada” (ROBIN, 2016, p. 20-21).

Encarar os fardos pesados da história (RÜSEN, 2009) é também “conciliar-se” com ela, vencer a vergonha, este sentimento “forte e desagradável”, que, para algumas gerações, como aquela do contexto alemão pós 1945, se fazia sentir (BORRIES, 2018, p. 35).

A não reconciliação com um *passado difícil* implica em consequências perigosas, muitas das quais neste ritmo imposto pela aceleração midiática do tempo tem se alastrado rapidamente. Uma delas seria o neonazismo; outra, a negação da *Shoah* no contexto político e social brasileiro, uma tendência que surgiu na Europa ainda na década de 1940 – conforme nos situa Deborah Lipstadt (2016), pioneira na luta contra a negação do Holocausto – e que, desde a década de 1980, vem sendo debatida por historiadores que buscam explicá-la como uma forma de antissemitismo, um mito político, teoria da conspiração e outros ainda que a veem como um “amalgama ideológico da extrema-direita contemporânea” (CASTRO, 2014, p. 7).

---

<sup>86</sup> Saturação segundo Régine Robin, “por uma indiferença ao passado, por uma equiparação de ‘demônios’ nazista e comunista, por uma indistinção dos acontecimentos, uma ausência de escolha, de hierarquia dos males”; Saturação “por uma oscilação na compreensão da *Shoah*” e por último saturação dos “fantasmas de tudo guardar que acompanham nossa imersão no mundo virtual” (ROBIN, 2016, p. 22).

No Brasil, a questão da *Shoah* é algo que merece atenção. Faz parte do passado judaico, o qual, por sua vez, se cruza com o nosso; no entanto, assim como outros *passados difíceis*<sup>87</sup> de nossa história, ela entra para a lista das “comunidades de memória” empenhadas em apagar, distorcer, amenizar, subverter e obliterar a memória, quando não,

As responsabilidades são atribuídas a outros, ou não há culpado, ou somente alguns o são. Esquecemos, recalamos, mantemos longe, ou no mais profundo, o que incomoda; preenchemos os baús da história com cadáveres, esperando abri-los e reencontrá-los sem reconhecê-los (ROBIN, 2016, p. 38).

Ao contrário do que ocorre hoje, o antissemitismo no Brasil, já teve rosto. Refiro-me aqui aos dois volumes publicados pela Siciliano e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), na década de 1990, com cerca de 600 páginas cada um, o *Diário de Getúlio Vargas*, considerado “um acontecimento editorial”, traz, nos registros da rotina presidencial, passagens em que claramente o judeu aparece como um “elemento indesejável”. O fato ocorreu numa das reuniões ministeriais convocadas por Vargas, datada de 14 de dezembro de 1940, e que trata sobre o que chama de “imigração clandestina e abusiva”: “após expor as medidas propostas pelo ministro da Justiça e muito discutirmos o assunto, assentei como medidas resultantes da palestra: 1º) proibir o visto consular nos passaportes de judeus” (VARGAS, 1995, p. 359).

A questão surge novamente no registro feito no dia 6 de fevereiro de 1941, quando Getúlio faz referência ao Ministro da Guerra, “arrogando-se do direito de intervir em assunto de imigração”. No dia 24 de março de 1941, ele se queixa de que “Osvaldo está recalcitrando em assinar o decreto restringindo a imigração para o Brasil. Nova crise”; e por último, no dia 3 de novembro de 1941, Vargas se queixa:

Têm-me dado bastante trabalho os empenhos de toda ordem para que desembarquem no Brasil os foragidos da guerra, com vistos dados irregularmente por Cônsules brasileiros. Não só porque essa imigração é infringente da lei, como porque não convém aos interesses do país, tenho recusado geralmente atendê-los. A concessão feita a um grupo de infelizes passageiros do Alsina animou a vinda de outros, que tenho recusado. Grande parte de gente sem profissão definida ou que, tendo-as nos países de origem, não está habilitada a exercê-la no Brasil. Vem contribuir para o pauperismo das cidades (VARGAS, 1995, p. 433).

A concessão de vistos a judeus nunca foi um desejo de Vargas e nem de seu governo, apoiado por um grupo, parte de elite intelectual, política e religiosa detentora de uma mentalidade racista herdeira dos tempos coloniais e agravada pela chegada das teorias raciais

---

<sup>87</sup> Refiro-me aqui ao passado escravista, à questão indígena, ao regime ditatorial da década de 1960 e as ideias sobre o perigo comunista, o qual perpetua-se como uma ameaça constante, torna-se terreno fértil para que fenômenos como o negacionismo sejam acolhidos, compartilhados e vivenciados.

européias, as quais “classificavam os negros, os judeus, os japoneses e os árabes como raças indesejáveis para compor a população brasileira” (CARNEIRO, 2010, p. 43).

Assim como um espelho, quase tudo que ocorre no âmbito europeu reflete automaticamente no resto do mundo, e o Brasil não fica de fora. Referimo-nos aqui ao ressurgimento do antissemitismo contemporâneo, o qual vem chamando a atenção de estudiosos, pesquisadores e autoridades de diversas partes do mundo, atentos sobretudo às políticas engendradas por alguns setores da sociedade e que vêm contribuindo para a ampliação dos discursos de ódio e racismo, elementos centrais do antissemitismo:

Na Europa, há sinais repetidos de anti-Semitismo e de manifestações físicas associadas na forma de assédio frequente de judeus, especialmente aqueles que se distinguem pelo vestuário como judeus ortodoxos, e ataques a instituições e memoriais judaicos, notavelmente lápides, mas também sinagogas. Muito desproporcional, grande parte dessa violência vem de membros de comunidades muçulmanas. Grupos de crise colaborativos inter-religiosos não conseguiram estar à altura da ocasião, em grande parte devido à atitude de muitos líderes de comunidades muçulmanas. Além disso, os públicos da Europa Ocidental não responderam bem ao desafio de defender suas próprias sociedades civis de ataques (BLACK, 2016, p. 245)<sup>88</sup>.

Ao final de 2019, chamou a atenção a absolvição de dois jovens do Estado de Santa Catarina presos no ano de 2014 por colarem e espalharem cartazes em sua cidade com o símbolo da suástica e assinados por uma entidade chamada *White Front*.

Mesmo tendo sido denunciados pelo Ministério Público do Estado (MP) por crime de preconceito de raça por associação ao nazismo, o juiz teria entendido não haver indícios de que os réus estariam incitando o nazismo (G1 SC, 2019), argumento esse mantido mesmo após um dos acusados usar de sua rede social para divulgar uma foto com uma suástica.

---

<sup>88</sup> “In Europe, there are repeated signs of anti-Semitism and of accompanying physical manifestations in the form of the frequent harassment of Jews, especially those distinguished by dress as Orthodox Jews, and attacks on Jewish institutions and memorials, notably gravestones but also synagogues. A greatly disproportionate amount of this violence comes from members of Muslim communities. Inter-faith collaborative crisis groups have failed to rise to the occasion, in large part due to the attitude of many Muslim community leaders. Moreover, Western European publics have not responded well to the challenge of defending their own civil societies from assault” (BLACK, 2016, p. 245).



**Figura 1:** “Frente Branca” homenageia aniversário de Hitler em Santa Catarina  
 Fonte: Diário Catarinense (2014, p. 1).

Recentemente um brasileiro de origem judaica, de 57 anos, habitante do interior de São Paulo, foi espancado por 3 agressores:

Durante a surra, os homens gritaram ofensas antissemitas. Quando a vítima agonizava no chão, os criminosos tomaram-lhe a quipá e rasgaram-na com um canivete. O homem, um representante comercial, caminhava sozinho em direção à rodoviária de Jaguariúna, quando foi chamado de “judeuzinho verme”, cercado e atacado (CONIB, 2020).

Não é comum a ocorrência de agressões físicas a judeus no Brasil, mas certamente elas ocorrem. As denúncias de apologia ao nazismo ou manifestações antissemitas em diferentes Estados brasileiros<sup>89</sup> tem aumentado consideravelmente da última década para cá e os casos que pareciam isolados, pela frequência e o modo como estão imbricados, levam a um novo cenário, como esse que há pouco demonstrei.

Na esfera virtual, os índices de ataques crescem vertiginosamente no país. O aumento de crimes desse tipo nos últimos anos vem chamando a atenção das equipes especiais das polícias civis de alguns estados brasileiros que monitoram todo e qualquer conteúdo de cunho intolerante na internet e que são classificados como crime de ódio.<sup>90</sup>

<sup>89</sup> Tais como os recorrentes casos de pichações ou cartazes pregados em casas, bares, escolas, universidades e postes de iluminação pública contendo símbolos da suástica, dizeres com saudações a Hitler e ofensas que aludem à linguagem usada pela propaganda nazista na Alemanha hitlerista.

<sup>90</sup> Num levantamento feito pela ONG *Words Heal the World*, 33 crimes de ódio foram registrados no ano de 2018 no Brasil, destes o racismo lidera as ocorrências. Os dados podem ser conferidos no *site* da ONG Disponível em: <https://www.wordshealtheworld.com/words-heal-the-world/world-heals-the-world-lanca-mapa-do-odio-brasil/>. Acesso em: 02/03/2019.

Desde o início do ano 2000, a antropóloga Adriana Abreu Magalhães Dias vem monitorando o nazismo na Internet. No começo, suas análises se davam em *sites* individuais com tendências neonazistas no país, mas agora, avançando na investigação, a pesquisadora busca abranger os fóruns coletivos e observa, dentre outras, uma *postagem antissemita a cada quatro segundos; uma postagem racista contra negros, pessoas com deficiência e LGBTs a cada 8 segundos* (SUGIMOTO, 2018, p. 1).

Em termos de alcance, percebi que a negação da *Shoah* no Brasil ficou mais evidente no ano de 2018. Foi quando um grupo de brasileiros contestou a Embaixada da Alemanha sobre o Holocausto e a notícia acabou por ecoar rapidamente nos tabloides dos principais jornais da imprensa brasileira e mundial, também nos seus formatos digitais, publicados em setembro daquele ano (GRANADO, 2019).

Tudo começou com um vídeo publicado pela Embaixada alemã no Brasil em suas redes sociais, com o intuito de mostrar como a Alemanha lida com a história do nazismo. O vídeo teve milhares de acessos, passando pela casa dos 700 mil, e a embaixada buscou responder demonstrando-se aberta ao debate, colocando como única condição o respeito.

Desde 2007, alguns países da União Europeia aderiram à lei que criminaliza a negação do Holocausto (ONU, 2007), dentre eles a Alemanha, onde inclusive também criminaliza-se a exibição de símbolos nazistas e a saudação nazista ao ditador Adolf Hitler (“Heil Hitler”).

No Brasil, o antissemitismo é considerado como racismo de acordo com a Lei nº 7716/89, e sobre esta, o artigo 20, §1º, deixa claro que “fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo” é crime, sob pena de reclusão que pode variar de dois a cinco anos e multa.

A lei parece frágil, é verdade. Ela permite que qualquer outro tipo de negação ou incentivo à *Shoah* ocorra, conforme veremos nos comentários gerados a partir do vídeo em questão, exibido na rede social *Facebook*<sup>91</sup>:

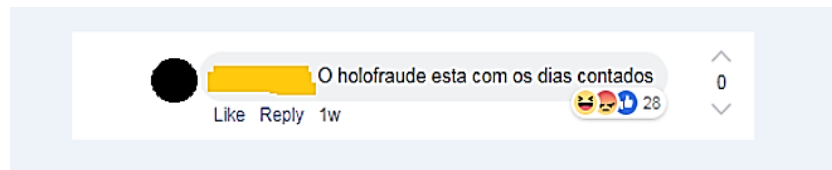
---

<sup>91</sup> O vídeo conta com 11 mil curtidas e 4,7 mil comentários.



**Figura 2:** Comentário sobre vídeo postado na rede social *Facebook*

Fonte: Embaixada da Alemanha Brasília (2018).



**Figura 3:** Comentário sobre vídeo postado na rede social *Facebook*

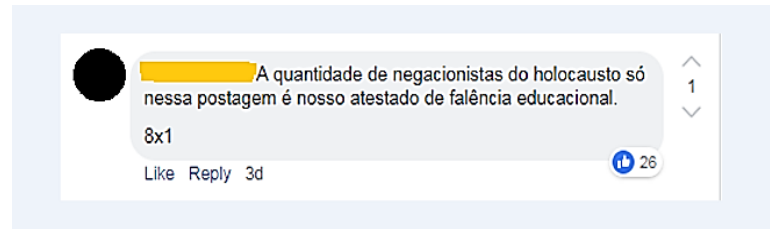
Fonte: Embaixada da Alemanha Brasília (2018).

No que se refere à primeira caixa de diálogos, chama a atenção a falta de conhecimento por parte do (a) internauta sobre como a Alemanha lida com o Holocausto. Ao referir-se à questão das “provas” em relação à existência das câmaras de gás ou dos campos de extermínio, percebemos a incorporação das ideias amplamente divulgadas pelo negacionismo, desde o fim da Segunda Guerra, de que tudo não passaria de uma grande farsa criada, por exemplo, “por um suposto grupo judaico internacional que financia a indústria de cinema norte-americana baseada em Hollywood” (MOLINA; RAGUSA, 2020, p. 373).

O questionamento quanto ao número de “6 mi”, igualmente difundida entre os negacionistas, surge na tentativa de minimizar o evento e, apesar de breve a referência ao Holocausto por meio do neologismo “holofraude”, não deixa dúvidas quanto à negação do evento.

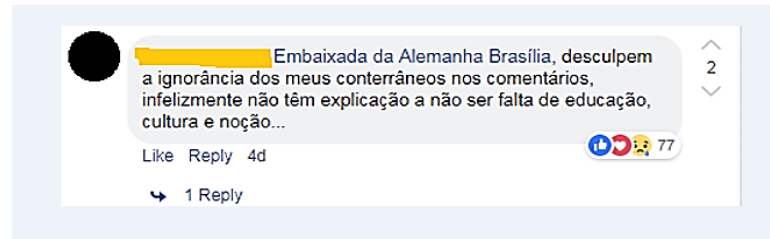
As caixas de comentários exibidas no *site* do jornal *A Gazeta do Povo* sobre as reações ao vídeo da Embaixada da Alemanha não deixam dúvidas quanto à tentativa de mostrar o Holocausto como “farsa”, questionando até mesmo o número de judeus que foram mortos pela política nazista (MENDES, 2018).

Em contraponto, houve aqueles que se manifestaram num pedido de desculpas à postura dos que tentaram negar o evento:



**Figura 4:** Comentário sobre vídeo postado na rede social *Facebook*

Fonte: Embaixada da Alemanha Brasília (2018).



**Figura 5:** Comentário sobre vídeo postado na rede social *Facebook*

Fonte: Embaixada da Alemanha Brasília (2018).

O pedido de desculpas expresso na caixa de comentários seguinte, a qual conta com 77 “likes” (curtidas), busca justificar os comentários que negam a “solução final”, como algo relacionado a uma lacuna educacional e à falta de cultura (GRANADO, 2019, p. 2173).

É preciso admitir que menos complexo seria lidar com essa questão se conseguíssemos explicá-la a partir da ideia de formação do sujeito. Porém, outros casos<sup>92</sup> dão motivos para acreditar que a negativa do extermínio em massa durante a II Guerra é uma forma de legitimar um discurso e, por esta razão, se de fato “o comportamento, as atitudes das massas diante dos fenômenos históricos parecem ter escapado à produção histórica ou à escrita da história” (BECKER, 2003, p. 185), a quantidade de fontes e documentos disponíveis atualmente para pesquisa viriam ajudar a superar esta lacuna (GRANADO, 2019, p. 2184).

O exemplo usado acerca de atitudes negacionistas por parte de brasileiros revela, dentre outras, a arena de disputa não só política, mas de ideias, crenças, valores, sentimentos, memórias coletivas e individuais a qual se tornou a *web 2.0*.

Por outro lado, temos claro que negacionismo, revisionismo não são algo do nosso tempo; a novidade é

[...] sua interconexão via Internet, porque ela permite ao movimento ser diverso e coordenado ao mesmo tempo, engajar-se num debate permanente sem contudo ser paralisado por ele, já que cada um de seus nós pode

<sup>92</sup> Refiro-me aqui à polêmica Tese de Láurea de Antonio Isoldi Caleari defendida no ano de 2011, numa das mais renomadas faculdades de Direito do país, a do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo, e que recebeu a nota máxima de 10 e que se coloca contra a criminalização da negação do Holocausto no Brasil.



reconfigurar uma rede e suas afinidades e objetivos, com suposições parciais e conexões múltiplas (CASTELLS, 2003, p. 117).

Para além deste consenso de que a *Shoah* e o Holocausto<sup>93</sup>, quase três quartos de século depois, são uma “história viva”, reflito aqui sobre em que sentido nosso passado se conecta a eles. Elenco então alguns marcos de nossa história política, os quais certamente não deixam dúvidas quanto aos passados que se cruzam, são eles: a entrega de Olga Benário à Alemanha de Hitler pelo então presidente Getúlio Vargas, no ano de 1937; a própria participação do país na guerra ao lado dos aliados; a entrada dos judeus – grande parte de origem alemã – no Brasil, fugindo das perseguições nazistas e dos campos da morte; aos nazistas que para cá vieram e o mais recente marco, a criação do museu do Holocausto no ano de 2011, na cidade de Curitiba, o primeiro do país, do qual falaremos mais adiante.

### 1.3 Ecos de uma política nociva: como começam onde terminam

*“Só reivindico minha origem num único caso: diante de um antissemita.”*

Marc Bloch (2011, p. 12).

“A História é filha do seu tempo”, já dizia o historiador francês Lucien Febvre, e “o questionamento que orienta a nossa exploração do passado modifica-se segundo as épocas, as gerações, as transformações da sociedade e os percursos da memória coletiva” (TRAVERSO, 2012, p. 156-157). Além disso,

Na maioria das vezes, a história adota o ponto de vista de seus destinatários e repete o que se conserva na memória de um e de outro. É uma ilusão pensar que, ao perpetuar o silêncio, fábulas e mitos são erradicados, pois reaparecem como contrabando. E seria equivalente a fabricar uma história dentro da história<sup>94</sup> (FERRO, 2007, p. 531).

Em um país como o nosso, em que o racismo ainda se apresenta como um desafio, o indígena é compreendido como “indolente” e “preguiçoso”<sup>95</sup>, os delitos graves cometidos pela ditadura são colocados em dúvida, o comunismo perpetua-se como uma ameaça constante,

<sup>93</sup> Não concebo a *Shoah* e o Holocausto como sinônimos; no entanto, reconheço o genocídio perpetrado pelos nazistas contra ciganos e poloneses.

<sup>94</sup> Tradução livre de “Las más de las veces, la historia adopta el punto de vista de sus receptores y repite lo que se conserva en la memoria de uno y otros. Es ilusorio pensar que, al perpetuar los silencios, se erradiquen las fábulas, los mitos, pues reaparecen de contrabando. Y equivaldría a fabricar una historia dentro de la historia” (FERRO, 2007, p. 531).

<sup>95</sup> Declaração presente no discurso recente proferido pelo então vice-presidente, General Antonio Hamilton Mourão (PRTB), mais conhecido como General Mourão, ao participar, em Caxias do Sul, do primeiro evento público após ser anunciado na chapa presidencial no dia 06/08/2018 (PODER360, 2018).

torna-se terreno fértil para que fenômenos como o negacionismo sejam acolhidos, compartilhados e vivenciados. Por esta razão,

Estudar uma cultura política, ou melhor trabalhar com sua formação e divulgação – quando, quem, através de que instrumentos –, é entender como uma certa interpretação do passado (e do futuro) é produzida consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória de grupos sociais, inclusive os nacionais (GOMES, 2005, p. 31).

Desde que surgiu e à medida que avança, a Internet tem se mostrado um campo fértil, um “laboratório” para aqueles que buscam observar o comportamento político de alguns atores individuais e coletivos. É necessário compreender que

Hoje a irrupção da internet e das redes sociais na política muda, mais uma vez, as regras do jogo e, paradoxalmente, ao mesmo tempo que fundadas sobre cálculos cada vez mais sofisticados, corre o risco de produzir efeitos crescentemente imprevisíveis e irracionais (DA EMPOLI, 2019, p. 100).

Neste sentido, mais uma vez chamo a atenção para o fato de que

O alcance das mudanças do ofício de historiador por intermédio do digital é de tal ordem que devemos nos perguntar qual será o impacto da história digital sobre as formas tradicionais de narração do passado, e se, ainda com maior profundidade, não devemos rever nossa própria relação com tempos passados e seu declínio em nosso presente, com a memória e com a história. Interrogar-se sobre a presença pública da história permite que nos defrontemos com essas questões cruciais (NOIRET, 2015, p. 34).

“Em um mundo ideal, a distinção entre história acadêmica e história pública não teria importância. Todos estariam trabalhando em favor de uma compreensão mais rica e complexa do passado” (SMITH, 2018, p. 298). Não vivemos em um mundo ideal, e na conjuntura política atual, da qual me considero “testemunha ocular”, se repete o fato de que “não é o fantasma do comunismo, mas os agentes de carne e osso de grupos e partidos que dialogam com o fascismo e extremismos diversos” (FIORUCCI, 2017, p. 12).

Ainda que venha a tratar-se de uma história voltada para o “tempo breve”, “delimitado”, se considerarmos o recente desenlace eleitoral no cenário político brasileiro e tomarmos a imprensa jornalística e a Internet – esses “espíritos independentes” reflexo de “grupos de pressão diversos” (BECKER, 2003, p. 189) – como fontes, teremos uma rica possibilidade, tanto no sentido qualitativo como quantitativo de analisar o peso das opiniões que nela são emitidas:

A persuasão [...] não vem da verdade, mas das opiniões, e só a persuasão leva em conta e sabe como lidar com a multidão. Persuadir a multidão significa impor sua própria opinião em meio às múltiplas opiniões da multidão: a persuasão não é o oposto de governar pela violência, é apenas outra forma de fazer isso (ARENDRT, 1993, p. 96).

No Brasil, da década de 1980 para os dias atuais, a extrema direita ganhou novos contornos e, para além disso, ela *nunca esteve ausente*. A impressão é de que aqui existe um “tempo da política”, ou seja, períodos em que a população percebe a política e os políticos como parte de sua vida social” (KUSCHNIR; PIQUET-CARNEIRO, 1999, p. 240).

A recém-eleição do capitão reformado Jair Messias Bolsonaro (PSL) à presidência do Brasil, como o 38º presidente desde a proclamação da República, é um exemplo claro de como isso ocorre.

Dentre as “técnicas de persuasão na propaganda eleitoral” do presidente atual, duas ao menos merecem destaque: o percurso da construção mercadológica que o levou ao poder e o *slogan* criado e usado para imprimir a “imagem de marca” que levou o candidato à simpatia popular, qual seja, “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos”.

A ascensão do ex-deputado federal (1991-2019) à presidência chama a atenção no sentido de privilegiar, dentre outros, a volta dos militares ao centro do poder e ascensão de uma “nova direita” encabeçada por ministros os quais não escondem em seus pronunciamentos a defesa do conservadorismo nos costumes da “família brasileira”.

Outro dado relevante é a campanha eleitoral do presidente eleito: percebe-se que de fato “a cada novo pleito, observamos a comunicação ocupando mais e novos espaços-tempos na função mediadora de levar mensagens de candidatos e partidos ao grande público distante do cenário cotidiano da política” (MACHADO, 2011, p. 1).

A campanha presidencial iniciada no ano de 2016 foi sem dúvida muito mais “digital” do que televisiva<sup>96</sup>. O atual presidente da República parece ter compreendido a potência do meio virtual, passando a explorar ao longo de sua campanha os recursos oferecidos pelo mesmo, como a escolha de uma rede social a qual chegou a quase 20 milhões de seguidores<sup>97</sup>.

Esquivando-se dos debates televisivos – especialmente no 2º turno –, Bolsonaro, contrariando a “aposta de analistas e políticos para as eleições de 2018” de que “a televisão continuaria sendo o veículo dominante” encontrou na Internet um espaço onde pôde construir seu *marketing social*.

De acordo com Jairo Nicolau (2020, p. 89), “desde seu último mandato como deputado federal (2015-2018), Bolsonaro se transformou no político brasileiro com maior influência nas redes sociais”.

---

<sup>96</sup> Algo que vem se configurando no cenário político brasileiro desde 2010 e que, posso afirmar, veio a consolidar-se fortemente ao menos nesta última eleição.

<sup>97</sup> No caso, a rede é o *Facebook*, que atinge cerca de 127 milhões de usuários ativos mensais, representando 65% da população com 10 anos ou mais (OLIVEIRA, 2018).

Ao utilizar-se de ferramentas que facilitassem a divulgação de seu plano de governo, o atual presidente teve uma aproximação maior com o grande público, interagindo com ele em tempo real<sup>98</sup>. É o caso do WhatsApp criado por apoiadores de sua candidatura, em que, além de disparador de mensagens de apoio a sua candidatura e dos demais candidatos alinhados com seu plano de governo, também foi usado como propagador das *fake news*, ampliadas pelas redes sociais, as quais “adicionaram às eleições de 2018 um componente ausente do boato tradicional: o eleitor agora pode assistir e ouvir e “ter certeza” de que aquela notícia é verdadeira” (NICOLAU, 2020, p. 92).

A Internet surge então como um espaço onde a força do engajamento ideológico encontra um campo ainda mais fértil, especialmente com a ascensão desta “nova direita” que no Brasil emerge. Os organizadores que orquestraram a campanha que levou ao poder o atual presidente parecem ter compreendido que:

[...] o fenômeno do “contágio”, do sugestionamento recíproco das massas, não precisa mais da formação de uma aglomeração física, de uma multidão. Ele corre pela palma da mão, ao toque de um dedo, a despeito da distância física entre os membros da massa. Ele se forma por “correntes de Whatsapp”, em que uma notícia ou representação da realidade circula com a velocidade de um raio para milhões de pessoas. Os conteúdos dessas correntes de informação, boa parte deliberadamente falaciosos, infames e não raro absurdos, encontram nas massas contagiadas um receptáculo infinito, abertas como estão a uma credulidade pronta a ser igualmente influenciada tanto pelo que é verdadeiro como pelo que é falso (VALLE, 2020, p. 42).

Disfarçado de democrático, mas dono de pronunciamentos polêmicos, muitos deles, quando ainda ocupava o cargo de deputado federal, Bolsonaro teve sua campanha marcada “por elogios corriqueiros aos torturadores brasileiros, e por ameaças de trancafiar oponentes políticos em campos de concentração” (TEIXEIRA DA SILVA, 2019, p. 309).

Nesse rol de ameaças, incluem-se os educadores – de todos os níveis de ensino –, os quais, num clima de vigia e controle, passaram a ser perseguidos nas escolas sob o argumento de uma suposta influência da esquerda nas salas de aula, um discurso já presente no projeto/ideia “escola sem partido”<sup>99</sup> e que acabou se tornando uma obsessão no governo atual (ALESSI, 2019).

<sup>98</sup> Refiro-me aqui às chamadas *lives*, uma função que permite aos internautas realizar transmissões ao vivo diretamente de um dispositivo Android ou iOS.

<sup>99</sup> A discussão dentro da Comissão Especial do Escola Sem Partido iniciou no dia 24 de fevereiro de 2014 sob o Projeto de Lei n. 7.180, o qual, dentre outros, “inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando maior visibilidade aos valores de ordem familiar em relação a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa” (BRASIL, 2014).

A perseguição estendeu-se também à regulamentação da profissão de historiador, com o veto ao Projeto de Lei 368/2009 (BRASIL, 2020c) pelo então presidente e que acabou sendo aprovado por unanimidade pelo Senado Federal no início de 2020 (PEREIRA, 2020). Na visão do Senador e criador do projeto, Paulo Renato Paim, a motivação teria se dado, pois

Ele [o governo Bolsonaro] tem se manifestado contra toda qualquer iniciativa que envolva o conhecimento. É um governo que não aposta no princípio do saber. Um povo que não tem passado, não tem presente e não projeta futuro. Como o historiador representa todo esse conhecimento, todo esse saber, a impressão que dá é que não havia interesse do governo, como não há, eles querem reduzir os investimentos na educação. Mostra a filosofia de um governo que quer o povo com menos conhecimento porque é mais fácil de manipular (LONGO, 2020).

A linguagem violenta e totalitária, bem observada por Francisco Carlos Teixeira da Silva (2019), revela a “carga explosiva de violência” permanente no “cotidiano de uma ‘revisão/negação’ constante da história” e que, enquanto “testemunha ocular da história”, percebo um agravamento da mesma (TEIXEIRA DA SILVA, 2019, p. 310).

Por mais de uma vez, o uso de analogias e usos de termos que remontam à *Shoah* – como esse que citamos há pouco – ou à política nazista estiveram e têm estado presentes nos discursos e declarações feitos não somente pelo então presidente, mas também pelos que no seu governo atuam ou até pouco tempo atuavam, como é o caso do ex-ministro da educação, Abraham Weintraub<sup>100</sup>, e o ex-secretário da Cultura, Roberto Alvim<sup>101</sup>.

Tudo começou após um relato feito pelo então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, num encontro com membros da Igreja evangélica do Rio de Janeiro sobre sua viagem a Israel em abril de 2019 em visita ao museu *Yad Vashem*<sup>102</sup>, em que sugeriu que, ainda que não deva ser esquecido, o Holocausto poderia ser perdoado.<sup>103</sup> No mesmo ano, Abraham Weintraub, ex-ministro da educação, fez uso do nazismo para caracterizar o discurso proferido por uma filósofa, professora da Universidade de São Paulo, relacionando-o ao “discurso do terceiro Reich” (CAETANO, 2019, p. 1); no ano seguinte, por mais de uma vez, por meio de uma de suas redes sociais, Weintraub intensificou as comparações entre o período do Holocausto com o atual cenário político do país:

<sup>100</sup> Exonerado, conforme Diário Oficial, em junho de 2020, o ex-ministro foi na época acusado de disseminar *fake news* e ameaças a ministros da corte (BRASIL, 2020a).

<sup>101</sup> Nome artístico de Roberto Rêgo Pinheiro, foi exonerado do cargo em 17/01/2020, conforme publicação em Diário oficial por associação ao nazismo (BRASIL, 2020b).

<sup>102</sup> Principal centro de recordação e educação do Holocausto de Israel (YAD VASHEM, 2020).

<sup>103</sup> Na época, a repercussão se deu tanto na esfera nacional como internacional e provocou as mais diversas reações, impactando inclusive na agenda política presidencial como o cancelamento de uma viagem que aconteceria, onde o presidente seria homenageado pela Câmara de Comércio Brasil-EUA. Ao que parece, os locais escolhidos pela organização para a cerimônia se recusaram a receber o evento (G1 BRASÍLIA, 2019).



**Figura 6:** Mensagem de Abraham Weintraub no *Twitter*

Fonte: Weintraub (2020).



**Figura 7:** Mensagem de Abraham Weintraub no *Twitter*

Fonte: Weintraub (2020).

Na primeira postagem feita em sua rede social, o ex-ministro comparava a ação da Polícia Federal na investigação da *Fake News* com a Noite dos Cristais e ainda conclui sua manifestação com a expressão alemã *sieg heil* (“viva a vitória”), frequentemente usada pelos nazistas alemães. A analogia rapidamente repercutiu dentro e fora do Brasil. Aqui, instituições como a Conib (Confederação Israelita do Brasil) condenou a comparação:



**Figura 8:** Mensagem da Conib sobre fala de Weintraub

Fonte: Poder360 (2020b).

Também houve reação por parte do Instituto Brasil-Israel: “é risível e trágico: aqueles que incorporam a linguagem e a estética nazista agora acusam os outros da mesma coisa para se vitimizarem” (SARDINHA, 2020, p. 1); o cônsul-geral de Israel em São Paulo, Alon Lavi: ”O Holocausto, a maior tragédia da história moderna, onde 6 milhões de judeus, homens, mulheres, idosos e crianças foram sistematicamente assassinados pela barbárie nazista, é sem precedentes. Esse episódio jamais poderá ser comparado com qualquer realidade política no mundo” (SARDINHA, 2020, p. 1) e o Museu do Holocausto de Curitiba:



**Figura 9:** Mensagem do Museu do Holocausto em Curitiba sobre fala de Weintraub

Fonte: Museu do Holocausto (2020).

Na segunda postagem não foi diferente. Além das Organizações e Associações judaicas tanto brasileiras como do exterior, o cônsul de Israel em São Paulo e também da embaixada de Israel repudiaram a analogia feita pelo ex-ministro, comparando o cenário político brasileiro com o Holocausto por meio do uso da imagem que refere-se à fotografia mais conhecida como a “Menino judeu se rende em Varsóvia”<sup>104</sup> de 1943 (O ESTADO DE S.PAULO, 2020).

O pronunciamento realizado pelo ex-Secretário Especial da Cultura, Roberto Alvim, em janeiro de 2020, para divulgar o Prêmio Nacional das Artes (PODER360, 2020a) também integra a lista daqueles que vêm causando forte impacto midiático, principalmente nas redes sociais.

Com o objetivo de falar sobre arte e nacionalismo, o vídeo apresenta uma série de elementos, os quais dão indícios de que o discurso foi plagiado do ex-ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels (1897-1945)<sup>105</sup>. Claramente caricaturizado, Alvim parafraseou Goebbels, enquanto ao fundo tocava o compositor favorito de Adolf Hitler, uma ópera

<sup>104</sup> De autor desconhecido, a fotografia foi considerada pela Revista Time “como uma das imagens mais influentes de todos os tempos” (TIME, 1943, p. 1).

<sup>105</sup> No vídeo, é possível perceber, pelo cabelo, o traje e os gestos de Alvim, uma clara simpatia pelo então ex-ministro alemão nazista.



composta por Richard Wagner. A Cruz de Caravaca à direita do vídeo também remete à Cruz de Lorena, na França, devido à semelhança, muito embora pertençam a diferentes contextos.



**Figura 10:** Comparação de Roberto Alvim e Joseph Goebbels

Fonte: Jornalistas Livres (2020).

Embora tenha dito que o ocorrido não passara de “mera coincidência”, o modo explícito como escancara a política vigente no Brasil acabou colocando um fim no cargo até então ocupado.

Contudo, a exoneração de Alvim parece ter sido apenas uma resposta enérgica do governo aos diversos setores – judaicos e também não judaicos – da sociedade, que, principalmente por meio das redes sociais, demonstraram sua indignação.

A aproximação com o totalitarismo do governo atual está presente. É preciso estar atento às técnicas de persuasão claramente usadas, uma vez que

Não existem mais segredos políticos na era da Internet a partir do momento em que escapam de um círculo muito estreito. Por causa da rapidez da difusão de notícias pela Internet, a mídia tem de ficar de sobreaviso, e reagir a esses rumores, avaliá-los, decidir como noticiá-los não pode descartá-los (CASTELLS, 2003, p. 130).

São muitas as circunstâncias em que é possível encontrar exemplos de que aqui também – assim como em alguns países da Europa e nos Estados Unidos da América – “o nazismo, com certeza, não se esgotou no Holocausto” (CARNEIRO, 2002, p. 7). Inúmeros exemplos, os quais me impelem, a partir da leitura deste texto em particular, invocar esse passado, qual seja, o do

assassinato em massa de milhões de judeus na Alemanha nazista, algo claramente não superado. E é esse mesmo presente, conforme nos atenta Michael Oakeshott, que, em um entendimento prático, evoca o futuro e sobre este, neste caso em específico, também evoca o medo (OAKESHOTT, 2003, p. 59).

A banalização, normalização e a negação de eventos históricos amplamente comprovados como a *Shoah* na política brasileira atual tornou-se uma constante. Velada ou escancarada, a apropriação de elementos que remetam ao regime nazista vem, dentre outras, corroborando para um aumento cada vez mais expressivo no número de neonazistas<sup>106</sup> e, por conseguinte, para o aumento do antissemitismo no país.

#### 1.4 A nova direita no Brasil e a utilização de símbolos judaicos: um estudo recente.

*“Nasci aqui, bebi na fonte de sua cultura, fiz do seu passado o meu, só respiro bem sob seu céu e tenho me esforçado, por meu lado, para defendê-la o melhor que puder.”*

Marc Bloch (2011, p. 14).

Assim como a direita sempre esteve presente na arena política brasileira, a construção de um judeu imaginário também não é algo novo.

No Brasil, o período varguista retrata bem esse cenário – ambíguo é verdade, conforme já aqui demonstrei. Lesser (2005) usa o termo *fictício* ao se referir à imagem construída em torno do judeu na época, quase sempre associando-o concomitantemente ao comunismo e ao capitalismo, além de degenerados enquanto etnia. O modo estereotipado e a forma como os judeus foram interpretados na época pouco tinha a ver com o judeu que aqui vinha se estabelecer até porque “a maioria dos imigrantes não era muito rica nem muito pobre, raramente tinha atividade política e aculturava-se com rapidez” (LESSER, 2005, p. 319-320).

Ao mesmo tempo, essa avaliação dos estereótipos não é fixa. Os judeus também foram “ferramentas das elites, peões dos regimes estaduais e federais que viam todos os imigrantes como componentes da construção de um Brasil branco, dominado pela elite econômica e militarmente seguro” (LESSER, 2005, p. 332).

Recentemente, Michel Gherman (2019) passou a investigar os usos políticos dos símbolos judaicos e israelenses nas manifestações políticas ocorridas principalmente na cidade do Rio de Janeiro, nos últimos três anos do governo atual, e constatou que tais usos “faziam

---

<sup>106</sup> Sobre essa questão, ver o estudo realizado por Adriana Abreu Magalhães Dias (2007), intitulado *Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet*, onde a autora realiza um estudo etnográfico do racismo, do revisionismo e do neonazismo na Internet.

parte das atividades políticas, tanto nos Grupos da chamada “Nova Direita” brasileira, como também nos protestos de setores da esquerda local” (GHERMAN, 2019, p. 1).

Foi no ano de 2008 – retornando de Israel – que Gherman afirma ter percebido o que considera “duas coisas paralelas nas manifestações públicas, um aumento da presença de bandeiras palestinas em manifestações, ao mesmo tempo em que havia um aumento das bandeiras de Israel nas manifestações” (GHERMAN, 2020b). As manifestações enquanto um “fenômeno político”, de acordo com Gherman, seriam aquelas ocorridas ao final do governo Lula, referentes às privatizações que no período se deram, e aí a identificação de muitas bandeiras palestinas, uma presença, segundo ele, diferente do que ocorria com as manifestações de direita<sup>107</sup>, “maior do que o normal”.

A questão, que veio a se tornar tema de seu pós-doutorado, compreende o uso de tais bandeiras como uma forma de marcar presença, mas também o que considera um significado diferente, uma “relação mais de grupo e não só de indivíduo” (GHERMAN, 2020b).

A presença maior da direita nas manifestações vai ocorrer de acordo com o autor aproximadamente no ano de 2013 em diante, e aí Gherman diz ocorrer o que chamará de “transmigração de bandeiras israelenses de lugares de manifestação religiosa, cultos, rezas”, a exemplo de passeatas, como a *passeata com Jesus* (GHERMAN, 2020b).

Em seu relato, Gherman teria ido a uma das manifestações ocorridas no ano de 2013 e, segundo ele, esta contava com aproximadamente 1 milhão de pessoas. Naquele ano, enquanto morador de um bairro de classe média na cidade do Rio de Janeiro, o qual considera conservador, chamou sua atenção as filas que se formaram no metrô para as pessoas seguirem para o local da manifestação, e que, segundo ele, “nunca tinha visto isto antes, uma vez que em geral as manifestações saíam de lugares como a região central da cidade e não de um bairro de classe média” (GHERMAN, 2020b).

Ao chegar na manifestação, Gherman afirma ter notado um grupo que dialogava com outros grupos de outros lugares, um “subterrâneo político” que parecia orientar a manifestação (GHERMAN, 2020b).

Por alguma razão que mais à frente Gherman parece desvendar, tratava-se ali de uma manifestação de direita com muitas bandeiras de Israel.<sup>108</sup>

<sup>107</sup> De acordo com Gherman (2020b), essas eram muito poucas naquele momento.

<sup>108</sup> Gherman afirma que não sabia dizer por que considerava essas manifestações de direita, por que não conhecia ninguém ao seu redor, “os grupos, as camisetas, não eram conhecidas minhas, eram significados como, V de vingança, eram significantes com significados diferentes. Não conhecia as camisetas, não conhecia as bandeiras, não conhecia as pessoas e não conhecia a dinâmica”. O autor estranha também o trajeto da passeata, que, segundo ele, foi diferente, pois comumente as passeatas começavam na Candelária e caminhavam para a Cinelândia, indo em direção ao Maracanã (GHERMAN, 2020b).

Em 2019, num texto escrito para a *Revista Época*, intitulado *Israel Imaginário é usado politicamente pela direita e pela esquerda*, Gherman (2019) parece perceber a adesão dos símbolos judaicos em outros espaços:

De um tempo pra cá, parece haver mais interessados em adquirir o estandarte do Estado Judiciário. Nas periferias das metrópoles brasileiras, também é cada vez mais comum deparar com este e outros símbolos, por assim dizer, “judaicos”. Eles estão em casas simples, nas ruas e nas igrejas evangélicas, onde costumam dividir o altar com insígnias cristãs (GHERMAN, 2019, p. 1).

O assunto foi tema na Conferência ocorrida em Haifa, Israel, em janeiro de 2020, sob o título: *Política e religião no Brasil e nas Américas: Igrejas evangélicas e suas relações com o judaísmo, sionismo, Israel e comunidades judaicas* (IBI, 2020a), promovido pelo Instituto Brasil-Israel<sup>109</sup> (IBI), pela Universidade de Haifa e pelo Núcleo interdisciplinar de Estudos Judaicos e Árabes (Niej) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBI, 2020b).

Muito embora, meses antes, a discussão tenha surgido no encontro do Ciclo de Conversações Online do LABTECC – Conversações Contemporâneas Para Vidas Afirmativas Durante e Para Além do COVID<sup>110</sup>, é na conferência de Haifa que o tema ganha novos contornos.

Sobre o fato de que no Brasil haveria mais bandeiras de Israel nas manifestações evangélicas ou da nova direita do que nas manifestações israelenses, judaicas, Gherman explica que a utilização de símbolos judaicos por evangélicos é um debate que no Brasil ainda não começou; no entanto, compreende que “o fenômeno social antecipa a reflexão sobre ele”, um processo “complexo” admite o pesquisador (ROUBICEK, 2020).

---

<sup>109</sup> Em suas palavras, o IBI teria um papel fundamental, pois serviria como “um produtor, mediador, o idealizador de um fenômeno de reflexão sobre algo que afeta todos os judeus do mundo” (GHERMAN, 2020b).

<sup>110</sup> O encontro ocorrido de forma remota sob o título *Extrema-direita, Fascismos e o Judeu Imaginário no Brasil*, contou com a participação de Michel Gherman, que, numa proposta interdisciplinar, foi disponibilizado em algumas plataformas digitais, tais como o *Facebook*, transmitido ao vivo (IBI, 2020c).



**Figura 11:** Manifestante bolsonarista em Brasília agita mastro com bandeiras de Brasil, Israel e EUA

Fonte: Roubicek (2020).

A não percepção, ao menos não com a atenção devida, por parte da comunidade judaica brasileira sobre o significado do uso das bandeiras de Israel nesses lugares, levaria “em última instância à percepção de que o antissemitismo aumenta, facilita a aceitação dessas bandeiras em manifestações pró-Israel e a comunidade judaica em algum sentido percebe isso como aliados” (GHERMAN, 2020a).

O *Israel imaginário* sobre o qual esses grupos que estão, de certo modo, introspectando a judeidade falam é “religioso, armado e fanaticamente fundamentalista”, tendo pouca relação com o país que de fato existe e afirma:

O que a comunidade judaica precisa entender é que a sua identidade judaica tem a ver com ela e não com aqueles que a utilizam, uma dificuldade importante porque pode produzir reações muito graves, pode produzir um antissemitismo que ainda não se tem no Brasil. Mas é mais importante porque os jovens judeus que vêm para Israel fazer Shnat, conhecer o país, retornam com outra visão e passam a se tornar inimigos dessa perspectiva (GHERMAN, 2020a, p. 1).

O autor enfatiza ainda que “a comunidade judaica pode viver com sua pluralidade e tem que entender que o sionismo com sua pluralidade existe e não precisa ser colonizado pelos evangélicos” (GHERMAN, 2020a), afinal trata-se fenômeno judaico, portanto “produzido a partir de uma pluralidade imensa, uma diversidade imensa, e esse sionismo é o sionismo que existe. O sionismo da Igreja Evangélica é produzido a partir de perspectivas deles, e não do povo judeu” (GHERMAN, 2020a).

O que se verifica é uma comunidade ideológica do presente:

Na perspectiva da nova direita brasileira, Israel é visto como um “muro”, uma barreira de defesa contra como proteção mais prementes: em âmbito global, a expansão da cultura islâmica, que se irradia a partir do Oriente Médio; em âmbito local, um de grupos de esquerda, do movimento LGBT e de coletivos feministas, num cardápio que só aumenta no país. Nesse sentido, enquanto Israel é entendido como a ponta de lança do ocidente, os coletivos são considerados aliados locais. Não por acaso, a nova direita brasileira vê o judaísmo (ou Israel, não importa) como parte de uma civilização maior, uma “civilização judaico-cristã” (GHERMAN, 2019, p. 1).

O que percebemos então é o que o pesquisador chama de “conversão do passado brasileiro por parte dessa nova direita brasileira cristã”, a qual, a partir de “uma agenda conservadora muito específica”, adotou um judeu para chamar de seu, de tal modo que nele visse a salvação dos grupos presentes em seus devaneios conspiracionistas:

Por isso, para eles, é importante denunciar e confrontar a conspiração islâmica, a Conspiração Gay, a conspiração marxista e muitas outras formas de conspiração. Todas essas parcelas estão sempre relacionadas a “grupos perigosos”, como os apresentados acima. Se por um lado existe um senso de existência de “grupos negativos”, que são sempre vistos como corporações uniformes e homogêneas do mal, por outro lado, existem “coletivos positivos”. Se o mal é visto como grupos uniformes e homogêneos, as entidades “boas” também são vistas como grupos uniformes (GHERMAN, 2020a, p. 1).

Dos perigos que decorrem dos maus usos dos símbolos judaicos, principalmente aqueles voltados para fins políticos, Ghermann faz um alerta:

Perceber o sionismo de esquerda como inimigo, perceber pessoas que são a favor da solução de dois Estados como inimigos, é em última instância fortalecer perspectivas que em último lugar, lá no final desse processo, podem produzir um antissemitismo grave, podem produzir uma divisão na comunidade judaica” (GHERMAN, 2020a, p. 1).

### 1.5 Para toda ação uma reação: os judeus vão às redes

*“[...] ‘as imagens e discursos não são exatamente o real’, enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a ‘um outro ausente’.”*

Sandra Jatahy Pesavento (1995, p. 15).

A onda conservadora que se abateu sobre o Ocidente de alguns anos para cá trouxe à tona antigos ressentimentos. Embora nunca adormecidos, o ódio, o preconceito e a intolerância parecem ter encontrado novas bases para se fortalecer e, neste caso,

[...] inegavelmente, a mídia se tornou uma ferramenta poderosa na formação da consciência coletiva, impregnando com imagens, gestos, performances e narrativas a construção ou a reconfiguração do que podemos chamar de Outro, aquela figura historicamente colocada como “inimigo”, “impuro” ou “detentor

de pecados”, mormente o destoante da imagem ariana padrão: branca, cristã e europeia (MOLINA; RAGUSA, 2020, p. 362).

Mais uma vez o judeu surge em meio a um discurso – não exclusivo da direita, mas também da esquerda – que ora o tem “como um explorador das classes menos favorecidas, ao mesmo tempo como um cosmopolita que pretende dominar o mundo” (MOLINA; RAGUSA, 2020, p. 371).

No Brasil, no tocante àquilo que os estudos recentes realizados por Michel Gherman (2020a) mostram, a questão é ainda mais complexa, principalmente porque a virada no cenário político, a qual há pouco mencionei, afetou o modo como grupos ligados à esquerda e à nova direita brasileiras lidam com as questões relacionadas a Israel e às questões judaicas.

A ideia de uma Israel militarizada e conservadora como um exemplo a ser seguido e construída pela nova direita brasileira cristã só é possível se o judeu que nela estiver for aquele que

[...] vem direto de um suposto reino da Judeia, de um suposto reino de Davi, de um suposto reino de Salomão. E vem direto para essa agenda neofascista do bolsonarismo. É um judeu que não passa pela modernidade, pelo liberalismo, pelo socialismo; que não passa por perspectivas civilizatórias típicas da Europa. É um judeu absolutamente desconectado da história. É um judeu conectado a um tempo imaginário (GHERMAN *apud* ROUBICEK, 2020, p. 1).

Não há, portanto, espaço ou tolerância para com “os judeus seculares, para os judeus de esquerda ou para os judeus liberais. Se um judeu é secular ou ateu, não é um ‘judeu de verdade’” (GHERMAN, 2019, p. 1).

Apresentei aqui exemplos claros de que a internet, sem dúvida alguma, veio a contribuir para a difusão do negacionismo em proporções alarmantes. Temos, portanto, um presente que inevitavelmente nos leva a invocar o passado.

No entanto, os efeitos de tal constatação devem ser analisados cuidadosamente, uma vez que não necessariamente provocam reações só de um lado. Primeiramente, seria interessante perscrutar o que é o judeu:

Ser judeu é um modo de ler e interpretar, é essa percepção de ser um visitante em terra alheia, é também um encontro estranho com palavras de outros tempos e um tipo de inadiável dever ético que sempre está ali, quase escondido, mas trabalhando infatigavelmente sobre minha consciência (FORSTER, 1999, p. 8-9).

Não faz muito tempo os judeus chegaram à *web*.<sup>111</sup> Andréa Kogan (2016), ao refletir sobre o judaísmo do século XXI, demonstra em seu estudo o quanto os judeus – ortodoxos ou não – estão inseridos neste contexto, uma fonte inesgotável de *sites* e redes – algumas abertas outras fechadas – redimensionando, portanto, a ideia de que “o judeu é o povo do livro” (KOGAN, 2016, p. 115).

No início de 2020, o coletivo Judeus Pela Democracia respondeu à manifestação ocorrida em Brasília, na qual esteve presente o presidente Jair Bolsonaro, que, ao subir a rampa do Palácio do Planalto, acenava para seus eleitores carregando consigo a bandeira de Israel junto com a dos EUA:



**Figura 12:** Bandeira de Israel usada em ato que defendia o presidente Jair Bolsonaro

Fonte: Putti (2020).

O coletivo surgiu no final de 2018, no Rio de Janeiro, mais precisamente no contexto das eleições presidenciais que aconteciam no país, como movimento contrário à candidatura do atual presidente Jair Bolsonaro.<sup>112</sup> Com o aumento no número de pessoas que passaram a integrar o Judeus pela Democracia, a entidade passou a existir tanto no plano digital – em redes como *WhatsApp* (chegando a 100 membros no grupo criado), *Facebook* e *Instagram* – quanto

<sup>111</sup> Desde o advento e a popularização da internet, o judeu vem ocupando esse espaço, as redes sociais, “o Facebook principalmente, como importantes plataformas para trocas de informações, mas também com seus grupos fechados de interesses diversos, como por exemplo, com vendas e trocas de objetos, relacionamentos, educação” (KOGAN, 2016, p. 118).

<sup>112</sup> Os líderes responsáveis pela criação do coletivo seriam, de acordo com Guilherme Cohen (2020), os mesmos que no ano de 2017 protestavam do lado de fora do Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, contrários à presença de – na época deputado federal – Jair Bolsonaro (PSC-RJ), convidado pelo clube para uma palestra.



físico, com encontros periódicos nos quais se promovem atividades ligadas fora e dentro da comunidade judaica (COHEN, 2020).

Há um esforço claro por parte de movimentos como o Judeus pela Democracia, e aqui refiro-me ao IBI, ao Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil (2020) e à Associação Scholem Aleichem (ASA, 2020), que buscam desvincular a imagem do judeu, do governo brasileiro atual.

O aumento dos casos de antissemitismo no Brasil preocupa. Helena Salem (1995), em seu estudo acerca do neonazismo no Brasil e no mundo, embora afirmasse que aqui viria a tratar-se de pequenos grupos se comparado a outros países, admitia o fato de que nem por isso deixavam de ser perigosos, principalmente se, segundo ela, “levamos em conta que constituem parte de uma realidade história e filosófica muito mais ampla. Uma realidade de intolerância, de rejeição às diferenças, talvez endêmica a própria história da humanidade” (SALEM, 1995, p. 37).

A reação dos brasileiros ao contestarem o vídeo divulgado pela Embaixada da Alemanha, por exemplo, revela um número significativo de indivíduos que estão de acordo com aquilo que dita a tendência negacionista, um perigo já anunciado por Deborah Lipstadt: “enquanto os extremistas apoiarem a negação do Holocausto, o perigo é limitado. Mas esse perigo aumenta quando os proponentes dessas visões limpam seus atos e ganham acesso a círculos legítimos”<sup>113</sup> (LIPSTADT, 2016, p. 5).

A Internet se tornou um desses “círculos”, e aí está a necessidade de repensar a prática historiográfica se se admitir o fato de que

[...] o historiador é cada vez mais parte integrante do contemporâneo porque a força da história passadista, factual e historicista se esfumaça diante de uma demanda social insistente resolutamente ancorada no presente e no modo interpretativo (CHAUVEAU; TÉTART, 1999, p. 36).

Ao longo deste capítulo tratei de compreender os caminhos da História Pública no Brasil, tanto no que toca ao âmbito acadêmico como em sua prática. Também, de modo a pensar meu objeto de pesquisa, qual seja, a produção do conhecimento histórico em torno do judeu no Brasil, busquei discutir os desafios enfrentados não só pela disciplina de História, mas também todo o trabalho do historiador, atualmente levando em consideração, dentre outras, a “passagem à digitalização”, a “mudança de suporte” e esse “passado que vem nos visitar em escala mundial” (ROBIN, 2016, p. 19).

---

<sup>113</sup> Tradução livre de “As long as extremists espouse Holocaust denial, the danger is a limited one. But that danger increases when the proponents of these views clean up their act and gain entry into legitimate circles” (LIPSTADT, 2016, p. 5).

A minissérie *A Muralha*, conforme discuto ao longo do meu segundo capítulo, é um produto televisivo criado num suporte que durante muito tempo “se estabeleceu como o principal e o mais abrangente veículo de comunicação, tendo ainda enorme alcance, mesmo em tempos de popularização da Internet” (RODRIGUES, 2019, p. 74). Nela o judeu surge na figura do cristão-novo – algo inédito na televisão brasileira – enquanto parte integrante da sociedade que no Brasil dos tempos coloniais se formava, um tema discutido significativamente em nossa historiografia, porém pouco difundido e conhecido pelo público.

Já passando para o meio digital, principalmente no que toca às redes sociais como *Facebook* e *Instagram*, tanto o Museu do Holocausto de Curitiba quanto a rede *Sinagoga sem Fronteiras* – espaços a serem analisados nos capítulos seguintes – parecem, muito embora com objetivos diferentes, não somente engajados nas transformações trazidas pela Internet, mas também preocupados com a divulgação da História.

A palavra *judeu* é uma destas palavras que, quando mencionada, remete necessariamente às associações com o passado, pois ela traz um “passado encapsulado” (OAKESHOTT, 2003, p. 59). Mesmo que não se saiba muito sobre quem são, o que fizeram na História ou o que fizeram com eles, como resistiram, como sobreviveram, como vivem/pensam/agem, sabe-se que os judeus são sujeitos que marcaram a História e foram marcados por ela. Como se o próprio presente fosse resultado do que se acumulou do passado, que então incide sobre nós, “um passado composto por tudo o que nos aconteceu (muitas vezes sem que estivéssemos conscientes na ocasião)”; assim, nossos comportamentos e valores comportam “resíduos” desse passado (OAKESHOTT, 2003, p. 60). A ideia de sofrimento é um dos “resíduos” que a palavra *judeu* carrega e que é possível perceber a partir, por exemplo, das narrativas as quais comumente circulam nos diversos espaços onde a temática aparece.

Não propositalmente esta pesquisa foi escrita no ritmo do avanço da extrema direita brasileira. A velocidade e *viralidade*<sup>114</sup> com a qual as *Fake News*, as apropriações do passado para fins políticos ideológicos, os discursos truculentos contaminados pelo ódio, racismo e pela xenofobia apoiados numa crescente onda de tendências que negam os acontecimentos ou ainda que não neguem totalmente, distorcem, amenizam, banalizam, ao serem incorporados pelos

---

<sup>114</sup> De acordo com Karine Nahon (2015), viralidade estaria associado a “um processo de fluxo de informações sociais em que muitas pessoas encaminham simultaneamente um item de informação específico, por um curto período de tempo, dentro de suas redes sociais e onde a mensagem se espalha além de suas próprias redes [sociais] para diferentes, frequentemente distantes, resultando em uma aceleração acentuada no número de pessoas expostas à mensagem.

novos porta-vozes da história acabaram trazendo novos elementos, desafios e, portanto, fôlego a esta pesquisa.<sup>115</sup>

---

<sup>115</sup> Soma-se a isso o cenário pandêmico ao qual já fiz menção e que, devido às medidas de isolamento colocadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), me impediu de estar frente a frente com meus entrevistados, de modo que aquelas entrevistas a mim concedidas também tiveram que se ajustar – entre perdas e danos – à nova realidade.

## 2 TRAMAS DA HISTÓRIA NO FOCO MIDIÁTICO: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO EM TORNO DO JUDEU NA MINISSÉRIE *A MURALHA*

*“De fato, estou cada vez mais convencido de que a história não poderá manter uma qualquer função no âmbito da ciência e da sociedade se os historiadores não souberem pôr-se em dia no que se refere aos novos meios de comunicação”*

Jacques Le Goff (1982, p. 17).

Este capítulo tem por objetivo analisar como o judeu está representado na minissérie *A Muralha*, exibida pela Rede Globo de televisão no ano 2000. Com um elenco de peso, a série trouxe pela primeira vez a história de um grupo até então desconhecida do grande público e curiosamente num contexto, conforme discutirei mais adiante de arroubos de ufanismo.

A trama retrata o sofrimento do silenciamento, das perseguições e da culpabilização dos judeus num período em que o poder do discurso religioso na manipulação da verdade criava um ambiente hostil e um clima de vigia e controle constante onde quer que estivessem. É um enredo que denuncia, muito embora suavizado pelos diversos outros elementos trazidos na série, uma época em que, ao menos nos livros escolares, parece pertencer somente a um determinado espaço, distante da realidade que aqui se formará no início dos tempos.

Parto do pressuposto que produções desse tipo, de gênero épico, tendem, principalmente devido ao espaço onde são produzidas, a ter um forte apelo no que se refere à consolidação de um discurso bastante conhecido acerca da memória nacional, porém em meio às permanências, capazes também de apresentar mudanças como a série aqui em questão e que fogem do modelo identitário fortemente arraigado no imaginário social, produzindo novos sentidos e significados.

É a TV de qualidade da qual Arlindo Machado (2005) nos fala por onde “uma civilização pode exprimir a seus contemporâneos os seus próprios anseios e dúvidas, as suas crenças e descrenças, as suas inquietações, as suas descobertas, e os vãos de sua imaginação” (p. 11).

Presente em mais de 96% dos lares brasileiros<sup>116</sup>, a televisão mantém-se como um dos meios de comunicação mais utilizados no país. Nem o aumento da adesão à TV por assinatura, nem a popularização da Internet – mesmo que uma grande parcela da sociedade esteja imersa a

---

<sup>116</sup> PNAD (pesquisa nacional por amostra de domicílio) divulgada pelo IBGE em 2019 (TELECO. *Estatísticas de Domicílios Brasileiros (IBGE - PNAD)*. Rio de Janeiro: IBGE, 16 abr. 2021. Disponível em: <https://www.teleco.com.br/pnad.asp>. Acesso em: 19 fev. 2022.

esta última<sup>117</sup> – ou o surgimento de novas mídias, tais como *streamings*<sup>118</sup> ou os canais de vídeo, impediram que a televisão mantivesse sua forte influência como meio na esfera pública, esta que pode ser entendida como uma “rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões [cujos] fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 2003, p. 92).

*Instituição* ou *indústria*, *fenômeno sociocultural*, *tecnologia*<sup>119</sup>, são muitas as interpretações e abordagens sobre esse complexo fenômeno ainda tão presente na vida do brasileiro, esse “fenômeno multifacetado”, mas tão pouco estudado no âmbito da História; um “desligamento” difícil de compreender, tendo em vista as “relações sócio-históricas que criaram campos de possibilidades para que representações e práticas próprias do universo televisivo fossem legitimadas e reconhecidas socialmente” (BUSETTO, 2011, p. 162).

Mas o debate a essa atenção menor à “instituição televisiva” (SORLIN, 2009, p. 41) não passou despercebido por alguns estudiosos franceses e britânicos, os quais certamente que em contextos diferentes do nosso, trouxeram a questão para o âmbito da historiografia (BUSETTO, 2011, p. 163-166).

Dominique Wolton (1996) compreende a experiência brasileira em relação àquela vivenciada por europeus e norte-americanos, “essencial e rica de ensinamentos”, uma vez que, “sem contar com nenhuma televisão pública importante, conseguiu, dominado pelo modelo privado, fazer uma televisão de qualidade, inteligente e chegada à sociedade e às suas evoluções” (WOLTON, 1996, p. 07).

A incorporação do estudo televisivo aos estudos históricos avança timidamente, e a TV permanece como um “objeto não pensado”, ficando as discussões ao encargo de outras áreas, como é o caso da Comunicação, protagonista nesse tipo de estudo<sup>120</sup>, além da Sociologia, do

---

<sup>117</sup> “Pesquisa promovida pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil revelou que, em 2020, o país chegou a 152 milhões de usuários – um aumento de 7% em relação a 2019. Com isso, 81% da população com mais de 10 anos têm internet em casa” (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

<sup>118</sup> *Netflix, Disney, Amazon, Apple, WarnerMedia e NBC Universal* têm impactado profundamente a cultura televisiva e podem levar à “maior queda da TV de todos os tempos. E também a última” (PONIEWOZIK, 2019).

<sup>119</sup> Sobre as diversas formas como é tratada a televisão nos estudos históricos e nas pesquisas em geral ver John Corner (2003).

<sup>120</sup> Desde a década de 1990, como bem sinaliza Renata Pallottini (1998, p. 195), a teleficação tem sido tema dos vários encontros, seminários e congressos promovidos pela Universidade de São Paulo, a qual possui no curso de Escola de Comunicação e Artes – ECA – departamentos voltados para as mais diversas questões que envolve o universo televisivo, dentre eles o Departamento de Cinema, Rádio e Televisão, o qual entre os grupos de pesquisa destaca-se “História e Audiovisual: circularidades e formas de comunicação”, tendo como um dos líderes o professor historiador Marcos Francisco Napolitano (Disponível em: <http://historiaaudiovisual.weebly.com/>. Acesso em: 14 jun. 2022).

Jornalismo e da Antropologia, cujas contribuições serviram como “farol e bússola” na narrativa pretendida para este capítulo.

“O mundo existe na medida em que passe pela televisão. Uma emoção existe se é definida pela televisão”, afirmava Nelson Hoineff (1991, p. 23). Pode parecer exagero, mas diz muito sobre uma época em que a televisão, esse “fetiche da objetividade e realismo”, como diria Marcos Napolitano (2005), ou essa “outra inteligência do passado”, no entendimento de Pierre Sorlin (2009), para o bem e para o mal num espaço curto de tempo<sup>121</sup>, havia se tornado parte do cotidiano da família brasileira, como o “fogão e a cama”; portanto, uma “fonte preciosa para a compreensão dos comportamentos, das visões de mundo, dos valores, das identidades e das ideologias de uma sociedade ou de um momento histórico” (KORNIS, 2008, p. 14).

Lembro-me perfeitamente do dia em que me tornei uma telespectadora. Foi em fins da década de 1980, mais precisamente início da década de 1990, que aquela “rede eletrônica cheia de sons e imagens”, a primeira tela com a qual tive contato, vinha transformar meus modos de interação, conectando-me àquelas “comunidades imaginadas” com as quais passei a estabelecer laços, principalmente aquelas criadas no universo da teledramaturgia da Rede Globo de televisão; esta que era a principal produtora de ficção no período, como as novelas e, um pouco depois, as minisséries<sup>122</sup>, ambas produtos de destaque na programação da emissora<sup>123</sup>. Na época, a Rede Globo vinha

Se constituindo como uma importante agente de construção de uma identidade nacional, não só pela amplitude de sua rede num país de dimensões continentais, mas também pela diversidade temática contida na programação ficcional desta poderosa empresa da indústria do entretenimento (KORNIS, 2003, p. 125).

Com a maior audiência em estreias de minisséries da história da televisão brasileira<sup>124</sup> e exibida em comemoração aos *500 anos do Descobrimento do Brasil*, a minissérie *A Muralha*, inspirada na obra homônima, de Dinah Silveira de Queiroz (1911-1982), para o meio

<sup>121</sup> Maria Aparecida Baccega (1997, p. 7) afirma que do período em que surge a TV na década de 50 e quando surgiu a TV Globo em 1965, “em uma geração apenas a televisão tomou conta do Brasil”.

<sup>122</sup> As minisséries no formato como conhecemos hoje surgem em 1985 e são herdeiras das chamadas “séries brasileiras” ou seriados que foram produzidos e exibidos entre os anos de 1982 e 1984, conforme demonstra José Mário Ortiz Ramos (1995) em seu estudo *Televisão, publicidade e cultura de massa*.

<sup>123</sup> “Seja pelo sinal de TV aberta ou via satélite, o conjunto de 123 emissoras que compõe a Rede Globo de televisão cobre 98,37% dos municípios brasileiros, chegando a atingir potencialmente 99,36% da população” (MOM BRASIL, 2017).

<sup>124</sup> Ainda que sob a ótica da recepção, as minisséries “estão bem menos sujeitas à tirania dos índices de audiência do que os demais formatos em séries e novelas” (BALOGH, 2002, p. 123-124), a estreia teria rendido 44 pontos de média para a emissora no Ibope e “picos de 47 - oito a mais do que outro grande sucesso, *Auto da Compadecida*, baseado na obra de Ariano Suassuna” (MELÃO, 2000).

audiovisual, me aproximou do gênero<sup>125</sup> televisivo, esse que se pretende histórico e que, voltado para a reconstrução do passado, constitui-se como um “poderoso meio de comunicação de massa”, além de apresentar um “caráter mais autoral, com um investimento maior na qualidade” (KORNIS, 2003, p. 125).

A forte divulgação do produto, que ao longo dos anos foi se constituindo como estrela “de primeira grandeza no universo televisual brasileiro” (BALOGH; MUNGIOLI, 2009, p. 330), parecia abrir a década de 2000, período em que também a televisão brasileira comemorava 50 anos de existência (SÃO PAULO, 2000), dos quais 35 da Rede Globo de Televisão<sup>126</sup>.

Ao espalhar seus relógios de contagem regressiva por várias cidades do país, ao criar vinhetas e conscientizar sua audiência de que os telespectadores fazem parte de um todo chamado Brasil, a Rede Globo exerceu o papel de uma das principais agências construtoras de uma identidade nacional (OLIVEIRA, 2000, p. 192).

É o que Mônica Almeida Kornis (2008) chamou de *pedagogia do ser brasileiro*, a qual se reconhece pelos “traços comuns – como língua, paisagem, hábitos, costumes e referências culturais – em total sintonia com as questões da realidade que é contemporânea ao momento de produção” (KORNIS, 2008, p. 53).

Sob a autoria de Maria Adelaide Amaral, João Emanuel Carneiro e Vincent Villari e com direção geral de Denise Saraceni, Luíz Henrique Rios e Carlos Araújo, *A Muralha*, da TV Globo, é a versão mais recente, a última de que se tem notícia, precedida por outras 4 versões exibidas na televisão brasileira entre as décadas de 1950 e 1960 (MEMÓRIA GLOBO, 2021). O texto já teria sido adaptado por Ivani Ribeiro para uma novela homônima que foi ao ar pela extinta TV Excelsior, em 1968 (MEMÓRIA GLOBO, 2021), mas, assim como a minissérie é “baseada livremente” no livro de Dinah Silveira de Queiroz, “não se trata de um *remake*”, contudo foram lidos “com atenção os 216 capítulos da novela, porque não poderíamos ignorar a obra de uma mestra como a Ivani”, diz Denise Saraceni (TV FOLHA, 1999).

Daniel Filho, o diretor de criação da emissora na época, em uma de suas entrevistas, reitera que “a história original do romance foi refeita. Maria Adelaide mexeu com a estrutura do livro toda, acrescentando personagens que não existiam e mudando até a intenção do livro” (FILHO, 2001, p. 63), o que então faz da minissérie um produto que “possui laços constitutivos e estilísticos em uma obra literária mas que possui ela própria autonomia estética e temática

<sup>125</sup> Renata Pallottini (1998, p. 24), em seu estudo sobre dramaturgia e televisão, define gênero “por suas características formais, sua linguagem própria e inerente, só nele encontrada”.

<sup>126</sup> Na época, a emissora havia lançado uma vinheta em que as duas comemorações fundiam-se, de tal modo que dava a impressão de que somente uma televisão existia, a Rede Globo de Televisão (YOUTUBE, 2000).

dentro de um novo campo com o qual dialoga e a partir do qual se constrói” (BALOGH; MUNGIOLI, 2009, p. 315).

Exibida após as 22 horas, voltada, portanto, para aquele considerado como um público seletivo<sup>127</sup>, a minissérie chama a atenção tanto no que toca aos elementos estéticos<sup>128</sup> de sua produção – distantes do *glamour* e luxo comumente trazidos para as minisséries produzidas pela emissora – como também em relação a alguns personagens, que até então encontravam-se ausentes dos discursos acerca da construção identitária da nação, como é o caso daqueles que carregavam consigo a marca do judeu.<sup>129</sup>

Sobre esses aspectos que conferiam à trama uma certa ousadia, Daniel Filho chegou a afirmar que a minissérie era um “risco”, um “tiro no escuro”, uma vez que vinha a tratar de um produto que, segundo ele, “fala de uma época muito pouco documentada. Personagens que não são mostrados normalmente”<sup>130</sup>.

Em seu relato, Maria Adelaide Amaral confirma as preocupações do diretor:

Quando Daniel Filho viu as primeiras cenas, ficou assustado, porque não tinha a menor ideia de como o público reagiria diante daquele visual tão despojado. Os vestidos das mulheres eram enlameados, as atrizes quase não usavam maquiagem, mas o público reagiu fantasticamente (MEMÓRIA GLOBO, 2008, p. 134).

Foram nessas formas externas que “fornecem moldura dentro da qual a história pode ser contada” (BUSCOMBE, 2005, p. 307-308) que os atores escalados para compor o elenco de *A Muralha*<sup>131</sup> também sentiram o desafio: “percebemos de cara que seria uma super produção, difícil de realizar, com dificuldades imensas de logística. E também muito a propósito da comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil” (RANGEL, 2020).

Foi a partir do *modus operandi* apresentado por Jérôme Bourdon (2011, p. 18-19), *contexte*, *co-texte* e *texte*, que pude mapear o complexo mundo da televisão e que me possibilitou analisar e refletir a minissérie em questão. De certo modo, as etapas as quais

<sup>127</sup> “Pessoas do sexo masculino, com maior nível de renda e escolaridade, possibilidades mais amplas de lazer e relativamente impacientes diante da cantilena situacionista” (PINHEIRO, 2020, p. 910).

<sup>128</sup> Refiro-me àqueles apontados por Mônica Almeida Kornis (2008, p. 57) e compreendidos como “elementos estéticos formadores de uma linguagem criadora de significados específicos que transformam e interpretam o passado”, tais como: “montagem, enquadramento, os movimentos de câmera, a iluminação, a utilização ou não da cor”.

<sup>129</sup> Para além das “exaustivas chamadas na programação”, a estreia também foi anunciada em diversas revistas semanais de grande circulação e voltadas para cobrir o mundo da televisão, mais especificamente que giram em torno da programação da emissora, como telenovelas e minisséries. Em todas elas, surgia também, pela primeira vez, a figura do judeu (OH, OHANA!, 2015).

<sup>130</sup> Daniel Filho, não esconde também as dificuldades na produção da série, como o acesso às locações e o excesso de chuva (MARON, 1999).

<sup>131</sup> De acordo com o ator Pedro Paulo Rangel, “as escalções de elenco ocorrem de quatro a seis meses antes das gravações” (RANGEL, 2020).



considera *indissociablement*, para o historiador que se atém ao estudo do meio, são fundamentais também para aqueles que se preocupam “em ampliar os públicos da História para além do saber especializado da produção acadêmica” (FERREIRA, 2016, p. 133), atentos aos modos de divulgação, recepção, interação e audiência.

No entanto, diferentemente do que ocorreu na tessitura dos capítulos seguintes dessa pesquisa, deparei-me com um dos problemas centrais enfrentados por historiadores que pesquisam sobre a TV e seus produtos: o acesso aos arquivos e material audiovisual, os quais a Rede Globo de televisão, esse canal privado, não disponibiliza ao público. A razão seria “o projeto Memória Globo, materializado em publicações relacionadas com a emissora e formação de seu site *memóriaglobo.com* e da estratégia de venda de sua produção no modelo DVD” (BUSETTO, 2011, p. 169).

Desse modo, recorri como eixo principal narrativo e de análise a minissérie *A Muralha* na sua versão televisiva em DVDs<sup>132</sup>, formato este mais compacto e limitado em termos de análise, mas que, no que toca as questões históricas que aqui busquei discutir, não foram prejudicadas.

Mesmo que “parciais e fragmentadas” as fontes, fui em busca daquelas que pudessem fornecer ao leitor uma noção mais ampla acerca do fenômeno da audiência e de público e sobre este último, “on peut rencontrer des professionnels, des politiques, mais on ne croise pas le public: cet acteur ne peut être dissocié de la façon dont il est représenté ou construit”<sup>133</sup> (BOURDON, 2011, p. 203). Desse modo, coletâneas, *sites* e portais sobre a minissérie, reportagens, depoimentos e entrevistas publicadas na imprensa no período em que a minissérie estava sendo exibida também foram elencados.

Em seguida, obtive algumas poucas entrevistas as quais foram-me cedidas por *e-mail*<sup>134</sup>, considerando as possibilidades e os limites desse recurso metodológico no difícil contexto no qual eu e meus interlocutores nos encontrávamos: o da pandemia provocada pelo vírus da COVID-19; “esse tempo do confinamento” e que trouxe uma “perturbação” do presente, uma “situação de anomalia” que ganhou não só a cidade, como identificou François Hartog (2020)

<sup>132</sup> Lançado no primeiro semestre de 2002, a edição ficou por conta de Denise Saraceni totalizando 4 DVDs (com 9 capítulos) cada um deles com 6 partes. O primeiro disco é chamado de “Velhos Pecados em um Novo Mundo”; o segundo “A Febre do Ouro e os Apelos da Carne”; o terceiro “De Lagoa Serena ao Ribeirão Dourado” e o último disco “O Nascimento de uma Nação”. Os capítulos duram cerca de uma hora.

<sup>133</sup> “Podemos conhecer profissionais, políticos, mas não conhecemos o público: esse ator não pode ser dissociado da forma como é representado ou construído” (BOURDON, 2011, p. 203).

<sup>134</sup> Propus aos entrevistados que as entrevistas fossem feitas por telefone, via *WhatsApp*, mas eles ficaram mais à vontade pela opção do *e-mail*.

ao discorrer sobre o que causou a peste em Atenas 430 AEC (Antes da Era Comum), mas o mundo, com “toda a extensão de danos que ele gerou” (HARTOG, 2020, p. 53).

## 2.1 De invisível a televisionado: o judeu na minissérie *A Muralha* do ano 2000

*“Mestre Davidão: Davi Fonseca, mais conhecido como mestre Davidão, seu escravo e admirador.*

*Dona Antônia: Era só o que me faltava, livro-me dos imprudentes e sou assaltada por um sedutor, ainda por cima judeu!*

*Mestre Davidão: Judeu. Judeu fui, minha linda, mas agora sou tão cristão como Vosmecê.*

*Dona Antônia: Batizado em pé, aposto.*

*Mestre Davidão: Não! Eu tinha 15 anos quando a Santa Madre Igreja me recebeu em seu santo seio.”*

A Muralha (2002).

Na coletânea *Autores: Histórias da Teledramaturgia*, vinculada à Central Globo de Comunicação<sup>135</sup>, um grande volume de entrevistas, depoimentos e registros fotográficos de autores da emissora em seu ambiente de trabalho ou em cenários que ilustram seus universos ficcionais foi criado por uma equipe multidisciplinar composta de historiadores, antropólogos, sociólogos e jornalistas. No depoimento de Maria Adelaide Amaral, a autora não esconde sua predileção pela escrita das minisséries, as quais entende serem “uma grande oportunidade de o Brasil conhecer o Brasil” (MEMÓRIA GLOBO, 2008, p. 163).

Ao estrear *A Muralha* com “grande sucesso de público e crítica” (PALMA; ROMUAL, 2021), a minissérie ganhou destaque no âmbito internacional, sendo vendida para 11 países, entendendo o que isso significa, afinal a ideia é que se possa exportar cada vez mais a produção televisiva de tal modo que se tenha que “importar cada vez menos, quem sabe até o zero grau, o sangue e a porrada dos enlatados” (PALLOTTINI, 1998, p. 20-21). No ano seguinte à sua exibição, recebia o Grande Prêmio da Crítica da TV, concedido pela Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA), “superando todas as expectativas da Rede Globo” (DICIONÁRIO DA TV GLOBO, 2003, p. 368-369).<sup>136</sup>

Era 1999, quando Maria Adelaide e mais cinco autores foram escolhidos para escreverem minisséries que remontassem a história do país, o intuito era a comemoração dos

<sup>135</sup> A coletânea e reúne dois grandes volumes, cujas “informações e imagens coletadas e organizadas pelo Memória Globo” geraram também outros produtos, como é o caso do *Dicionário da TV Globo – Dramaturgia e entretenimento*.

<sup>136</sup> A minissérie foi ao ar no dia 4 de janeiro do ano 2000, às 22:30h, e teve aproximadamente 3 meses de duração, totalizando 49 capítulos.

500 anos do “Descobrimento” do Brasil. Desde o final da década de 1960, “narrar a história do Brasil” tornou-se uma espécie de tradição para a Rede Globo de Televisão, a qual passou a “apresentar uma teledramaturgia voltada para aspectos da realidade brasileira”, vindo a assumir o formato de minisséries em meio ao processo de redemocratização do país (KORNIS, 2003, p. 125).

De acordo Lucia Lippi Oliveira (2000, p. 185), “a memória nacional não é natural, e sim o resultado de um trabalho de grupos e pessoas que implica as atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores”. Mais uma razão para que a minissérie em questão seja, assim como qualquer outro programa de televisão, compreendida como um “documento histórico de seu tempo, inclusive os títulos cujo conteúdo volta-se para o passado, uma vez que são produzidos sob um olhar do presente” (KORNIS, 2008, p. 1).

Fora do “páreo”, quando lhe restava somente um período da história brasileira para abordar, Maria Adelaide, ao ser questionada sobre o que faria, imediatamente respondeu no “chute”: “São Paulo”. Quando questionada sobre o que teria em São Paulo no século XVI, ela respondeu: “A Muralha”<sup>137</sup> (MEMÓRIA GLOBO, 2008, p. 134).

A autora, que acabou sendo a única contemplada para a exibição da minissérie, conta sobre seu engano quanto à época em que o romance de Dinah Silveira de Queiroz teria se inspirado<sup>138</sup> – o qual para ela teria sido no século XVI. Tendo optado por escrever uma trama que se passasse na antiga São Paulo de Piratininga, e não nas Minas Gerais, como no romance de Dinah, Maria Adelaide decidiu retroceder a história, do final para o princípio do século 17, alterando o contexto onde pudesse remontar o período dos primeiros habitantes da região, dentre eles os que ela chamou de “avós dos bandeirantes”, aqueles que, para a região, seguiram atraídos pela mão de obra indígena (MEMÓRIA GLOBO, 2008, p. 134).

Sobre essa questão, Carlos Guilherme Mota explica que desde o início da colonização

O interior ficou mais vinculado à iniciativa particular, pessoal, que se desenvolveu por meio de incursões de longa duração, efetuadas por um tipo de mestiços que eram chamados de mamelucos, paulistas ou bandeirantes. Esse modo de vida, de hábitos e de mentalidade plasmou uma civilização essencialmente rural, com os índios sendo reduzidos ao cativo. Os plantadores espalhavam-se à volta dos pequenos aglomerados urbanos, acorrendo à vila somente para a missa e os festejos. Foi-se criando um núcleo urbano que alguns historiadores definiram como “autarquia paulista”, com espírito bastante diferente da metrópole portuguesa ou do Nordeste; os nomes das aldeias, rios, acidentes geográficos dão conta do caráter localista,

<sup>137</sup> Referindo-se à grande barreira natural formada pela cadeia de montanhas, a Serra do Mar, em São Vicente, SP, obstáculo que atrapalhava as incursões dos bandeirantes que nela pretendiam adentrar.

<sup>138</sup> A narrativa do romance ocorre por volta do fim do século 17 e início do século XVIII. Na versão feita para DVD, a série remonta ao início do século XVII, como pude conferir.

fortemente marcado pela cultura indígena. Nada que se pudesse comparar às grandes cidades portuárias como Salvador, Olinda e Rio, ou com a intensa vida comercial nas cidades do México ou de Lima, na América Espanhola (MOTA, 2003, p. 244).

Toda essa descrição feita pelo historiador aparece detalhadamente ao longo da trama, que teve como consultora a historiadora Íris Kantor, a qual trabalhou diretamente com Maria Adelaide Amaral<sup>139</sup>, acompanhando de perto “o passo a passo da confecção dos roteiros, capítulo a capítulo” (KANTOR, 2020). Em entrevista, a pesquisadora revela que passou para a autora

Clássicos da historiografia “bandeirantista”, jesuítica e inquisitorial. Lemos juntas as cartas e os autos de Anchieta (auto de São Lourenço), por exemplo. Também lhe passei o livro de Alcântara Machado com uma boa coletânea de testamentos dos bandeirantes, que aliás, serviu como mote para iniciar a minissérie. Também falamos muito sobre a imagem heroica do bandeirante, e como a historiografia crítica desconstruiu essa mitologia. Então discutimos a obra de Sergio Buarque de Holanda (caminhos e fronteiras), John Monteiro (negros da terra) entre outros historiadores e historiadoras que exploraram o cotidiano das expedições de apresamento de escravos indígenas (KANTOR, 2020).

No que se refere ao cenário que remonta a esse passado indígena, a minissérie contou com a colaboração da Funai e “a participação de 51 índios Xavante do Alto Xingu, 20 Kamaiurá e 20 Waurá, além de índios Guarani e um coral infantil formado por índios da aldeia Paratimirim” (DICIONÁRIO DA TV GLOBO, 2003, p. 368).

Maria Adelaide não foge à regra do estilo brasileiro em narrar “as histórias da brava gente brasileira” (BALOGH; MUNGIOLI, 2009, p. 315). No entanto, a descrição do primeiro volume na versão feita para DVD, *Velhos pecados em um novo mundo*, “Jesuítas, judeus, mamelucos, burocratas de trajes puídos desfilam seus desejos e anseios por becos sem saída. São as dores de parto de uma sociedade nascente: o Brasil colonial” (A MURALHA, 2002, vol. 1) anunciando não só uma visão menos romantizada acerca desse início do desbravamento da colônia e daquela imagem mítica do “bandeirante”, mas também a incorporação de agentes até então silenciados na televisão brasileira e na história – aqui no caso específico – da formação da identidade paulista, uma questão levantada por Nachman Falbel e que parece

Ter ocupado a historiografia brasileira dos anos 30, ocasião em que Paulo Prado escreveu sua *Paulística*, a qual Oliveira Viana contestou, em artigo no *Correio da Manhã*, com o mesmo critério historiográfico, sobre a importância do “sangue hebreu na formação antropológica de Piratininga” como sendo inferior ao dos outros elementos europeus de tipo ariano. O biologismo

<sup>139</sup> De acordo com a professora, “o convite para trabalhar no projeto da minissérie *A Muralha* foi intermediado pelo Museu da Pessoa que na época dava assistência à rede Globo em vários programas. Fui contratada pelo Museu para acompanhar a Maria Adelaide Amaral” (KANTOR, 2020).

próprio da época que se mesclou com os ingredientes ideológicos nazi-fascistas provavelmente teve seu papel nesse tipo de pesquisa histórica, que, consciente ou inconscientemente, se manifestava ao se abordar a presença dos cristãos-novos no Brasil (FALBEL, 1999, p. 114-115).

Ao receber a notícia de que o número de capítulos da minissérie deveria ser aumentado<sup>140</sup>, Maria Adelaide Amaral realizou algumas modificações as quais teriam sido feitas com “total liberdade”, uma vez que a emissora “já tinha comprado os direitos autorais, e quando você compra os direitos o contrato já pressupõe que a história será modificada de acordo com as necessidades teledramatúrgicas. Em geral é o que acontece em minisséries mais longas” (DWEK, 2005, p. 228).

Uma das mudanças foi então “aumentar o núcleo de personagens” e dentre eles – graças ao deslocamento temporal feito pela a autora – estavam Ana Cardoso – também chamada de Dona Ana – e Dom Jerônimo, personagens vividos por Letícia Sabatella e Tarcísio Meira<sup>141</sup>, ambos estreitamente vinculados a um passado específico da história judaica, o período inquisitorial:

Sempre quis muito escrever sobre os cristãos-novos. Tenho fascinação pelos judeus, mais especificamente por aqueles que foram obrigados a se converter durante a Inquisição. Sempre me interessei muito também pelos marranos, os falsos convertidos (MEMÓRIA GLOBO, 2008, p. 135).

Para compor a trama em torno da presença judaica em São Paulo de Piratininga, Íris Kantor relata ter lhe emprestado

Uma coletânea de cantos ladinos indicados pela musicóloga e cantora Anna Maria Kieffer (tradição dos judeus marranos expulsos pela inquisição da Península Ibérica – marranos são os judeus ou mesmo árabes que foram obrigados a se converter ao catolicismo mas que seguiram cultivando sua religião de maneira escondida), e conversamos muito sobre a atuação do Santo Ofício tanto em Portugal, como na América (KANTOR, 2020).

Inspirada pelo universo ficcional da escritora Dinah Silveira de Queiroz, Maria Adelaide Amaral decide manter o personagem de origem cristã-nova vivido pelo ator Pedro Paulo

<sup>140</sup> Foram 48 capítulos no total.

<sup>141</sup> Apesar das inúmeras tentativas em obter uma entrevista com uma das protagonistas da série, com a atriz Letícia Sabatella não obtive sucesso. A atriz, que chegou a solicitar o envio das minhas perguntas em sua conta na rede *Instagram* onde ocorreram as trocas de mensagens, retornou-me alegando uma agenda difícil por conta da COVID-19. Embaixadora da rede *Survival International* voltada para as causas indígenas no Brasil, esteve à frente de campanhas denunciando a vulnerabilidade dos povos indígenas isolados diante do surto epidêmico no país. No mesmo período, Letícia foi chamada para compor o elenco da novela *Nos Tempos do Imperador*, exibida pela Rede Globo de Televisão, no ano de 2021, no horário das 18h e então, acabei perdendo o contato. Tarcísio Meira, que também atuou na minissérie como um homem ligado ao Santo Ofício, infelizmente veio a falecer no segundo semestre de 2021; desde 2020 eu vinha tentando contato com o ator por meio de suas redes sociais e também por meio de seus agentes e assessores. No ano seguinte à exibição da minissérie, Tarcísio levou o prêmio de melhor ator. A premiação ocorreu no 2º Grande Prêmio Cinema Brasil, na cidade de Petrópolis, na categoria Série de TV (MAFFEI, 2001).

Rangel, Davi Fonseca ou também chamado de Mestre Davidão. Mestre Davidão é um personagem oposto ao drama trazido por Ana Cardoso e o horror retratado na figura de Dom Jerônimo; ele representa um cristão novo<sup>142</sup> muito bem integrado à comunidade da Vila de São Paulo de Piratininga, com uma “atuação ampla e diversificada”, como bem observa Anita Novinsky (1972) em suas pesquisas sobre a *gente da nação*<sup>143</sup> no Brasil colonial.

O personagem, que a todo momento é lembrado pela sua condição de judeu, está atrelado à figura de um comerciante envolto a uma extensa rede de relações, com destaque para o comércio, onde suas atividades estendiam-se desde à população simples da miserável região – buscando oferecer os mesmos produtos, que variavam desde tecidos, pedras preciosas e alimentos – até os senhores paulistas, donos de cativos indígenas ou também chamados de “negros da terra”<sup>144</sup>, para quem se encarregava de realizar as transações de compra e venda desses escravos. Assim como mostram os estudos históricos, as teias comerciais onde Davidão se encontrava envolto estendiam-se até o reino de onde se vira obrigado a sair, mas que continuava a servir atendendo os requintes de homens ligados à aristocracia, conforme mostra a série.<sup>145</sup>

É importante ressaltar que essa posição ocupada por Davidão no universo ficcional trazido por Maria Adelaide Amaral era o que, em alguns casos, garantia aos cristãos-novos uma certa tolerância por parte do Estado português, ao fazer “vista grossa em relação à heresia, quando se sobrepujam seus interesses imediatos” (FALBEL, 1999, p. 117.)

Embora inserido na perspectiva da comicidade, o personagem traz uma forte crítica, principalmente ao discurso católico demonizador do judeu, que lhe colocava quase sempre num clima de hostilidade e vigilância

Um piscar de olhos entre católicos, excluía o pobre cristão-novo da conversa. Uma frase colocada mostrava para a vítima o seu lugar. Até nas conversas mais simples, aquelas de falta de assunto, como os protocolares sobre o clima, pode ser uma destas oportunidades de exclusão (VALADARES, 2007, p. 73)

“Numa época em que qualquer denúncia era válida” (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 49), o personagem vivido pelo ator, passa boa parte da série a dissimular e ironizar sua condição de “judeu convertido”. O tom de deboche quando refere-se a si como um “judeu convertido” ou

<sup>142</sup> Assim se designava o judeu convertido, em Portugal, que recebeu o batismo quando adulto, os “batizados de pé”, vindo a tornarem-se por isso *cristão-novo* (LIPINER, 1977, p. 32).

<sup>143</sup> Ou “gente da nação hebraica”, um dos apelidos dos judeus de Portugal (LIPINER, 1977, p. 77).

<sup>144</sup> Stuart B. Schwartz (2003, p. 15-16), explica que as formas de dirigir-se ao indígena variavam “cronológica e regionalmente”; no caso do século XVI, os indígenas serem classificados como “negros da terra” revela, segundo ele, uma percepção do seu “status servil, mais ou menos equivalente ao dos ‘negros da Guiné’”.

<sup>145</sup> Em uma das cenas, Davidão aparece chamando a atenção de um grupo de indígenas que passa por ele carregando uma cama que teria sido encomendada por um desses aristocratas.

quando fala das instituições religiosas e de todo o clero denotam a falsa conversão que ao longo da série é revelada.

Escalado pela diretora Denise Saraceni, Pedro Paulo Rangel explica que, a respeito da presença cristã nova na colônia portuguesa, a informação que possuía “era algo rarefeita, baseada em alguma literatura, mas sem maiores aprofundamentos”. Quando questionado acerca da construção de seu personagem e quais referências ele teria buscado para compô-lo, o ator responde que “mais que tudo, intuição e improviso. No mais das vezes construo meus personagens ‘de fora para dentro’, num método contrário ao de Constantin Stanislavski. Penso no modo de vestir, falar, andar; crio primeiro uma casca para depois recheá-la com emoções. Assim fiz com Davidão”<sup>146</sup>.

Marcado por perseguições, tortura e medo na Lisboa de 1536<sup>147</sup>, o passado trazido pela personagem interpretada por Letícia Sabatella é outro. Ana Cardoso vive uma judia recém-convertida e surge em meio a um grupo de outras mulheres, as quais como ela, embora por razões diferentes, vinham de Portugal e desembarcavam no agitado Porto de São Vicente.

Sobre a escolha da personagem, Íris Kantor explica que essa teria partido “de um problema comum na época colonial: a falta de mulheres brancas” e teria cabido a “Maria Adelaide estabelecer essa conexão, ou seja, usar o caso de uma cristã-nova em condição de degredo” (KANTOR, 2020).

Tendo sido presa juntamente a seu pai e torturada pelo Santo Ofício sob a pena de prática do judaísmo quando ainda vivia em Lisboa, Ana é colocada em liberdade, porém com a condição de que se casasse com o irmão do seu algoz, um rico comerciante chamado Dom Jerônimo, vivido por Tarcísio Meira, um homem corroído pelo fanatismo religioso e que representa até onde as ações do Santo Ofício podiam chegar.<sup>148</sup>

Para salvar a si e a seu pai, Ana aceita seu destino e vem para o Brasil, sem saber que seu pai já havia sido executado quando ainda estava a caminho da Vila de São Paulo de Piratininga, local em que encontraria seu prometido, o qual, sem trégua, lhe impõe uma série de penitências e expiações como forma de testar sua nova fé.

Os traços do marranismo aos poucos vão aparecendo na personagem, que dissimula sua identidade cristã, agindo como as “devotas e rezadeiras, [que] iam nos domingos e dias santos ouvir missa” (LIPINER, 1969, p. 46), enquanto judaizava às escondidas. Ao conhecer Dom

<sup>146</sup> Pedro Paulo Rangel. Entrevista concedida em 13/03/2020.

<sup>147</sup> Ano em que fora criado o Tribunal da Inquisição em Lisboa.

<sup>148</sup> O Santo Ofício português, fundado por D. João III, “nunca teve um tribunal permanente em seus domínios atlânticos”, mas havia “os agentes locais do Santo Ofício”, mandando que se fizessem inquéritos e prisões em seu nome” (FEITLER, 2006, p. 33).

Guilherme Shetz (Alexandre Borges), um mercador entre aquele “misterioso povo serrano”, se apaixonou por ele, que é responsável por conduzi-la até dom Jerônimo. Ana, na tentativa de não ceder às investidas de seu guia, recorre a sua antiga fé e passa a entoar rezas em forma de cantilações.<sup>149</sup> A cena, que não poupa o telespectador, mostra em detalhes a ação dos agentes do Santo Ofício para com aqueles que, como a personagem e seu pai, caíam nas prisões de Lisboa. A *poulé*, um dos castigos e torturas físicas que comumente eram infringidas aos acusados de heresia, surge na tela; nessa ocasião,

Os braços eram amarrados por trás nos punhos e por uma roldana suspenso a uma altura de três ou mais metros, sendo periodicamente solto do alto, sem que chegasse ao chão durante a queda, por prender-se à corda, o que provocava fraturas e dores terríveis (CARVALHO, 1992, p. 26).

O habitó penitencial<sup>150</sup>, também completa a cena e a violência característica do aparelho inquisitorial sofrida por Ana e por tantas mulheres do medievo, “vistas pelos Inquisidores como as hereges mais perigosas” (NOVINSKY, 1995, p. 550).

Ainda no primeiro disco da série, há um episódio em que Ana conversa com padre Miguel, vivido pelo ator Matheus Nachtergaele, o qual questiona a personagem acerca de sua conversão; então, ela responde que fora obrigada a abjurar.<sup>151</sup>

O *Shabat*<sup>152</sup> – esse “que nunca caiu no esquecimento” (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 45) –, como parte das cerimônias judaicas, também é trazido pela personagem. Saudosa de “acender as velas” ao pôr do sol às sextas-feiras junto ao seu pai quando ainda vivia na antiga Lisboa, ela entoa uma oração enquanto segreda a Moatira (Maria Maya) sobre os hábitos e tradições de sua fé.

Não surpreende que o suplício vivido por Ana ao lado de Dom Jerônimo segue do início ao fim da trama, afinal de contas o degredo não impedia que as investidas do Santo Ofício continuassem; ao contrário, “aos inquisidores interessava saber o que faziam os cristãos-novos depois de saírem de Portugal” (BRAGA, 2005, p. 26).

A supervisão inquisitorial no sul continuaria com resultados, por vezes, dramáticos para os judaizantes levados a julgamento em Lisboa, sofrendo os habituais processos e procedimentos da maquiavélica e malévola instituição em Portugal (FALBEL, 1999, p. 117).

<sup>149</sup> Que seriam as orações da *Torah* cantadas, “uma antiga tradição oral e costumes distintos de cada comunidade em que essas cantilações se desenvolveram” (DELLAROLE, 2020, p. 58).

<sup>150</sup> “Traje de penitência, sem mangas, usados pelos réus condenados à Inquisição” (LIPINER, 1977, p. 125).

<sup>151</sup> Retratar-se, renunciar solenemente às crenças e erros contra a fé (LIPINER, 1977, p. 14).

<sup>152</sup> *Shabat*, ritual judaico, o sétimo dia da semana, que inicia ao pôr do sol de sexta-feira e termina no pôr do sol de sábado.



Em razão disso, era preciso fazer com que todos acreditassem na conversão deixando os laços para com o judaísmo em segredo: do comportamento adequado capaz de convencer a população da cristandade do cristão-novo, incluía-se a confissão, de tal modo que as “técnicas” usadas garantissem sua sobrevivência (CALAÇA, 2005, p. 208). De fato, são inúmeras cenas em que Ana pede a seu algoz Dom Jerônimo para ir à Igreja confessar-se. Em um dos episódios, a personagem recebe a comunhão diante de toda a população da vila de São Paulo de Piratininga. Ainda que polêmica<sup>153</sup>, “no judaísmo, o valor supremo é a vida e deve-se usar de todos os meios para mantê-la, mesmo que seja necessário fingir ou dissimular” (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 96).

## 2.2 Os judeus na formação da identidade paulista: apropriação, divulgação e problematização do conhecimento histórico

*“Na televisão aberta, a construção de um evento, de um ídolo ou de um demônio é uma criação definitiva. Deus não faria melhor, tendo nas mãos um programa de grande audiência.”*

Nelson Hoineff (1996, p. 33).

A televisão, enquanto “devoradora da História não somente nas emissões direcionadas ao passado, quer se trate de seriados ou de documentários, mas também dentro de sua rotina cotidiana” (SORLIN, 2009, p. 45), tem um papel fundamental nos discursos de memória, sobretudo no que se refere à questão da identidade e como ela se elabora e reelabora, por essa razão

Histórias, personagens, lugares, tempos que solicitam de nós mais do que a racionalidade de um exame de suas estruturas; solicitam que os observemos com um olhar perscrutador, um olhar que possa compreender suas inter-relações, sua multidimensionalidade e que fuja da resposta fácil de dizer que a televisão apenas apresenta sempre o mesmo (BALOGH; MUNGIOLI, 2009, p. 313-314).

De acordo com Néstor Garcia Canclini (2008, p. 129), “a identidade é uma construção que se narra”. A minissérie que traz a História no horário nobre é um dos espaços onde essa narrativa ocorre e, sem dúvida alguma, ainda que contemplando um período inédito na história das minisséries televisivas, com personagens até então desconhecidos do grande público, Maria Adelaide Amaral rende homenagem à figura do paulista bandeirante para representar a

<sup>153</sup> A polêmica se dá, inclusive, dentro da própria comunidade judaica, que rejeita o cristão-novo por considerá-lo um traidor da fé. Sobre essa questão, ver Paulo Valadares (2007), em “A presença oculta: genealogia, identidade e cultura cristã-nova brasileira nos séculos XIX e XX”.

sociedade que em São Paulo de Piratininga se formava. O fortalecimento de tradições não é algo exclusivo da minissérie em questão, mas uma demanda da emissora, que desde sempre tomou para si a formação de uma memória com a qual a população se identificasse. Mas, retornando às escolhas da autora, não seria essa a linha divisória da qual nos atenta Paul Ricoeur (1997) no entrecruzamento da história e da ficção e que sobre esta última desobriga-se do papel que o historiador possui em reconstruir o passado?

Em seu trabalho de consultoria junto à autora, Íris Kantor revela que, em muitos momentos, a autora

Argumentava que ela se permitia ficcionalizar o passado histórico, e, portanto, meus apontamentos não seriam levados em conta. Ela tinha toda razão, porque os personagens de ficção são mais eloquentes para transmitir o “senso de passado”, como bem aponta a crítica literária Beatriz Sarlo (KANTOR, 2020).

Por outro lado, não raras as vezes é possível identificar nos capítulos trazidos por Maria Adelaide Amaral uma “atitude historiadora” (MAUAD, 2018):

Eu gosto muito da minissérie pq a Maria Adelaide permitiu esse transbordamento da imaginação, sem interferir na apreensão dos acontecimentos mais relevantes para compreensão da dinâmica histórica. Assim como fazem os cineastas Lucrecia Martel, Fellini, Herzog ou Scola. Ou seja, ela teve muita sensibilidade para historicidade dos acontecimentos (KANTOR, 2020).

De fato essa sensibilidade pode ser vista em muitos momentos, inclusive quando da história dos marranos em sua minissérie. Como bem sinalizou Carlos Guilherme Mota (2003), São Paulo de Piratininga tornou-se “refúgio dos cristãos-novos”. Desde meados do século XVI, “uma grande quantidade” dos da “nação hebreia” passaram a habitar a região (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 152).

A presença já havia sido constatada pelo estudioso José Gonçalves Salvador (1962). Seus indícios remetem aos cristãos-novos ligados à vida eclesiástica – uma forma de “camuflagem” –, os quais, mesmo a contragosto de alguns padres europeus, encontraram uma forma de obter “a dispensa papal quanto à impureza de sangue”, ao mesmo tempo em que atendiam “as necessidades religiosas do país e a escassez de obreiros em Portugal e no Brasil particularmente” (SALVADOR, 1962, p. 67).

Em *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da História*, o cristão-novo surge atrelado à imagem do bandeirante, mais precisamente na figura de Raposo Tavares, o qual “descendente dos forçados ao catolicismo não consta como judeu em nenhum livro clássico de história do Brasil ou de história judaica” (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 161).

Desse modo, pode-se pensar que os limites da narrativa pretendida por Maria Adelaide Amaral dialogam com os estudos históricos também em suas lacunas, e sobre essas “o mais curioso é que as lacunas da história se fecham espontaneamente a nossos olhos e que só as discernimos com esforço, tanto são vagas as nossas idéias sobre o que devemos, a priori, esperar encontrar na história” (VEYNE, 1982, p. 26).

Ao retroceder a minissérie à época dos avós dos bandeirantes, e dentre eles os de Raposo Tavares<sup>154</sup>, a origem hebreia dos mesmos não aparece, mas “a fama dos cristãos-novos paulistas como implacáveis predadores de índios, nesse tempo, estava estabelecida” (FALBEL 1999, p. 116).

Como então teria sido contada essa história, caso a autora tivesse tido acesso a esse dado, por exemplo? O que pretendo discutir aqui são os eventos “subterrâneos” que ainda subsistem na historiografia. Por outro lado, no que toca o entrecruzamento da narrativa ficcional com a narrativa histórica, Paul Ricoeur entende que

Se é verdade que uma das funções da ficção, misturada à história, é libertar retrospectivamente certas possibilidades não efetuadas do passado histórico, é graças ao seu caráter quase histórico que a própria ficção pode exercer retrospectivamente a sua função liberadora. O quase-passado da ficção torna-se assim o detector dos possíveis ocultos no passado efetivo (RICOEUR, 1997, p. 331).

Jesuítas, Bandeirantes, muitas identidades que os cristãos-novos vieram a assumir na São Paulo de Piratininga estão ausentes dos estudos históricos que, inclusive, dedicam-se a esse mesmo período. São omissões que também foram sentidas por Nachman Falbel (1999), o qual reconhece a importância dos estudos feitos por José Gonçalves Salvador (1992), mas que não teriam avançado significativamente pelo excesso de atenção dado pelos pesquisadores à documentação inquisitorial, cujos processos em que constam os cristãos-novos “são numericamente poucos os que tratam dos judaizantes de São Vicente e da região paulista em comparação a outras localidades” e também pelo difícil “acesso dos visitantes à região”; sobre essa questão o historiador atenta para a importância em

Distinguir na Capitania de São Vicente as duas topografias, isto é, da região litorânea e a do planalto, esta tendo como barreira natural a Serra de Paranapiacaba, que devido a sua densa vegetação na época dificultava o acesso aos lugarejos ou vilas que se encontravam em Piratininga. Mas o intercâmbio entre os povoados do litoral e as terras do planalto era inevitável, constituindo-se a Vila de São Paulo um lugar ideal para refúgio daqueles

---

<sup>154</sup> O desejo de falar sobre os avós de Raposo Tavares pode ser encontrado no depoimento da própria autora na obra *Maria Adelaide Amaral: a emoção libertária*, uma biografia da vida da autora, escrita por Tuna Dwek, no ano de 2005.

ameaçados continuamente pelos membros do Santo Ofício (FALBEL, 1999, p. 116).

Ainda assim, incipiente, a historiografia em torno da população que se formou na Capitania de São Vicente e na São Paulo colonial não impediu que Maria Adelaide Amaral recriasse em sua narrativa um passado sobre a presença desses indivíduos na região, de tal modo que os elementos que conferem sentido a ela não ficassem de fora, como é o caso da vigia constante do Santo Ofício personificado na figura de Dom Jerônimo ou o marranismo presente na interpretação de Leticia Sabatella e mestre Davidão, além da “luta clandestina dos marranos e cristãos-novos do Brasil contra o catolicismo” (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 97).

O judeu trazido por Maria Adelaide Amaral dialoga com a historiografia, na medida em que, exposto a todo o tipo de humilhação comum à época tratada, é quase sempre identificado como um “elemento mesquinho, cruel, deicida, demoníaco, enfim nocivo à sociedade” (VALADARES, 2007, p. 71).

Contudo, alguns paradoxos trazidos pela autora sobre a vida dos cristãos-novos que para o Brasil vieram em comparação com aquela que tinham em Portugal também foram levados para a tela. Ao complexizar o personagem que à primeira vista possa parecer um mero comerciante, Maria Adelaide foge do estereótipo comumente atribuído ao judeu de “povo de comerciantes” (GRÜN, 1994). Davidão, por exemplo, representa um homem que, “ao mesmo tempo que ficava de fora da sociedade ampla”, carregava o *status* de “homens de negócios”, de tal modo que isso o reinseria nessa mesma sociedade (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 98). Por outro lado,

Num mundo rural e com ordem hierárquica conhecida, o vizinho que chegou é um artesão ou um comerciante, com uma ação ética diferente da sua. Para ele que acredita que o trabalho é apenas amansar a terra ou apascentar o gado, o comércio é como se fosse uma exploração ou roubo. Ele não consegue entender a complexidade das trocas. Numa sociedade quase desmonetizada o cristão-novo é um assalariado. Ele percebe a velocidade de sua ascensão social e o que cria mais ressentimentos (VALADARES, 2007, p. 71).

Esse ressentimento é oriundo do eficaz discurso do Santo Ofício na “diabolização” do judeu na narrativa trazida pela série e que coloca a atuação da Igreja no Brasil “em xeque”. Tema sensível, ainda que “a expressão trate de eventos particularmente centrados na segunda metade do século passado” (QUADRAT, 2018, p. 213), se faz presente nos diálogos entre Ana e Padre Miguel, quando ela questiona as fogueiras e os crimes cometidos contra sua gente; nos episódios em que Ana, presa a sua condição de mulher de Dom Jerônimo, é submetida aos instrumentos de tortura comumente usados pelos agentes do Santo Ofício; nas cenas em que Davidão, quando a Igreja não lhe oferecia outra alternativa, explica a Antônia (Claudia Ohana)

as razões que o levaram a criptojudaizar<sup>155</sup>; no confisco de bens, o qual “no quadro das penas que aplicava o Santo Ofício, constituíram as confiscações uma de suas mais temidas armas de combate à heresia, ou mais particularmente ao Judaísmo” (SIQUEIRA, 1970, p. 323).

Adelaide retrata pela primeira vez na televisão o horror “ligado a acontecimentos que é necessário nunca esquecer” (RICOEUR, 1997, p. 325). Ao evocar o passado marrano, traz, junto a ele e para além dele, uma história que muitas vezes acredita-se pertencer a uma Europa distante sem relação qualquer com o país que aqui se formou.

Os judeus foram o único povo do mundo para o qual foi criado um Tribunal especialmente voltado para vigiá-los e puni-los: o Santo Ofício da Inquisição. Foi autorizado pelo Papa e iniciou oficialmente suas atividades na Espanha, sob os Reis Católicos, em 1478 e, em Portugal em 1536. O Tribunal lusitano durou 285 anos e seguiu os moldes da Inquisição espanhola. Estendeu-se ao Brasil, para onde enviou seus agentes a partir do século XVI (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 45).

É em meio à natureza romântica, ao mesmo tempo em que melodramática – como é o caso do amor proibido entre Ana e Dom Guilherme, ou na figura maquiavélica do personagem vivido por Tarcísio Meira, ou ainda por meio da veia cômica expressada pelas falas e ações de Davidão –, que a história – essa que talvez não se encontra nos livros didáticos de história, por exemplo – se articula, que ela se faz presente, que ela “se estrutura no próprio repertório dos personagens, que, organizados segundo princípios maniqueístas, atualizam na ficção uma pedagogia de fundo moral sobre vida política, comportamento, valores e ideologia” (KORNIS, 2008, p. 51).

A reconstrução histórica é um dos pontos fortes das minisséries. Isso porque o passado ficcionalizado nesse tipo de produto, assim como nas telenovelas<sup>156</sup>, atrai boa parte da população brasileira. Os índices de audiência<sup>157</sup> alcançados pela minissérie demonstram “a potencialidade das narrativas midiáticas na produção/divulgação de representações acerca do passado, portanto formação de consciência histórica, e na fundamentação da cultura histórica na contemporaneidade” (WANDERLEY, 2016, p. 209).

Para além da “extrema afinidade com os gostos, expectativas, desejos e aspirações dos brasileiros” (PAIVA, 2007, p. 3), a minissérie atende as demandas e capacidades do público a

<sup>155</sup> Compreendemos como criptojudeus, os “cristãos-novos que continuavam a abraçar a fé dos antepassados, de moldar o judaísmo tradicional – cuja prática estava interdita – transformando-o num judaísmo possível, limitado às práticas e rituais menos denunciadores de sua existência, adaptados à nova e hostil realidade” (ASSIS, 2010, p. 3).

<sup>156</sup> A minissérie *A Muralha* surge na esteira de outro grande sucesso da emissora, a novela *Terra Nostra*, um folhetim épico que se tornou uma das produções do gênero mais vendidas para fora do país e de maior audiência, vindo a ser desbancada somente nos anos recentes.

<sup>157</sup> Aqui faço uso da definição trazida por Antonio Carlos Ruótulo (1998, p. 159), audiência como um “conjunto de respostas dos receptores aos conteúdos dos meios de comunicação social”.

quem se destina, inteligente que “filtra as imagens em função dos seus valores, ideologias, lembranças, conhecimentos...” (WOLTON, 1996, p. 6).

Mas qual a importância histórica de produções como a minissérie *A Muralha*? Primeiramente porque, ao narrar a história dos sertanistas, os antigos povoadores da capitania, Maria Adelaide Amaral recria, por meio da representação televisiva, um período histórico que até então não havia sido explorado na televisão brasileira, mas que está no imaginário social<sup>158</sup>, o período colonial. Os recursos que usa para tanto também são inéditos, como levar ao público alguns elementos da linguagem da época, por exemplo, até porque, conforme ela mesmo admitiu, na época “seria intolerável para os ouvidos de hoje. Fiz uma recriação que tem um sabor antigo, mas é musical e compreensível” (OH, OHANA!, 2015).

Chama a atenção o modo como a autora organiza a memória dos primeiros habitantes no Brasil, dialogando com a historiografia e o conhecimento histórico que circula na sociedade, destacando o esforço em escapar do “tripé” que constitui as demais narrativas para explicar a formação da sociedade, ou seja, pautada no branco, no índio e no negro, e que é recorrente em outros espaços onde se produz o conhecimento histórico.

Quando Maria Adelaide afirma sua curiosidade acerca dos cristãos-novos na América Portuguesa, a fala da autora nos remete à ideia de que trazer os cristãos-novos para a teledramaturgia não seria, portanto, “mais o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida” (NORA, 1993, p. 16).

Mesmo em se tratando de uma organização privada, a Rede Globo de Televisão, na grande maioria das vezes, seja em telenovelas ou minisséries ou outros produtos, recorre ao historiador; refletindo acerca da “função social” desse profissional, Íris Kantor conta que sentiu-se completamente “incorporada ao processo de criação”, mas, conforme a autora havia lhe dito, “a cadeia de produção de uma novela não é pequena, e o texto passa por uma dezena de mãos (diretor, atores, cenógrafos, preparadores de texto, estilistas) e está sujeito a todo tipo de adaptação” (KANTOR, 2020).

O trabalho da pesquisadora junto à autora teria passado por três etapas: a primeira estaria atrelada à adaptação do romance para o ambiente do século XVII; depois, aulas, bibliografia e seleção de documentos da época; e, por último, a revisão semanal dos capítulos ao longo de 50 semanas (KANTOR, 2020).

---

<sup>158</sup> Recorro aqui à definição trazida por Bronislaw Baczko (1985, p. 310), para quem o imaginário social surge como “uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais”.

Questionada acerca da relevância do historiador para com o conhecimento histórico que circula nos mais diferentes espaços, a pesquisadora responde que “sempre quis atuar nesse campo” e que considera importante que “os historiadores participem de maneira mais ativa na construção dos roteiros ficcionais ou documentais”. Segundo ela,

Compartilhar o conhecimento adquirido na Universidade é uma obrigação cívica nos dias que nos tocam viver. Embora eu mantenha o meu facebook ativo através da Biblioteca Digital de Cartografia Histórica, confesso que prefiro trabalhar à sombra dos arquivos, e na quietude das bibliotecas de obras raras. Por outro lado, as humanidades digitais criaram uma situação totalmente inéditas, e nos permitem compartilhar o conhecimento acumulado na pesquisa básica com a sociedade e com os público de especialistas. A nós, porém, cabe tentar explicar que o conhecimento histórico não é um legado inerte, e que as interpretações históricas estão em constante mutação, embora dependam da possibilidade de acumulação de experiências em instituições que promovam o trabalho crítico e auto-reflexivo. A história pública tem esse compromisso de conectar a pesquisa universitária com a sociedade civil, atuando nas brechas da sociedade da desinformação (KANTOR, 2020).

É legítima a preocupação dos historiadores sobre as formas de divulgação do conhecimento histórico, mas ainda que apresentem “representações históricas distorcidas, há a possibilidade de estabelecer debates sobre tais equívocos, o que se constitui em oportunidade de desenvolvimento de pesquisas sobre a temática” (FERREIRA, 2011, p. 221).

### 3 O MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA E O JUDEU QUE NELE SE INSERE: A HISTÓRIA PÚBLICA NAS REDES SOCIAIS E O DEVER DE LEMBRAR

*“I wanted to be a historian of Jews. The Holocaust was unfortunately, I soon realized, the central event in modern or perhaps all Jewish history.”*

Yehuda Bauer (2001, p. XVI).

Caso 2: (Rede Social): Agosto de 2020. “Desafio do Holocausto”. A rede social *Tik Tok* lança um desafio em que jovens fingem ser vítimas dos campos de concentração. Nos vídeos acompanhados de piadas e trilhas sonoras, há “sons de tiros e bombas”, os jovens aparecem maquiados com hematomas e sujos, simulando os prisioneiros dos campos (VIEIRA, 2020).

Caso 1: (Programa de Rádio): Novembro de 2021. Um comentarista de uma emissora de rádio com alto índice de audiência no Brasil faz a seguinte afirmação: “É só assaltar todos os judeus que a gente consegue chegar lá. Se a gente matar um monte de judeus e se apropriar do poder econômico dos judeus, o Brasil enriquece. Foi o que aconteceu com a Alemanha pós-guerra” (NOGUEIRA, 2021).

Caso 3 (*Podcast*): Fevereiro de 2022. O apresentador de um dos programas mais assistido no Brasil na atualidade defendeu a existência de um partido nazista no país e também que “antijudeus deveriam ter o direito de serem antijudeus” (FOLHAPRESS, 2022).

Esses são alguns dos exemplos que podem ser incluídos no rol das recorrentes banalizações, distorções violentas e “comparações vulgares” em torno da temática do Holocausto e da *Shoah*<sup>159</sup> e que cotidianamente vêm inundando o setor midiático.

Ao envolverem tais memórias esses ataques me remetem não só a uma certa “nostalgia fascista” identificada outrora por Jean Baudrillard (1992), mas também a certeza de que este é “um tempo que dura, aquele do traumatismo, o que habita os sobreviventes dos campos de concentração e que, em certos momentos, ressurgem” (HARTOG, 2013, p. 259).

Desse modo, imersa em minha própria lógica temporal ao longo do processo de escrita dessa tese, me vi diante de necessidades as quais não pude ignorar; mais do que nunca é preciso

---

<sup>159</sup> Embora já tenha distinguido ao longo da tese um evento do outro – Holocausto e *Shoah* – em alguns momentos faço uso do termo Holocausto e em outros *Shoah*, compreendendo que “é impossível abarcá-lo sob uma designação única, assim como subordiná-lo a uma visada histórica que englobe reconstruções informadas por perspectivas tão distintas” (DANZIGER, 2007, p. 50).



“lembrar e não esquecer” e, mais do que isso, “agir sobre o presente” (GAGNEBIN, 2001, p. 89).

Evitando radicalismos e buscando a “boa subjetividade”, percebo que esse mesmo contexto ameaçado pelo retorno de tendências “antiliberais e antidemocráticas”, que alimentaram os regimes totalitários no território europeu no período entreguerras, revela também a força que tem a memória do Holocausto, essa “memória viva” em que os “sobreviventes ainda estão vivos” e, sobretudo, os assassinos também (MILGRAM, 2018), razão pela qual não se pode subestimar a “gravidade do problema da representação e da ritualização da memória e do significado do Holocausto diante dos dilemas do mundo presente” (LEWGOY, 2010, p. 50).

Dos lugares que podem contribuir nesse sentido, acredito que “do teatro da memória ao laboratório da História”<sup>160</sup>, a história contada no museu do Holocausto é aquela capaz de reunir num único espaço os “atores envolvidos, os perpetradores, as vítimas, os expectadores, os salvadores e os libertados. As vítimas querem que o mundo saiba. Os perpetradores não querem. Os espectadores omissos querem que o mundo não saiba que eles sabiam” (SELIGMANN-SILVA, 1999, p. 46).

Foi em Israel que se deu a construção dos primeiros museus do Holocausto, o primeiro deles, *Ghetto Fighters’ House – Holocaust and Jewish Resistance Heritage Museum* (BEIT LOHAMEI HAGHETAOT, 2022) e poucos anos depois o *Yad Vashem – Holocaust Martyrs’ and Heroes Remembrance Memorial* (YAD VASHEM, 2020), ambos construídos por sobreviventes (MILGRAM, 2011). A partir dali outros países ao redor do mundo também passaram a erguer seus próprios museus dedicados à construção dessa memória, chegando até o século XXI (ISRAEL SCIENCE AND TECHNOLOGY DIRECTORY, 2021).

No Brasil, muito recentemente, por meio de uma iniciativa que partiu da Associação Casa de Cultura *Beit Yaacov*<sup>161</sup> e da comunidade israelita de Curitiba, fundou-se o primeiro museu do Holocausto no Brasil, o Museu do Holocausto de Curitiba (MHC)<sup>162</sup>.

Com expressiva repercussão nacional e internacional – destaque para os principais meios televisivos, jornais e também nas diferentes mídias sociais –, o MHC contou com a presença de lideranças da comunidade israelita brasileira, do Congresso Judaico Latino-

<sup>160</sup> Ulpiano Meneses (1994, p. 41) reconhece no museu a capacidade de “explorar, não sínteses históricas sensoriais, mas a transformação dos objetos em documentos históricos. Em vez de teatro, laboratório, com tudo aquilo de criador que essa idéia contém”.

<sup>161</sup> Sob a presidência de Miguel Gellert Krigsner, a associação existe desde 2009 (TRANSPARÊNCIA.CC, 2022).

<sup>162</sup> O museu ainda não se encontra no Guia Brasileiro dos Museus no Brasil do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2011), pois a publicação mais recente do guia ocorreu em maio de 2011.

americano e também de representantes de lideranças políticas e religiosas, como a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, representando na época a então presidente Dilma Rousseff, além do governador do Paraná, Beto Richa Filho, e do prefeito da cidade, Luciano Ducci (SBT-PR, 2011).

Aberto ao grande público alguns meses após a inauguração, a instituição passou a contar com uma média semanal de 700 visitantes, entre eles “grupos espontâneos e estudantes de escolas públicas e particulares” (RODRIGUES, 2016).

“O Holocausto é uma tragédia judaica (e de outras minorias, em diferentes escalas) e questão humana” (LEWGOY, 2010, p. 51). A questão que eventualmente possa surgir é por qual razão um museu do Holocausto foi construído no Brasil e na cidade de Curitiba?

Desde o início dessa pesquisa procurei situar o leitor quanto à presença judaica em nosso território. Ininterrupto e contínuo, o processo imigratório responsável pela vinda de milhares de judeus para o Brasil não começa com o Holocausto ou com a ascensão do regime nazista, mas, sem dúvida alguma, esses se inscrevem na ordem dos eventos que forçaram sua desterritorialização. Ao tornarem-se apátridas e indesejáveis, os “excluídos do nazifascismo” passaram a ocupar “as intermináveis filas de refugiados” e “nos caminhos da liberdade que garantiriam a preservação da vida de milhares de cidadãos com destino desconhecido”; o Brasil, muito a “contragosto”, acabou cedendo às pressões internacionais e os recebeu<sup>163</sup> (CARNEIRO, 2010, p. 149).

No Paraná não foi diferente. A formação da comunidade Judaica no Estado se deu a partir da vinda de várias famílias que imigraram entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX (TOMAZ; PELEGRINI, 2007, p. 2).

Em Curitiba, os primeiros imigrantes judeus se que se tem notícia datam do final do século XIX; formavam um grupo pequeno, de origem polonesa, a qual, misturada a outras nacionalidades, teria se estabelecido numa colônia agrícola. Lá ficaram até que o coordenador da União Israelita, fundada no ano de 1913 e membro de uma daquelas famílias, acabou mudando-se para o centro da cidade a qual “tornar-se-ia o destino do contingente de imigrantes judeus provenientes da Europa Oriental que chegava ao Brasil no início do século XX” (COELHO, 2015, p. 157).

---

<sup>163</sup> Maria Luiza Tucci Carneiro (2010), em sua obra *Cidadão do mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948)*, dá detalhes sobre esse desinteresse do Brasil em se tornar “um país de acolhimento”. A autora retoma a Circular Secreta n. 1249 já analisada em estudo anterior e também os depoimentos de refugiados, que, valendo-se dos vistos especiais, realizaram *conversões temporárias* para sua entrada no país.

Ao longo da década de 1920 pôde-se perceber uma expressividade maior no crescimento da comunidade judaica curitibana, quando, inclusive, ocorreram as construções dos espaços de sociabilidade<sup>164</sup> que manteriam aceso o espírito judaico. Já nas décadas seguintes estudiosos<sup>165</sup> observaram uma queda acentuada no fluxo imigratório de judeus para capital, muito em razão dos impactos sofridos pelas restrições imigratórias e cotas de admissão a estrangeiros presentes na política do estadonovista.

De qualquer forma, ainda que em número menor em relação aos judeus que se dirigiram para os principais centros urbanos do país – São Paulo e Rio de Janeiro –, aqueles que chegavam em Curitiba tinham algo em comum: o fato de que “a motivação para a saída da Europa foi, em grande medida, o antissemitismo sofrido por essas pessoas, desde os *pogroms* na Rússia Czarista até a Shoah” (EHRlich, 2019, p. 287).

No entanto, “a memória da Shoah não consolidou-se imediatamente” e também não deve ser compreendida num “processo linear e contínuo”, principalmente porque as narrativas são oriundas de

Memórias ativadas como judeus, brasileiros, migrantes de 1ª ou 2ª geração, em condição de diáspora (nos múltiplos significados que esse status pode implicar), vivendo em um contexto temporalmente posterior e geograficamente distante; diversos são os elementos narrativos e por isso diversas são as maneiras em que podem se combinar para formar as memórias sobre a Shoah entre esses sujeitos, em múltiplos significados (EHRlich, 2019, p. 305).

A criação do MHC partiu do desejo de um empresário de origem judaica, filho e neto de vítimas e sobreviventes da *Shoah* e das perseguições perpetradas pelos nazistas ao longo da Segunda Guerra Mundial. Num de seus depoimentos, o idealizador e fundador do primeiro museu do Holocausto no Brasil revela ter percebido “um desconhecimento generalizado” em relação à temática, o que poderia levar ao esquecimento (TV ÉPARANÁ, 2014).

“O povo hebreu é o povo da memória por excelência” (LE GOFF, 2003, p. 435); desse modo, analisar como se dá a produção do conhecimento histórico em torno do judeu no MHC é algo que se deve a uma certeza: a de que ali ela acontece.<sup>166</sup>

<sup>164</sup> A exemplo das sedes como o cemitério israelita (1926), a Escola Israelita Brasileira Salomão Guelmann (1927) e, dois anos depois, os edifícios do Centro israelita do Paraná (CIP) (COELHO, 2015, p. 158).

<sup>165</sup> Regina Rottenberg Gouvea (1980), faz um estudo detalhado acerca da comunidade judaica em Curitiba no final do século XIX até as últimas décadas do século XX.

<sup>166</sup> No início, o MHC contou também com o trabalho do historiador Sergio Alberto Feldman, o qual desenvolvera uma pesquisa iconográfica no Museu *Yad Vashem*, reunindo “uma coleção de 14 vídeos com depoimentos de sobreviventes do Shoah estabelecidos em Curitiba, entrevistados pela equipe técnica da USC Shoah Foundation, de Steven Spielberg, que havia estado na cidade em 1997” (COELHO, 2015, p. 160).

Contudo, muito embora minha atenção esteja voltada para a representação do judeu, é importante ressaltar que este é um museu que não se reconhece como um museu judaico ou um museu feito para judeus, mas sim “um museu que quer ajudar a transformar a história do Holocausto numa memória coletiva que seja universal” (REISS, 2015, 1’43”), ou seja, a memória da *Shoah* serviria aqui como um “disparador para o engajamento em causas que combatam essas categorias mais amplas” (EHRlich, 2019, p. 304).

A questão é complexa. Em uma das visitas que fiz ao MHC pude constatar que a instituição, localizada no Bairro Bom Retiro, se encontra dentro da *Kehilá*<sup>167</sup>, ou seja, sua sede está dentro da Sinagoga, portanto, conforme explicado a mim por Michel Ehrlich, coordenador do departamento de História do museu, “tem um vínculo com a comunidade Judaica do Paraná – até porque ele é mantido por ela”. Também “grande parte dos funcionários da instituição são judeus, mas não é um vínculo institucionalizado. O Museu do Holocausto de Curitiba tem parcerias com a comunidade, mas não é uma entidade da comunidade, não é parte dela”<sup>168</sup>.

A preocupação na construção de uma *memória justa*, de forma a considerar para além das vítimas do Holocausto e do Holocausto judaico – *Shoah* – todo e qualquer grupo humano que de alguma forma enfrentou e ainda enfrenta a discriminação, o preconceito e o racismo é o propósito da instituição, que usa o Holocausto como exemplo, “mas também todos os genocídios, os outros Holocaustos que existem, tudo aquilo em que nós estamos mexendo com a intolerância”<sup>169</sup>, uma forma de entendimento que cruza-se com a ideia de que,

No movimento transnacional dos discursos de memória, o Holocausto perde sua qualidade de índice do evento histórico específico e começa a funcionar como uma metáfora para outras histórias e memórias. O Holocausto, como lugar comum universal, é o pré-requisito para o seu descentramento e seu uso como um poderoso prisma através do qual podemos olhar outros exemplos de genocídio (HUYSSSEN, 2000<sup>a</sup>, p. 13).

Com o intuito de tornar-se uma referência na transmissão do Holocausto no Brasil às próximas gerações, Carlos Reis, coordenador-geral do museu, explica que

Muito se fala, que se comenta, que se fala demais sobre o Holocausto. As pessoas perguntam: porque se fala tanto sobre o Holocausto? E a pergunta está incorreta, a pergunta deveria ser: porque falamos tão pouco sobre o Holocausto? Porque a partir do momento que nós, nós seres humanos aprendermos as lições de todas essas histórias e possamos usar isso no nosso

<sup>167</sup> Do hebreu, “comunidade religiosa” (PINKUSS, 1967, p. 4).

<sup>168</sup> Entrevista feita com Michel Ehrlich (2018a). As entrevistas realizadas com o coordenador do Departamento de História do MHC se deram em duas etapas distintas: a primeira delas pessoalmente, na própria sede do museu, e a segunda feita por *e-mail*, respeitando o distanciamento social.

<sup>169</sup> Fundador do MHC em entrevista a uma emissora de TV quando da inauguração do museu (KRIGSNER, 2011, 0’33”).

dia a dia, aí não será mais necessário falar sobre o Holocausto (REISS, 2015, 58 min).

Reiss explica ainda que a grande preocupação, em se tratando da construção da memória do Holocausto, é pensar “para onde essa memória está sendo levada e como isso vai ser nas próximas gerações, como é que o mundo vai entender o Holocausto daqui a 10, 50, 100, 500 mil anos”<sup>170</sup>, uma preocupação válida se for levado em consideração que

Generational change encourages a different frame of reference not least because the young can be resentful about the approach of the old. Episodes from the past become more distant. Today, some still have their resonance, for example World War I and the Holocaust, but in an increasingly decontextualized fashion as far as the circumstances of those episodes are concerned. Instead, the emphasis will be on such episodes as being universal archetypes, however misleading this can be<sup>171</sup> (BLACK, 2016, p. 246).

Nesse sentido, os avanços obtidos nos estudos do Holocausto nas últimas duas décadas têm muito a contribuir. É o que constata o historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho, fundador e o editor-chefe do “Café História” (CARVALHO, 2020), ao divulgar que a partir de novos documentos e novas abordagens vem surgindo o que chama de uma “nova historiografia do Holocausto” ou, ainda, uma historiografia “multidimensional” (CARVALHO, 2020). A relevância em se demarcar esse esforço científico estaria no fato de que, uma vez publicizados, esses estudos podem corroborar para a memória histórica que vem sendo construída em “novos suportes de armazenamento” e que levam a novas formas de “experiência histórica” (RÜSEN, 2009, p. 168). Bauer explica:

Not a month passes without the appearance of Holocaust-related books, films, musical works, theatrical productions, and so on. The press, the serious and the less serious alike, is full of debates on Holocaust-related topics. Politicians mention it constantly. The television industry presents shows, documentaries, and conversations about it again and again. Why?<sup>172</sup> (BAUER, 2001, XI).

Não faz muito tempo, num estudo anterior, ao longo de minha prática enquanto professora do Ensino Médio numa escola pública situada na cidade de Londrina, no Estado do

<sup>170</sup> Carlos Reiss. A entrevista foi feita via *google meet*, respeitando o distanciamento social.

<sup>171</sup> “A mudança geracional incentiva um quadro de referência diferente, até porque os jovens podem ficar ressentidos com a abordagem dos mais velhos. Episódios do passado ficam mais distantes. Hoje, alguns ainda têm sua ressonância, por exemplo, a Primeira Guerra Mundial e o Holocausto, mas de forma cada vez mais descontextualizada no que diz respeito às circunstâncias desses episódios. Em vez disso, a ênfase estará em episódios como arquétipos universais, por mais enganoso que isso possa ser” (BLACK, 2016, p. 246, tradução livre).

<sup>172</sup> “Não passa um mês sem o aparecimento de livros, filmes, obras musicais, produções teatrais e assim por diante relacionados ao Holocausto. A imprensa, tanto a séria como a menos séria, está cheia de debates sobre tópicos relacionados ao Holocausto. Os políticos mencionam isso constantemente. A indústria da televisão apresenta programas, documentários e conversas sobre o assunto repetidas vezes. Por que?” (BAUER, 2001, p. XI, tradução livre).

Paraná, o interesse dos estudantes em relação à temática da Segunda Guerra Mundial chamou a atenção. Muito embora não tivessem muito claro o que de fato teria ocorrido, as referências históricas que até a eles chegavam ou que consumiam e as noções que passaram a ter sobre essa história, quase todas partiam de um único evento: o Holocausto. Em sua lista de filmes apareceram “O Pianista” (2003), “A Lista de Schindler” (1993), “O menino do pijama Listrado” (2008) e “O Corajoso Coração de Irena Sendler” (2009) (RAGUSA, 2019, p. 51).

Em minha prática percebi que “é nessa humanidade historicizada, potente em sua condição empática que reside a força do vídeo” (MIRANDA, 2015) e que, enquanto referências trazidas pelos estudantes, facilitaram e facilitam a mobilização de certos conhecimentos. De fato, filmes como esses trazem “protagonistas (judeus, nazistas, Adolf Hitler, Gestapo, etc.) e os cenários (Alemanha, Áustria, Polônia, França, Tchecoslováquia, campos de concentração, guetos, etc.)” e “é difícil pensar nessas histórias sem se envolver emocionalmente. Imagens de morte em massa, fome e degradação humana em todos os níveis” (CARNEIRO, 2002, p. 6-7).

Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista que “las cuestiones centrales de la cultura contemporánea se ubican precisamente en el umbral entre la memoria del trauma y los medios comerciales”<sup>173</sup> e, em geral, “el trauma es comercializado en la misma medida que la diversión e incluso ni siquiera para consumidores tan diferentes”<sup>174</sup> (HUYSEN, 2000b, p. 20).

No que toca os estudos em torno do Holocausto enquanto “tema emocional, quase religioso no sentido de aproximação, do culto da memória” (MILGRAM, 2011, p. 8), como concebia a própria comunidade judaica, até a década de 1970, necessitava de uma nova perspectiva. Foi quando um pequeno grupo resolveu fundar a estrutura de estudos do Holocausto em Israel<sup>175</sup>, trazendo, portanto, um olhar acadêmico e permitindo que essa memória se tornasse pública e institucionalizada ao redor da Europa e também fora dela.

No Brasil, este é um estudo recente, porém que tem avançado, algo que se deve não só ao aumento exponencial do negacionismo disseminado principalmente por intermédio da Internet<sup>176</sup>, mas também pelas contribuições trazidas por outros espaços onde a memória e a

<sup>173</sup> “As questões centrais da cultura contemporânea situam-se justamente no limiar entre a memória do trauma e a mídia comercial” (HUYSEN, 2000b, p. 20, tradução livre).

<sup>174</sup> “É que o trauma é comercializado na mesma medida que a diversão e mesmo para consumidores tão diferentes” (HUYSEN, 2000b, p. 20, tradução livre).

<sup>175</sup> De acordo com Avraham Milgran em entrevista publicada na *Revista Eletrônica do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos e Árabes (NIEJ)*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e concedida ao professor Michel Gherman (MILGRAM, 2011, p. 9), compunham o grupo o “Prof. Gutman, tinha o Prof. Yehuda Bauer, Avraham Margalio, Otto Dov Kulka, todos da Universidade Hebraica. Também havia o Prof. Uriel Tal, de Tel Aviv e o Prof. Shimon Deadler da Universidade de Bersheva”.

<sup>176</sup> Os estudos iniciados no ano de 2002 pela antropóloga Adriana Dias Magalhães, a qual investiga e monitora o nazismo no Brasil no âmbito da Internet, revelam a expansão das tendências neonazistas, as quais, num primeiro momento, se davam em *sites* individuais e num prazo de duas décadas passaram a ganhar espaço em

história também são objetos de reflexão e debate, como é o caso do MHC, um desses “mundos variados da história”, “produto de ação coletiva” e que também não está livre dos “dilemas próximos dos da historiografia acadêmica, que se confrontou com o movimento da história pública” (KNAUSS, 2018b, p. 144).

A instituição contou com o apoio de várias outras instituições nacionais e internacionais ligadas à memória, educação e pesquisa do Holocausto<sup>177</sup>. Sem perder de vista o “campo ético da representação do Holocausto”, percebi nas ações do MHC uma preocupação quanto à forma como esse ocorre, principalmente em ambientes que independem de uma estrutura física para existirem, como o universo da *Web 2.0*<sup>178</sup> e seus inúmeros “espaços de fluxos” (CASTELLS, 2011), por onde se expressa e circula o conhecimento histórico que produz.

Na esteira da Nova Museologia<sup>179</sup>, os museus acabaram rendendo-se ao ciberespaço, esse que “encoraja um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos (telecomunicação, telepresença) e da coincidência dos tempos (comunicação assíncrona)” (LÉVY, 1999, p. 49). É um novo conceito de museu, o qual “decorre do nascimento de uma nova sociedade: a sociedade da informação, e da sua cultura” (LLUSSÀ, 2002, p. 1).

Para além da criação de *websites*<sup>180</sup> e considerando o universo hipermediático<sup>181</sup> como o das redes sociais na Internet – lugares em que ocorre a “criação e a troca de conteúdos gerados pelos usuários” (KAPLAN; HAENLEIN, 2010, p. 61) –, os museus passaram a divulgar suas marcas, ampliar seus públicos e as formas de interação<sup>182</sup> com estes.

É dentro desse contexto de renovação tecnológica e cultural na era da informação que surge o MHC, o qual acaba de completar uma década de existência. Nas palavras da coordenadora de comunicação e também responsável pelo gerenciamento e pautas das redes

fóruns coletivos. Num deles, a pesquisadora, em tom preocupante, afirma ocorrer “uma postagem antissemita a cada quatro segundos; uma postagem racista contra negros, pessoas com deficiência e LGBTs a cada 8 segundos” (DIAS, 2018, p. 1).

<sup>177</sup> Dentre elas destacam-se o Museu *Yad Vashem* (2005, Jerusalém), o Museu do Holocausto de Washington (1980, Washington, D.C., EUA), o Museu de Auschwitz (1947, Polônia), dentre outros (MHC, 2018).

<sup>178</sup> De acordo com Cristobal Cobo Romaní e Hugo Pardo Kuklinski (2007, p. 15), comparando-a com a World Wide Web, ou apenas Web, criada em 1990, a Web 2.0, seria uma nova fase, “una plataforma abierta, construida sobre una arquitectura basada en la participación de los usuarios”.

<sup>179</sup> Ou Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), surge a partir da Declaração de Quebec de 1984, cujo objetivo é atentar mais para o desenvolvimento da comunidade, com foco nas questões de ordem social, cultural e econômica, do que para a preservação de artefatos materiais das civilizações passadas. Sobre essa questão, indico Judite Santos Primo (2007) e seu estudo acerca da museologia contemporânea.

<sup>180</sup> Sobre esses, a década de 1990 pode ser considerada um marco no meio museal, devido ao *boom* de *sites* de museus que passaram a surgir (ICHIM, 2008).

<sup>181</sup> Compreendendo a hipermidia como “uma nova forma de mídia que utiliza o poder do computador para arquivar, recuperar e distribuir informação na forma de figuras gráficas, texto, animação, áudio, vídeo e mesmo mundos virtuais dinâmicos” (SANTAELLA, 2003, p. 93).

<sup>182</sup> Compreendida aqui como “uma série de mensagens trocadas entre pessoas” (WATZLAVICK; BEAVIN; JACKSON, 2000, p. 46).

sociais *online* do museu, Laura Nicolli, a adesão às redes foi “inevitável”, algo que ela atribui a uma

Percepção da própria instituição sobre como o papel dos museus tem se alterado nos últimos anos e o quanto inevitavelmente é necessário ter uma presença online. A verdade é que é nesse espaço em que cada vez mais nós temos uma vida social, e isso especificamente durante a pandemia só se ampliou porque obviamente as pessoas, a maioria das pessoas, ou pelo menos as que podiam, estavam em casa, isoladas e elas se viram obrigadas a recorrer a esse meio pra, né, ter uma vida social, aprender algo novo, pra fazer uma visita, pra participar de um curso. Então a gente já tinha essa percepção antes, especificamente porque o MHC ele é o primeiro do Brasil, né? E é um tema que as pessoas procuram muito, as pessoas têm muito interesse, então a gente sempre teve, anterior até essa ideia de redes sociais, a gente já percebia o quanto já tinha um alcance grande, o quanto as pessoas tinham um interesse no museu ainda que elas fossem de outros estados ou até mesmo de outros países. A gente já tinha exposições itinerantes que circulavam pelo Brasil também entendendo este desejo por parte do público; a gente sabia que se tivéssemos uma presença grande nas redes sociais, isso só iria se fomentar cada vez mais<sup>183</sup>.

Laura Nicolli compreende ainda que as redes sociais do MHC serviram como uma espécie de “vitrine” do MHC para aqueles que não conheciam o espaço e o posicionamento do museu, levando a um aumento significativo de seguidores e formando um público cada vez mais diverso.<sup>184</sup>

O setor que cuida das redes sociais *online* da instituição é composto por um total de sete funcionários, dentre eles, há um *social media*<sup>185</sup>, responsável pelas postagens nas redes, um *designer*, que é responsável por criar os materiais gráficos do museu, uma estagiária, um voluntário que cuida da assessoria de imprensa da instituição e um comunicador em libras.

O *Facebook* foi a primeira rede social do MHC, e não tardou outra de alcance semelhante juntar-se a ele, o *Twitter*; nelas o museu passou a divulgar sua marca, difundir conhecimento e ampliar seus públicos.<sup>186</sup> Considerando o amplo leque de pesquisas que tais

---

<sup>183</sup> Entrevista feita com Laura Nicolli (2018). As entrevistas realizadas com a coordenadora do setor de mídias do MHC foram realizadas em duas etapas distintas: a primeira delas pessoalmente, na própria sede do museu, e a segunda feita por *e-mail*, respeitando o distanciamento social.

<sup>184</sup> A coordenadora comenta sobre a expressiva quantidade de jovens que passaram a seguir o MHC desde que este passou a aderir a uma outra rede social criada recentemente e que de fato tem um forte apelo para com esse público. Laura Nicolli explica que o número chegou a 25.000 seguidores só no período da pandemia (NICOLLI, 2021).

<sup>185</sup> Definido como “a group of Internet-based applications that build on the ideological and technological foundations of Web 2.0 and that allow the creation and exchange of user-generated content” (KAPLAN; HAENLEIN, 2010, p. 61).

<sup>186</sup> De acordo com Laura Nicolli (2021), as redes foram “surgindo organicamente” quando já tinham uma “certa expressividade”, até que em 2015 outra rede social, *Instagram*, passou também a ser espaço privilegiado do MHC e mais recentemente a rede *Tik Tok*.



redes possibilitam, neste capítulo optei por analisar a página do MHC em sua conta na rede social *Facebook*<sup>187</sup> e o judeu que nela se apresenta.

Um dos critérios que me levaram a investigar mais profundamente sobre a rede em questão foi o fato de ter sido a primeira rede social do museu que não começa com a quantidade de seguidores que tem hoje, mas sim com uma “baixa adesão do público”<sup>188</sup>, realidade essa que foi se transformando à medida que o espaço foi se transformando e possibilitando ao usuário a realização de “videoconferências, compartilhamento de conteúdo multimídia em tempo real, transmissões ao vivo e ainda que quaisquer outras mídias sociais se interconectem a sua plataforma” (OLIVEIRA, 2017, p. 71).

Ressalto ainda que minha sondagem sobre as ações do MHC na rede *Facebook* concentra-se no ano de 2021, quando o museu completou dez anos de existência, mas principalmente por esse ter sido o período, tal como definiu Luzilete Falavinha Ramos, que atua no setor Pedagógico da instituição, de “pós-entrada na pandemia”, de “adaptação da vida remota”, quando o museu buscou “uma forma de manter o espaço vivo e ativo”<sup>189</sup>.

De fato, grande parte das atividades que recorrentemente ocorriam apenas no espaço físico da instituição passaram para o ambiente das redes. Essa migração de atividades para a rede social *Facebook* e as novas que, com o passar do tempo, foram surgindo impactaram não só no número de seguidores do museu, como também a forma de interação<sup>190</sup> com eles, a exemplo das *lives*<sup>191</sup>, que, transmitidas em tempo real, além de promoverem uma interação imediata, levaram – para o bem e para o mal<sup>192</sup> – a um aumento importante desse público.<sup>193</sup>

Por último, levando-se em conta o imenso volume de conteúdos postados pelo MHC e os limites que a ferramenta *Facebook* apresenta em relação à visualização das postagens<sup>194</sup>, os

<sup>187</sup> “Há anos, a maior rede social em número de usuários no Brasil e no mundo” (KONDLATSCH, 2019, p. 137).

<sup>188</sup> Em entrevista a mim concedida, Carlos Reiss (2021) atribui a baixa audiência de público ao fato de que o *Facebook*, do mesmo modo que o museu tinha acabado de chegar ao Brasil e concorria com uma antiga plataforma a qual contava com milhões de usuários no país. Em seu relato, revela ainda que, por 3, 4 anos, ele foi o responsável por cuidar da página do museu, o que teria sido muito difícil devido às inúmeras demandas da instituição das quais ele também cuidava.

<sup>189</sup> Entrevista feita com Luzilete Falavinha Ramos em 10/10/2021 (RAMOS, 2021). A entrevista foi feita via *Google Meet*, respeitando o distanciamento social.

<sup>190</sup> André Lemos define a interatividade tal qual a compreendemos hoje, ou seja, “uma nova forma de interação técnica, de cunho ‘eletrônico-digital’, diferente da interação ‘analógica’ que caracterizou os media tradicionais” (LE MOS, 1997, p. 1).

<sup>191</sup> Um fenômeno das redes, os estudos apontam que as *lives* no *Facebook* “têm três vezes mais engajamento do que vídeos” (CAMILLO, 2021).

<sup>192</sup> Laura Nicolli (2021) explica que o número de *haters* também cresceu, algo que pode ser medido pelos comentários negacionistas, discursos de ódio e antissemitas.

<sup>193</sup> Debates, aulas *online* e outros eventos também contribuíram para o aumento do público do MHC e também da interação com ele, de acordo com a coordenadora e responsável do setor de mídias (NICOLLI, 2021).

<sup>194</sup> As postagens ficam armazenadas, porém têm um prazo pequeno de durabilidade. No aplicativo *Facebook* voltado para celular é possível, sem dificuldade, retroceder as postagens até um ano, um ano e meio, porém,

dados que aqui apresento e analiso buscam observar as múltiplas atividades que o museu realiza, compartilha e divulga, mas, acima de tudo, compreender como está representado o judeu que é trazido pela instituição na rede social em questão.

### 3.1 O MHC na rede social *Facebook*: uma história pública ativa

*“[...] se me é dado escolher, me colocaria ao lado do  
“excesso” da história, de tal modo meu terror do  
esquecimento supera fortemente meu terror de ter de  
recordar demasiadamente.”*

Yousef Hayim Yerushalmi (2017, p. 27).

Transformar em texto uma rede social não é algo simples, é uma “fonte instável”, mas devo admitir, não “intransponível”. Essa foi a conclusão compartilhada por Dilton Cândido Santos Maynard, em entrevista recente concedida a uma revista acadêmica eletrônica de um grupo de alunos do curso de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quando investigava uma rede social juntamente a um grupo de alunos. Enquanto historiador, o professor alerta para “os procedimentos clássicos de crítica histórica”, os quais não devem ser perdidos de vista; no entanto, como em qualquer pesquisa, seja em qual suporte for, o que é obtido “é tão somente aquilo que sobrou de um tempo, de um momento” (MAYNARD, 2018).

A página do MHC na rede social *Facebook* está no ar desde 4 de setembro de 2011 (MHC, 2021<sup>a</sup>). De lá para cá o perfil do MHC ganhou novos recursos, maior visibilidade e engajamento.<sup>195</sup> No início, a página que foi criada no formato de página pessoal possuía uma quantidade ínfima de “amigos”, até que um dia o diretor percebeu que “o *Facebook* por livre e espontânea vontade” teria migrado a página para um perfil pessoal empresarial<sup>196</sup>, mesclando o público do museu e formando então uma comunidade maior de seguidores (REISS, 2021).

É consenso entre o diretor e coordenador geral do MHC e demais funcionários com os quais tive contato e que atuam em diferentes setores da instituição que as visitas presenciais ao museu são insubstituíveis. Ainda assim, há uma consciência em suas falas de que o mundo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) deixou de ser uma tendência e tornou-se um desafio diário na dinâmica museal. Nesse sentido, pude perceber, ao longo de minhas análises

---

mais do que esse tempo, a página passa a apresentar problemas e, na grande maioria das vezes, ela volta ao início.

<sup>195</sup> Do “francês *engager* [...], a palavra engajamento tem como significados: incitar, instigar, envolver ou levar alguém a se dedicar a alguma coisa ou causa” (MOURA, 2011, p. 21).

<sup>196</sup> Algo que pode ser explicado devido ao fato de que “a plataforma não permite o uso de perfis pessoal [sic] com cunho empresarial, ou seja, não é permitido usar esse perfil para divulgar a sua empresa” (BLUEBERRY, 2021).

e entrevistas realizadas para esse capítulo, que, envolto ao vasto universo das mídias sociais, uma das preocupações do MHC seria não perder de vista os pilares educativos do museu: “Transmissibilidade, Ineditismo, Universalismo, Personificação e Vida” (REISS, 2018, p. 14).

**Figura 13:** Página do MHC, 2021<sup>a</sup>



Fonte: MHC (2021<sup>a</sup>).

A foto maior, chamada “foto de capa”, é uma “colagem de diversas fotografias em preto e branco de visitantes no Museu do Holocausto de Curitiba” (MHC, 2021<sup>a</sup>), um verdadeiro mosaico<sup>197</sup> representando os 10 anos de existência da instituição e que revela, dentre outras possibilidades de análise, a diversidade do público frequentador. Nela aparecem pessoas de diferentes idades; no entanto, o destaque maior são os jovens, os quais de fato representam boa parte daqueles que visitam o espaço, principalmente estudantes de escolas da rede pública e privada de ensino que semanalmente agendam as visitas.<sup>198</sup>

Já o logotipo da instituição, localizado no canto inferior esquerdo da foto de capa, chamado de “foto do perfil”, traz consigo “informações em branco sobre fundo marrom. O número um aparece ao lado de uma estrela de David pontilhada, a qual acompanha o texto ‘por toda a vida vamos lembrar’. Deste modo, forma-se ‘10’” (MHC, 2021b). Muito embora o MHC tenha imagens fixas, a identidade visual da instituição muda conforme as demandas culturais

<sup>197</sup> De acordo com o *designer* que atua no Departamento de Mídia do museu, a instituição possui em torno de 20 imagens tiradas por um fotógrafo profissional e que acabam sendo utilizadas para o material das redes.

<sup>198</sup> As visitas são gratuitas, devendo ser agendadas previamente, e “atendem prioritariamente grupos de estudantes a partir do 8º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio e em horários específicos” (COELHO, 2015, p. 200).

ou sociais que busca atender e que geralmente estão inseridas em sua programação, tais como aquelas voltadas para o mês das crianças<sup>199</sup>; exposições realizadas em parcerias com outros museus ou instituições; datas como o *Yom HaShoa*<sup>200</sup> ou o “Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto”, etc.

Na aba Página Inicial do MHC, conforme mostra a imagem, logo abaixo há um espaço chamado “Pergunte à Página Museu do Holocausto de Curitiba”, o qual oferece ao seguidor, visitante, consulente ou internauta a possibilidade de conversar com o museu ou também tirar dúvidas, quando for o caso. Laura Nicolli, a coordenadora do setor midiático da instituição, que cuida dessa parte, explica que todos os dias mensagens são enviadas, uma média de 2 a três por dia; no entanto, quando possuem relação com alguma postagem realizada pelo museu, como “assuntos mais polêmicos”, notas de repúdio, a demanda aumenta consideravelmente.

Ainda na página de rosto do MHC, na aba “Sobre”, para além da localização que leva o internauta a descobrir o endereço da instituição<sup>201</sup>, há um pequeno texto de apresentação<sup>202</sup>, que diz: “Primeiro Museu do Holocausto no Brasil, voltado a relembrar as vítimas e alertar as novas gerações sobre os perigos do ódio, da intolerância e do Racismo” e algumas outras informações, tais como: horário de funcionamento, valor de entrada e outras ainda relacionadas aos contatos com o espaço (MHC, 2021d). Nesse mesmo espaço e na última aba, “Mais”, é possível ao consulente seguidor ou visitante da página verificar o índice de audiência e o engajamento do MHC, conforme trazemos no Quadro 1:

**Quadro 1:** Informações quantitativas gerais da linha do tempo da página do MHC no período de 04 de setembro de 2011 a 12 de janeiro de 2021.

Informações Linha do Tempo	
número total de seguidores	50.382 pessoas
pessoas que fizeram <i>check-in</i> aqui	8.710
avaliação	4,8 de 5
número de avaliações	796 pessoas
número de total de curtidas	49.411 curtidas

<sup>199</sup> No sentido de aproximar as crianças da temática do Holocausto, o museu promove algumas ações que vão desde “contações de histórias, animações que retratam narrativas de sobreviventes, indicações de livros, poemas e desenhos produzidos por crianças que viveram o período do Holocausto, sugestão de artigos e filmes” e também os eventos virtuais, os quais geralmente são transmitidos pela plataforma *Zoom* (MHC, 2021c).

<sup>200</sup> Dia de Recordação da Bravura e da *Shoah*, o *Yom Hashoa*, criado em 1959, por Yitzhak Ben-Zvi, segundo presidente de Israel, tem como referência o Levante do Gueto de Varsóvia, ocorrido em abril de 1943 (GHERMAN, 2018).

<sup>201</sup> Há um mapa de localização indicando o endereço da instituição, em que, uma vez aberto, há a função: “como chegar”. Ao clicar nela, o *Facebook* direciona o consulente ao *Google Maps*, um serviço gratuito de mapas *online* e imagens por satélite em que consegue não só visualizar informações acerca do destino, mas também acessar rotas com carros, bicicletas, transporte público ou a pé (TECNOBLOG, 2021).

<sup>202</sup> O número de caracteres destinados à apresentação muda bastante de uma rede para a outra. A página do *Facebook* é possível complementar a informação do “Sobre” (onde existe um limite de 255 caracteres) com uma ampla descrição, sem delimitação aparente para o texto (ASTRUSWEB, 2020).

Fonte: Elaborado com base em MHC (2021d).

Na aba “Eventos” o MHC, em ordem cronológica – da mais atual até a mais antiga – disponibiliza as *lives*<sup>203</sup>, os bate-papos, as Mesas redondas, os Debates *Online* e as Aulas, que ao longo de 2021 realizou, somando-se um total de 20 eventos. A média mensal desse tipo de atividades realizadas pelo MHC é de 1 a 5 eventos, podendo ser apenas 1 em um determinado mês e 2, 3 ou até 5 no mês seguinte. Tudo depende da demanda do museu (MHC, 2021e).

Logo ao lado, na aba “Fotos”, um total de 3.212 fotos estão inseridas nos 3 álbuns existentes, além dos Arquivos de dispositivos móveis, como demonstramos no Quadro 2:

**Quadro 2:** Informações quantitativas gerais de fotos da página do MHC no período de 04 de setembro de 2011 a 12 de janeiro de 2021

Informações Fotos	
número de álbuns	4
número de imagens no álbum – Fotos do Perfil	43
número de imagens no álbum – Fotos de Capa	24
número de imagens no álbum – Fotos da Linha do Tempo	3.041
Arquivos de dispositivos móveis	100

Fonte: Dados coletados na página do MHC pela autora.

Passando para a *Timeline* ou “Linha do Tempo” do MHC, ao longo de 2021 foram 714 postagens. De segunda a sexta-feira, pude verificar que o museu dedica-se a realizar duas a três postagens por dia<sup>204</sup>; aos sábados<sup>205</sup> e domingos as postagens são em menor número ou mais esporádicas. Isso porque, de acordo com a coordenadora do setor, há uma preocupação quanto ao número de *posts* diários, uma vez que podem levar a um *overposting*<sup>206</sup>, o que comprometeria o alcance dos conteúdos criados na página; de fato, ela reafirma isso quando diz que “o correto seria fazer um post por dia” (NICOLLI, 2021).

No que se refere ao álbum de fotos, aquele que se refere a Fotos da Linha do Tempo na realidade engloba as fotografias e outros tipos de imagens, as quais se encontram no álbum Arquivos de dispositivos móveis<sup>207</sup>, como cartazes de divulgação de eventos; indicações de artigos acadêmicos, livros, filmes e séries; homenagens; notas de falecimento ou imagens com

<sup>203</sup> Assim como os vídeos, a coordenadora das redes do museu explica que para cada rede é criado um tipo de conteúdo, e no caso das *lives* essas “funcionam muito bem” na rede *Facebook* do MHC, uma vez que engajam mais o público e elevam a audiência (NICOLLI, 2021).

<sup>204</sup> Em minhas observações, raro algumas semanas, é possível encontrar apenas uma postagem num único dia e já no seguinte quatro ou cinco *posts*.

<sup>205</sup> Aos sábados é feita uma postagem a partir das 19h em respeito ao *Shabat*.

<sup>206</sup> Trata-se de “uma atividade realizada nas redes sociais por perfis que publicam o tempo todo e acabam desagradando os seus seguidores” (GONÇALVES, 2021, p. 1).

<sup>207</sup> “Existem vários exemplos de dispositivos móveis, como o GPS, Notebook etc. Os mais populares são os smartphones e tablets” (EDUMOBILE, 2021, p. 1).

dizeres de sobreviventes e vítimas do nazismo; divulgação de exposições e eventos realizados pelo MHC; premiações e comemorações; divulgação de poemas ou imagens acompanhadas de frases que se referem aos marcos da política nazista e fotografias de visitantes carregando dizeres elaborados pelo MHC.<sup>208</sup>

As Fotos do Perfil correspondem em geral às *logos* do MHC, as quais podem ser comemorativas, como aquelas que trazem o aniversário do museu; festas e ritos judaicos; campanhas nas quais o museu se engaja, como é o caso da campanha “Outubro Rosa”; homenagens ao mês das mulheres, da criança, do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial e outras que perpassam pelas questões com as quais o museu dialoga, se abre e reflete, no sentido de acompanhar os desafios que diariamente surgem na contemporaneidade, compreendendo que

A backward glance at museum development shows that museums only fully develop their potential for action when they are actually involved in the major problems of contemporary society. Museums are institutions intended to serve society and only thus can they continue to exist and function (JELINEK, 1975, 52-60).<sup>209</sup>

O último álbum de fotos do MHC, Fotos de Capa, é composto de imagens e fotografias que representam e fazem o *marketing* do museu. De tempos em tempos são trocadas, ou seja, elas permanecem durante o tempo do evento, da comemoração, da homenagem que a instituição deseje que dure. Compreendendo então que o tempo de exposição da fotografia ou imagem escolhida é maior, explica a menor quantidade, se comparado aos demais álbuns.

No Quadro 3 é possível ter uma noção da programação semanal dos conteúdos definidos em pauta pelos que atuam no departamento de mídia da instituição.<sup>210</sup> Diariamente o MHC realiza postagens em sua linha do tempo ou também nos *stories*<sup>211</sup> com dicas que promovem

---

<sup>208</sup> Seguindo as determinações e regras estabelecidas pelo MHC, fotos são permitidas apenas em duas áreas do museu: Em geral as fotografias são feitas na parte externa do MHC.

<sup>209</sup> “Um olhar para trás sobre o desenvolvimento do museu mostra que os museus só desenvolvem plenamente seu potencial de ação quando estão realmente envolvidos nos principais problemas da sociedade contemporânea. Museus são instituições destinadas a servir a sociedade e só assim elas podem continuar a existir e funcionar” (JELINEK, 1975, p. 52-60, tradução livre).

<sup>210</sup> Programação essa que foi afetada significativamente pelos efeitos da pandemia. Às ações fixas que regularmente vinham sendo mantidas na rede social foram incorporadas as novas demandas, que até então ocorriam somente ou em grande parte no espaço físico onde hoje o museu se encontra (NICOLLI, 2021).

<sup>211</sup> Os *stories* do Facebook do MHC na realidade são postagens que o museu realiza no Instagram, mas que, uma vez desejado pelo usuário, são simultaneamente puxados para dentro do Facebook onde a durabilidade inclusive é maior, uma média de 20 segundos. Os conteúdos são fixos e postados de segunda a sábado, além de possuírem um caráter educativo, como é o caso do *Quiz* ou da *Pílula histórica*; ambos de acordo com Laura Nicolli (2021) têm uma audiência significativa a qual pode ser medida a partir do engajamento dos seguidores do museu.

uma maior aproximação com a instituição, ao mesmo tempo em que possibilitam uma interação maior entre os visitantes e seguidores do museu:

**Quadro 3:** Programação semanal de publicações quanto aos conteúdos criados e postados pelo MHC. 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Programação semanal de publicações quanto aos conteúdos criados e postados pelo MHC	
Segunda-feira	Filme
Terça-feira	Livro
Quarta-feira	Sugestão de leitura/você sabia? <sup>212</sup>
Quinta-feira	Depoimento
Sexta-feira	Sem conteúdo fixo <sup>213</sup>
Sábado	Sem conteúdo fixo

Fonte: Dados coletados na página do MHC (2021).

Os critérios que definem as pautas que geram os conteúdos a serem postados pelo museu passam pela noção daquilo que Laura Nicolli chama de “responsabilidade histórica”, devendo também dialogar com a linha pedagógica da instituição, a qual, segundo o coordenador do Departamento de História da instituição Michel Ehrlich, procura não contar:

Uma história com 6 milhões de mortos, mas sim milhões de história de indivíduos, a ideia é contestar a lógica nazista não só no conteúdo que é óbvio, mas na forma própria forma de narrar a História: então, se os nazistas massificam, tratam como se fossem números, nós vamos personificar, vamos colocar rostos, nomes e sobrenomes de volta para essas pessoas (EHRlich, 2018b).

A ideia, portanto, é evitar *posts* que tragam o que chama de “pornografia do Holocausto”, ou seja, imagens fortes, degradantes ou que tiram a dignidade da vítima<sup>214</sup>.

Outros critérios também determinam os conteúdos a serem criados, postados ou divulgados na página do museu<sup>215</sup>, como os “contextuais”, que seriam aqueles relacionados àquilo que está circulando nas mídias sociais, como notícias, séries e filmes<sup>216</sup>, por exemplo, e

<sup>212</sup> O “Você sabia” é uma postagem quinzenal criada pelo grupo de professores; é um espaço existente no *Facebook* do MHC e é voltada para aqueles que pesquisam e lidam com a temática do Holocausto, principalmente professores de sala de aula.

<sup>213</sup> Laura Nicolli explica que esses conteúdos que não são fixos podem relacionar-se a dicas de artigos acadêmicos, busca de sobreviventes e prioridades que eventualmente possam surgir (NICOLLI, 2021).

<sup>214</sup> De fato, esses e outros conteúdos que fogem da política de uso da rede social do museu e que são recusados e apagados pela equipe que monitora e cuida do setor de mídia do MHC se encontram na aba “Mais” no item “Regras de uso” (MHC, 2021f).

<sup>215</sup> E que nem sempre relacionam-se com o Holocausto, mas dialogam com “a proposta da instituição, podendo inclusive ser algumas delas referentes a casos recentes de racismo, xenofobia, intolerância, etc.” (NICOLLI, 2021).

<sup>216</sup> Segundo a coordenadora, as dicas buscam fugir das narrativas de maior audiência como as hollywoodianas e, além disso, “só são compartilhados pelo MHC após terem passado pelo critério da responsabilidade histórica, o que significa que filmes e séries que relativizem a temática do Holocausto ou neguem o evento mesmo que sigam o gênero da sátira não são indicados na página do MHC” (NICOLLI, 2021).

que vêm despertando audiência sobre o grande público. A coordenadora explica que ficam de fora da lista produções que ironizam, banalizam ou fazem paródia com a temática do Holocausto, bem como aqueles de forte cunho histórico, mas que, por vezes, são polêmicos, especialmente quando refutados pela academia.<sup>217</sup> Quanto às notícias divulgadas na página do museu, muitas delas vêm com “notas explicativas ou também de repúdio quando surgem na linha do negacionismo” (NICOLLI, 2021).

Embora esporádicas, é comum aparecerem na linha do tempo do *Facebook* do museu as postagens que fogem da programação semanal, ou seja, aquelas que não são fixas. Semanais, quinzenais ou mensais, elas são parte das atividades ou ações de que o museu constantemente participa ou que promove, e, uma vez divulgadas, trazem um novo público e formas de interação e de engajamento.<sup>218</sup>

Em meio a essas postagens estão também as parcerias que o MHC divulga, realiza e transmite em sua página do *Facebook* com universidades de diferentes regiões do Brasil<sup>219</sup>, uma preocupação que sempre esteve presente nas ações do museu, mas que, além de ter se intensificado com a chegada da pandemia, adquiriu novos rumos e perspectivas, não só de trabalho, mas de público também.

Se “a História é um terreno de muitas narrativas concorrentes” (KNAUSS, 2018b, p. 140), as ações do MHC seguem no sentido oposto, o da cooperação ou, fazendo jus àquilo que desde o início desta tese venho discutindo, ou seja, a noção da *autoridade compartilhada*<sup>220</sup>.

Recentemente o MHC, juntamente a Universidade Federal do Paraná e a Universidade de Pernambuco, promoveu o 1º Congresso Internacional sobre Ensino do Holocausto e Educação em Direitos Humanos (MHC, 2021g). Inédito, o evento que durou três dias atraiu

<sup>217</sup> Um exemplo foi a divulgação feita pelo MHC em sua página no *Facebook* sobre a minissérie *Passaporte para Liberdade*, exibida pela Rede Globo de televisão no final de 2021. Na produção, Aracy de Carvalho Guimarães Rosa é retratada como uma heroína por ter emitido vistos irregulares no consulado do Brasil em Hamburgo, salvando centenas de judeus que desejavam fugir da Alemanha nazista. No entanto, ainda que à brasileira tenha sido outorgado o título de «Justos entre as Nações» historiadores indicam a questão como um pouco mais complexa, como “as razões pelas quais se passou a atribuir ao consulado brasileiro em Hamburgo ação humanitária a favor de judeus perseguidos” (KOIFMAN; AFONSO, 2021, p. 128).

<sup>218</sup> Refiro-me aqui às palestras, exposições, premiações, homenagens, comemorações, aos eventos, ou, ainda, à divulgação de materiais produzidos pela instituição e às eventuais doações que a instituição recebe de familiares de sobreviventes.

<sup>219</sup> A parceria se estende também aos professores de escolas públicas e privadas que atuam nos diferentes níveis de ensino e que se dedicam aos temas ligados a intolerância, preconceito, racismo, antissemitismo, Holocausto ou a *Shoah*; eles são recorrentemente convidados pelo MHC para expor os trabalhos que realizam com os estudantes ou também participar de *lives* exibidas ao vivo na rede social *Facebook*, tanto em forma de debate com outros profissionais e pesquisadores de diferentes áreas como também enquanto eles mesmos palestrantes.

<sup>220</sup> Michael Frisch, ao trabalhar com essa ideia, compreende vir a tratar-se de algo sobre que na “natureza da história oral e da história pública nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores” e que o “processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado” (FRISCH, 2016, p. 62).



participantes daqui e também de outros países, ultrapassando a marca de – entre ouvintes e comunicadores – 100 inscritos. Em meio à pandemia, o Congresso, que foi realizado em formato *online*<sup>221</sup> – passando pelas inscrições, abertura, conferências e o encerramento –, teve ampla divulgação iniciada meses antes de o evento<sup>222</sup> começar, o que teria gerado uma série de compartilhamentos.<sup>223</sup>

Outros tipos de parcerias cada vez mais frequentes vêm se dando entre o MHC e o meio acadêmico, e o que vejo ocorrer é que “*a Public history can cross boundaries*”<sup>224</sup> (WINTER, 1996, p. 170).

As pautas que mais têm se destacado no rol das atividades e ações promovidas pela instituição têm uma profunda relação com as *políticas de memória*<sup>225</sup> oriundas dos processos sociais traumáticos, a exemplo do Holocausto e da *Shoah*, que, a partir da segunda metade do século XX, afetaram fortemente os museus e os locais onde “as memórias sensíveis forçaram uma revisão da imagem das nações como unidades culturais integradas e homogêneas”, no sentido do “reconhecimento da diversidade cultural e do multiculturalismo” (KNAUSS, 2018b, p. 143-144)<sup>226</sup>.

Atento ainda à divulgação que o MHC realiza em suas redes de artigos acadêmicos – grande parte deles escritos por historiadores – publicados em revistas científicas e que abordam questões ligadas à temática do nazismo e seus desdobramentos, uma ação que ainda deixa a desejar no que toca à maior parte das Universidades<sup>227</sup> e vai contra a direção tomada pela História Pública, a qual compreende que “creating a museum, or an exhibition, or a television

<sup>221</sup> Os organizadores do evento optaram pelo uso da plataforma *Zoom* – a qual permite que uma videoconferência seja transmitida ao vivo na *timeline* de qualquer página de usuário ou instituição do *Facebook* – e depois, acabaram disponibilizando todo o evento no canal do *YouTube* do MHC.

<sup>222</sup> A primeira divulgação feita foi no mês de abril na página do MHC, mais precisamente no dia 12.

<sup>223</sup> Os quais são possíveis devido à existência do botão “compartilhar” e que Raquel Recuero, em seu estudo acerca da rede *Facebook*, define como aquele que dá “visibilidade para a conversação ou da mensagem, ampliando o alcance dela (RECUERO, 2014, p. 120).

<sup>224</sup> “História Pública pode cruzar fronteiras” (WINTER, 1996, p. 170, tradução livre).

<sup>225</sup> Compreendendo-as como um “conjunto de intervenções de atores públicos que objetivam produzir e impor lembranças comuns a uma dada sociedade, em favor do monopólio de instrumentos de ações públicas (comemorações oficiais, programas escolares de história, leis memoriais, panteões, etc.)” (MICHEL, 2010, p. 15).

<sup>226</sup> Em tempo, ao final de 2021, o museu em sua rede social *Facebook*, fez uma nota de repúdio ao ataque racista sofrido pela comunidade muçulmana de Ponta Grossa, em sua Mesquita *Imam Ali*, na madrugada desta sexta-feira (26/11), como um ato de islamofobia (MHC, 2021h).

<sup>227</sup> A pandemia fez com que as Universidades passassem pelo mesmo processo de *desterritorialização* enfrentado pelo museu. Aulas, cursos, palestras e eventos de diferentes modalidades (Congressos, Seminários, Debates, Lançamento de livros e Cursos) passaram para o âmbito *online* e em meio a muitas exceções e ressalvas, a academia foi a público.

series can never be a one-woman show. Collective work is how it's done"<sup>228</sup> (WINTER, 1996, p. 170).

Nesse sentido, ao levar a produção acadêmica para fora dos muros da academia, para o grande público, o museu consegue algo que, por exemplo, “nunca o historiador teve meios suficientes para alcançar”: “um público tão amplo e heterogêneo” (CARVALHO, 2016, p. 7).

### 3.2 O judeu no MHC: representatividade, identidade e pluralidade

*“Every person lives in many worlds. But There is one world among others that includes all the others. He is, indeed, fortunate who discovering, dwells in it. And it sometimes happens! Your devoted friend Irving Layton.”*

Cameron (1985, p. 114).

Analisar como se dá a produção do conhecimento histórico em torno do judeu no MHC foi um dos desafios enfrentados ao longo da tessitura deste capítulo. Ocorre que, em geral, “para definir algo ou alguém usamos sistemas classificatórios, isto é, conceitos que nos permitem identificar uma entidade como parte de um conjunto de fenômenos similares e diferenciá-la do restante” (SORJ, 2010, p. 19). Mas enquadrar ou classificar por meio de tabelas ou qualquer outro sistema um sujeito tão multifacetado e plural<sup>229</sup> como é judeu seria como ignorar “a riqueza da condição e da cultura judaica” ou o fato de que venha a tratar-se de uma identidade que pode ser “várias coisas ao mesmo tempo” (SORJ, 2010, p. 20).

E é assim me parece que o MHC – igualmente plural em sua concepção, ações e rede de relações – compreende o público judaico frequentador e seguidor do museu, um público que passou por transformações importantes. Se no início este mesmo público era formado – ao menos uma boa parcela dele – pelo judeu membro da comunidade onde a instituição mantém o espaço, conforme as ações do museu foram ganhando notoriedade, essa comunidade de seguidores passou a diversificar-se e de tal maneira que instituições judaicas do Brasil<sup>230</sup> todo e também de fora começaram a seguir a página do *Facebook* da instituição. Somam-se ainda aqueles que não necessariamente estão ligados à comunidade e que, dentre outras, possuem

<sup>228</sup> Tradução livre: “Criar um museu, uma exposição ou uma série de televisão nunca pode ser um show de uma mulher só. Trabalho coletivo é assim que é feito”.

<sup>229</sup> E aqui recorro à definição dada pelo sociólogo Sergio DellaPergola (2015), o qual compreende que “being a Jew today means first and foremost the willingness to express a self-identification with the Jewish people, including everything in the range between very religious and anti-religious, excluding people of a different religion” (DELLAPERGOLA, 2015, p. 1).

<sup>230</sup> A exemplo do IBI, Judeus pela Democracia ou, ainda, jovens judeus reformistas, os quais, de acordo com Laura Nicolli (2021), participam ativamente das postagens que o MHC faz em suas redes, comentando, compartilhando os conteúdos postados e em algumas situações defendendo a instituição.

diferentes posicionamentos políticos, identidades de gênero e que são ou não adeptos da fé judaica, trazendo então, para aqueles que insistem em categorizar o grupo, uma categoria mais ampla.

O ponto de partida do museu foi a construção da memória da *Shoah*, e sobre isso Carlos Reiss esclarece que, uma vez compreendida, a “missão” do museu se tornaria “cada vez mais clara”, para ele e para “a equipe de colaboradores que se formava no museu” (REISS, 2018, p. 13), um pensamento que corrobora com as noções de que:

- i) Crimes contra a humanidade não são prescritíveis. Não podem ser esquecidos. O esquecimento sem justiça afeta não só o presente, mas o futuro.
- ii) O direito à memória não pode sofrer qualquer restrição. Inclui o acesso do interessado à documentação e investigações.
- iii) O trabalho da memória, deve destinar-se menos a proferir sentenças do que providenciar um espaço confessional e de completas elucidações.
- iv) Deve-se conceder espaço a um direito à compaixão.
- v) Finalmente, há um direito à História, ao conhecimento das raízes dos traumas e seus efeitos (MENESES, 2018, p. 06).

Existe, portanto, uma série de questões a serem levadas em consideração, a primeira delas é que os sobreviventes estão morrendo e com eles “o poder do testemunho”; testemunho esse que dá voz àqueles que nunca puderam fazê-lo, que se encontra na “intersection of the individual and society<sup>231</sup>” e que “affirms that every individual, every single life, each experience of the Shoah was irreducible and unique<sup>232</sup>” (WIEVIORKA, 1999, p. 125).

Numa era em que se tenta apagar os rastros da violência, como fazem os “assassinos de memória” em sua missão de negar a *Shoah* – agora em novos suportes mais velozes e igualmente mais virais –, é imprescindível atentar para o fato de que, “uma vez que o plano de extermínio previa também a supressão de todas as testemunhas, assim como dos vestígios do crime, o testemunho assumiu, de saída, uma posição crucial” (HARTOG, 2011, p. 210).

Assim compreende o MHC, que tem como uma de suas missões a catalogação e a manutenção do cadastro de sobreviventes que para o Brasil vieram. O trabalho, que é inédito<sup>233</sup>,

<sup>231</sup> “Interseção do indivíduo e da sociedade” (WIEVIORKA, 1999, p. 125).

<sup>232</sup> “Afirma que cada indivíduo, cada vida, cada experiência da Shoah foi irreduzível e única” (WIEVIORKA, 1999, p. 125).

<sup>233</sup> De acordo com o responsável pela catalogação dos sobreviventes no MHC, Michel Ehrlich (2022), “existiram e existem iniciativas no Brasil que procuram fazer o levantamento de histórias individuais de sobreviventes do Holocausto no Brasil, como é o caso do ArqShoah, mas não há outras iniciativas que procuram fazer um levantamento quantitativo do total de sobreviventes no Brasil. Temos algum contato com outros museus (sobretudo o museu judaico de São Paulo), e é possível que já tenhamos catalogado algum sobrevivente “novo” após vermos postagens deles nas redes sociais. Mas, até por terem propósitos diferentes, não há uma troca a nível institucional, nesse aspecto específico (há iniciativas em conjunto para outros temas)”.

conta atualmente com um total de 2.459 sobreviventes judeus cadastrados<sup>234</sup> e vários desses, muito embora existam aqueles que venham com material suficiente, como depoimento gravado, itens de acervo, etc.), o museu consegue por meio de documentos disponíveis em acesso público (sobretudo o *site familysearch*<sup>235</sup>) e outros ainda, menos, “às vezes é alguém que cadastramos, pois, é mencionado no depoimento de alguém que também veio para o Brasil, por exemplo” (EHRlich, 2022):

A base inicial de sobreviventes do Holocausto no Brasil são os 558 indivíduos que deram depoimento para a Shoah Foundation no Brasil (o site da USC Shoah Foundation não disponibiliza os vídeos, mas uma ficha básica de cada um é visualizável para qualquer usuário). A partir disso a lista foi complementada com as mais variadas fontes – outras instituições, como ArqShoah ou UNIBES, livros e até postagens nas redes sociais, por meio das quais descobrimos “novos” sobreviventes (EHRlich, 2022).

Esse é o judeu que aparece nas postagens que o MHC realiza em sua rede social *Facebook*. A seção “Ajude-nos a contar essa história” busca personificar a Shoah de modo a romper com a “natureza impessoal”, que, em geral, é dado ao evento nos tantos espaços onde aparece. Michel Ehrlich (2022), coordenador do Departamento de História do museu, explica que as postagens são de sobreviventes já cadastrados e que o objetivo dessas publicações não é encontrar “novos” sobreviventes, mas encontrar mais informações sobre aqueles sobreviventes que já estão no banco de dados do museu, mas que carecem de informações”; nesse caso, as postagens são facilitadoras para que familiares entrem em contato com a instituição.

Inspirando-se no Museu do Holocausto de Washington, o MHC acredita que “a personificação da Shoá por histórias e testemunhos, além de permitir uma reumanização da vítima (e do perpetrador), promove uma obrigação moral diante do sofrimento humano” (REISS, 2018, p. 203). É uma ação que dá voz aos relatos daqueles que não sobreviveram, “the first accounts, those of the period of the ghettos, the extermination, were the accounts of people who did not survive. They shared the same wish: that the people whom the Nazis wanted to remove from the face of the Earth would not be removed from History”<sup>236</sup> (WIEVIORKA, 1999, p. 129).

É o “direito à memória”, direito e acesso às escritas e divulgação de memórias que subjazem em grupos que foram colocados à margem ou sofreram perseguições, ameaças ou

<sup>234</sup> De acordo com Michel Ehrlich (2022), desses, cerca de 110 correspondem aos judeus que se estabeleceram em Curitiba, mas existem outros 18 sobreviventes cadastrados em outras cidades do Paraná.

<sup>235</sup> Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt/>. Acesso em: 07 mar. 2022.

<sup>236</sup> Os primeiros relatos, os do período dos guetos, o extermínio, foram os relatos de pessoas que não sobreviveram. Eles compartilhavam o mesmo desejo: que as pessoas que os nazistas queriam remover da face da Terra não fossem removidas da História (WIEVIORKA, 1999, p. 129).

envoltos em construções estereotipadas ao longo da história e que, sem cessar, são atacados e ameaçados. São os trabalhos das memórias que o MHC realiza e aqui trabalhos das memórias no sentido de executar, aprofundar, elaborar, prospectar, dar voz, figura e sentido para indivíduos, para pessoas, para fatos, propiciar ações de pesquisa e divulgação de memórias, (re)sentimentos, sensibilidades, redes de sociabilidades, ações que participam da história e da manutenção e manifestações de laços identitários.

São várias as facetas desse grupo: judeu que conserva, procura manter intactas as memórias vivenciadas pelo grupo e transmitidas pelo grupo familiar e étnico; judeu de gerações mais recentes que procuram aliar a sua identidade com outras plataformas de lutas como: lgbtqia+, feminismos, gênero, racismo, xenofobia; pessoas autoproclamadas judias, que se baseiam em “mitos” fincados em uma Israel imaginada e veiculada de forma midiática e idealizada, conforme apresentada no primeiro capítulo desta pesquisa; o judeu vinculado à sua comunidade; judeu idealizado pela literatura, pelo cinema, pela mídia ao longo da história; e talvez judeus que não consigamos qualificar dentro da pluralidade e de possibilidades existentes.

A tentativa é apontar possibilidades de tipos dentro da pluralidade da comunidade judaica, pois não é possível catalogar grupo tão distinto e tão peculiar em sua diversidade de posicionamentos ideológicos-políticos, culturais, religiosos.

#### 4 TRADIÇÃO, MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: O JUDEU NA REDE SINAGOGA SEM FRONTEIRAS

*“É extraordinária a intimidade com que um judeu reconhece a paisagem do “seu” grupo social, seja no Marrocos, nos Estados Unidos, no Canadá, na Rússia, na Índia ou tantos outros lugares. As sinagogas, os museus, a comida, a música, os filmes, os centros culturais, o ídiche, o hebraico, o ladino e o antissemitismo são signos que demarcam o espaço étnico.”*

Eva Alterman Blay (2009, p. 236).

Este é um capítulo que, assim como os anteriores, nasce dentro da História Pública. Ele surge das inquietações trazidas por um movimento, um projeto chamado *Sinagoga Sem Fronteiras* (SSF), que, desde sua aparição na *Web 2.0*, tem levado o judaísmo para fora do livro, para o mundo das redes.

Presente primeiramente na rede social *Facebook*, desde o início de 2015 (SSF, 2015), a sinagoga conta atualmente com pouco mais de 100.000 seguidores, os quais não são exclusivamente judeus; ao contrário, são indivíduos pertencentes às mais diversas expressões da fé comumente chamados de *gentios*<sup>237</sup> pelos judeus.

Foram muitos os fatores que me levaram a conhecer um pouco mais sobre a sinagoga, a qual, até meados de 2018, não possuía sede própria.<sup>238</sup> Contudo, apesar das inúmeras tentativas em obter entrevista com o líder e fundador da SSF, rabino Gilberto Ventura – também conhecido por *Moré*<sup>239</sup> Ventura –, não obtive sucesso.

As primeiras tentativas de contato com a SSF se deram em meados de 2019. Após me apresentar ao jovem rabino via *Messenger*<sup>240</sup> e contar-lhe sobre minha atual pesquisa, mostrou-se aberto e interessado. Foi então que solicitei a ele uma entrevista, porém, com uma agenda intensa de compromissos, o encontro foi se tornando uma realidade cada vez mais distante. Alguns meses após os primeiros contatos, sugeri ao rabino uma entrevista por *e-mail*, mas também não obtive resposta. O contato foi ficando esparso, e, com o quadro pandêmico que no país se estabeleceu, as possibilidades de acesso à SSF ficaram ainda mais difíceis.

---

<sup>237</sup> Não judeus.

<sup>238</sup> Atualmente, a sinagoga também se encontra num bairro nobre da cidade de São Paulo, tendo sido inaugurada no ano de 2018 e aberta ao público a partir de janeiro de 2019, vindo a interromper as atividades em março de 2020, em decorrência da pandemia ficando apenas no ambiente *online* até recentemente.

<sup>239</sup> Professor, mestre.

<sup>240</sup> O *Facebook Messenger* é um aplicativo que permite enviar mensagens gratuitas para os amigos do Facebook e contatos de celular (TECHTUDO, 2022).

Coincidência ou não, foi nesse período que, por meio da rede *Facebook* da instituição, percebi uma série de mudanças quanto à atuação da SSF, muitas delas relacionadas à suspensão de uma série de atividades as quais, conforme aponto mais adiante, eram comuns à sinagoga.

Recentemente, entrei em contato com a esposa de Ventura em sua conta privada na rede *Facebook*. Jacquelyne Passi Venturas, a qual também é fundadora da sinagoga junto ao rabino, mostrou-se receptiva e pediu-me alguns comprovantes de que eu era de fato estudante de pós-graduação. Prontamente, tratei de enviá-los; ela, então, pediu o meu contato para que trocássemos mensagens via *WhatsApp*, as quais não cheguei a receber.<sup>241</sup>

Longe de uma “postura anti-histórica”, o judeu carrega um peso, que é histórico e traumatizante. Após inúmeras tentativas frustradas de contato com a SSF, baseei-me em espaços possíveis de análise no que toca questões de divulgação, audiência e recepção, elementos esses que possibilitaram a esse capítulo um mapeamento acerca das dimensões e do alcance da SSF. Para além da própria página existente na rede social *Facebook* do movimento, fui em busca de entrevistas concedidas pelo rabino em outros espaços, alguns deles *offline*.<sup>242</sup>

A sinagoga não foi a única e nem a primeira a enveredar para a esfera digital e o mundo das redes; ao contrário, já é grande o número de instituições que ocupam esses espaços. Ainda assim, ela se insere numa área ainda pouco estudada, que é o *Judaísmo Digital*, um fenômeno recente, mas que “spotlights different religious Jewish Groups perceptions of digital media and the implications technology use may raise related to the outreach goals and moral or religious patterns of life for such sectors”<sup>243</sup> (CAMPBELL, 2015, p. 2).

Seduzida pelo mito, pois, assim como Yousef Hayim Yerushalmi (1992, p. 115), não me considero imune às seduções dele, precipitadamente o nome *Sinagoga Sem Fronteiras* me remetia a um judaísmo sincrético, ecumênico. Contudo, logo percebi que faria muito mais sentido compreendê-la antes de mais nada como uma sinagoga voltada para a “popularização do judaísmo”, ao mesmo tempo em que um espaço de divulgação da história judaica no Brasil, características essas que dialogam com aquilo que venho propondo desde o início da pesquisa, ou seja, compreender como a produção do conhecimento histórico em torno do judeu ocorre na esfera pública.

<sup>241</sup> Pouco tempo depois de meu contato com a Rabi, soube pela rede social da SSF que ela estaria doente e prestes a realizar uma cirurgia. Seu marido, o rabino, fez um *post* solicitando doação de sangue para ela no hospital onde o procedimento se realizaria (SSF, 2022a).

<sup>242</sup> Refiro-me aqui às aparições em alguns programas de televisão de emissoras com elevados índices de audiência, a exemplo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Record TV e GNT, do grupo Rede Globo de Televisão.

<sup>243</sup> “Destaca as percepções de diferentes grupos religiosos judaicos sobre a mídia digital e as implicações que o uso da tecnologia pode levantar em relação aos objetivos de alcance e padrões de vida morais ou religiosos para esses setores” (CAMPBELL, 2015, p. 2).

Antes, porém, de dar início à discussão, penso num recuo para que minha escrita possibilite ao leitor um lastro histórico, o qual não pretende preencher as inúmeras lacunas de uma história, para a qual Simon Schama (2015, p. 19) já alertava àqueles que pretendessem escrever uma história do povo judeu e as “imensas cordilheiras de obras de letrados que se alteiam às suas costas”, mas que lhes ofereça um começo.

Do grego *sunagogué* ou *proseuchē* e do hebraico *beit há-kenesset*, a palavra *sinagoga* possui significados muito próximos, ‘lugar de reunião’, ‘lugar de oração’ ou ‘casa de reunião’. Em todos eles, “oração e reunião eram, assim, atividades relacionadas e denotavam, juntamente com uma terceira atividade – o estudo da Torá<sup>244</sup> –, a função das sinagogas” (SELVATICI, 2007, p. 1).

Muito embora não haja um consenso entre os historiadores e demais estudiosos em localizar espacial e temporalmente a existência da primeira sinagoga, alguns deles atribuem sua invenção ao mundo judeu-helenístico<sup>245</sup>, lugar onde gregos e judeus viveram – ao menos até o fim da era selêucida –, seguindo as leis greco-egípcias e a lei prescrita pela Torá.<sup>246</sup> Um tempo em que, de acordo com o estudioso, os judeus acreditavam ter muito em comum com os gregos: falavam sua língua, seus nomes eram gregos, usavam vestes e adotavam as formas de escritas grega em diferentes textos. Enfim, no lugar da hostilidade, o que havia era uma “cultura híbrida” e que influenciou inclusive a construção de suas sinagogas (SCHAMA, 2015, p. 117).

Mas essa é uma história que, assim como a do povo judeu, está “crivada de amargas experiências” (BILETZKY, 1982, p. 24). Herdeira da longa duração, a sinagoga testemunhou ao longo de sua existência, do Oriente ao Ocidente, guerras, conflitos e revoltas que levaram ao fim grandes civilizações, impérios e reinos. Exposta a condições históricas, nem sempre favoráveis e sofrendo todo tipo de interferência, ela foi ao longo da história judaica assumindo novos contornos e que podem ser observados tanto nos seus aspectos arquitetônicos quanto na vida da comunal.

Contudo, enquanto “foro de expressão para todo tipo de manifestação social da minoria judaica onde quer que ela se encontre” (FALBEL, 2008, p. 284), no judaísmo uma sinagoga,

---

<sup>244</sup> Livro sagrado dos judeus.

<sup>245</sup> Autores mais antigos acreditam que a sinagoga tenha sido criada dentro do templo de Jerusalém, porém os estudos que incorporaram os vestígios arqueológicos têm mostrado que as sinagogas apareceram no Egito no período helenístico em razão de várias inscrições do tempo do rei Ptolomeu III, que fazem menção à *proseuchē* (lugar de oração em grego). Sobre essa questão indico um dos estudos realizados por Mônica Selvatici (2007) intitulado “As contribuições da Arqueologia para o estudo histórico da sinagoga judaica no século I d.C.”.

<sup>246</sup> Ao que tudo indica, a Torá era “invocada somente quando convinha aos interesses dos judeus egípcios”, caso contrário seguiam a lei greco-egípcia sem problema algum (SCHAMA, 2015, p. 116).



para existir, não necessita da figura de um rabino, ela pode ser construída por qualquer judeu<sup>247</sup>, um dado relevante, uma vez que ajuda a compreender o fato de as sinagogas não terem se acomodado às mudanças do tempo, ao contrário, elas se espalharam por todos os lugares por onde os judeus passaram nesses dois últimos milênios.

No Brasil, a instalação da primeira sinagoga – e também a primeira sinagoga livre das Américas – se deu por volta do ano de 1641, na cidade de Recife, a Sinagoga *Kahal Zur Israel*, cujo nome é oriundo da própria comunidade que lá se formou, a *Kahal Kadosh Tsur Israel* (Santa Congregação Rochedo [alusão à Recife] de Israel), responsável por sua fundação<sup>248</sup>.

Importante sinalizar, porém, que, antes mesmo que fosse criada a sinagoga, existiam as chamadas esnogas, como bem explicam Ronaldo Vainfas e Angelo A. F. Assis (2005), “espaços clandestinos” – os quais muitos deles denunciados ao Santo Ofício –, construídos e frequentados por cristãos-novos proibidos de judaizar. Neles os convertidos à força não mediam esforços para realizar cerimônias, celebrações, orações, leituras de textos e da Torá e outras atividades ligadas à fé judaica, que outrora foram obrigados a abandonar<sup>249</sup>. Em Pernambuco mesmo, no engenho de Camaragibe, ficou famosa aquela dirigida por Diogo Fernandes, marido de Branca Dias<sup>250</sup>, mas que “não passava de uma esnoga doméstica” (VAINFAS, 2010, p. 153).

O “cotidiano sinagoga” praticado “livremente” – com direito a festejos pelas ruas de Recife – só foi possível quando da conquista holandesa<sup>251</sup> com a chegada de Nassau, em 1637, e a construção daquela que tirou a tradição judaica da informalidade, de modo que as vivências experienciadas pelos judeus – portugueses e também os “judeus novos” – se tornassem “âncora e plataforma da identidade sefaradi” (KAUFMAN, 2009, p. 14).

<sup>247</sup> Bernardo Sorj explica que “o rabino contemporâneo é um profissional que serve a comunidade. Certamente participa da manutenção do judaísmo, e muitos deles fazem contribuições importantes para a sua renovação. Mas ele não possui nenhum monopólio do judaísmo, não é seu porta-voz” (SORJ, 2010, p. 130).

<sup>248</sup> Localizado na Rua do Bom Jesus – antiga Rua dos Judeus – na parte histórica de Recife, também chamada de Recife Antiga, a sinagoga, desde 1999, transformou-se num museu, o Museu Centro Cultural judaico de Pernambuco: Sinagoga *Kahal Zur Israel* (CCJPE-SKZI). Sobre o retorno da Sinagoga da invisibilidade indico Marcus Albuquerque (2003).

<sup>249</sup> Ronaldo Vainfas e Angelo A. F. Assis, ao discutirem a presença das esnogas – como eram também chamadas as sinagogas pelos judeus *sefardim* – na Bahia, relatam, por meio de suas fontes, a existência de uma sinagoga de judeus num engenho cujo próprio senhor assumia, segundo eles, “o papel de *rabi* clandestino” (VAINFAS; ASSIS, 2005, p. 54).

<sup>250</sup> A qual acabou se tornando, de acordo com o historiador João Lira Cavalcante Neto (2022), em entrevista ao site UOL, “a grande Eva do judaísmo, principalmente no sertão brasileiro, cujo nome é usado como ponto de partida na árvore genealógica que liga o nordeste a Portugal. Ela é a referência para vários pedidos de cidadania baseados na lei dos descendentes de judeus sefarditas em Portugal” (CAVALCANTE NETO, 2022).

<sup>251</sup> Nas capitânicas de açúcar exceto Bahia (VAINFAS, 2010, p. 153).

Embora haja muito que se investigar sobre esse que foi um período incomum, ao mesmo tempo que extraordinário da vida judaica no Brasil<sup>252</sup>, presenças ilustres teriam sido atraídas para essa que foi chamada de “Nova Jerusalém”, como foi o caso do próprio D. Pedro II.<sup>253</sup>

A “Diáspora colonial”, promovida pela *Zur Israel*, não se repetiu em outros lugares, nem mesmo na Recife colonial, a qual, após o retorno de Nassau para a Europa, recaí sobre o domínio português, fato esse que levou ao desaparecimento da sinagoga.<sup>254</sup> Era o fim da atmosfera que garantia aos judeus viver o judaísmo em sua plenitude, ao menos ali, naquele espaço, podendo ser revivida somente nos tempos do imperador, porém de forma restrita.

Foram mais precisamente os tratados de Aliança e de amizade acordados entre Portugal e Inglaterra, em 1810, e a criação da Constituição de 1824<sup>255</sup>, que trouxeram uma nova configuração para a vida judaica no Brasil. Mesmo que restrito ao âmbito doméstico, o judaísmo passou a ser praticado e algumas casas de oração foram inauguradas, como é o caso de *Shaar Hashamain* e *Eshel Abraham*, ambas em Belém do Pará, por imigrantes judeus marroquinos, do rito sefaradita.<sup>256</sup>

Interessante notar, contudo, que, mesmo diante do decreto que parecia promover uma certa ‘liberdade’ religiosa, esses judeus, “influenciados pela Aliança Israelita Universal, de cultura francesa, não hesitaram em adotar para si a máxima do cidadão de fé mosaica, que implicava ser brasileiro como todos na rua e judeu em casa” (HELLER, 2005, p. 231).

Quando então de fato ocorrerá a construção de sinagogas no Brasil “construídas especialmente para serem sinagogas” (ASHERI, 1995, p. 159) e que não fossem adaptações, em casas ou apartamentos?

Os primeiros anos da República – quando de fato ocorrerá a separação entre Igreja e Estado<sup>257</sup> – é que sinalizam para as primeiras construções, mas não posso esconder de meu leitor que essa não é uma questão fácil.

<sup>252</sup> A própria ideia de tolerância e liberdade religiosa atribuída ao governo de Nassau no trato com os judeus e outros grupos que na Recife colonial viviam não é, conforme pude observar, consensual entre os historiadores, discussão que trago em minha dissertação de mestrado recentemente publicada (RAGUSA, 2019, p. 124).

<sup>253</sup> De acordo com Raphanelli, nem mesmo as esnogas ou casas de oração existentes no Rio de Janeiro ou nos “Templos de Belém” – sede do império – foram visitadas pelo imperador. A pesquisadora explica que isso suscitaria suspeitas quanto à sua imagem de “imperador católico” (RAPHANELLI, 2012, p. 206).

<sup>254</sup> Sobre essa questão, ver em Tânia Neumann Kaufman (2009) e seu estudo acerca da presença judaica no espaço pernambucano.

<sup>255</sup> Dentre outras, a constituição previa que “Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado, e não ofenda a moral pública”. Constituição Imperial do Brasil, 1824, artigo 179, V. Constituição do Império do Brasil (1824) (BRASIL, 1824).

<sup>256</sup> Num estudo recente publicado pela pesquisadora Maria Luiza Tucci Carneiro (2021), a autora realiza uma reconstituição detalhada da chegada das primeiras levadas desse que foi o primeiro agrupamento judeu a se organizar no Brasil independente, nas regiões de Belém do Pará e Manaus.

<sup>257</sup> Decreto nº 119-A, de 07 de janeiro de 1890 (BRASIL, 1890).

Dos percalços que tive na tentativa de restaurar essa memória sobre a presença das sinagogas no Brasil no início desse capítulo, compreendi, ao longo de minha escrita, que “intrinsecamente a moderna historiografia judaica não pode substituir uma memória grupal já desgastada”, uma memória que “era uma função da fé compartilhada, da coesão, e da vontade do próprio grupo, transmitindo e recriando seu passado através de um complexo de instituições sociais e religiosas entrelaçadas” (YERUSHALMI, 1992, p. 111).

No caso do Brasil, o desgaste tem a ver com as inúmeras identidades que os judeus foram forçados a assumir em seus antigos reinos antes mesmo de serem expulsos: cristãos-novos, marranos, conversos, criptojudeus, por vezes tratados como sinônimos<sup>258</sup>; ao desembarcarem aqui, o mundo judaico já havia sido rompido. A sensação era de estarem mergulhados “num conflito mental, pois dispersos entre a população global como cristãos, desenvolveram um sentimento de ‘não pertencer’ muito mais forte do que aquele que tinham como judeus” (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 96).

Na imensidão desse Novo Mundo, para aqueles que se sentiam ainda ligados à antiga fé, sua prática se dava fora dos grandes círculos e das cidades, sendo essa a única forma de garantir que alguns ritos e tradições fossem mantidos; e, “como não podiam participar de uma vida ortodoxa plena”, a “herança judaica” era tudo o que lhes restava (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 100).

O que poderia, então, contribuir para quem se aventura ao estudo das sinagogas, ao menos no Brasil? Antes de tudo, compreender

As alterações ocorridas em diferentes etapas: das “snogas” com práticas clandestinas (séculos XVI ao XVIII) para as casas de orações (Século XIX) até, finalmente, a construção dos templos/sinagogas (século XX). A construção de grandes templos suntuosos reflete a necessidade dos judeus de terem seus direitos civis reconhecidos e de serem, finalmente, identificados como iguais pelos cidadãos brasileiros (CARNEIRO, 2021, p. 20).

A suntuosidade à qual a autora se refere e que traz um forte sentimento de reparação também pode ser estendida às muitas funções que em grande parte essas instituições passaram a assumir na contemporaneidade, como é o caso da própria Sinagoga *Beit Yaacov*, situada na cidade de Curitiba e que se encontra dentro de um complexo, o qual abriga, dentre outros, uma escola e um museu, este último tratado há pouco. A fachada exterior do prédio onde está a sinagoga não revela tratar-se de um espaço religioso, porém, uma vez dentro dele, como pude

---

<sup>258</sup> Discussão essa a qual realizo quando busco atentar para a presença cristã-nova no Brasil colonial (RAGUSA, 2019).

conferir, elementos que remetem a tradição judaica estão por toda a parte, a começar pela entrada, onde há uma *Mezuzá*<sup>259</sup> aposta ao umbral da porta.

O que as mudanças sinalizadas por Maria Luiza Tucci Carneiro (2021) vêm reforçar é que “a sinagoga, enquanto instituição, é tão transportável quanto um rolo de pergaminho. Para um povo espalhado e muitas vezes levado a ter que se mudar repentinamente de um lugar para outro, essa portabilidade é uma força” (LEONE, 2019, p. 129).

Ameaças e ataques às instituições judaicas espalhadas ao redor do mundo nunca cessaram. Desde que as fagulhas deixadas pelas ideologias que caracterizaram as políticas da morte<sup>260</sup>, promovidas pelo Estado nazifascista alemão, ascenderam com tamanha força – em novos e “velhos” cenários – a ideia de “portabilidade”, me parece, faz todo o sentido.

Ao final de outubro de 2018, uma sinagoga em Pittsburgh foi invadida por um homem branco armado com um fuzil e três revólveres, assassinando onze judeus, “foi o pior ato de violência antissemita na história dos EUA”, conforme noticiado pela BBC News Brasil (RUDIN, 2019). A historiadora Deborah Lipstadt sobre o atentado escrevia:

11 Jews at Tree of Life synagogue were gunned down. Some were probably there for spiritual reasons: to worship God, hear words of Torah, and pray for the sick. Others were there for fellowship: to see fellow Jews and catch up on the week’s events. (A Jewish pundit once said: My neighbor Jacob goes to synagogue to talk to God. I, a non-believer, go to talk to Jacob).<sup>261</sup>

No ano seguinte, no Estado da Califórnia, uma sinagoga situada na cidade no subúrbio de Poway, ao norte de San Diego, foi alvo de um homem branco de 19 anos de idade, que entrou atirando, matando e ferindo judeus que celebravam o último dia do *Pessach*.<sup>262</sup> O atentado foi caracterizado como um crime de ódio, uma vez que as redes sociais do responsável pelo ataque indicavam “fascínio pelos recentes tiroteios contra mesquitas na Nova Zelândia” (XIMÉNEZ DE SANDOVAL, 2019).

De acordo com uma notícia veiculada no Jornal israelense *Haaretz*, “a newly extended defense organization, Community Security Services, has already trained some 4,000 Jewish

<sup>259</sup> “Pedaço de pergaminho, feita da pele interna de um animal pertencente a uma espécie que os judeus têm permissão de comer, nela acham-se escritos versículos da Torá” (ASHERI, 1995, p. 109).

<sup>260</sup> Sobre isso, indico o estudo de Achille Mbembe (2018), intitulado *Necropolítica* o qual compreende a eficácia dos campos de concentração nazistas, por exemplo, como parte dessa política da morte, a qual “Mecanizada, a execução em série transformou-se em um procedimento puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido” (MBEMBE, 2018, p. 21).

<sup>261</sup> “11 judeus na sinagoga Tree of Life foram mortos a tiros. Alguns provavelmente estavam lá por razões espirituais: para adorar a Deus, ouvir palavras da Torá e orar pelos enfermos. Outros estavam lá para companheirismo: para ver outros judeus e se atualizar sobre os eventos da semana. (Um sábio judeu disse uma vez: Meu vizinho Jacó vai à sinagoga para falar com Deus. Eu, um incrédulo, vou falar com Jacó)” (LIPSTADT, 2018).

<sup>262</sup> Páscoa judaica.

volunteers to protect synagogues and other Jewish institutions in America. That number is now sure to grow”<sup>263</sup>.

Recentemente, no início deste ano, uma sinagoga no Texas foi sequestrada (AFP, 2022), no caso um rabino e mais três pessoas que lá estavam, colocando a comunidade e entidades judaicas além do próprio governo de Israel em alerta.

Cada vez mais frequentes, os ataques em sinagogas nos Estados Unidos há muito são uma realidade no mundo europeu e não se restringem somente a elas, mas também atingem outros espaços comumente frequentados por judeus, que estão espalhados por todo território da União Europeia (UE)<sup>264</sup>.

Na Alemanha, uma tentativa de ataque ocorrido em frente à uma sinagoga situada a leste do país, no ano de 2019, trouxe um clima de insegurança e medo; o crime foi julgado como um dos piores já vivenciados no país desde o Holocausto, sendo o criminoso condenado à prisão perpétua (AH, 2020). Um ano depois, próximo a uma sinagoga em Viena, uma série de tiroteios assumidos pelo grupo *jihadista* Estado Islâmico, matou e feriu várias pessoas (VEJA, 2020).

Já há algum tempo líderes judeus vêm reportando ondas de ataques antissemitas na Europa (HUGGLER, 2013). No primeiro exemplo, a Revista alemã *Der Spiegel* traz um censo preocupante de que na Alemanha, em 2020, 2351 crimes antissemitas foram registrados pelas autoridades; segundo ela, “16% a mais do que em 2019”<sup>265</sup>.

Extrema Direita, Esquerda Radical e islamistas fanáticos são os personagens atuais que têm dado voz às ações antissemitas, quase que “cotidianas”, principalmente em território europeu. Além disso, “antisemitism has infiltrated not only to the center but from the public space into the private space”<sup>266</sup>, conforme já constatava a historiadora israelense Dina Porat (2017).<sup>267</sup>

No que se refere a ameaças a sinagogas no mundo latino-americano, ao compararmos com Europa ou EUA, certamente os dados são ínfimos. No entanto, chamou a atenção uma recém-ameaça por parte de um grupo de estudantes cearenses na faixa dos 20 anos de idade,

<sup>263</sup> “Uma organização de defesa recentemente ampliada, Community Security Services, já treinou cerca de 4.000 voluntários judeus para proteger sinagogas e outras instituições judaicas na América. Esse número agora certamente aumentará” (ROSENFELD, 2018).

<sup>264</sup> Um exemplo são os cemitérios judaicos recentemente profanados na França (DW Brasil, 2019).

<sup>265</sup> “Deutschland hat ein Problem mit Antisemitismus: 2351 antisemitische Straftaten registrierten die Behörden im Jahr 2020, 16 Prozent mehr als 2019” (SPIEGEL GESCHICHTE, 2021).

<sup>266</sup> “O antissemitismo se infiltrou não só no centro, mas do espaço público para o espaço privado”.

<sup>267</sup> A informação pode ser encontrada no vídeo – também transcrito – em que a pesquisadora Dina Porat, apresenta como tem se dado o monitoramento do antissemitismo e as principais descobertas para 2017-2019 (PORAT, 2017).

que, via *WhatsApp*, direcionavam ameaças, citando um atentado a uma sinagoga localizada em Fortaleza (G1-CE, 2020):

**Figura 14:** Estudantes são investigados por mensagens com ameaças a judeus no Ceará



Em mensagens em redes sociais, estudantes faziam ameaças a judeus no Ceará — Foto: Reprodução

Fonte: G1-CE (2020).

Em anos anteriores, outros dois casos de ataque a sinagogas no país ocorreram, ambos no Rio Grande do Sul: o primeiro deles teria partido de um grupo de militantes gaúchos do grupo neonazista *Neuland*<sup>268</sup>, que “estavam prestes a explodir uma sinagoga”, de acordo com o delegado responsável pelo caso (TRIBUNA, 2009); outra ameaça teria partido do Irã, colocando em alerta todos os representantes da comunidade judaica do país e o governo de Israel, sendo solicitado inclusive reforço de policiamento em um dos eventos que na época se realizava numa das ruas da cidade de Porto Alegre (NSC, 2012).

A última notícia que se tem de tentativa de ataque à sinagoga ocorreu em meados de 2021, na capital carioca, quando mensagens de ódio como “vou entrar em sinagogas e matar todos”, acompanhadas de imagens fazendo apologia ao nazismo e ao ditador alemão, invadiram uma transmissão na qual realizava-se uma homenagem virtual realizada por uma tradicional escola judaica à ex-diretora que havia recém-falecido (BARBOSA, 2021).

Os exemplos trazidos aqui remetem ao novo aspecto levantado por Maria Luiza Tucci Carneiro (2010, p. 24) quanto à questão judaica e que, segundo ela, surgiu no período entreguerras colocando em dúvida “a possibilidade da existência de um povo judeu”. Um levantamento realizado pela SaferNet Brasil – organização não governamental que promove os

<sup>268</sup> Traduz-se *Nova Terra* e trata-se de um movimento que “queria eleger vereadores e prefeitos em duas cidades de Santa Catarina e do PR, e assim ir ganhando força para tomar os estados do Sul e São Paulo, em um movimento separatista” (DIAS, 2018, p. 1).

direitos humanos na rede e monitora *sites* radicais<sup>269</sup> – revela o aumento do discurso de ódio no país desde as eleições de 2018. No que toca às denúncias de neonazismo, essas tiveram um aumento, no ano de 2020, de 840,7% (SAFERNET, 2022b).

O historiador não prevê o futuro, mas pode compreender em qual incubadora um sentimento, uma ideia, uma crença, uma ação foi gestada. No caso do Brasil, o antissemitismo enquanto um “sentimento importado”, foi absorvido primeiramente num âmbito restrito e com intenções claras. Com o tempo e a revolução tecnológica, principalmente a evolução da Internet na década de 1990, esse cenário muda, e a receptividade e a audiência para a disseminação das ideias presentes nos discursos antissemitas encontra novas vias de acesso aos conteúdos, como é o caso dos chamados *blogs* e os fóruns *on-line*, os quais, diferentemente do que ocorre hoje, “pareciam se preocupar mais com o público que poderia acessá-los, colocando algumas regras e restrições até serem convencidos de que não seriam denunciados ou que não estivessem sendo espionados” (MOLINA; RAGUSA, 2020, p. 370). É no mínimo perturbador a quantidade de “portais” que têm corroborado para o aumento do número de células nazistas, como bem identificou Adriana Magalhães Dias (2018) recentemente, em sua tese de doutorado (SUGIMOTO, 2018). Por outro lado, ou talvez por essa mesma razão, diferentes grupos religiosos judaicos têm adentrado no meio digital, como é o caso da rede Sinagoga Sem Fronteiras (SSF), a qual se define como um movimento ortodoxo *sefardi*<sup>270</sup> e que, assim como outros grupos ortodoxos, “through a structured approach they seek to sanctify the internet, bringing a Torah-base lifestyle into the digital realm”<sup>271</sup>, de tal modo a “demonstrate that online presence can not only be seen as acceptable within a halachic lifestyle but as an essential part of a religious mission as well”<sup>272</sup> (CAMPBELL, 2015, p. 9).

#### 4.1 Uma sinagoga, um rabino e um judaísmo sem fronteiras

*A oferta alçada*

*“Quando um judeu quiser seguir o caminho reto, o caminho de Deus, então deve aproveitar algo de todos*

<sup>269</sup> Fundada em 20 de dezembro de 2005, trata-se de uma “associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial” (SAFERNET, 2022a).

<sup>270</sup> São várias as correntes do judaísmo ortodoxo, no caso aquela seguida pela SSF. O termo *Sepharad*, espanhol em hebraico, refere-se às comunidades judaicas religiosas de origem espanhola, mas que inclui também os judeus da Península Ibérica e dos países árabes. Renée Avigdor (2010, p. 97), explica que a ortodoxia não é oriunda dos *sefaradim* mas sim dos asquenazitas, no entanto “por serem historicamente mais praticantes” relevam as “diferenças culturais”.

<sup>271</sup> “Através de uma abordagem estruturada eles procuram santificar a internet, trazendo um estilo de vida baseado na Torá para o reino digital” (CAMPBELL, 2015, p. 9).

<sup>272</sup> “[...] demonstrar que a presença on-line pode não só ser vista como aceitável dentro de um estilo de vida *halachic*, mas como uma parte essencial de uma missão religiosa também” (CAMPBELL, 2015, p. 9).

*os seus semelhantes, manter relações com cada um e acolher destas amizades o que for possível para o caminho divino. Existe, porém uma restrição. Nada aproveitará dos homens que têm um coração fechado, somente daquele ‘cujo coração se mover voluntariamente’.*”

Martin Buber (1995, p. 619).

O “mal-estar” e os efeitos trazidos pela globalização hegemônica<sup>273</sup> nas mais diversas esferas da sociedade têm sido a tônica dos discursos e das narrativas de estudiosos e judeus que buscam discutir a continuidade do judaísmo no século XXI, quiçá nos séculos vindouros.

Para Nilton Bonder e Bernard Sorj (2001), a questão é complexa, uma vez que judaísmo e pós-modernidade não apenas divergem, mas também convergem:

[...] se a pós-modernidade favorece o retorno dos judeus à riqueza da tradição judaica, no sentido de desvinculá-lo de ideologias totalizantes e excludentes, por outra sua tendência individualista e consumista e sua perda de visão histórica implodem qualquer esforço de unificação da experiência judaica (BONDER; SORJ, 2001, p. 124).

O rabino contribui para esse diálogo quando compartilha suas preocupações em torno dos fenômenos trazidos por esses tempos pós-modernos e pela globalização, tais como as “comunicações eletrônicas” e a “interatividade sem fronteiras”, ambas tidas como um risco para a sobrevivência do judaísmo, especialmente no que se refere aos novos espaços onde a identidade outrora construída na família ou no grupo passa a se configurar. A “nova moralidade ‘feita’ pelo diálogo e pela escolha”, bem como a “volatilidade e permissividade”, vindos desses espaços que “enxergam as margens e fronteiras, quaisquer que sejam, como construções sociais prontas para serem atravessadas, apagadas ou refeitas”, também parecem incomodar o rabino (BONDER; SORJ; 2001, p. 24).

Mas e se a Internet puder ser vista como um meio e não um fim para a sobrevivência do judaísmo no século XXI? Para Andréa Kogan (2016, p. 116), os judeus “sobrevivem também sendo o povo da informação, sendo o povo da internet, com suas informações sendo trocadas e passadas virtualmente, totalmente inseridos na *world wide web*, independentemente do nível de ortodoxia”; sobre essa questão, Marcelo Gruman entende que

Os ortodoxos utilizam as lacunas deixadas tanto pela sociedade moderna ocidental, representada pelo crescente individualismo, quanto pela própria comunidade judaica, incapaz de fornecer alternativas à identidade judaica religiosa, para reforçar a tradição e penetrar nos círculos não-religiosos por

<sup>273</sup> Recorro aqui à definição dada por Boaventura Santos (2002, p. 16), o qual compreende globalização hegemônica como “uma expressão exponencial das relações transfronteiriças [...], com a conseqüente transformação das escalas que tem dominado até agora os campos sociais da economia, da sociedade, da política e da cultura”.



intermédio da tecnologia (internet, correio, telefone, fax etc.) fornecida, ironicamente, pela modernidade (GRUMAN, 2003, p. 51).

Esse é o caso da rede SSF em meio as redes sociais<sup>274</sup>, objeto sobre o qual me debruço nesse capítulo. Fundada por um jovem rabino e esposa, a sinagoga que “era na rua”, nas palavras do próprio Ventura (SSF, 2016), desde que presente na rede social *Facebook*, passou rapidamente a contar com milhares de seguidores. A instituição, que possui mais de vinte e cinco sedes espalhadas pelo Brasil<sup>275</sup>, é ligada à *Zera Israel Foundation*, uma organização sem fins lucrativos e que tem como objetivo “alcançar as milhões de ‘Pessoas da Semente de Israel’ ao redor do mundo, trazê-las mais perto do judaísmo e do Estado de Israel, de uma forma acolhedora e acessível ao mesmo tempo que preservando as regras Halacha” (ZIF, 2019).

A defesa dos *B'nei Anussim*<sup>276</sup>, a inclusão desses indivíduos na comunidade judaica, é o objetivo principal da rede SSF, uma causa pela qual o líder e fundador da sinagoga já se mostrava engajado antes mesmo que o projeto fosse criado.<sup>277</sup> Desde que integrada à *Web 2.0*, sobretudo à rede *Facebook*, a instituição tornou-se um expoente do movimento, uma espécie de porta-voz de boa parte do grupo que por ela passou a sentir-se representado e que também dela passou a se aproximar e fazer parte (VENTURA, 2019a).

De Norte a Nordeste do país, viagens e encontros entre o rabino e as comunidades de “judeus retornados” tornaram-se frequentes. A participação em festividades, comemorações e também inauguração de novas sedes da SSF<sup>278</sup> foram ganhando “destaque em importantes programas de televisão, rádios e jornais” (NOVINSKY, 2016, p.18) e passaram a fazer parte da rotina de postagens na página da instituição.<sup>279</sup>

<sup>274</sup> A primeira delas foi a rede *Facebook*, onde inclusive a SSF possui o maior número de seguidores, depois *Twitter* (2018) e *Instagram* (2020).

<sup>275</sup> Ligada a *Zera Israel Foundation*, uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2011 pelo rabino Haim Amsalem e que tem como objetivo “alcançar as milhões de ‘Pessoas da Semente de Israel’ ao redor do mundo, trazê-las mais perto do judaísmo e do Estado de Israel, de uma forma acolhedora e acessível ao mesmo tempo que preservando as regras Halacha” (ZIF, 2019).

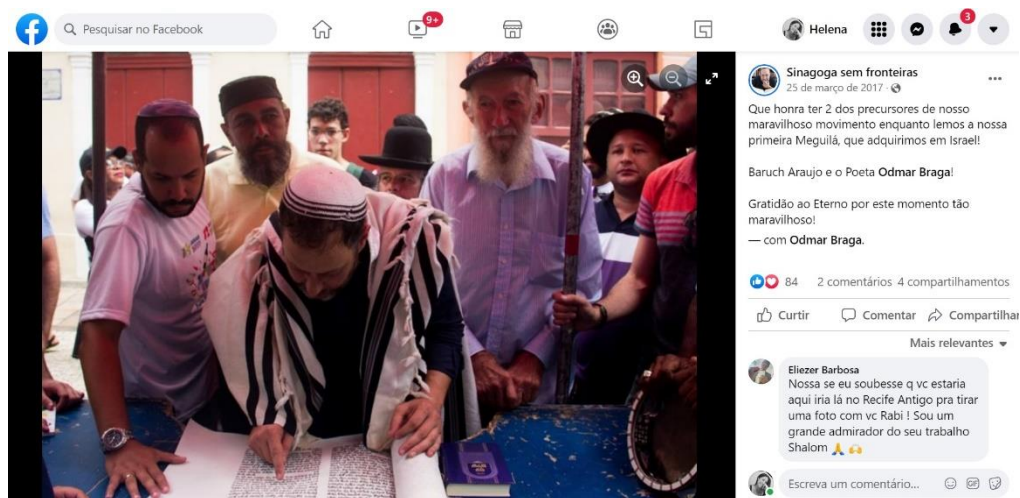
<sup>276</sup> Do hebraico, *filhos dos forçados*, os *B'nei Anussim* ou marranos seriam aqueles descendentes dos cristãos-novos que buscam retornar ao judaísmo.

<sup>277</sup> Sobre essa questão, ver em Mirella de Almeida Braga (2021) “A identidade implorada: as experiências de conversão e retorno dos judeus do nordeste sob o olhar de instituições judaicas nacionais e internacionais”.

<sup>278</sup> Como é o caso da sinagoga *Beit Yaacov* Tibau-RN (TO VENDO TIBAU, 2019).

<sup>279</sup> Devido ao surto pandêmico da COVID-19, a rotina de viagens do rabino ao encontro de outras comunidades foi interrompida, vindo de certo modo a “normalizar” no início de 2021 (SSF, 2021a)

**Figura 15:** *Purim*



Fonte: Facebook da SSF (2018).

Todos os anos o rabino organiza em Recife a Festa de *Purim*<sup>280</sup>, a qual reúne no Centro da capital pernambucana, no chamado Recife Antigo, na Rua dos Judeus – hoje conhecida como Rua do Bom Jesus –, cerca de 200 anussim para escutar a leitura da *Meguilat Esther*, o livro de Ester, ponto principal do Carnaval judaico, conforme mostra a imagem. O registro feito na frente da *Sinagoga Kahal Zur Israel* – algo que confirma-se pela fachada do prédio que está logo atrás do rabino – traz, um pouco atrás de Ventura, ao lado direito, o líder religioso anussim senhor Baruch Araujo<sup>281</sup> e, do outro lado, o poeta Odmara Braga<sup>282</sup>, duas personalidades relevantes entre a comunidade dos *B'nei Anussim* no Recife Pernambucano.<sup>283</sup>

É esse o judeu pelo qual fala a SSF. Uma questão sensível e que enfrenta, para além dos ditames burocráticos, “muralhas”. Ventura reconhece o alcance que as postagens realizadas deram ao movimento, algo que, segundo ele, soma-se à sua popularidade e se define como “aquele que vai para a periferia, que canta rap<sup>284</sup>, que vai pra ‘quebrada’, como se diz – e isso começou a chamar muito a atenção. Fui capa do site Terra, capa do site da prefeitura, apareci em matérias de vários jornais do país etc.” (VENTURA, 2016).

<sup>280</sup> Festa que comemora a salvação dos judeus do extermínio na Pérsia antiga, por volta de 450 A.E.C. (antes da Era Comum) e é celebrada no 14º dia de *Adar* do calendário judaico (ASHERI, 1995, p. 226).

<sup>281</sup> Descendente de marranos, fazendeiro e produtor de vinho *Kasher*, o senhor Baruch Araujo vivendo como um judeu e após cinquenta anos de espera e tendo passado por um processo de conversão tradicional (ARAÚJO, 2021).

<sup>282</sup> Entre os anussim, o poeta é tido como um expoente da comunidade “na luta pela legitimação do grupo” (BRITO, 2014, p. 149).

<sup>283</sup> O historiador Creso Nuno Moraes de Brito (2014), em seu trabalho acerca da presença *anussim* na Recife contemporânea, realiza uma investigação acerca da complexidade em torno desse grupo, bem como as personalidades que nele se destacam, como o próprio Odmara Braga.

<sup>284</sup> “Guetos” é um rap de protesto que trata da exclusão social dos *anussim*, composto pelo rabino e lançado em 2014 em parceria com MC Guigo Sipam (VENTURA; GUIGO; HAIM, 2016).

Polêmico, ao mesmo tempo em que popular, entre os não judeus e também aqueles que já vivem o judaísmo há décadas, independentemente da conversão<sup>285</sup>, interessa-nos aqui pensar as relações sociais, culturais e religiosas estabelecidas pela SSF nesse que agora também me parece um “lugar judaico”, a Internet, e como as identidades das diferentes correntes do judaísmo são negociadas.

#### 4.2 Do silêncio ao grito: a história dos *B'nei Anussim* na web 2.0 pela voz da SSF

*“A palavra grega para “retorno” é nóstos. “Álgos” significa sofrimento. A nostalgia é, portanto, o sofrimento causado pelo desejo irrealizado de retornar.”*

Milan Kundera (2015, p. 8).

Embora um fenômeno recente na historiografia brasileira, a história dos *B'nei Anussim* tem sido relevante para a comunidade judaica no país. Num dos poucos estudos que contemplam a temática, Marcos Silva, num texto intitulado *Retorno ao Judaísmo no Nordeste Brasileiro: O Caso dos Marranos Potiguares*, localiza o grupo dos *b'nei anussim* em meados da década de 1970 (SILVA, 2008, p. 18), ou seja, há pelo menos 4 décadas Norte e Nordeste do Brasil, ambas as regiões vivem essa realidade e segundo eles, “a cultura criptojudaica, apesar de matizada de acordo com a região e as circunstâncias, foi um elemento constituinte da cultura local, apesar de se caracterizar pela dissimulação e clandestinidade de suas práticas” (SILVA; BISPO, 2008, p. 18).

Foi na década de 1960 que, atraída pelo fenômeno dos *B'nei Anussim*, Novinsky dirigiu-se até a pequena vila de Belmonte, em Portugal, onde encontrou o que chamou de “herdeiros de séculos do judaísmo secreto”. A historiadora reconhece que no Brasil, somente ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000 é que a temática passou a ser objeto de pesquisa, inclusive como tema de alguns Simpósios e Congressos (CONIB, 2020), principalmente aqueles realizados nas regiões Norte e Nordeste, onde, segundo ela, os “*B'nei Anussim* se sentem isolados e carentes. Não se consideram judeus e nem cristãos, e os judeus não os reconhecem” (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 257).

A experiência junto àquela pequena vila portuguesa onde se encontravam os *B'nei Anussim* foi relatada por Novinsky logo que para o Brasil retornou. Num artigo publicado por

---

<sup>285</sup> Conforme relata o próprio rabino, ao conhecer o senhor João Medeiros, “o rabino do Rio Grande do Norte” (VENTURA, 2016).

uma revista norte-americana, no ano de 1967, a historiadora conta, em detalhes, suas impressões sobre a comunidade que praticava o judaísmo ainda “em segredo”:

New Christians are in general fiercely aware of their unique historical traditions. They know to the smallest detail, for instance, such central biblical stories as the Exodus from Egypt. Although they refer to the patriarchs and prophets as Saint Abraham, Saint Daniel, and so forth, they are nevertheless keenly cognizant of their own religious separateness, and of the experience of suffering and persecution which binds them to a unique Jewish past. “Our people were persecuted, much persecuted...” (NOVINSKY, 1967, p. 4)<sup>286</sup>.

Anita foi pioneira na história dos *B’nei Anussim* no Brasil. Segundo ela, “foi verdadeiramente uma revolução quando reconhecemos judaizantes do Nordeste ao Rio Grande do Sul”. Logo em seguida, a estudiosa conta que teria recebido uma carta por parte de um vigário, oriundo de Caicó, região localizada no Sertão do Seridó, Rio Grande do Norte, o qual se dizia judeu e que desejava que ela fosse conhecer a cidade (NOVINSKY *et al.*, 2015, p. 256).

Mas teria sido por meio do trabalho de Ventura, de quem se tornou próxima e amiga, que o conhecimento em torno dos “filhos dos forçados” teria se ampliado, quando segundo ela teria ficado “mais engajada, mais envolvida” com a temática (NOVINSKY, 2018).

Em 2016, publicado pela editora Sêfer e com divulgação em alguns meios de comunicação conhecidos do público<sup>287</sup>, Ventura lançou o livro *O resgate* (GUIMARÃES, 2016). O romance, baseado nas experiências dos *B’nei Anussim* e que já se encontra na segunda edição<sup>288</sup>, foi prefaciado por Novinsky, a quem o rabino se refere como “mestra, amiga e grande apoiadora do movimento SSF” (SSF, 2021c).<sup>289</sup>

---

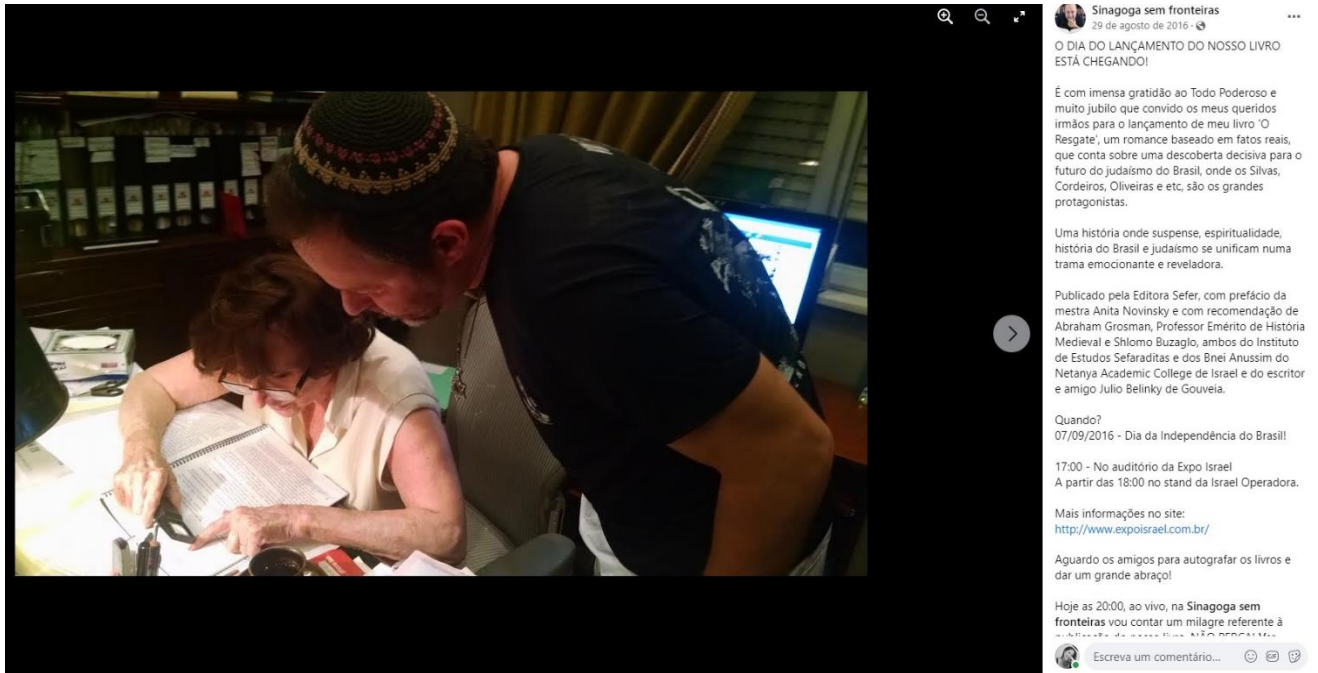
<sup>286</sup> “Os cristãos-novos, em geral, têm plena consciência de suas tradições históricas únicas. Eles conhecem nos mínimos detalhes, por exemplo, histórias bíblicas centrais, como o Êxodo do Egito. Embora eles se refiram aos patriarcas e profetas como São Abraão, São Daniel e assim por diante, eles são, no entanto, profundamente conscientes de sua própria separação religiosa e da experiência de sofrimento e perseguição que os liga a um passado judaico único. ‘Nosso povo foi perseguido, muito perseguido...’” (NOVINSKY, 1967, p. 4, tradução nossa).

<sup>287</sup> Refiro-me ao Portal R7, o segundo maior portal de notícias e entretenimento da internet. Pertence à Rádio e Televisão Record S/A, e tem notícias e informações de todo o conteúdo da Rede Record, Record News e também de suas filiadas e afiliadas (REVELO, 2014).

<sup>288</sup> A segunda edição foi lançada no dia 02 de novembro de 2021, dia em que Ventura não só faz a divulgação na página da SSF, como reforça a participação de Anita Novinsky e a inclusão de, em suas palavras, “uma homenagem especial a nossa saudosa Professora” (SSF, 2021b).

<sup>289</sup> A fala pode ser encontrada aos 8’31”.

**Figura 16:** Lançamento do livro *O resgate*



Fonte: Facebook da SSF (2016).

A imagem denota a proximidade do rabino junto a Novinsky. Muito embora, não haja informações acerca do local e a data exata onde foi feito o registro, a impressão é de que tenha se dado num ambiente familiar, ao mesmo tempo que de trabalho da professora, algo que pode ser notado pela estante recheada de pastas etiquetadas, prováveis materiais de pesquisa. Na lateral da cadeira onde Novinsky está sentada, há um colar em que o pingente remete a *Magen David*<sup>290</sup> e sobre a mesa uma caneca de café. A lupa nas mãos da estudiosa parece algo já corriqueiro em sua rotina de leitura, conforme mostra a imagem.

No prefácio, a forma como Anita descreve o trabalho realizado por Ventura não deixa dúvidas quanto à profunda admiração que sentia:

O Moré Ventura, como é chamado, acompanhado de sua esposa Jacqueline, apoiou a causa dos Bnei Anussim, compreendendo que o judaísmo era uma civilização e não apenas uma crença. Amou os Bnei Anussim, sentiu-se atraído pela sua história misteriosa. Sentiu que precisava transmitir-lhes algo mais concreto, que trouxesse sentido para suas vidas, que estavam divididas (NOVINSKY, 2016, p. 16).

No que toca à conversão ou do retorno dos *B'nei Anussim* ao judaísmo, em entrevista concedida ao Instituto de Estudos Sefaraditas e dos Bnei Anussim (ISAS) do *Netanya Academic College de Israel*, o rabino esclarece:

<sup>290</sup> A expressão vem do hebraico e significa *Estrela de Davi*, símbolo judaico.

Eu defendo a aplicação das exigências da lei judaica clássica, desde que ela seja depurada de todas as influências ideológicas mais modernas. Estas são pautadas por uma rigidez excessiva que contraria o espírito da lei que é, em sua essência, acolhedora. Também acho que devemos tomar cuidado com o termo ‘conversão’, uma péssima tradução do termo ‘guiur’, que na realidade significa imigração, indicando um processo de naturalização. Seguindo essa lógica, como posso dizer que vou naturalizar alguém que já vive o judaísmo há 10, 20 ou 40 anos, como é o caso de muitos *bnei anussim*? Sim, repito, estou convicto de que devemos seguir a lei. Devemos, porém, chamar as coisas pelo nome correto para não trair a história e para não ofender estes verdadeiros novos heróis de nosso povo. Esse é um assunto polêmico, que merecia por si só uma entrevista de horas. No entanto, posso resumi-lo assim: em casos em que a lei determina acolher, rechaçar não significa ser rígido, mas sim leniente e descumpridor (VENTURA, 2016).

Responsável por promover a “regionalização do judaísmo”, o rabino reconhece nas figuras de João F. Medeiros, oriundo de Acari do Seridó, RN, por exemplo, um dos pioneiros no que toca ao movimento *B’nei Anussim* nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (VENTURA, 2016).

A estudiosa Neide Miele explica que, das influências culturais e linguísticas incorporadas ao nosso cotidiano, o próprio termo Seridó

[...] tem seu nome originário da forma hebraica contraída “*sarid*”, que significa “refúgio de”. Em hebraico, a palavra *Sarid* significa sobrevivente. Acrescentando-se o sufixo *ó*, temos a tradução sobrevivente de. A variação *Serid*, “o que escapou”, pode ser traduzida também por refúgio. Desse modo, a tradução para o nome *seridó* seria refúgio dele ou seus sobreviventes (MIELE, 2008, p. 547).

Polêmicas, as postagens feitas na rede *Facebook* da SSF (2020a), ora em formato de vídeos, em meio a mensagens religiosas, como orações da manhã (SSF, 2021d), ora até mesmo nas *lives* (SSF, 2020b) que realiza juntamente aqueles que continuam a apoiar a causa dos *B’nei Anussim* – acadêmicos e outros rabinos –, acabam gerando um número significativo de curtidas e comentários, ambos ultrapassando a marca dos mil.

Ao encontrar resistência por parte de diversos grupos, comunidades e espaços não só brasileiros, mas também fora do país<sup>291</sup> (BRAGA, 2021, p. 143), o rabino parece não se intimidar e em uma das entrevistas concedidas no início do ano passado fez a seguinte comparação:

Um judeu nordestino cantar uma reza em aboio, ou em ritmo de Asa Branca, é tão legítimo quanto o uso dos ritmos judaicos adquiridos na Europa e no

<sup>291</sup> Braga (2021, p. 119) relata que, em 2018, esteve no Brasil uma representante do Ministério da Educação do Estado de Israel para mapear e monitorar as ações da SSF junto aos *B’nei Anussim*; logo após SSF ter organizado em Campina Grande, ritos de conversão por meio de um tribunal rabínico (*Beit Din*), presidido por um rabino sefardita direto de Israel, que durou aproximadamente uma semana envolvendo 150 pessoas participantes.

Oriente médio. O chapéu de boiadeiro com a Estrela de David pode ser tão judaico quanto o chapéu e o terno preto que marcam a ortodoxia oriunda da Europa. Deixemos um pouco de lado os antigos rituais judaicos de luto, ainda em uso, inconscientemente por todo o nordeste, e brindemos, com uma boa cachaça, regando a tão judaica Carne de Sol. O judaísmo brasileiro, social e dialógico, escrito em cordel, rezado em aboio, embalado na viola, brindado na cachaça e coroado pelo chapéu do boiadeiro voltou. Visse?! (ZAITUNI, 2015, p. 1).

De fato, as analogias estão presentes nas diversas postagens realizadas pelo rabino na rede *Facebook* da SSF, como a mostra a imagem abaixo:

**Figura 17:** Berrante nordestino



Fonte: Facebook da SSF (2020c).

Com mais de mil curtidas, quase 9 mil visualizações e 83 comentários, a imagem postada na rede social da SSF, em agosto de 2020, apresenta o presidente de uma das sedes da SSF situada no Rio Grande do Norte tocando um berrante. Vestido de roupa ritual, parte da indumentária masculina, ele aparece com o *tallit* – espécie de xale –, vestimenta usada pelos judeus no momento das preces matinais (ASHERI, 1995, p. 136) e os *t'fillin* – “ornamentos da prece” (ASHERI, 1995, p. 151) –, carregando um berrante o qual na descrição da imagem Ventura chama de *Shofar*.<sup>292</sup>

O engajamento promovido por tais postagens pode ser constatado na expressiva quantidade de comentários dos seguidores da SSF, quase sempre parabenizando o rabino pela divulgação em torno da temática dos *B'nei Anussim* e como a defende. Para aqueles que almejam uma pretensa judeidade, perguntas relacionadas à origem de seus sobrenomes ou

<sup>292</sup> Instrumento de sopro, feito normalmente a partir de chifre de um carneiro, tocado principalmente na época que antecede os *Iamim Noraim* (Dias Intensos), culminando com o seu toque no final do dia de *Yom Kipur* (Dia do Perdão) (CJB, 2007).

costumes com os quais cresceram e que poderiam ser da tradição judaica, também, podem ser recorrentemente encontradas.

Os comentários ajudam a decifrar o público seguidor da SSF, que se mostra bastante diverso, com uma grande quantidade de jovens, os quais, acredito, sentem-se atraídos pela figura do rabino “controversa e atraente”, como descreve Braga (2021, p. 141), e também pela forma como a sinagoga se mostra na rede, começando pelo nome que carrega e sobre isso Marcelo Gruman (2003, p. 51) explica:

O que ocorre é uma troca simbólica: pelo lado dos jovens, reconhecem na sinagoga ortodoxa o “judaísmo autêntico” por meio de uma ligação simbólica com seus ancestrais, um sentido de continuidade com o passado, sem que isso ameace sua integração na vida moderna.

Ainda que “fora de lugar” para aqueles que não comungam dos meios utilizados por Ventura, ao promover um judaísmo sem fronteiras o rabino cria redes de sociabilidade e identificação, um ponto de referência para aqueles que buscam o reconhecimento de sua identidade judaica e também para aqueles que, não judeus, buscam por razões variadas estabelecer laços com esse judaísmo, que é, antes de mais nada, “um sentimento, uma experiência emocional de identificação com um universo psicológico e cultural que foge às definições, mas dentro do qual se incluem todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se sentem identificados com ele” (SORJ, 2010, p. 21).

#### **4.3 Entre tensões e contradições: perspectivas para um judaísmo plural pela rede Sinagoga sem Fronteiras**

*“O pluralismo traz consigo instabilidade, inquietudes e tensões, pois instaura um desequilíbrio no mundo objetivamente construído e conversado. Ele tende a desestabilizar as autoevidências das ordens de sentido e de valor que orientam as ações e sustentam a identidade.”*

Faustino Teixeira (2012, p. 184).

Alinhada com o judaísmo Ortodoxo *Sepharad* como aponteí outrora, nas palavras do próprio Ventura (MOSAICO NA TV, 2018, 1 min 22 s), a SSF segue a observância e a manutenção dos preceitos religiosos judaicos que são frequentemente divulgados e propagados em suas redes sociais, em especial na página do *Facebook* da sinagoga, a qual tornou-se uma via para aqueles que não estão, por exemplo, conectados a sinagoga alguma e que têm interesse em aprender mais sobre o judaísmo. Embora pareça contraditório, o rabino que lidera a SSF inclui-se entre



Os ortodoxos que utilizam as lacunas deixadas tanto pela sociedade moderna ocidental, representada pelo crescente individualismo, quanto pela própria comunidade judaica, incapaz de fornecer alternativas à identidade judaica religiosa, para reforçar a tradição e penetrar nos círculos não religiosos por intermédio da tecnologia (internet, correio, telefone, fax etc.) fornecida, ironicamente, pela modernidade (GRUMAN, 2003, p. 51).

Passagens da *Torah*, preces e meditações judaicas, além da oferta de programas educacionais, como cursos voltados para a alfabetização em hebraico<sup>293</sup> ou o “Curso Online: viver como um judeu”<sup>294</sup>, ambos abertos “para todos os interessados, independente da religião” (SSF, 2022d) são quase que diariamente postados na página da SSF acompanhadas de saudações calorosas, numa “forma sedutora de recrutamento”, o qual “elimina ou atenua, a imagem da ortodoxia em que o rabino deve se portar de maneira sisuda e os frequentadores devem se centrar apenas na leitura do *sidur* (livro de rezas) e na união com Deus” (GRUMAN, 2003, p. 53).

“Compreendendo a contribuição de cada fragmento para a vida judaica” (SORJ, 2010, p. 21), o trabalho realizado pela SSF, pioneira no “resgate” dos *B’nei Anussim* no Brasil, tem implicações religiosas e comunitárias mais amplas e que ajudam a explicar, por exemplo, a identificação dos milhares de seguidores, que, por meio de uma narrativa inclusiva e plural, encontraram na Internet uma ferramenta poderosa e que projeta suas ações para outras esferas, fora da internet: as mídias *offline*.

Por mais de uma vez e por razões diferentes, o rabino Gilberto Ventura apareceu em algumas emissoras de televisão, em programas com elevados índices de audiência. Em 2018, ele foi chamado para participar de um programa televisivo chamado *Fábrica de Casamentos*<sup>295</sup>, onde teria como missão realizar um casamento misto, no caso um judeu e uma *goyah* (não judia). Assim como os mais de 70 rabinos procurados, Ventura explica que<sup>296</sup>

Todo o sentido de um casamento judaico é a formação de uma família que viva, que vivencie e principalmente que transmita para os seus filhos os preceitos judaicos, então justamente por causa disso acaba se tornando incompatível o ritual com pessoas que não têm essa vivência e que também não têm essa meta (FÁBRICA DE CASAMENTOS, 2018a, 19min 50s).

<sup>293</sup> Com 6 aulas ao todo, o curso tem um valor estimado de R\$ 397,00. Nele o rabino garante o aprendizado por um método criado por ele em que o aluno conseguiria já ler na primeira aula (SSF, 2022b).

<sup>294</sup> O curso chega a custar em média R\$ 600 reais (SSF, 2022c).

<sup>295</sup> Emitido pela rede de TV SBT, o programa, que é transmitido aos sábados à noite, concede uma festa de casamento a casais que não possuem condições de arcar com as despesas. Vestido de noiva, locação do local onde se realizará a cerimônia, buffet, convidados e familiares, tudo é pago pela emissora.

<sup>296</sup> Michael Asheri (1995, p. 268) explica que, “com referência àqueles que desejam converter-se ao judaísmo para o fim de casar-se com um judeu, teoricamente isto não é possível, mas na prática esse é o motivo da maioria das conversões”.

O rabino, que recusa celebrar a cerimônia, aceita aparecer no episódio, porém não na condição de rabino. Apresentado à equipe do programa como líder fundador da SSF, deixa claro:

Como ficou combinado, eu não posso fazer a cerimônia até porque ela é incompatível com essa realidade de uma pessoa judia e outra que não é. Eu vou dar de presente pra eles participação em todos os meus cursos, facilitar pra eles a própria conversão dentro da *Khupá*, esperando eles, pra daqui um ano, dois anos, pra eu fazer o ritual (FÁBRICA DE CASAMENTOS, 2018b, 9 min 07s).

No vídeo, Ventura pede à cerimonialista responsável pela realização do casamento que em sua fala reforce as razões de ele, enquanto rabino, não poder realizar o casamento e pede que diga aos noivos que serão presenteados com cursos da SSF para que o processo da conversão seja iniciado. Uma das responsáveis pelo cenário onde se realizará a união questiona ao rabino se seria possível realizar a quebra do copo, da taça<sup>297</sup>, e, considerando tratar-se de um rito já bastante divulgado e conhecido do público, ele não vê problema. Quando ela questiona sobre os noivos entrarem com os rostos cobertos seguindo o rito judaico e que os pais deles possam entrar na *Khupá*<sup>298</sup>, o rabino responde que “quanto menos parecendo com uma *Khupá*, melhor” (FÁBRICA DE CASAMENTOS, 2018b, 9min 48s).

Na cena, num clima de suspense, a cerimônia é interrompida e, diante de todos os convidados, Ventura é chamado para comparecer diante dos noivos. Posicionados fora da *Khupá* como forma de garantir que a lei judaica não fosse desrespeitada, o rabino, que é apresentado como líder fundador da SSF, inicia uma fala em que justifica sua presença, desvinculando-a da função de rabino e alude aos valores do judaísmo identificando-os aos valores universais (FÁBRICA DE CASAMENTOS, 2018b, 24min 33s).

No mesmo ano e na mesma emissora<sup>299</sup>, o rabino também teve uma participação mais curta num programa que segue o gênero dos *Talk Shows* (VENTURA, 2018), um programa de entrevista, que em homenagem ao Ano Novo Judaico, traz a esposa do rabino como convidada, a qual, além de fundadora da sinagoga, é reconhecida como *chef* de cozinha da culinária judaica ou *Kasher*<sup>300</sup>. Ao explicar sobre os costumes do povo judeu e comentar sobre sua origem, no

<sup>297</sup> A quebra do copo se dá após a recitação de bênçãos ao casal e simboliza sorte, mas também pode remeter à destruição do Templo, “de maneira que, mesmo nas ocasiões mais alegres, nós, judeus, não esqueçamos que parte do povo judaico ainda está no exílio” (ASHERI, 1995, p. 67).

<sup>298</sup> A *Khupá* (pronuncia-se *rupá*, do hebraico: חופה), plural *Chupot* ou *Chupos* (hebraico: חופות) é a tenda sob a qual se realiza o casamento judaico.

<sup>299</sup> Tida como “a única emissora laica do país”, o SBT é propriedade de um empresário judeu que segue os preceitos do judaísmo (FELTRIN, 2016).

<sup>300</sup> De acordo com Asheri (1995, p. 112), o termo que significa “apropriado, aceitável ou ritualmente usável” esse é em geral associado a alimentos que na cultura judaica podem ser consumidos.

caso *Sefardita*, Jacque Ventura, como é chamada, comenta sobre o trabalho que realiza junto ao marido na SSF, que “é o de resgatar todos os ascendentes de sobrenomes Mendes, Gentili, Gentili também é, Pereira” e aqueles que “sentem vontade de voltar”. Curioso devido ao sobrenome da mãe, o apresentador então questiona o rabino, que está na plateia, sobre quais os mecanismos possíveis para verificar uma provável ascendência judaica. Ventura responde falando sobre a existência do estudo da genealogia, reforça que a mulher possui conhecimento no assunto e explica que existe também o trabalho de rastrear a origem da família no Brasil, de onde ela veio, o tronco familiar a partir do sobrenome. O apresentador, ainda demonstrando-se interessado, questiona o rabino: “Se eu tiver ascendência judaica de alguma forma isso me torna judeu?” O Rabino, então, responde que sim, se a ascendência do apresentador for “matrilinear intacta”. Caso, não seja, ele explica que então entraria num conceito que é chamado de *Zera Israel*, cujo significado é “descendente de Israel” (VENTURA, 2018, 3min 50s).

Outras razões levaram o rabino ao meio televisivo. Em 2021, a SSF entrou com uma denúncia na Polícia Federal a um pastor por crime de racismo contra judeus (SSF, 2021). A reportagem levando o nome da sinagoga também repercutiu em diferentes veículos de imprensa dentro e fora do Brasil.<sup>301</sup>

Por mais de uma vez o rabino, que já foi alvo de ameaças de grupos neonazistas (JORNAL DA RECORD, 2017), denunciou crimes de ódio e violência contra os judeus no Brasil. Outras, também envolvendo situações de uso de símbolos e emblemas trazendo a suástica ou remetendo a Hitler, também já estiveram no rol de denúncias de Ventura (SSF, 2020) junto à SSF.

Numa entrevista concedida à revista *Aventuras na História*, Ventura afirmava trabalhar na perspectiva de “promover o judaísmo e não combater o antissemitismo” (VENTURA, 2019b). De fato, isso foi o que percebi ocorrer em um dos casos envolvendo antissemitismo em que o rabino esteve presente. Foi no ano de 2020 que frases com teor antissemita ameaçando uma sinagoga em Fortaleza foram postadas em redes sociais: “vamos meter o atentado lá” ou “fazer a limpeza” foram postadas em diversas redes sociais. O grupo de jovens autores das mensagens acabaram sendo indiciados por racismo e ameaças contra a comunidade judaica do Ceará.

O rabino, que se deslocou de São Paulo para a capital cearense para participar de uma reunião promovida pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) onde

---

<sup>301</sup> Em janeiro de 2017, o rabino é ameaçado de morte por um grupo de nazistas após ter publicado um vídeo em que arranca cartazes nazistas de ameaça e ódio contra judeus num bairro bastante frequentado da cidade de São Paulo (JORNAL DA RECORD, 2017).

estavam os indiciados, ganhou repercussão. Na mídia cearense, onde aparece como “rabino chefe do Movimento Sinagoga Sem Fronteiras, Gilberto Ventura” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2020), a nota era de que o mesmo

Começou a relembrar costumes nordestinos que foram herdados do convívio com os primeiros judeus que chegaram ao Brasil, fugindo da perseguição na Europa. Apontar o dedo em direção à Lua dá verruga? De acordo com o rabino, não. O costume deriva de uma das tradições da comunidade judaica de apontar o dedo em direção as três estrelas que surgem no céu tão logo o Sol se põe. Esse evento caracteriza o fim do “Shabat” ou “Sabá”, o sábado em que os judeus descansam, seguindo as tradições da Torá, escrituras Pouco mais de uma década após a publicação sagradas da religião que trazem os livros do Velho Testamento (CEARÁ, 2020).

Recentemente, com transmissão ao vivo em sistema aberto de televisão (TV Alesp), Ventura esteve presente na *Semana da Liberdade Religiosa na Assembleia Legislativa de SP*. O evento, que desde 2013 foi instituído no Estado pela Lei 15.365, ocorre todo 25 de maio em comemoração ao Dia Estadual da Liberdade Religiosa (SÃO PAULO, 2020) e conta com outros líderes de diferentes matrizes religiosas. A missão do evento é “promover no âmbito estadual a implementação de políticas de enfrentamento e combate à intolerância religiosa e a difusão da cultura de paz”<sup>302</sup>.

Esse não é o único espaço em que o judaísmo promovido pela SSF ocupa. O rabino, um paulistano formado em *Mea Shearim*, o mais ortodoxo dos bairros de Israel”, com uma formação rabínica (*smichá*) pela *Yeshivá Or Nissim*, em Jerusalém, e que até pouco tempo vestia-se “como ultraortodoxo, com chapéu e barba comprida” (VENTURA, 2016), é vocalista e também compositor da banda Soul da Paz, formada em 2013, “a primeira banda musical inter-religiosa do mundo” (CASSESE, 2020); numa mistura de *rock*, *reggae*, *blues*, MPB e *rap*, lançou seu primeiro álbum, o “Soul da Paz”, no ano de 2020.

Ao compor o rap “É Ki Pá”, Ventura explica tratar-se de um *rap* de contestação a uma experiência vivida onde os judeus são de forma generalizada acusados de pertencerem à elite e diz: “Eu sou anárqui-co, só gosto de rap. O pro-feta Jeremias era rapper. A maioria dos judeus não é elitista”, reforça (TRIBUNA, 2020).

Identidade e assimilação raramente ficam de fora dos estudos que remetem à temática judaica. Complexas, ora aparecem como perguntas, noutras vezes como respostas. Mas não é só nos estudos que se pode encontrá-las; no caso da rede SSF e no trabalho que realiza dentro

---

<sup>302</sup> O evento, que ocorreu de forma remota, foi transmitido ao vivo em sistema aberto de televisão (TV Alesp) (MOURA, 2020).

e fora da *Web 2.0*, ainda que revelem tensões e contradições, parecem ir ao encontro da ideia de que

A sobrevivência do judaísmo no Brasil depende de sua capacidade de ser cada vez mais “assimilado”, de integrar a escola de samba no Purim, de mostrar as inter-relações entre a história do Brasil e a dos judeus, de fazer a tzedaka (fazer justiça/caridade) junto às populações carentes, de absorver os casamentos mistos reconhecendo neles um caminho de enriquecimento da comunidade e do judaísmo (SORJ, 2010, p. 39).

Numa definição clássica, o sociólogo alemão Louis Wirth (1941, p. 413) concebia a questão das minorias àqueles que “devido a diferenças físicas ou sociais e culturais recebem tratamento diferenciado e que se consideram como um povo à parte”<sup>303</sup> e que grupos que sofrem esse tipo de infortúnio “tendem a desenvolver uma concepção de si mesmos como inferiores, como estrangeiros, e como grupos perseguidos, o que afeta significativamente os seus papéis nas empresas coletivas da nação”<sup>304</sup> (WIRTH, 1941, p. 415).

O judeu que está representado na rede SSF é herdeiro do passado traumático dos judeus da Península Ibérica, expulsos, convertidos, perseguidos. É também o judeu da *Shoah*, catástrofe sem precedentes e que “sempre frustrará e horrorizará a humanidade” (DEUTSCHER, 1970, p. 150). Ao mesmo tempo, as ações e as narrativas da sinagoga dentro e fora do ambiente das redes parecem mais próximas de uma “identidade étnica cada vez mais valorizada” do que “estigmatizada”; é um “judaísmo renovado”, sem dúvida, mas que merece atenção, pois, como demonstrei ao final do primeiro capítulo dessa pesquisa e Bernard Sorj (2010, p. 112) parecia anunciar, há o risco de que seja transformado “em mais um suporte da cultura narcisista de nossa época”.

---

<sup>303</sup> Tradução livre de “because of physical or social and cultural differences receive differential treatment and who regard themselves as a people apart” (WIRTH, 1941, p. 415).

<sup>304</sup> Tradução livre de “tend to develop a conception of themselves as inferiors, as aliens, and as persecuted groups, which significantly affects their roles in the collective enterprises of the nation” (WIRTH, 1941, p. 415).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Todo historiador tem seu próprio poleiro de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo.”*

Eric Hobsbawm (1998, p. 244).

Essa é uma pesquisa que foi tecida no ritmo do avanço da extrema direita brasileira, um reflexo oriundo da virada política que acabou se tornando uma realidade em vários países do mundo, mas principalmente algo que se deve aos efeitos do fatídico *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, no ano de 2016, e que levou a um clima de instabilidade política provocado pelo estresse democrático que o país passou a viver. Com as eleições presidenciais de 2018, que marcaram e consolidaram a ascensão do projeto de segmentos desse extremismo no Brasil (CASIMIRO, 2020, p. 13), temos um agravamento do cenário, o qual, somado a uma chuva de discursos “antidireitos humanos”, atrelada a uma onda negacionista em curso – pautas da nova agenda política adotada no país – e a eclosão do novo coronavírus no início de 2020<sup>305</sup>, resultaram num eficiente gerador de pânico, ódio e desinformação.

Motivados pela política “do espetáculo”, determinados setores da sociedade brasileira, por meio de suportes diversos e potentes, geraram e vêm gerando um *mal-estar*, mas que, infelizmente, não atinge a todos, ao menos não da mesma forma. Isso porque as “imagens são atiradas contra um telespectador cada vez menos sensível” pertencente a uma sociedade infantilizada ao mesmo tempo em que vítima de uma política igual que “só sabe jogar no âmbito do bem e do mal” e que, portanto, reage nesse contexto ideológico da informação como uma “‘ab-reação’ abortada, um bloqueio que só leva a um agir que encobre o evento traumático e impede a recordação” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 64).

No que toca à rotina dos professores e pesquisadores no país e no mundo, a nova realidade trazida pelo contexto pandêmico transformou completamente os modos de se produzir conhecimento. Eu, quando me vi, percebi tornar-me parte de uma geração de estudiosos que passaram a estreitar em condições bem distintas das de seus antecessores e, tal qual como ocorrera com os bebês nascidos na pandemia, também chamados de “geração *coronials*”<sup>306</sup>, “para nós também, tudo mudou, e o presente encontrou-se marcado pela experiência da crise

<sup>305</sup> Apesar de os primeiros casos de COVID-19 terem sido identificados no final de 2019, foi em março de 2020 que o diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom, passou a declarar elevou o estado da contaminação à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) (UNASUS, 2020).

<sup>306</sup> Ou Geração C é um termo que começou a aparecer primeiro em reportagens no início da pandemia. Mais recentemente, analistas de investimento, como Israel, e defensores dos direitos das crianças começaram a usar variações do termo (SHOICHET, 2021).

do futuro, com suas dúvidas sobre o progresso e um povir percebido como ameaça” (HARTOG, 2013, p. 250).

O mundo literalmente adoeceu, e medidas foram tomadas como forma de conter a disseminação do vírus, como as restrições e interações, por exemplo, impactando profundamente a vida social.

Desde então, a vida em praticamente todo o planeta foi alterada: o ritmo urbano se transformou, ruas e lugares de encontro público se esvaziaram, aulas e diversas atividades foram suspensas, o comércio fechou as portas, pessoas se viram sem trabalho do dia para a noite. No mercado financeiro, as bolsas derreteram com o horizonte de crise econômica projetado e embates entre autoridades do governo e da saúde pública foram expostos aos holofotes (MARQUES; SILVEIRA; PIMENTA, 2020, p. 227).

O Brasil chegou a ocupar o segundo lugar com mais mortes diárias por Covid-19 (SAMPAIO, 2021), algo que se deve ao descaso de alguns setores da sociedade e apoiadores do atual presidente, que, desde o início, ignoraram as recomendações científicas voltadas para o controle da disseminação do vírus e foram contrários às medidas tomadas por alguns Estados e municípios, tais como o distanciamento social, que restringiu a circulação de pessoas em espaços tanto privados<sup>307</sup> quanto coletivos públicos. Assim, milhares de vidas foram perdidas, e a morte passou a não ser mais uma possibilidade, mas algo iminente.<sup>308</sup>

Dentre os diversos aspectos que contribuíram para esse índice catastrófico, declarações e postagens em mídias sociais, como aquela realizada ao final de 2020 pelo então chanceler brasileiro Ernesto Araújo (2020) em seu blog *Metapolítica 17: contra o globalismo*, se não contribuíram para o aumento das dificuldades da contenção da disseminação do vírus, em nada também ajudaram e, sem dúvida alguma, interferiram na produção do conhecimento histórico. Araújo escreveu uma longa postagem sobre a recente obra publicada pelo filósofo e sociólogo Slavoj Žižek intitulada: *Pandemic!: COVID-19 Shakes the World*. Ao discorrer sobre a obra, faz uma comparação das medidas de isolamento adotadas por alguns Estados brasileiros com os campos de concentração nazistas.<sup>309</sup>

<sup>307</sup> A Recomendação nº 036, de 11 de maio de 2020, e que diz respeito a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (*lockdown*), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos, foi uma das muitas publicações realizadas pelo Conselho Nacional de Saúde e encaminhada órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário com foco no combate à pandemia (BRASIL, 2020d).

<sup>308</sup> Em junho de 2022, o país ultrapassou seiscentos e setenta mil mortos vítimas do novo coronavírus (G1 SÃO PAULO, 2022).

<sup>309</sup> Anterior ao evento Araújo já havia escrito um texto em sua página afirmando que o nazismo era um movimento de esquerda, portanto mais uma vez contrariando o consenso histórico sobre o tema, qual seja, que o movimento nasceu da direita radical alemã (ALMEIDA, 2019).

Não bastasse, portanto, a *experiência pandêmica* “vivenciada de modo planetário já no primeiro terço de 2020” (MARQUES; SILVEIRA; PIMENTA, 2020, p. 232) e a virulência nefasta oriunda dos negacionismos e das *fake news* atingindo em cheio a ciência, um esforço tem sido feito no sentido de se propagar e realizar “a política do pior, política de provocação para com os próprios cidadãos, um modo de desesperar categorias inteiras da população até levá-las a uma situação quase suicida” como bem identifica Jean Baudrillard (1992, p. 86) ao repensar o agir da sociedade no século XX.

Outros tipos de apropriação da memória traumática da *Shoah* foram feitos e alguns deles cheios de distorções, também no sentido de tomá-la como “lição”, como o fez a médica oncologista e imunologista Nise Yamaguchi<sup>310</sup>, membro do corpo clínico do Hospital Israelita Albert Einstein durante uma entrevista à TV Brasil:

O medo é prejudicial para tudo. Primeiro ele te paralisa. Te deixa massa de manobra. Qualquer pessoa. Você acha que alguns poucos militares nazistas conseguiriam controlar aquela massa de rebanho de judeus famintos, se não os submetessem diariamente a humilhações, humilhações, humilhações... Tirando deles todas as iniciativas?! Quando você tem medo, você fica submisso a situações terríveis (LIMA, 2020).

Outro episódio foi a fala do relator da CPI da Covid<sup>311</sup>, Renan Calheiros (MDB-AL), em uma das sessões de depoimentos em que recorre ao Tribunal de Nuremberg e de personagens do Holocausto para dizer que a CPI “não é um tribunal de guerra, nem de exceção” (BONIN, 2021).

As analogias feitas por ambos e que são trazidas para o debate público, embora com pesos diferentes, tratam de forma preocupante o passado que evocam, e aqui me refiro àquilo que procurei trazer ao longo do primeiro capítulo e que, de certo modo, perpassa por toda pesquisa, ou seja, o “abuso-político ideológico da história”, outrora identificado por Eric Hobsbawm quando se refere às “inúmeras tentativas de substituir a história pelo mito e a invenção” (HOBSBAWM, 1998, p. 19).

Com isso, o que se tem é uma conjuntura em que “o presente se torna a categoria preponderante, enquanto o passado recente – aquele que surpreende por não passar ou que se inquieta por passar – exige ser incessante e compulsivamente visitado” (HARTOG, 2013, p. 259). O historiador tem diante de si um “presente ávido e ansioso de historicização” que “surge

---

<sup>310</sup> A médica apoiadora do atual governo e defensora do uso da cloroquina e da hidroxicloroquina no tratamento de pacientes em fase inicial de infecção pela covid-19 – medicamentos cuja ineficácia já foi detectada e divulgada em diversas publicações de cunho científico – foi afastada do hospital (MELLO, 2020).

<sup>311</sup> Instaurada no Senado Federal em abril de 2021, teve como objetivo apurar se houve falhas por parte do Governo Federal no enfrentamento da pandemia.



incessantemente: aquilo que chamamos de acontecer” (RICOEUR, 2007, p. 51) e que, apesar dos esforços contrários discutidos outrora, vem sendo amparado e cuidado por aqueles capazes de compreenderem que “o elemento traumático do movimento histórico penetra nosso presente tanto quanto serve de cimento para nosso passado, e essas categorias temporais não existem sem a questão da sua representação” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 64).

A televisão, por exemplo, um dos suportes sobre o qual me debruço, é um desses espaços de representação onde se formam os mitos nacionais, étnicos e que acabam ganhando uma dimensão ainda maior quando tratados em programações ficcionais de grandes emissoras, como é o caso das minisséries exibidas pela Rede Globo de Televisão, as quais, para além da comunicação e do entretenimento, despertam no público um forte interesse pelos fatos históricos que trazem.

As tramas e discursos em torno dos judeus na minissérie *A Muralha* de Maria Adelaide Amaral surpreendem na medida em que distanciam-se dos estereótipos comumente atribuídos a esse grupo, como já pude constatar outrora. Ao mesmo tempo, aproxima-os das imagens representativas que circulavam em toda a Europa medieval, como os atributos estigmatizados que levaram a expulsões e conversões de milhares de judeus, como é o caso daqueles que viviam em Portugal forçados a se converterem.

A relativa passividade que permitia a esses judeus conviver e interagir com a sociedade que passavam a integrar é levada ao público, porém não sem as formas de resistência que tornavam isso possível, a exemplo do criptojudaísmo expresso em seus personagens e que até então nunca havia sido levado à linguagem televisiva.

A condição de cristão-novo trazida pela primeira vez na televisão, num programa de grande audiência, num período de comemorações inclusive relacionadas ao mito do “Descobrimento” e numa emissora que assumiu o papel de construtora da memória nacional, de certo modo rompe com os “valores simbólicos relacionados aos mitos de origem e às construções de identidade”, esses “vitais à vida social” e que tendem a rejeitar fatos e personagens que destoam do passado que se deseja invocar.

A tarefa de contrapor-se aos que inventam uma história nacional é um ato corajoso e nos caminhos da “autoridade compartilhada” possível. A incredibilidade quanto à história midiática, essa que tem uma ‘pertinência social’, impede o avanço da história, que pode acompanhá-la “de forma harmoniosa”. É, portanto, um encontro, afinal “os historiadores, como indivíduos e como grupo, fazem parte da sociedade em que vivem; mesmo quando julgam suas questões ‘puramente’ históricas, elas estão impregnadas sempre dos problemas do seu tempo” (PROST, 2012, p. 84).

Esse “encontro”, essa “harmonia” pôde ser constatada nas ações do Museu do Holocausto de Curitiba (MHC), com destaque para aquelas que ocorrem no contexto da *web 2.0*, um ambiente que caracteriza-se por ser “virtual, aberto, plástico”, onde “as informações não têm garantias de durabilidade” (ROSSATO, 2011, p. 13).

Exatamente por essa perenidade das redes é que o museu realiza uma história pública ativa aproximando a temática do Holocausto – essa que integra aquilo que Bodo von Borries (2011) compreende como História Difícil/Traumática<sup>312</sup> – do público, de modo a inserir-se no contexto social.

Tendo claro que “a diferença entre gerações é suficiente para dividir profundamente os seres humanos” (HOBSBAWM, 1998, p. 245) do ponto de vista da construção da memória, o museu foge da percepção clássica da *Shoah*, aquela exclusivamente judaica e universaliza-a de modo a trazê-la – ainda que a contragosto de parte de seus seguidores judeus – para uma perspectiva plural e que inclua outros grupos, o que Carlos Reiss considera como uma “memória útil”<sup>313</sup> (REISS, 2020).

O que faz completo sentido, uma vez que entre esses outros grupos também está o judeu, aquele que se encontra dentro e fora do judaísmo, que ultrapassou essa divisa e que leva “dentro de si a quintessência da vida judaica e de sua intelectualidade”; que age como aqueles que “viviam nas fronteiras de várias civilizações, religiões e culturas nacionais”; que nasceu e se criou “nas fronteiras de várias épocas”; que se comporta como os que “amadureceram onde se cruzavam as mais diversas influências culturais, fertilizando-se umas às outras” (DEUTSCHER, 1970, p. 29).

Na busca dessa memória enquanto agente transformador, o papel do historiador parece fundamental, não só no sentido de averiguação do passado, mas também em sua problematização; não só na função de arquivista, mas enquanto aquele que está na organização da exposição, do acervo e outras atribuições, como assessoria na elaboração de materiais didáticos e a catalogação de sobreviventes no Brasil, conforme discutido no terceiro capítulo. Não é à toa que o MHC possui um departamento de História, retirando-a do “porão”, trazendo-a à tona para que de fato ocorra um vínculo com o conhecimento histórico (MENESES, 1992, p. 9).

---

<sup>312</sup> Herdeira do conceito da *burdening history* – *história difícil* – desenvolvido e presente no estudo publicado “*Coping with burdening history*” do historiador e didaticista alemão Bodo von Borries no ano de 2011.

<sup>313</sup> REISS, Carlos. Universalismo da Shoá. [Entrevista cedida a] Abrão Lowenthal. Curitiba, 2020. Vídeo (88 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wceoUG5YRGs>. Acesso em: 10 out. 2021.

Esse vínculo se faz presente na rede Sinagoga Sem Fronteiras (SSF), a qual, liderada por um jovem rabino, tem como objetivo principal “resgatar” os filhos dos forçados, herdeiros daqueles que “viveram nas margens, nos cantos ou nas fendas de suas respectivas nações” (DEUTSCHER, 1970, p. 29). São os *Bnei Anussim*, esses que se identificam como judeus e independem de qualquer aceitação oficial, muito embora ressintam-se por não serem aceitos.

O auxílio da história em torno desse fenômeno tão recente em nosso país, ao mesmo tempo que polêmico, surge na figura de historiadores pioneiros na temática e que acabaram de certa forma abraçando a causa, como foi o caso da historiadora Anita Novinsky, a qual, por mais de uma vez, esteve presente em eventos da SSF.

Ao trazer a história dos anussim nas redes sociais, a SSF também fala a um outro judeu, que destoa do judeu que pertence necessariamente a uma comunidade e, por isso, um judeu repellido, mas que, assim como no caso do MHC, um judeu plural, “cheio de esperanças, ideias e ideais”, consciente de um antissemitismo “arraigado, persistente e poderoso” e que os mantém como uma “comunidade distinta”, ao invés de “completamente assimilados” (DEUTSCHER, 1970, p. 44).

Ao atentar-me para as tendências que formam o cenário cultural atual, percebi que “as drásticas e aceleradas mudanças nas sociedades contemporâneas geram movimentos sociais majoritariamente fragmentados, locais, com objetivos específicos e efêmeros” (FERREIRA, 2002, p. 325).

Nesse sentido, a ampliação do olhar sobre as muitas versões existentes acerca da produção do conhecimento histórico em torno do judeu, trazer essa história para a “arena pública”, me fez constatar que os modos como essa identidade está consolidada no imaginário social brasileiro atrela-se a demandas, as quais muitas das vezes “exigem posicionamentos, embates e disputas pelos usos do passado e sua publicização” (ROVAI, 2018a, p. 186).

## REFERÊNCIAS

A MURALHA. Criação: Maria Adelaide Amaral. Direção: Alexandre Avancini, Carlos Araújo, Denise Saraceni *et al.* Rio de Janeiro: Som Livre, 2002. 4 DVDs (780 min), 480i (SDTV), 54 capítulos, color. Baseada em *A Muralha*, de Diná Silveira de Queirós.

AFP. Investigação sobre tomada de reféns em sinagoga do Texas será ‘global’. *UOL Notícias*, São Paulo, 16 jan. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/01/16/investigacao-sobre-confronto-em-sinagoga-do-texas-sera-global.htm>. Acesso: 02 mar. 2022.

AGÊNCIA BRASIL. *Brasil tem 152 milhões de pessoas com acesso à internet*. Brasília, 23 ago. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-152-milhoes-de-pessoas-com-acesso-interne>. Acesso em: 19 fev. 2022.

AGUALUSA, José Eduardo. *O Vendedor de Passados*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004.

AH. Aventuras na História. *Homem que realizou ataque em sinagoga é condenado à prisão perpétua na Alemanha*. UOL, São Paulo, 21 dez. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/homem-que-realizou-ataque-em-sinagoga-e-condenado-prisao-perpetua-na-alemanha.phtml>. Acesso em: 02 mar. 2022.

ALBUQUERQUE, Marcus. Sinagoga Kahal Zur Israel: retornando à vida do Recife. *Revista de Arqueologia Americana*, n. 22, p. 63-79, 2003.

ALESSI, Gil. Plano de Bolsonaro para ‘desesquerdizar’ educação vai além do Escola Sem Partido. *El País*, São Paulo, 23 maio 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/politica/1558374880\\_757085.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/politica/1558374880_757085.html). Acesso em: 16 maio 2022.

ALMEIDA, Amanda. Ernesto Araújo volta a defender que o nazismo foi um ‘fenômeno de esquerda’. *O Globo*. Rio de Janeiro, 30 mar. 2019, atualizado em 2 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/ernesto-araujo-volta-defender-que-nazismo-foi-um-fenomeno-de-esquerda-23562729>. Acesso: 01 nov. 2020.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de O. (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

ARAUJO, Baruch. *Zera Israel*. Belo Jardim, PE, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/baruch.araujo/posts/2930057183899453>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Chegou o Comunavírus. *Metapolítica 17* – contra o globalismo. Brasília, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/chegou-o-comunav%C3%ADrus>. Acesso: 01 nov. 2020.

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. *Metapolítica 17: contra o globalismo*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso: 01 nov. 2020.

ARENDT, Hannah. *A Dignidade da Política*. Ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARQSHOAH – Holocausto e Antissemitismo. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.arqshoah.com/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

ARQSHOAH – Holocausto e Antissemitismo. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.arqshoah.com/>. Acesso em: 05 jun. 2020.

ASA. Associação Scholem Aleichem. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://asa.org.br/wp/>. Acesso em: 06 dez. 2020.

ASHERI, Michael. *O Judaísmo Vivo: as tradições e as leis dos judeus praticantes*. Tradução: José Octavio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Criptojudaísmo no feminino. Uma análise da Resistência judaica na Bahia Quinhentista a partir das fontes da I Visitação do Santo Ofício ao Brasil. *Revista Vértices*, v. 9, p. 1-10, 2010.

ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Judeus e cristãos no mundo luso-brasílico. *Glossário de História Luso-Brasileiro*. Judeus e Cristãos Novos. Brasília, 28 fev. 2018. Disponível em: [http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5139&Itemid=334](http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5139&Itemid=334). Acesso em: 05 jun. 2019.

ASTRUSWEB. *5 dicas para o texto de apresentação da empresa nas redes sociais*. Erechim, 12 fev. 2020. Disponível em: <https://www.astrus.digital/5-dicas-para-o-texto-de-apresentacao-da-empresa-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

AVIGDOR, Renée. *Judeus, Sinagogas e Rabinos: O Judaísmo em São Paulo em Mudança*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação na educação formal: processo de mudança. *Comunicação & Educação*, n. 9, p. 7-12, 1997.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund *et al.* *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BALOGH, Anna Maria. *O discurso ficcional na TV*. São Paulo: Edusp, 2002.

BALOGH, Anna Maria; MUNGIOLI, Maria Cristina Palma. Adaptações e Remakes: entrando nos jardins dos caminhos que se cruzam. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo. *Ficção televisiva no Brasil: temas e perspectivas*. São Paulo: Globo, 2009. p. 313-352.

BARBOSA, Carolina. ‘Vou entrar em sinagogas e matar todos’, ameaça hacker em reza virtual. *Veja Rio*, Rio de Janeiro, 23 ago. 2021. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/hackers-invadem-reza-ari-escola-eliezer-max/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BARRETO, Marcelo Menna. Crescimento do neonazismo no Brasil dispara o alarme. *Extra Classe*. Farroupilha, 22 nov. 2019. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/politica/2019/11/crescimento-do-neonazismo-no-brasil-dispara-o-alarme/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

BARROS, José D’Assunção. Fontes Históricas - Um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. *Albuquerque: Revista de História*, v. 2, n. 3, p. 71-115, jan./jun. 2010.

BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do Mal: ensaio sobre os fenômenos extremos*. Campinas, SP: Papirus, 1992.

BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da História Pública frente ao revisionismo histórico? What is the role of public history before historical revisionism? In: MAUAD, Ana Maria; BORGES, Viviane Trindade; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 195-205.

BAUER, Yehuda. *Rethinking the Holocaust*. New Haven and London: Yale University Press, 2001.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião Pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 185-211.

BEIT LOHAMEI HAGHETAOT. *About the Ghetto Fighters' House*. Lohamei Haghetaot, 2020. Disponível em: [https://www.gfh.org.il/eng/About\\_the\\_Museum](https://www.gfh.org.il/eng/About_the_Museum). Acesso em: 24 nov. 2020.

BESANÇON Alain. *A infelicidade do século: sobre o comunismo, o nazismo e a unicidade da Shoah*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BESS, Michael. *Choices under the fire: moral dimensions of World War II*. New York: A. a. Knopf, 2006.

BILETZKY, Eliyahu. *Anti-sionismo – nova face do antissemitismo*. São Paulo: B'nai B'rith, 1982.

BLACK, Jeremy. *The Holocaust: History and Memory*. Bloomington, IN: University Press, 2016

BLAY, Eva Alterman. Gênero, resistência e identidade: Imigrantes judeus no Brasil. *Tempo Social – Revista de sociologia da USP*, v. 21, n. 2. p. 235-258, 2009.

BLOCH, Marc. *A Estranha Derrota*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BLUEBERRY. *Mudar perfil pessoal para perfil de empresa. Como fazer?* Criciúma, 2021. Disponível em: <https://www.bbmarketing.com.br/mudar-perfil-pessoal-para-perfil-de-empresa/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

BONDER, Nilton; SORJ, Bernardo. *Judaísmo para o século XXI: o rabino e o sociólogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONIN, Robson. CPI começa com bate-boca após Renan citar Hitler e o nazismo. *Veja* São Paulo, 25 maio 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/cpi-comeca-com-bate-boca-apos-renan-citar-hitler-e-o-nazismo/>. Acesso: 10 out. 2021.

BORRIES, Bodo von. Coping with burdening history. In: BJERG, Helle; LENZ, Claudia; THORSTENSEN, Erik (ed.). *Historicizing the uses of the past*. Scandinavian Perspectives on History Culture. Historical Consciousness and Didactics of History Related to World War II. Bielefeld: Transcript Verlag, 2011. p. 165-185.

BORRIES, Bodo Von. *Jovens e consciência Histórica*. Organização e tradução de Maria. Auxiliadora Schmidt, Marcelo Fronza e Lucas Pydd Nechi. Curitiba: W.A. Editores, 2018.

BOURDON, Jérôme. *Du service public à la télé-réalité*. Une histoire culturelle des télévisions européennes, 1950-2010. Paris: INA, 2011 (Collection Médias Histoire).

BRAGA, Isabel Drumond. Judeus e Cristãos-Novos: os que chegam, os que partem e os que regressam. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n. 5, p. 9-28, 2005. Disponível em: [http://www.catedra-alberto-benveniste.org/\\_fich/15/Pagina\\_1-28.pdf](http://www.catedra-alberto-benveniste.org/_fich/15/Pagina_1-28.pdf). Acesso em: 23 nov. 2020.

BRAGA, Mirella de Almeida. *A identidade implorada: as experiências de conversão e retorno dos judeus do nordeste sob o olhar de instituições judaicas nacionais e internacionais*. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

BRASIL PARALELO. A Cruz e a Espada. In: BRASIL PARALELO. *Brasil, A Última Cruzada*. Porto Alegre, 18 jan. 2019. Vídeo (51 min). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_4vxDb\\_j7yM&list=PL3yv1E7liXyQeAaMSn62T86Zzq336k8rF](https://www.youtube.com/watch?v=_4vxDb_j7yM&list=PL3yv1E7liXyQeAaMSn62T86Zzq336k8rF). Acesso: 24 set. 2020

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 4.699/2012*. Regulamenta a profissão de historiador e dá outras providências. Brasília, 12 nov. 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559424>. Acesso em: 06 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 7.180/2014*. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 24 fev. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 16 maio 2022.

BRASIL. *Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824)*. Rio de Janeiro, 22 abr. 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm/). Acesso em: 01 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto de 20 de junho de 2020*. Brasília: DOU, 20 jun. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-de-20-de-junho-de-2020-262491716>. Acesso: 31 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Recomendação nº 036, de 11 de maio de 2020*. Brasília, 11 maio 2020d. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Decreto de 17 de janeiro de 2020*. Brasília: DOU, 17 jan. 2020b. Disponível em: <https://asmetro.org.br/portalsn/wp-content/uploads/2020/01/DECRETO-DE-17-DE-JANEIRO-DE-2020-DECRETO-DE-17-DE-JANEIRO-DE-2020-DOU-Imprensa-Nacional.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 119-A de 07 de janeiro de 1890*. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Rio de

Janeiro, 07 jan. 1890. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=119-A&ano=1890&ato=fcf0TPB5ENrRVT1f2>. Acesso em: 05 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1 (26 fev. 1969), p. 1706. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Despacho nº 222, de 24 de abril de 2020. *Diário Oficial da União*, edição 79, Seção 1 (27 abr. 2020c), p. 4. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/despachos-do-presidente-da-republica-254003580>. Acesso em: 16 maio 2022.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 368, de 2009*. Regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências. Brasília, 2009.

BRITO, Creso Nuno Moraes de. *Ressignificações Identitárias: O caso dos B'nei Anussim em Recife*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife: 2014.

BUARQUE; Beatriz; CRETTON, Marcio. Mapa do ódio no Brasil. Percepções e recomendações para políticas públicas. *Words Heal the World*. Manchester, 2019. Disponível em: <https://www.wordshealtheworld.com/wp-content/uploads/2019/10/HATE-MAP-IN-PORTUGUESE.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

BUBER, Martin. *Histórias do Rabi*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2006.

BUSCOMBE, Edward. A ideia de gênero no cinema americano. In: RAMOS, Fernão Pessoa (org.). *Teoria contemporânea do cinema: documentário e narrativa ficcional*. São Paulo: Senac, 2005. Vol. 2. p. 303-318.

BUSETTO, Áureo. Imagens em alta indefinição: produção televisiva nos estudos históricos. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). *Imagem em debate*. Londrina: UEL, 2011. p. 161-177.

CAETANO, Guilherme. Weintraub relaciona filósofa de esquerda ao nazismo e faz críticas a FHC. *O Globo*. Rio de Janeiro, 12 out. 2019. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/sociedade/weintraub-relaciona-filosofa-de-esquerda-ao-nazismo-faz-criticas-fhc-1-24015112>. Acesso em: 01 nov. 2020.

CALAÇA, Carlos Eduardo. Entre os auditórios, clínicas, engenhos e os cárceres do Santo Ofício: cristãos-novos letrados no Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 31, n. 2, p. 207-219, dez. 2005.

CALEARI, Antonio Isoldi. *Malleus Holoficarum: o estatuto jurídico-penal da Revisão Histórica na forma do Jus Puniendi versus Animus Revidere*. 2011. Monografia (Bacharelado



em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.alfredo-braga.pro.br/discussoes/malleus-holoficarum.pdf>. Acesso: 10 nov. 2020.

CAMERON, Elspeth. *Irving Layton: A portrait*. Toronto: Stoddart, 1985.

CAMILLO, Mateus. No Facebook, lives têm três vezes mais engajamento do que vídeos, mostra estudo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 maio 2021. Disponível em: <https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2021/05/31/no-facebook-lives-tem-tres-vezes-mais-engajamento-do-que-videos-mostra-estudo/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CAMPBELL, Heidi A. *Digital Judaism: Jewish Negotiations with Digital Media and Culture*. New York; London: Routledge, 2015. (Routledge Studies in Religion and Digital Culture, 2).

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Aranha e o anti-semitismo do governo Vargas. *Folha de S.Paulo*. Opinião. São Paulo, 29 dez. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/12/29/opinioao/8.html>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Cidadão do mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948)*. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Holocausto. Crime Contra a Humanidade*. São Paulo: Ática, 2002 (Coleção Série História em Movimento).

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Judeus-caboclos da Amazônia. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, v. 15, n. 29, p. 60-87, 2021.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930 – 1945)*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Rompendo o silêncio: a historiografia sobre o antissemitismo no Brasil. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 13, n. 18, p. 79-97, maio 2012. Disponível em: <http://seer.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2012v13n18p79>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. *Revista Transversos*, v. 7, p. 35-53, 2016.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Nova historiografia do Holocausto. *Café História*, Brasília, 27 jan. 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/https-www-cafehistoria-com-br-nova-historiografia-do-holocausto/>. Acesso em: 10 out. 2021

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Onde fica a autoridade do historiador no universo digital? What is there to say about the historian's authority in the digital universe? In: MAUAD, Ana Maria; BORGES, Viviane Trindade; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 169-175.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (org.). *História Pública e divulgação de História*. São Paulo: Letra e Voz: 2019. p. 9-21.

CARVALHO, Flávio Mendes. *Raízes judaicas no Brasil: o arquivo secreto da inquisição*. São Paulo: Nova Arcádia, 1992.

CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASSESE, Patrícia. Soul da Paz: uma banda formada por integrantes de religiões distintas. *O Tempo*. Contagem, MG, 28 set. 2020. Disponível em:

<https://www.otempo.com.br/diversao/soul-da-paz-uma-banda-formada-por-integrantes-de-religioes-distintas-1.2391502>. Acesso em: 16 maio 2022.

CASTANHARI, Felipe. *Sobre O Guia Politicamente Incorreto*. São Paulo, 4 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xpUA89cpxI8>. Acesso em: out. 2020

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. Museus na era da Informação: conectores culturais de tempo e espaço. *MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n. 5, p. 8-21, 2011.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. O negacionismo do Holocausto: pseudo-história e história pública. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 22, n. 2, p. 5-12, jul./dez. 2014.

CAVALCANTE NETO, João de Lira. [conta excluída]. São Paulo, 21 out. 2017. Twitter: @LiraNeto\_. Disponível em: [https://twitter.com/LiraNeto\\_/status/921565378370789376/photo/1](https://twitter.com/LiraNeto_/status/921565378370789376/photo/1). Acesso em: 13 out. 2020.

CAVALCANTE NETO, João de Lira. “A xenofobia em Portugal é real”, diz Lira Neto. [Entrevista cedida a] Daniela Pinheiro. *UOL Notícias*, São Paulo, 01 abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/newsletters/uol-daniela-pinheiro/2022/04/01/daniela-pinheiro-a-xenofobia-em-portugal-e-real-diz-lira-neto.htm>. Acesso em: 04 abr. 2022.

CEARÁ. Segurança Pública. *SSPDS promove encontro entre comunidade judaica e autores de comentários racistas*. Fortaleza, 40 fev. 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/02/04/sspds-promove-encontro-entre-representantes-da-comunidade-judaica-e-autores-de-comentarios-racistas-em-rede-social/>. Acesso em: 16 abr. 2022

CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

CJB. Congregação Judaica do Brasil. *O Shofar*. Rio de Janeiro, 10 out. 2007. Disponível em: [https://www.cjb.org.br/tiferet/culto/tradicoes/21\\_shofar.pdf](https://www.cjb.org.br/tiferet/culto/tradicoes/21_shofar.pdf). Acesso em: 16 maio 2022.

COBO ROMANÍ, Cristóbal; PARDO KUKLINSKI, Hugo. *Planeta Web 2.0. Inteligencia colectiva o medios fast food*. Barcelona; México, 2007.

COELHO, Daniela Vicedomini. *O Museu do Holocausto de Curitiba sob a perspectiva da Museologia Contemporânea*. 2015. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Lisboa, 2015.

- COHEN, Guilherme. *E eu com isso? #52: Coletivo Judeus pela Democracia*. [Entrevista cedida a] Anita Efraim e Marília Neustein. São Paulo: Instituto Brasil-Israel, 12 fev. 2020. Podcast. Áudio (34 min). Disponível em: <https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3luZm0vcy85MDJjNWZjL3BvZGNhc3QvcnNz/episode/YjBiMDBmN2EtZmY3Ny00Mjk1LTk5OTEtN2U3YTk1NDYzYWYw?sa=X&ved=0CAcQuIEEahgKEwj43-TVwrrtAhUAAAAAHQAAAAAQzA8>. Acesso em: 06 dez. 2020.
- CONIB. Confederação Israelita do Brasil. *Evento anual em Natal abordou, em palestras, o tema dos Bnei Anussim*. São Paulo, 04 set. 2020. Disponível em: <https://www.conib.org.br/evento-anual-em-natal-abordou-em-palestras-o-tema-dos-bnei-anussim/>. Acesso: 14 abr. 2022.
- CONIB. Fispes e OAB atuam em caso de agressão antissemita no interior de SP. CONIB. Confederação Israelita do Brasil. São Paulo, 2 mar. 2020. Disponível em: <https://www.conib.org.br/fispes-e-oab-atuam-em-caso-de-agressao-antissemite-no-interior-de-sp/>. Acessado em: 6 nov. 2020.
- CORNER, John. Finding data, reading patterns, telling stories: issues in the historiography of television. *Media, Culture & Society*, v. 25, n. 2, p. 273-280, 2003.
- CÔRTE, Andrea Telo da. *Os Judeus em Niterói: imigração, cidade e memória. 1910-1980*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, p. 393-423, 2002.
- DA EMPOLI, Giuliano. *Os engenheiros do caos. Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. São Paulo: Vestígio, 2019.
- DANZIGER, Leila. Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. *Arquivo Maaravi. Revista digital dos Estudos Judaicos da UFMG*, v. 1, n. 1, p. 50-58, 2007.
- DAVIS, Ian. Talis, Web 2.0 and All That. *Internet Alchemy*. Rugby, 4 Jul. 2005. Disponível em: <https://blog.iandavis.com/2005/07/talis-web-2-0-and-all-that/>. Acesso: 05 jun. 2020.
- DELLAPERGOLA, Sergio. The Jewish people in 2050: 2 very different scenarios. *YNetNews*, Rishon Lezion, 22 set. 2015. Disponível em: <https://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-4702945,00.html>. Acesso em: 02 abr. 2020.
- DELLAROLE, Pedro Juliano. Cantando a Torá. *Revista Tulha*, v. 6, n. 1, p. 52-77, jan./jun. 2020.
- DEUTSCHER, Isaac. *O Judeu Não-judeu e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- DIÁRIO CATARINENSE. “Frente Branca” homenageia aniversário de Hitler em Santa Catarina. *Pragmatismo Político*. Florianópolis, 22 abr. 2014. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/04/frente-branca-homenageia-aniversario-de-hitler-em-santa-catarina.html>. Acesso em: 08 nov. 2020.

DIÁRIO DO NORDESTE. *Indiciados por racismo e ameaças contra Comunidade Judaica no Ceará se reúnem com rabino*. Fortaleza, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/indiciados-por-racismo-e-ameacas-contra-comunidade-judaica-no-ceara-se-reunem-com-rabino-1.2205420>. Acesso em: 16 abr. 2022.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. *Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na internet*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279037>. Acesso em: 12 jun. 2020.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. Um mergulho no universo neonazista. [Entrevista cedida a] Luiz Sugimoto. *Jornal da Unicamp*, Campinas, 28 set. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/09/28/um-mergulho-no-universo-neonazista>. Acesso em: 12 mar. 2020.

DIMENSTEIN, Gilberto. Felipe Neto celebra punição de youtuber recomendado por Bolsonaro. *Catraca Livre*. São Paulo, 22 fev. 2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/dimenstein/felipe-neto-celebra-punicao-de-youtuber-recomendado-por-bolsonaro/>. Acesso em: 13 out. 2020

DW Brasil. DeutscheWelle Brasil. Cemitérios judaicos são profanados na França. *Made for Minds*. Brasília, 04 dez. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/cemit%C3%A9rios-judaicos-s%C3%A3o-profanados-na-fran%C3%A7a/a-51520757>. Acesso: 02 mar. 2022.

DWEK, Tuna. *Maria Adelaide Amaral: a emoção libertária*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Fundação Padre Anchieta, 2005.

EDUMOBILE. Módulo dispositivos móveis. Porto Alegre, 2021. Disponível em: [http://www.nuted.ufrgs.br/oa/edumobile/m1\\_dm.html](http://www.nuted.ufrgs.br/oa/edumobile/m1_dm.html). Acesso em: 20 nov. 2021.

EHRlich, Michel. [Entrevista cedida a] Helena Ragusa Granado. Curitiba, 18 jul. 2018a. (via e-mail).

EHRlich, Michel. [Entrevista cedida a] Helena Ragusa Granado. Curitiba, 10 jul. 2018b.

EHRlich, Michel. [Entrevista cedida a] Helena Ragusa Granado. Curitiba, 15 fev. 2022.

EHRlich, Michel. Trauma, transmissão e (re)construção: memórias da Shoah na comunidade judaica curitibana no pós-guerra. *Aedos*, v. 11, n. 24, p. 285-307, 2019.

EMBAIXADA DA ALEMANHA BRASÍLIA. *Os alemães não escondem o seu passado*. Saiba como se ensina história na Alemanha. Brasília, 5 set. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/EmbaixadaAlemanha/posts/1787615858004400>. Acesso em: 5 set. 2018

FÁBRICA DE CASAMENTOS. *Carol e Allan*. Parte 1. São Paulo, 05 maio 2018a. Vídeo (33min 08s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rXnfbvDwQi8>. Acesso em: 16 abr. 2022.

FÁBRICA DE CASAMENTOS. *Carol e Allan*. Parte 2. São Paulo, 05 maio 2018b. Vídeo (39min 27s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hltCCDnYHPk>. Acesso em: 16 abr. 2022.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. Entre tradição, inovação e renovação: sobre cursos de história brasileiros. *Saeculum (UFPB)*, v. 32, p. 159-181, 2015.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra; MELO, Ricardo Marques de; KOBELINSKI, Michel. História pública brasileira e internacional: seu desenvolvimento no tempo, possíveis consensos e dissensos. *Revista do NUPEM*, v. 11, p. 29-47, 2019.

FAINGOLD, Reuven. Judaísmo na Corte de D. Pedro II. *Revista Morashá*, v. 26, n. 102, p. 50-56, dez. 2018.

FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: estudos e notas*. São Paulo: Humanitas, 2008.

FALBEL, Nachman. Sobre a presença dos cristãos-novos na Capitania de São Vicente e a formação da etnia paulista. *Revista USP*, n. 41, p. 112-119, mar./maio 1999.

FALBEL, Nachman. Uma carta do Rabino Abraham Itzhaq Ha-Cohen kook no epistolário do Rabino Jacob Braverman de São Paulo (1880-1939). *Herança Judaica*, p. 97-105, 01 set. 1979.

FALCON, Francisco José Calazans. O Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS/UFRJ — um ensaio de história e memória. *Topoi*, v. 13, n. 25, p. 6-24, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v13n25/1518-3319-topoi-13-25-00006.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-90.

FEITLER, Bruno. Poder episcopal e ação inquisitorial no Brasil. In: VAINFAS Ronaldo; FEITLER, Bruno; LIMA, Lana Lage da Gama (org.). *Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: UERJ, 2006. p. 33-45.

FELTRIN, Ricardo. SBT, 35 anos: Silvio rejeitou R\$ 200 milhões para vender horário a igrejas. *Splash UOL*, São Paulo, 19 ago. 2016. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2016/08/19/sbt-35-anos-silvio-recusou-r-200-milhoes-para-vender-horario-a-igreja.htm>. Acesso em: 16 maio 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 19, n. 2, p. 611-636, abr./jun. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB). *História da Historiografia*, n. 11, p. 45-64, abr. 2013.

FERREIRA, Rodrigo Almeida de. O cinema na História Pública: balanço do cenário brasileiro (2011-2015). In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 133-147.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Cinema, educação e história pública. Dimensões do filme 'Xica da Silva'. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 207-223.

FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. A história dos dominados em todo o mundo. São Paulo: Ibrasa, 2019.

FERRO, Marc. *Cómo se cuenta la historia a los niños en el mundo entero*. México, DF: FCE, 2007.

FILHO, Daniel. Depoimento. [Entrevista cedida a] Myriam Pessoa Nogueira. Para o livro inédito *Minisséries Brasileiras: um making off*, jan. 2000. Áudio. 1 fita cassete.

FIORUCCI, Rodolfo. O anticomunismo integralista nos anos 1930: o caso da revista *Anauê!* In: PRIORI, Angelo; MATHIAS, Meire; FIORUCCI, Rodolfo. *O anti comunismo e a cultura autoritária no Brasil*. Curitiba: Prismas, 2017. p. 11-38.

FOLHA PRESS. Após dar entrevistas, historiadores criticam novo programa no History. *Bem Paraná*, Curitiba, 22 out. 2017. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/apos-dar-entrevistas-historiadores-criticam-novo-programa-no-history#.X4X9-tBKgdU>. Acesso em: 13/10/2020. Acesso em: 13 out. 2020

FOLHAPRESS. Apologia ou liberdade de expressão: fala de Monark sobre nazismo divide opiniões. *O tempo*, Belo Horizonte, 8 fev. 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/apologia-ou-liberdade-de-expressao-fala-de-monark-sobre-nazismo-divide-opinioes-1.2609566>. Acesso em: 08 fev. 2022.

FORSTER, Ricardo. *El exilio de la palabra. En torno a lo judío*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1999.

FRIEDLÄNDER, Saul. A Wehrmacht, a Sociedade Alemã e o Conhecimento do Extermínio em Massa dos Judeus. In: BARTOV, Omer; GROSSMANN, Anita; NOLAN, Mary (org.). *Crimes de guerra: culpa e negação no século XX*. Rio de Janeiro: Difel, 2005. p. 53-66.

FRISCH, Michael. A História Pública não é uma via de mão única ou De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-69.

G1 BRASÍLIA. *Prefeito de Nova York comemora com ironia cancelamento de viagem de Bolsonaro*. Brasília, 4 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/04/prefeito-de-nova-york-comemora-com-ironia-cancelamento-de-viagem-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso: 01 dez. 2019.

G1 SÃO PAULO. *Mortes e casos conhecidos de coronavírus no Brasil e nos estados*. São Paulo, 5 jun. 2022. Disponível em:

<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>. Acesso: 10 out. 2021.

G1 SC. Justiça absolve dois acusados de colar cartazes exaltando Hitler em Santa Catarina. Florianópolis, 08 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/10/08/justica-absolve-dois-acusados-de-colar-cartazes-exaltando-hitler-em-santa-catarina.ghtml>. Acesso em: 08 nov. 2020

G1. *Sinagoga mais antiga das Américas passa a ter visitas guiadas no projeto Recife Sagrado*. Recife, 17 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/sinagoga-mais-antiga-das-americas-passa-a-ter-visitas-guiadas-no-projeto-recife-sagrado.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2019.

G1-CE. *Estudantes são investigados por mensagens com ameaças a judeus no Ceará*. Fortaleza, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/01/21/grupo-de-estudantes-e-investigado-por-mensagens-racistas-contra-comunidade-judaica-no-ceara.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2022.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.): *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001. p. 44-57.

GEIGER, Pedro Pinchas. O povo judeu e o espaço. *Revista Laboratório de Gestão do Território*, p. 85-104, 1998.

GENTIL, Cristine. Como se tornar um best-seller no Brasil, segundo autores desconhecidos que estouraram. *Draft*, São Paulo, 17 jan. 2018. Disponível em: <https://www.projeto draft.com/como-se-tornar-um-best-seller-no-brasil-segundo-autores-desconhecidos-que-estouraram/>. Acesso: 13 out. 2020.

GHERMAN, Michel. [Entrevista cedida a] Helena Ragusa Granado via Google Meet. Rio de Janeiro; Londrina, 7 out. 2020b. Vídeo (60 min).

GHERMAN, Michel. Israel imaginário é usado politicamente pela direita e pela esquerda. *Revista Época*, São Paulo, 20 jul. 2019, atualizado em 16 set. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/mundo/israel-imaginario-usado-politicamente-pela-direita-pela-esquerda-23822015>. Acesso em: 5 dez. 2020.

GHERMAN, Michel. Parar para lembrar: um olhar sobre Yom Hashoá. *Instituto Brasil-Israel (IBI)*. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://institutobrasilisrael.org/colunistas/michel-gherman/geral/parar-para-lembrar-um-olhar-sobre-yom-hashoa>. Acesso: 10 nov. 2021.

GHERMAN, Michel. *Quando a Nova Esquerda e a Nova Direita Encontram o Israel Imaginário, no Brasil*. São Paulo: IBI, nov. 2020. Disponível em: <http://institutobrasilisrael.org/colunistas/michel-gherman/geral/quando-a-nova-esquerda-e-a-nova-direita-encontram-o-israel-imaginario-no-brasil>. Acesso em: 16 nov. 2020.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. v. 1. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 21-44.

GONÇALVES, Alexandre. *Bahia pode ter artefato judeu do séc. 17. O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 19 fev. 2012. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,bahia-pode-ter-artefato-judeu-do-sec-17-imp-,837848>. Acesso em: 03 dez. 2018.

GONÇALVES, Tálita. Overposting: você sabe o que é? *Etus*, Ribeirão Preto, 14 maio 2021. Disponível em: <https://etus.com.br/blog/overposting-voce-sabe-o-que-e/>. Acesso: 19 jul. 2021.

GORENSTEIN, Lina. *A Inquisição contra as mulheres*. Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII. São Paulo: Humanitas, 2005. (Coleção Histórias da Intolerância, 1 - Inquisição e Marranismo).

GORENSTEIN, Lina. *Heréticos e Impuros - Inquisição e cristãos-novos no Rio de Janeiro, século XVIII*. v. 39. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, 1995.

GORENSTEIN, Lina; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Ensaio sobre a Intolerância, Inquisição, Marranismo e Anti-semitismo*. v. 1. São Paulo: Humanitas, 2002.

GORENSTEIN, Lina; NOVINSKY, Anita; RIBEIRO, Eneida B.; LEVY, Daniela. *Os Judeus que construíram o Brasil*. Fontes Inéditas para uma nova visão da história. São Paulo: Planeta, 2015.

GOUVEA, Regina RoTtenberg. *Comunidade judaica em Curitiba (1889 -1970)*. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980.

GRANADO, Helena Ragusa. A negação na era da Web 2.0: a Shoah em cena. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA “História da América em debate: fronteiras, ensino e ecologia*. 9., Maringá: EDUEM, 2019. p. 2182-2190.

GRIN, Monica; GHERMAN, Michel. Breve balanço sobre os estudos judaicos no Brasil. *Cuadernos Judaicos*, v. 34, p. 33-58, 2017.

GRINBERG, Keila. Judeus, Judaísmo e cidadania no Brasil Imperial. *In: GRINBERG, Keila (org.). Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 201-218.

GRUMAN, Marcelo. A Sinagoga Ortodoxa Novo espaço de sociabilidade para jovens judeus não-religiosos. *Acervo*, v. 16, n. 2, p. 43-62, jul./dez. 2003.

GRÜN, Roberto. Identidade e política: os judeus na esfera pública e a representação da comunidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais da ANPOCS*, v. 26, n. 9, p. 123-148, 1994.

GUIMARÃES, Juca. Livro narra aventura de jovem pela cidade de São Paulo em busca da ancestralidade religiosa. *R7*, São Paulo, 21 set. 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/livro-narra-aventura-de-jovem-pela-cidade-de-sao-paulo-em-busca-da-ancestralidade-religiosa-21092016>. Acesso em: 15 abr. 2022.

GUTFREIND, Ieda. A atuação da Jewish Colonization Association (JCA) no Rio Grande do Sul: a Colônia Philippon. *Webmosaica – Revista do Instituto cultural Judaico Marc Chagall*,



v. 1, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/view/9772>. Acesso em: 10 jun. 2020.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARTOG, François *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. A COVID-19 e as perturbações do presentismo. *ArtCultura*, v. 22, n. 41, p. 50-56. 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/58640/30616>. Acesso em: 24 maio 2021.

HARTOG, François. *Evidência da história. O que os historiadores veem*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira e Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HELLER, Reginaldo Jonas. Os Judeus do Eldorado. In: GRINBERG, Keila (org.). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 220-234.

HEUFFEL, Evelyne. Philippson uma colônia singular? *Webmosaica - Revista do instituto cultural Judaico Marc Chagall*. Porto Alegre, v. 9, 121-147, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/download/37754/24362>. Acesso: 30 jun. 2020

HISTORY. Brasil com Z - Guia Politicamente Incorreto. *History Channel*, São Paulo, 31 dez. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yoCB8D8PTk4>. Acesso em: 13 out. 2020

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo Companhia das Letras, 1998.

HOINEFF, Nelson. *A nova televisão: desmassificação e o impasse das grandes redes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

HOINEFF, Nelson. *TV em expansão*. Rio de Janeiro: Record, 1991.

HUGGLER, Justin. Líderes judeus reportam onda de ataques antissemitas na Europa. *Sul21*, Porto Alegre, 29 jul. 2013. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticiasinternacional/2014/07/lideres-judeus-reportam-onda-de-ataques-antissemitas-na-europa>. Acesso em: 08 mar. 2022.

HUYSSSEN, Andreas. En busca del tiempo futuro. *Revista Puentes*, v. 1, n. 2, p. 12-29, 2000b. Disponível em: <https://www.comisionporlamemoria.org/archivos/puentes/02puentes.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória*. Arquitetura, monumento, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000a.

IBI. Instituto Brasil-Israel. *Entrevista com o prof. Michel Gherman, durante conferência na Universidade de Haifa, em Israel*. Haifa, 13 jan. 2020b. Disponível em: <http://institutobrasilisrael.org/videos/selecione-uma-categoria/entrevista-com-o-prof-michel-gherman-durante-conferencia-na-universidade-de-haifa-em-israel>. Acesso em: 16 nov. 2020.

IBI. Instituto Brasil-Israel. *Extrema-direita, Fascismos e o Judeu Imaginário no Brasil*. Cuiabá, 2 set. 2020c. <http://institutobrasilisrael.org/noticias/noticias/extrema-direita-fascismos-e-o-judeu-imaginario-no-brasil>. Acesso em: 16 nov. 2020.

IBI. Instituto Brasil-Israel. *Política e Religião no Brasil e nas Américas*. Haifa, 13 jan. 2020a. Disponível em: <http://institutobrasilisrael.org/eventos/institucional/conferencia-politica-e-religiao-no-brasil-e-nas-americas>. Acesso em: 16 nov. 2020.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. *Guia dos Museus Brasileiros*. Brasília: IBRAM, 2011.

ICHIM. International Cultural Heritage Informatics Meetings. The ICHIM conference series has ended. *Archives & Museum Informatics*, Toronto, 2008. Disponível em: <https://www.archimuse.com/conferences/ichim.html>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ISRAEL SCIENCE AND TECHNOLOGY DIRECTORY. Passa de 60 o número de museus com a temática do Holocausto. *Global Directory of Holocaust Museums*, Ariel, 2021. Disponível em: <https://www.science.co.il/jewish/Holocaust-museums.php>. Acesso em: 23 dez. 2021.

JELINEK, Jan. The Modern, living museum. *Museum International*, v. 27, n. 2, 1975. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1111/muse.12057>. Acesso em: 23 dez. 2021.

JORNAL DA RECORD. Vídeo divulgado na internet leva polícia a integrantes de grupo neonazista. *Record*, São Paulo, 2017. Vídeo (2min 55s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2gYqweKoOLY>. Acesso em: 16 maio 2022.

JORNALISTAS LIVRES. EXCLUSIVO: *Secretário da cultura de Bolsonaro copia Goebbels em discurso*. São Paulo, 17 jan. 2020. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/exclusivo-secretario-da-cultura-de-bolsonaro-copia-goebbels-em-discurso/>. Acesso em: 10 out. 2020.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

KANTOR, Íris. [Entrevista cedida] a Helena Ragusa Granado. Maringá, 08 abr. 2020. (via e-mail).

KAPLAN, Andreas M.; HAENLEIN, Michael. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. *Business horizons*, v. 53, n. 1, p. 59-68, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0007681309001232>. Acesso em: 3 agosto 2019.

KAUFMAN, Tânia Neumann. Da Península Ibérica para Pernambuco... Eles vieram para ficar. In: LEWIN, Helena. *Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 9-20. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/583jd/pdf/lewin-9788579820182-04.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

- KNAUSS, PAULO. Quais os desafios dos museus em face da história pública. In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018b. p. 323-330.
- KOGAN, Andrea. Judeus: povo do livro, da informação e da internet. *Último andar*, v. 29, p. 115-126, 2016.
- KOGAN, Andréa. Judeus: povo do livro, da informação e da internet. *Último Andar*, n. 29, p. 115-126, 2016.
- KOIFMAN, Fabio; AFONSO, Rui. Os vistos concedidos no consulado do Brasil em Hamburgo: 1938-1939. In: MILGRAM, Avraham; KOIFMAN, Fabio; FALBEL, Anat. *Judeus no Brasil: História e Historiografia. Ensaios em Homenagem a Nachman Falbel*. Rio de Janeiro: Garamond, 2021. p. 123-156.
- KONDLATSCH, Rafael. #ELENÃO #ELESIM: o cidadão gatekeeper em grupos do Facebook nas eleições presidenciais de 2018. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) –Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2019.
- KORNIS, Mônica Almeida. *Cinema, televisão e História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- KORNIS, Mônica Almeida. Uma memória da história nacional recente: as minisséries da Rede Globo. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, v. 16, n. 1, p. 125-142, 2003.
- KRIGSNER, Miguel. Curitiba inaugura o primeiro Museu do Holocausto do Brasil. [Entrevista cedida a] SBT Manhã. *SBT*, 23 dez. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wa4yCY12hsc>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- KUNDERA, Milan. *A ignorância*. Tradução: Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.
- KUSCHNIR, Karina; PIQUET-CARNEIRO, Leandro. As dimensões subjetivas da política: cultura política e Antropologia. *Revista de Estudos Históricos*, v. 2, n. 24, p. 227-250, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Irene Ferreira et al. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre a História*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- LEMOS, André. Anjos interativos e retribalização do mundo: sobre interatividade e interfaces digitais. *Tendências XXI*, 1997. [On-line] Disponível <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/interac.html>. Acesso em: 16 set. 2014.
- LEONE, Alexandre. A sinagoga como espaço religioso e comunitário. *REVER: Revista de estudos da religião*, v. 19, n. 1, p. 119-131, 2019.
- LESSER, Jeffrey. Judeus salvam: os estereótipos e a questão dos refugiados no Brasil, 1935 - 1945. In: GRINBERG, Keila (org.). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 315-334.

LESSER, Jeffrey. Laços finais: novas abordagens sobre etnicidade e diáspora na América Latina do século XX: os judeus como lentes. *Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-graduandos de História*, v. 42, p. 73-94, 2011.

LEVY, Débora. Frieda Wolff: uma história de vida. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, v. 2, n. 3, p. 1-6, out. 2008.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: 34, 1999.

LEWGOY, Bernardo. Holocausto, trauma e memória. *WebMosaica*, v. 2, n. 1, p. 50-56, 2010.

LEWIN, Helena. *Da Colônia à República: judeus construindo sua identidade brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019.

LIBERMAN, Maria. *O Levante do Maranhão*. Judeu Cabeça de Motim: Manuel Beckman. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública. Os públicos e os seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à História Pública*. Florianópolis: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

LIMA, André Nicacio. A nação brasileira entre a cruz e a espada: apontamentos sobre a atual (re)construção de uma identidade nacional supremacista no Brasil. *Temáticas*, v. 27, p. 54, p. 15-38, ago./dez. 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/issue/view/550>. Acesso em: 24 set. 2020.

LIMA, Bruna. “Minimizam horrores”: comunidades judaicas repudiam declaração de Yamaguchi. *Correio Braziliense*. Brasília, 12 jul. 2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/12/interna-brasil,871567/minimizam-horrores-comunidades-judaicas-repudiam-declaracao-de-yama.shtml>. Acesso em: 02 ago. 2020.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida – Uma História da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIPINER, Elias. Os judaizantes nas capitânicas de cima (estudos sobre os cristãos-novos do Brasil nos séculos XVI e XVII). São Paulo: Brasiliense, 1969.

LIPINER, Elias. *Santa Inquisição: Terror e Linguagem*. Rio de Janeiro: Documentário, 1977.

LIPSTADT, Deborah E. *Denying the Holocaust. The Growing Assault on Truth and Memory*. New York: Plume, 2016.

LIPSTADT, Deborah. 3 Lessons About Anti-Semitism We should learn from the Pittsburgh Synagogue attack. *Time*, Nova York, NY, 2 nov. 2018. Disponível em: <https://time.com/5438424/pittsburgh-synagogue-shooting-anti-semitism/>. Acesso em: 07 mar. 2021.

LLUSSÀ, Xavier. O design do museu na sociedade da informação. *Ciberpesquisa – Centro de Estudos e Pesquisas em Cibercultura do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia*, v. 2, v. 1, n. 17, p. 1, jun. 2002. Disponível

em: <http://museusvirtuais.blogspot.com/2006/05/o-design-do-museu-na-sociedade-da.html>. Acesso em: 22 jun. 2021.

LONGO, Ivan. Por que Bolsonaro não quer regulamentar a profissão de historiador – e agora terá que o fazer. *Forum*, 13 ago. 2020. Disponível em: <https://contee.org.br/por-que-bolsonaro-nao-quer-regulamentar-a-profissao-de-historiador-e-agora-tera-que-o-fazer/>. Acesso em: 16 maio 2022.

MACHADO, Arlindo. *A Televisão Levada a Sério*. 4. ed. São Paulo: São Paulo, 2005.

MACHADO, Maria Berenice da Costa. Debates nas campanhas presidenciais: Brasil 1989-2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 8., 2011, Guarapuava - PR. Rede Alcar, 2011.

MAFFEI, Evangelina. *2º Grande Prêmio Cinema Brasil*. Caetano Veloso ...en detalle. 2001, Buenos Aires, 30 jan. 2001. Disponível em: <https://caetanoendetalle.blogspot.com/2014/12/2001-2-grande-premio-cinema-brasil.html>. Acesso em: 19 out. 2019.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia*, n. 15, p. 27-50, ago. 2014.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017.

MARON, Alexandre. “Minissérie ‘A Muralha’ é um risco”, afirma Daniel Filho. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 dez. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1412199909.htm>. Acesso: 12 out. 2019.

MARQUES, Rita de Cassia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; PIMENTA, Denise Nacif. A pandemia de COVID-19: interseções e desafios para a história da saúde e do tempo presente. In: REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JÚNIOR, Américo Alves de (org.). *Coleção História do tempo Presente*. v. 3. Boa Vista: UFRR, 2020. p. 125-152.

MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e história pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). *História Crítica*, n. 68, p. 27-45, 2018.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. Introdução. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 11-20.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. Introdução - Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 9-13.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. [Entrevista cedida à] *Revista Espacialidades*. *Revista Espacialidades* v. 14, n. 1, p. 88-95, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17802/11631>. Acesso em: 02 dez. 2019

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte*. São Paulo. N-1 Edições, 2018.

MELÃO, Gabriela. A Muralha. *IstoÉ Gente*. São Paulo, jan. 2000. Disponível em: [https://www.terra.com.br/istoegente/24/diversaoearte/tv\\_muralha.htm](https://www.terra.com.br/istoegente/24/diversaoearte/tv_muralha.htm). Acesso em: 17 mar. 2021.

MELLO, Igor. Conib: Declarações de Nise Yamaguchi “minimizam horrores do nazismo”. *UOL Saúde*. Rio de Janeiro, 12 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/12/conib-declaracoes-de-nise-yamaguchi-minimizam-horrores-do-nazimos.htm>. Acesso: 02 ago. 2020.

MELO, Demian Bezerra. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e Marxismo. Revista do NIEP Marx*, v. 1, p. 49-74, 2013.

MEMÓRIA GLOBO. *Autores: Histórias da Teledramaturgia. Livro 2*. São Paulo: Globo, 2008.

MEMÓRIA GLOBO. Minisséries. *A Muralha*. São Paulo, 29 out. 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/minisseries/a-muralha/noticia/a-muralha.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MENDES, Helen. Brasileiros contestam Embaixada da Alemanha sobre o nazismo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 17 set. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/brasileiros-contestam-embaixada-da-alemanha-sobre-o-nazismo-973iq3sifpf8eauyyk5gf7ybyq/>. Acesso em: 17 set. 2018.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, v. 2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Museus históricos: da celebração à consciência histórica. *Revista do Museu Paulista – como explorar um museu histórico*, p. 7-10, 1992.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. (Conferência de abertura). In: ENCONTRO PAULISTA DE MUSEUS. 10., São Paulo: Sistema Estadual de Museus de São Paulo, 18 jul. 2018. p. 14-26. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MESQUITA FILHO, Alberto. Links para canais YouTube de direita. *Espaço Científico Cultural*. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.ecientificocultural.com/ECC3/canaisyoutube.htm>. Acesso em: 13 out. 2020.

MHC. Museu do Holocausto de Curitiba. “Nota de repúdio a atentado islamofóbico”. Curitiba, 27 nov. 2021h. Disponível em: <https://www.facebook.com/MuseuShoaCuritiba/posts/4615271621913372>. Acesso em: 27 nov. 2021.

MHC. Museu do Holocausto de Curitiba. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE ENSINO DO HOLOCAUSTO E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. 1., Curitiba, 21,

23 nov. 2021g. Disponível em:

<https://www.museudoholocausto.org.br/congresso/?fbclid=IwAR0phEGTugFB0v7xUgk12VZlyjAyO3pq8fBnoVGUIFIZr5S-63OZorlRHQo>. Acesso: 15 out. 2021.

MHC. Museu do Holocausto de Curitiba. Curitiba, 2021a. Disponível em:

<https://www.facebook.com/MuseuShoaCuritiba>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MHC. Museu do Holocausto de Curitiba. *Eventos*. Curitiba, 2021e. Disponível em:

[https://www.facebook.com/MuseuShoaCuritiba/events/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/MuseuShoaCuritiba/events/?ref=page_internal). Acesso em: 10 nov. 2021.

MHC. Museu do Holocausto de Curitiba. *Outubro de 2021 - Mês das Crianças*. Curitiba, 1 out. 2021c. Disponível em:

<https://www.facebook.com/MuseuShoaCuritiba/photos/a.199489196824992/4436261736481029>. Acesso: 10 nov. 2021

MHC. Museu do Holocausto de Curitiba. *Por toda a vida vamos lembrar – 10*. Curitiba, 1 nov. 2021b. Disponível em:

<https://www.facebook.com/MuseuShoaCuritiba/photos/a.100470583393521/4532333816873820>. Acesso: 10 nov. 2021.

MHC. Museu do Holocausto de Curitiba. *Regras de uso*. Curitiba, 2021f. Disponível em:

<https://www.facebook.com/MuseuShoaCuritiba/app/190322544333196>. Acesso em: 19 ago.2021.

MHC. Museu do Holocausto de Curitiba. *Sobre*. Curitiba, 4 set. 2021d. Disponível em:

<https://www.facebook.com/MuseuShoaCuritiba/about/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? *Revista Memória em Rede*, v. 2, n. 3, p. 14-26, ago./nov. 2010. Disponível em:

<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/site/revista/edicao-03/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MIELE, Neide. Velhos “cristãos-novos” no sertão paraibano. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, v. 7, n. 13-14, p. 539-552, 2008.

MILGRAM, Avraam. Reflexões Sobre o Vaticano, os Judeus, e a América Latina Durante a II Guerra Mundial. *E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de America Latina Y el Caribe*, v. 6, n. 1, p. 101-112, 1995. Disponível em:

<http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/1206/1234>. Acesso em: 16 jun. 2020.

MILGRAM, Avraham. Entrevista com Avraham Milgram. [Entrevista cedida à] Rede social *Judeus unidos contra Bolsonaro*. 17 dez. 2018. Disponível em:

<https://www.facebook.com/watch/?v=2304591676246517>. Acesso em: 24 nov. 2020.

MILGRAM, Avraham. Entrevista com Avraham Milgram. [Entrevista cedida a] Michel Gherman. *Revista Eletrônica do NIEJ*, ano 2, n. 4, p. 3-29, 2011.

MILGRAM, Avraham. *Os judeus do Vaticano*. A tentativa de salvação de católicos — não-arianos — da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942). São Paulo: Imago, 1994.

MIRANDA, Sonia Regina. A memória em Arena de Sentidos: reflexões sobre saberes, práticas e territórios educativos na contemporaneidade. *In: ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina; PACIEVITCH, Caroline (org.). Memória, Sensibilidades e Saberes. v. 1. Campinas: Alinea, 2015. p. 326-345.*

MIZRAHI, Rachel. Imigração judaica do Oriente Médio ao Brasil. *In: WEITMAN, David (coord.). Ciclo de Seminários do Memorial da Imigração Judaica de São Paulo. São Paulo: Memorial da Imigração Justiça e do Holocausto, 2016. p. 39-57. Disponível em: <http://memij.com.br/images/publicacoes/CICLO-DE-PALESTRAS-MEMORIAL.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.*

MIZRAHI, Rachel. Imigrantes judeus do Oriente Médio e sua inserção em São Paulo e no Rio de Janeiro. *In: LEWIN, Helena (coord.). Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 160-173.*

MOLINA, Ana Heloisa; RAGUSA, Helena. Os novos contornos do antissemitismo, a construção de imaginários pela mídia no Brasil e a escrita da História: singularidades e perigos. *Saeculum, v. 25, n. 43, p. 361-379, jul./dez. 2020.*

MOM BRASIL. Media Ownership Monitor. Rede Globo. out. 2017. Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/br/midia/detail/outlet/rede-globo/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MOSAICO NA TV. *Inauguração Sinagoga Sem Fronteiras. São Paulo, 04 set. 2018. Vídeo (2min 23s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fYaJT3Q7Qvs>. Acesso em: 17 maio 2022.*

MOTA, Carlos Guilherme. São Paulo: exercício de memória. *Estudos Avançados, v. 17, n. 48, p. 241-263, 2003.*

MOTT, Luiz Roberto de Barros. A Inquisição. *In: SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. São Luís: Maranhão. 24 nov. 1993. p. 45-73.*

MOURA, Damaris. *Semana Estadual da Liberdade Religiosa. São Paulo, 2020. Vídeo (1min 32s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rcnMzIKfe7c>. Acesso em: 16 maio 2022.*

MOURA, Nando. BOLSONARO - Humilhando no Jornal Nacional. *YouTube, 29 ago. 2028. Vídeo (11 min 41 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zN30WmsxySs>. Acesso em: 10 out. 2020*

MOURA, Nando. Hitler era de DIREITA? 29 out. 2015. Vídeo (2 min 47 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nmFAPqzaAz8>. Acesso em: 13 out. 2020.

MOURA, Patrícia. O Poder do engajamento através da promoção nas plataformas sociais. *In: MOURA, Patrícia. Comunicação e marketing digitais: conceitos, práticas, métricas e inovação. Salvador: VNI, 2011. Disponível em: <https://comunicacao.faccat.br/blog/sites/default/files/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Marketing%20Digitais%20-%20Marcello%20Chamusca%20e%20Marcia%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2022.*



MULLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. *Entrevista com Henry Rousso*, v. 24, n. 2, p. 388-393, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v24n2/1980-542X-tem-24-02-388.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MUSEU DO HOLOCAUSTO. *Não é apenas uma nota de repúdio*. Curitiba, 27 maio 2020. Twitter. Disponível em:

[https://twitter.com/MuseuHolocausto?ref\\_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwtterm%5E1265765008748748800%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1\\_&ref\\_url=https%3A%2F%2Fcongressoemfoco.uol.com.br%2Fgoverno%2Fjudeus-se-revoltam-com-comparacoes-ao-nazismo-feitas-por-bolsonaristas-basta%2F](https://twitter.com/MuseuHolocausto?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwtterm%5E1265765008748748800%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fcongressoemfoco.uol.com.br%2Fgoverno%2Fjudeus-se-revoltam-com-comparacoes-ao-nazismo-feitas-por-bolsonaristas-basta%2F). Acesso em: 06 dez. 2020.

NAHON, Karine. Political Viral Memetics: Challenging Institutions of power. *Culture Digitally*, 12 Nov. 2015. Disponível em: <http://culturedigitally.org/2015/11/memeology-festival-06-political-viral-memetics-challenging-institutions-of-power/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, n. 15, p. 9-44, 2015.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. Disponível em: <http://globolivros.globo.com/livros/guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil>. Acesso em: 24 nov. 2020.

NETO, Lira; SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Laurentino. Historiadores acusam o canal History de incluir entrevistas em programas sem seu consentimento. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 out. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/historiadores-acusam-canal-history-de-incluir-entrevistas-em-programa-sem-seu-consentimento-21978346>. Acesso em: 13 out. 2020.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à Direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NICOLLI, Laura. [Entrevista cedida a] Helena Ragusa Granado. Curitiba, 10 dez. 2021. (via *WhatsApp*).

NOGUEIRA, David. Pesquisador judeu detona comentarista da Jovem Pan por fala antissemita: “Negacionista do Holocausto”. *Diário do Centro do Mundo*, São Paulo, 16 nov. 2021. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/judeu-jovem-pan-antissemita/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. *Liinc em Revista*, v. 11, n. 1, p. 28-51, 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634>. Acesso em: 23 out. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 12, 1993.

NOVINSKY, Anita Waingort. *Ciclo Registrando a Memória*. [Entrevista cedida a] Centro de Cultura Judaica de São Paulo. São Paulo, 2007. Vídeo (49 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9mFN9n0-U18&t=2432s>. Acesso: 27 ago. 2020.

NOVINSKY, Anita Waingort. *Cristãos-novos na Bahia: a inquisição 1624 – 1654*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NOVINSKY, Anita Waingort. *Entrevistas Centro de Cultura Judaica*. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos, 2020. Vídeo (49 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9mFN9n0-U18&t=1877s>. Acesso em: 23 out. 2020.

NOVINSKY, Anita Waingort. O legado do judaísmo à civilização brasileira. In: LEWIN, Helena (coord.). *Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 2-8.

NOVINSKY, Anita Waingort. O papel da mulher no cripto-judaísmo português. In: COMISSÃO para a igualdade e para os direitos das mulheres. *O rosto feminino da expansão portuguesa*. Congresso Internacional. Lisboa, 1995. p. 549-555.

NOVINSKY, Anita Waingort. Os Judeus que descobriram o Brasil. [Entrevista cedida a] Gilberto Ventura. *Vozes dos cárceres*, São Paulo, 08 abr. 2018. Vídeo (19min 08s). Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=446931439071521>. Acesso em: 16 abr. 2022.

NOVINSKY, Anita Waingort. Prefácio. In: VENTURA, Rabino. *O Resgate*. São Paulo: Sefer, 2016. p. 11-18.

NOVINSKY, Anita Waingort. The Last Marranos. *Commentary*. New York, May 1967. Disponível em: <https://www.commentary.org/articles/anita-novinsky/the-last-marranos/>. Acesso em: 14 maio 2022.

NOVINSKY, Anita Waingort; LEVY, Daniela; RIBEIRO, Eneida; GORENSTEIN, Lina. *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

NOVINSKY, Anita Waingort; LEVY, Daniela; RIBEIRO, Eneida; GORENSTEIN, Lina. *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

NSC. *Comunidade judaica fica em alerta após ameaça de atentado no Brasil*. Florianópolis, 24 maio 2012. Disponível em: <https://www.nscototal.com.br/noticias/comunidade-judaica-fica-em-alerta-apos-ameaca-de-atentado-no-brasil>. Acesso em: 14 abr. 2022.

O ESTADO DE S.PAULO. Após repúdio de Israel, Weintraub volta a citar nazismo: “Tenho direito de falar do Holocausto”. São Paulo, 29 maio 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-repudio-de-israel-weintraub-volta-a-citar-nazismo-tenho-direito-de-falar-de-holocausto,70003318494>. Acesso: 01 nov. 2020.

OAKESHOTT, Michael. *Sobre a história & outros ensaios*. Tradução Renato Rezende. Rio de Janeiro: Liberty Fund; Topbooks, 2003.

OBSERVATÓRIO JUDAICO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL. *Racismo Institucional*. Rio de Janeiro, 17 ago. 2020. Disponível em: <http://observatorioedhemfoco.com.br/observatorio/observatorio-judaico-dos-direitos-humanos-no-brasil/>. Acesso em: 06 dez. 2020.

OH, OHANA! Matéria sobre a minissérie “A Muralha”, que ganha reprise no Canal Viva. São Paulo, 29 jun. 2015. Disponível em: <https://oh-ohana.blogspot.com/2015/06/materia-sobre-serie-muralha-que-ganha.html>. Acesso: 12 out. 2019.

OLIVEIRA, Felipe. Facebook chega a 127 milhões de usuários mensais no Brasil. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>. Acesso em: 18 set. 2020

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário Histórico e Poder Cultural: as Comemorações do Descobrimento. *Estudos Históricos*, n. 26, p. 183-202, 2000.

OLIVEIRA, Priscila Chagas. Interfaces da Memória Social: análise do compartilhamento do conjunto de imagens digitais do Acervo Digital Bar Ocidente no Facebook. 2017. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. Resolution adopted by the UN General Assembly on Holocaust denial (A/RES/61/255, 26 January 2007). *The Holocaust and The United Nations Outreach Programme*. New York: UN, 25 Jan. 2008. Disponível em: <http://www.un.org/en/holocaustremembrance/docs/res61.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PAIVA, Cláudio Cardoso de. As minisséries brasileiras: irradiações da latinidade na cultura global. Tendências atuais de produção e exibição na indústria televisiva. *Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação*. Coimbra: BOCC, 2007. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/paiva-claudio-minisseriesbrasileiras.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

PALLOTTINI, Renata. *Dramaturgia de televisão*. São Paulo: Moderna, 1998.

PALMA, Cintia Mara de Souza; ROMUAL, Mariana Andrade da Costa. A Muralha. *Cinema & Educação*. Mogi das Cruzes, SP, 2021. Disponível em: <https://cinemahistoriaeducacao.com/televisao-e-ensino-de-historia/a-muralha/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

PARIS, Erna. *Long Shadows. Truth, Lies and History*. Nova York: Bloomsbury, 2002.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. Os impasses da regulamentação da profissão do Historiador em tempos de bolsonarização do Brasil. *HHMagazine*, Humanidades em Rede, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/diversas/item/5805-os-impasses-da-regulamentacao-da-profissao-do-historiador-em-tempos-de-bolsonarizacao-do-brasil>. Acesso em: 16 maio 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PINHEIRO, Dimitri. Anos Rebeldes e a abertura da teleficção. *Revista Sociologia e Antropologia*, vol. 10, n. 3, p. 907-930, 2020.

PINKUSS, Fritz. A criatividade de 19 Séculos da Diáspora Judaica. *Revista de História (RH)*, v. 35, n. 71, p. 3-18, 1967. <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/126419/123312>. Acesso em: 2 out. 2020.

PODER360. Descendente de índio, vice de Bolsonaro fala que indígenas são indolentes. *Caxias do Sul*, 7 ago. 2018. Áudio (2min 10 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uPqNLI FHxXo>. Acesso em: 24 dez. 2018.

PODER360. Secretário da Cultura, Roberto Alvim cita ministro nazista em pronunciamento. *YouTube*. Brasília, 17 jan. 2020a. Vídeo (6 min 57 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3lycKFW6ZHQ&t=5s>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PODER360. Weintraub chama operação da PF de “noite dos Cristais brasileira”. *Poder 360*, 22 maio 2020b. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/weintraub-chama-operacao-da-pf-de-noite-dos-cristais-brasileira/>. Acessado em: 01 nov. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PONIEWOZIK, James. Streaming pode significar o fim da TV como fenômeno de massa. *Estadão*, São Paulo, 06 nov. 2019. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/televisao,streaming-pode-significar-o-fim-da-tv-como-fenomeno-de-massa,70003077319>. Acesso em: 14 maio 2021.

PORAT, Dina. Monitoring antisemitism – main findings for 2017-2019. *Future Learn*, London, 2017. Disponível em: <https://www.futurelearn.com/info/courses/antisemitism/0/steps/55681>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PRIMO, Judite Santos. To think museology today. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 27, p. 27, p. 63-89, 2007. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/442>. Acesso em: 21 set. 2018.

PROJETO MEMÓRIA das Organizações Globo. Dicionário da TV Globo: programas de dramaturgia & entretenimento. v. 1, 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PUTTI, Alexandre. Grupo judeu repudia Bolsonaro por usar bandeira de Israel em ato. *Carta Capital*. São Paulo, 4 maio 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/grupo-judeu-repudia-bolsonaro-por-usar-bandeira-de-israel-em-ato/>. Acesso em: 05 dez. 2020.

QUADRAT, Samantha Viz. É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane (org.). *Que História Pública Queremos?* v. 1. São Paulo: Letra & Voz, 2018. p. 213-220.

RABINOVITCH, Gérard. *Schoá: Sepultos nas nuvens*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

RAGUSA, Helena. *Os Cristãos Novos no Brasil Colonial e a Escrita nos livros Didáticos: uma história a ser contada*. Londrina: EDUEL, 2019.

RAGUSA, Helena. Um relato de experiência: a Segunda Guerra Mundial no ensino de história do Ensino Médio. In: RAMOS, Márcia Elisa Teté (org.). *Conhecimento histórico escolar: sujeitos, práticas, suportes*. v. 1. Maringá: Edições Diálogos, 2019. p. 47-70.

RAMOS, José Mário Ortiz. *Televisão, publicidade e cultura de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

RAMOS, Luzilete Falavinha. [Entrevista cedida a] Helena Ragusa Granado. Curitiba, 10 out. 2021. (via *Google Meet*)

RAMOS, Márcia Elisa Teté. *Bate papo com Marcia Teté - Ensino de história e revisionismo conservador*. Vídeo (68 min 15s). Diamantina: LAPEHIS/UFVJM, 10 set. 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=HLILsmfQPWs&list=PLi14PLOuO9RBOIpa6rfn-bK4HGWJ\\_MI3B&index=7&t=890s](https://www.youtube.com/watch?v=HLILsmfQPWs&list=PLi14PLOuO9RBOIpa6rfn-bK4HGWJ_MI3B&index=7&t=890s). Acesso em: 14 nov. 2020.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. O mau professor de história segundo os Guias Politicamente Incorretos de História. *Fronteiras: Revista de História*, v. 18, p. 99-122, 2016.

RANGEL, Pedro Paulo. [Entrevista cedida a] Helena Ragusa Granado. Maringá, 13 mar. 2020. (via *e-mail*).

RAPHANELLI, Noely Zuleica Oliveira. *D. Pedro II: vínculos com o judaísmo*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RBHP. Rede Brasileira de História Pública. Belo Horizonte, jan. 2013. Disponível em: <http://historiapublica.com.br/a-rede>. Acesso: 17 fev. 2021.

RECUERO, Raquel. O Capital social em rede: como as redes sociais na internet estão gerando novas formas de capital social. *Contemporânea, Revista de Comunicação e Cultura*, v. 10, n. 3, p. 597-617, 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6295>. Acesso em: 20 abr. 2020.

REISS, Carlos. [Entrevista cedida a] Helena Ragusa Granado. Curitiba, 12 out. 2021. (via *Google Meet*).

REISS, Carlos. *Luz sobre o Caos: educação e memória do Holocausto*. Curitiba: 7 letras, 2018.

REISS, Carlos. Museu do Holocausto de Curitiba. [Entrevista cedida a] *Museu do Holocausto de Curitiba* – ComTV UFPR, Curitiba, 7 dez. 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5kQkGQb\\_w94](https://www.youtube.com/watch?v=5kQkGQb_w94). Acesso em: 14 jul. 2021.

REISS, Carlos. Universalismo da Shoá. [Entrevista cedida a] Abrão Lowenthal. Curitiba, 2020. Vídeo (88 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wceoUG5YRGs>. Acesso em: 10 out. 2021.

REVELO. *Venha trabalhar na(o) R7.com*. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.revelo.com.br/empresas/r7-com>. Acesso em: 15 abr. 2022

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas: Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.

RIO, João. *As Religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976. (Coleção Biblioteca Manancial, n. 47). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000185.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

ROBIN, Régine. *A Memória Saturada*. Campinas: Unicamp, 2016.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS Gustavo (org.). *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 261-278.

ROCHA, Pedro. Historiadores pedem para ter imagem retirada da série ‘Guia Politicamente Incorreto’, do History. *Estadão*, São Paulo, 23 out. 2017. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/televisao,historiadores-pedem-para-ter-imagem-retirada-da-serie-guia-politicamente-incorreto-do-history,70002057115>. Acesso: 13 out. 2020

RODRIGUES, Deisy. Museu do Holocausto de Curitiba – Primeiro e Único no Brasil. *São Paulo sem mesmice*, São Paulo, 18 dez. 2016. Disponível em: <https://saopaulosemmesmice.com.br/museu-do-holocausto-de-curitiba/>. Acesso em: 14 nov. 2018.

RODRIGUES, Icles. História no Youtube: relatos de experiência e possibilidades para o futuro. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula (org.). *História Pública e divulgação de História*. São Paulo: Letra e Voz, 2019. p. 73-92.

ROSENFELD, Alvin H. Are U.S. Jews Still More Safe Than the Jews of Europe? *Haaretz*, Tel Aviv, 05 nov. 2018. Disponível em: <https://www.haaretz.com/jewish/.premium-in-the-trump-era-after-pittsburgh-are-u-s-jews-still-more-safe-than-the-jews-of-europe-1.6617765>. Acesso em: 07 mar. 2021.

ROSSATO, Janine Inez. A vontade de lembrar e a vontade de esquecer. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). *Museus Nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. p. 9-21.

ROUBICEK, Marcelo. A Israel imaginária do bolsonarismo está longe da realidade. *Nexo*, São Paulo, 24 maio 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2020/05/24/%E2%80%98A-Israel-imagin%C3%A1ria-do-bolsonarismo-est%C3%A1-longo-da-realidade%E2%80%99>. Acesso em: 05 dez. 2020.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Como e por que fomentar uma história pública latino-americana? In: MAUAD, Ana Maria; BORGES, Viviane Trindade; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018b. p. 307-315.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.) *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018a, p. 185-196.

RUDIN, Mike. Por que o bilionário George Soros é odiado pela direita radical. *BBC News*, Supremo Tribunal Federal. São Paulo, 15 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49657144?fbclid=IwAR2yfX08jGX1xTgDYspPXrJ-Aer7kwndaV0L2ZMZvyu7im6dV9R1MXcdPeo>. Acesso em: 07 mar. 2021.

RUÓTULO, Antonio Carlos. Audiência e recepção: perspectiva. *Comunicação e Sociedade*, n. 30, p. 157-170, 1998.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, n. 2, p. 163-209, mar. 2009.

RÜSEN, Jörn. *História Viva: Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

SAFERNET. *Institucional*. São Paulo, 2022a. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/institucional>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SAFERNET. *Safernet aponta que discurso de ódio cresceu nas duas últimas eleições*. São Paulo, 2022b. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/safernet-aponta-que-discurso-de-odio-cresceu-nas-duas-ultimas-eleicoes>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SALEM, Helena. *As tribos do mal: o neonazismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Atual, 1995.

SALVADOR, José Gonçalves. Os cristãos-novos nas capitâneas do Sul: século XVI e XVII. *Revista de História*, v. 25, n. 51, p. 49-86, 1962.

SAMPAIO, Lucas. Como o Brasil se compara a outros países em mortes por Covid, casos confirmados e vacinas aplicadas. *G1*. São Paulo, 08 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/10/08/como-o-brasil-se-compara-a-outros-paises-em-mortes-por-covid-casos-confirmados-e-vacinas-aplicadas.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

SANTAELLA, Lucia. *Culturas e Artes do Pós-Humano: da cultura das mídias a cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. *Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 286-309, jan./mar. 2018a.

SANTHIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira? In: MAUAD, Ana Maria; BORGES, Viviane Trindade; SANTHIAGO, Ricardo. *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018b. p. 323-330.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução geral à coleção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 13-27.

SÃO PAULO (Estado). *Cultura: Governo do Estado comemora 50 Anos da Televisão Brasileira*. São Paulo, 28 set. 2000. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/cultura-governo-do-estado-comemora-50-anos-da-televisao-brasileira/>. Acesso: 19 maio 2022

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Justiça e Cidadania. *25 de maio - Dia Estadual da Liberdade Religiosa*. São Paulo, 25 maio 2020. Disponível em: <https://justica.sp.gov.br/index.php/25-de-maio-dia-estadual-da-liberdade-religiosa/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

SARDINHA, Edson. Judeus se revoltam com comparações ao nazismo feitas por bolsonaristas: “Basta”. *Congresso em Foco*. Brasília, 30 maio 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/judeus-se-revoltam-com-comparacoes-ao-nazismo-feitas-por-bolsonaristas-basta/>. Acesso em: 06 dez. 2020.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SBT-PR. Curitiba inaugura o primeiro museu do holocausto do Brasil. *YouTube*, 2011. Disponível em: <https://www.Youtube.com/watch?v=Wa4yCY12hsc>. Acesso em: 04 fev. 2018.

SCHAMA, Simon. *A história dos judeus. À procura das palavras 1000 a.C. – 1492 d.C.* 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 37-46.

SCHMIDT, Benito Bisso. Qual a relação entre a história pública e a profissionalização do historiador? What is the relationship between public history and the professionalization of the historian's craft? In: MAUAD, Ana Maria; BORGES, Viviane Trindade; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 17-22.

SCHWARTZ, Stuart B. Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas. *Afro-Ásia*, n. 29-30, p. 13-40, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A literatura do trauma: dossiê literatura de testemunho. *Cult*, n. 23, jun. 1999.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Direito pôs-fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. In: GRIN, Monica, ARAUJO, Maria Paula e FICO, Carlos (org.). *Violência na História: Memória, Trauma e Reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 110-113.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre a memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005.



SELVATICI, Mônica. As contribuições da Arqueologia para o estudo histórico da sinagoga judaica no século I d.C. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - HISTÓRIA E MULTIDISCIPLINARIDADE: TERRITÓRIOS E DESLOCAMENTOS*, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. p. 1-7.

SHOICHET, Catherine E. Conheça a Geração C, a geração Covid. *CNN Brasil*. São Paulo, 13 mar. 2021, atualizado em 02 set. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/conheca-a-geracao-c-a-geracao-covid/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

SILVA, Marcos; BISPO, Isis Carolina Garcia. Aspectos Fundamentais para o Estudo do Marranismo. *Ponta de Lança – Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura (UFS)*, v. 2, p. 73-92, 2008.

SIQUEIRA, Sonia Aparecida. *A inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

SIQUEIRA, Sônia Aparecida. A Inquisição Portuguesa e os confiscos. *Revista de História*, v. 40, n. 82, p. 323-340, 1970.

SMITH, Richard Cândida. História pública, por que não? *In: MAUAD, Ana Maria; BORGES, Viviane Trindade; SANTHIAGO, Ricardo (org.). Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 293-299.

SORJ, Bernardo. *Judaísmo para todos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

SORLIN, Pierre. Televisão: Outra inteligência do passado. *In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni; FEIGELSON, Kristian (org.). Cinematógrafo: um olhar sobre a História*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2009. p. 41-60.

SPIEGEL GESCHICHTE. Deutschlands *Problem mit dem Antisemitismus und die historischen Wurzeln*. Hamburg, 24 maio 2021. Disponível em: <https://www.spiegel.de/geschichte/hausmitteilung-a-75d1b048-0002-0001-0000-000177512580>. Acesso em: 08 mar. 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. *Aprender a ler Hebraico na primeira aula online???* São Paulo, 04 mar. 2022b. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinagogasemfronteiras/posts/565391665159865>. Acesso em: 17 maio 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. *Bnei Anussim agora é a hora!* São Paulo, 15 jul. 2020a. Vídeo (42min 43s). Disponível em: [https://www.facebook.com/watch/live/?v=659881907941100&ref=watch\\_permalink](https://www.facebook.com/watch/live/?v=659881907941100&ref=watch_permalink). Disponível em: Acesso em: 16 maio 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. Descendentes dos Judeus Forçados que Retornaram - Live! São Paulo, 25 jul. 2020b. Vídeo (2h 39min 42s). Disponível em: <https://www.facebook.com/sinagogasemfronteiras/videos/734183704069517>. Acesso em: 16 maio 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. *HOJE às 21:00 – Ainda dá Tempo!!* São Paulo, 14 fev. 2022c. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinagogasemfronteiras/posts/553693839662981>. Acesso em: 17 maio 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. Lançamento do Vídeo Clip - História judaica do BRASIL - HOJE!!! São Paulo, 2021c. Vídeo (47min 17s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DGvLTS-A8wg>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. *Nova edição com uma linda introdução da nossa amada Mestra Anita Novinsky, de Bendita e consagrada memória.* São Paulo, 02 nov. 2021b. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinagogasemfronteiras/posts/487582989607400>. Acesso: 15 abr. 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. *O berrante nordestino não é só um eco do Shofar do passado, mas o anúncio de um novo tempo, anunciado pelos antigos.* São Paulo, 26 ago. 2020c. Vídeo (49s). Disponível em: <https://www.facebook.com/sinagogasemfronteiras/videos/607693300116445>. Acesso em: 16 maio 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. *O dia do lançamento do nosso livro está chegando!* São Paulo, 29 ago. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinagogasemfronteiras/photos/a.504170299764326/717538228427531/?type=3>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. *Pastor nazista? - Sinagoga sem fronteiras denuncia e polícia federal faz busca!* São Paulo, 2021. Vídeo (7min 7s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fOf2z-asob0>. Acesso em: 16 maio 2022

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. *Primeira viagem após um ano e meio de Covid.* São Paulo, 31 maio 2021a. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinagogasemfronteiras/posts/379439753755058>. Acesso em: 14 maio 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. São Paulo, 11 fev. 2022d. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinagogasemfronteiras/posts/551854873180211>. Acesso em: 17 maio 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. São Paulo, 12 maio 2022a. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinagogasemfronteiras/posts/609822737383424>. Acesso em: 12 maio 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. São Paulo, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1014412652073419&set=a.313035857062115>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. São Paulo, 25 dez. 2021d. Disponível em: <https://www.facebook.com/sinagogasemfronteiras/posts/521461559552876>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. São Paulo, 27 abr. 2015. Disponível em: [https://www.facebook.com/sinagogasemfronteiras/about\\_profile\\_transparency](https://www.facebook.com/sinagogasemfronteiras/about_profile_transparency). Acesso em: 05 mar. 2018.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. *Sobre o desfile da Vai-Vai: muito grave!* São Paulo, 25 fev. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1570734556441223&set=a.313035857062115>. Acesso em: 16 maio 2022.

SSF. Sinagoga Sem Fronteiras. *Sobrevivente do Holocausto???* EXEMPLO DE VIDA!!! São Paulo, 28 jan. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/502469473267742/photos/a.504170299764326/618222591692429>. Acesso: 16 abr. 2022.

SUGIMOTO, Luiz. Um mergulho no universo neonazista. *Jornal da Unicamp*, Campinas, 28 set. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/09/28/um-mergulho-no-universo-neonazista>. Acesso em: 14 abr. 2022.

TECHTUDO. *Baixe o Facebook Messenger e fale com seus amigos do Facebook por chat.* São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/facebook-messenger/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

TECNOBLOG. *Google Maps*. Americana, 2021. Disponível em: <https://tecnoblog.net/sobre/google-maps/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Corpo e Negacionismo: a Novilíngua do Fascismo na Nova República, Brasil 2013/2019. *Locus - Revista de história*, v. 25, n. 2, p. 307-332, 2019.

TEIXEIRA, Faustino. O imprescindível desafio da diferença religiosa. *REMHU*, n. 38, p. 181-194, jan./jun. 2012.

TELECO. *Estatísticas de Domicílios Brasileiros (IBGE - PNAD)*. Rio de Janeiro: IBGE, 16 abr. 2021. Disponível em: <https://www.teleco.com.br/pnad.asp>. Acesso em: 19 fev. 2022.

TESCHE, Adayr. Gênero e regime escópico na ficção seriada televisual. In: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília Dias de (org.). *Televisão: entre o mercado e a academia*. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 73-89.

TIME. *Jewish Boy Surrenders in Warsaw*. New York, 1943. Disponível em: <http://100photos.time.com/photos/jewish-boy-surrenders-warsaw>. Acesso: 01 nov. 2020.

TO VENDO TIBAU. *Sinagoga beit Yaacov realiza evento de Cultura e religião judaica em Tibau*. Tibau, 16 ago. 2019. Disponível em: <http://tovendotibau.blogspot.com/2019/08/sinagoga-beit-yaacov-realiza-evento-de.html>. Acesso em: 17 maio 2021.

TOMAZ, Paulo Cesar; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. A Celebração da Páscoa Judaica e as tradições culturais: simbologia e significado. In: ENCONTRO DO GT NACIONAL HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES, 1., 2007, Maringá *Anais [...]*. Maringá, 2007. p. 1-9.

TRANSPARÊNCIA.CC. *Resumo da Empresa Casa de Cultura Beit Yaacov*. [s.l.], 2020. Disponível em: <https://transparencia.cc/dados/cnpj/11365785000112-PR-associao-casa-de-cultura-beit-yaacov/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

TRIBUNA. Neonazistas pretendiam atacar sinagogas. *UOL*, São Paulo, 20 maio 2009, atualizado em: 19 jan. 2013. Disponível em: <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/brasil/neonazistas-pretendiam-atacar-sinagogas/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

TRIBUNA. *Soul da Paz lança o primeiro álbum*. Ribeirão Preto, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://www.tribunaribeirao.com.br/site/soul-da-paz-lanca-o-primeiro-album/>. Acesso em: 16 maio 2022.

TURIN, Rodrigo. Os tempos da independência: entre a história disciplinar e a história como serviço. *Almanack*, n. 25, p. 1-39, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/alm/n25/2236-4633-alm-25-ef00120.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

TV ÉPARANÁ. Gente.com. *Miguel Krigsner*. Curitiba, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hfi6yDrsg5E&t=1283s>. Acesso em: 22 maio 2018.

TV FOLHA. Série ‘A Muralha’ vai explorar questão indígena. *Folha UOL*, São Paulo, 22 ago. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/tvfolha/tv22089914.htm>. Acesso: 12 dez. 2019.

UNA-SUS. Universidade Aberta do SUS. *Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus*. Brasília, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 16 jul. 2020).

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial. Judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. v. 1, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo; ASSIS, Angelo A. Faria de. A esnoga na Bahia: cristãos-novos e criptojudáismo no Brasil quinhentista. In: GRINBERG, Keila (org.). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 43-64.

VAINFAS, Ronaldo; ASSIS, Angelo Adriano Faria. A esnoga da Bahia: cristãos-novos e criptojudáismo no Brasil quinhentista. In: GRINBERG, Keila (org.). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 43-63.

VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, Bruno; LAGE, Lana (org.). *A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

VALADARES, Paulo. *A presença oculta: genealogia, identidade e cultura cristã-nova brasileira nos séculos XIX e XX*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2007.

VALLE, Ulisses do. As Ciências Humanas diante do problema das massas. In: ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de; BRAGA, Sabrina Costa; GONÇALVES, Murilo; QUINTA JUNIOR, Elbio R. (org.). *Teoria e história da historiografia no século XXI: ensaios em homenagem aos dez anos da Revista de Teoria da História*. Vitória: Milfontes, 2020. p. 19-48.

VARGAS, Getúlio. *Diário (1930-1942)*. v. 2. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VEJA. *Estado Islâmico reivindica atentado terrorista em Viena*. São Paulo: Abril, 03 nov. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/estado-islamico-reivindica-atentado-terrorista-em-viena/>. Acesso: 02 mar. 2022.

VENTURA, Gilberto. Brasileiros com ascendência judaica lutam para recuperar identidade e fé perdidas. [Entrevista cedida a] Guiame.com.br. São Paulo, 3 jun. 2019a. Disponível em: <https://guiame.com.br/gospel/noticias/brasileiros-com-ascendencia-judaica-lutam-para-recuperar-identidade-e-fe-perdidas.html>. Acesso em: 14 maio 2022.

VENTURA, Gilberto. Destruir muralhas, mas sem quebrar portas. [Entrevista cedida a] Miriam Sanger. *Judaísmo Humanista*, Nahshon, Israel, 14 set. 2016. Disponível em: <http://judaismohumanista.ning.com/forum/topics/destruir-muralhas-mas-sem-quebrar-portas-entrevista-com-gilberto->. Acesso em: 15 abr. 2022.

VENTURA, Gilberto. Vida Judaica. [Entrevista cedida a] Tainá Goulart. *Aventuras na História*, ed. 195, p. 57, 19 jul. 2019b. Disponível em: <https://www.pressreader.com/brazil/aventuras-na-historia/20190719/282037623750185>. Acesso em: 11 maio 2021.

VENTURA, Gilberto; GUIGO (Sipam); HAIM, Dudu. Guetos. (versão Ukulele). 1 Áudio (3min 13s). São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hctpgJci6fw>. Acesso em: 16 abr. 2022.

VENTURA, Jacqueline. [Entrevista cedida a] Danilo Gentili. *The Noite com Danilo Gentili*. São Paulo, 11 set. 2018. Vídeo (13min 16s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SQGy3hIxBZ4>. Acesso em: 16 maio 2022.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed., rev. Brasília: UnB, 1982.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os Assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papirus, 1988.

VIEIRA, Nathan. Desafio sobre o Holocausto levanta polêmicas no TikTok. *Canaltech*, Franca, 3 set. 2020. Disponível em: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/desafio-sobre-o-holocausto-levanta-polemicas-no-tiktok-170962/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

WANDERLEY, Sônia. Narrativas contemporâneas de história e didática da história escolar. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 207-217.

WATZLAVICK, Paul; BEAVIN, Janet; JACKSON, Don. *Pragmática Da Comunicação Humana*. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

WEHLING, Arno. *Documentos históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999.

WEINTRAUB, Abraham. *Meu Twitter, minhas regras*. Brasília, 28-29 maio 2020. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/AbrahamWeint>. Acessado em: 01 nov. 2020.

WELLER, Toni. *History in the digital age*. London: Routledge, 2012.

WIEVIORKA, Annete. From survivor to witness: voices from Shoah. In: WINTER, Jay; SIVAN, Emmanuel. *War and remembrance in the Twentieth Century*. 1999. p. 125-141.

WIKIPEDIA. *Nando Moura*. San Francisco; Los Angeles, CA, 13 set. 2020. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Nando\\_Moura](https://en.wikipedia.org/wiki/Nando_Moura). Acesso em: 13 out. 2020.

WINTER, Jay Murray. Public History and Historical Scholarship. *History Workshop Journal*, n. 42, p. 169-172, 1996. <http://www.jstor.org/stable/4289472>. Acesso em: 07 out. 2020.

WIRTH, Louis. Morale and Minority Groups. *American Journal of Sociology*, v. 47, n. 3, p. 415-433, Nov. 1941.

WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. *Judeus no Brasil Imperial: uma pesquisa nos Documentos e Noticiário Carioca da Época*. n. 1. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo, 1975.

WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. *Judeus nos primórdios do Brasil República*. Rio de Janeiro. Biblioteca Israelita H. N. Bialik, 1979.

WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Ática, 1996.

XIMÉNEZ DE SANDOVAL, Pablo. Um morto e seis feridos em ataque a tiros contra uma sinagoga na Califórnia. *El País*, São Paulo, 28 abr. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/27/internacional/1556395652\\_384944.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/27/internacional/1556395652_384944.html). Acesso em: 07 mar. 2021.

YAD VASHEM. *The World Holocaust Remembrance Center*. Jerusalem, 2020. Disponível em: <https://www.yadvashem.org/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

YERUSHALMI, H. Yosef; LORAUX, Nicole; MOMMSEN, Hans. *Reflexões sobre o Esquecimento: conferências proferidas no colóquio de Royaumont*. Campinas: Unicamp, 2017.

YERUSHALMI, Yousef Hayim. *Zakhor: história judaica e memória judaica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

YOUTUBE. *Política de discurso de ódio*. San Mateo, CA, EUA, 5 jun. 2019. Vídeo (2min). Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2801939?hl=pt-BR>. Acesso em: 06 ago. 2020.

YOUTUBE. *TV Anos 50 – TV Globo – 2000*. Parte 1. Rio de Janeiro, 2000. Vídeo (1min 3s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bk3X6oZbOO8>. Acesso em: 19 fev. 2021.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de O. (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 53-63.

ZAITUNI, Érika. O rabino do Brasil e a regionalização do judaísmo. *Jornal de Hoje*, Fortaleza, 16 mar. 2015. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2015/03/16/noticiasjornalopiniao,3407715/o-rabino-do-brasil-e-a-regionalizacao-do-judaismo.shtml>. Acesso em: 17 maio 2021.

ZIF. Zera Israel Foundation. *Quem nós somos?* Genebra, 2019. Disponível em: <https://zera-israel.org/pt/home/>. Acesso em: 15 jan. 2022.